DÉBORA BERTOLINI FERREIRA SIMONETTI

DIREITO, PODER E VIOLÊNCIA

A CRISE DE LEGITIMIDADE JURÍDICA NO CINEMA BRASILEIRO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

PROFESSORA ORIENTADORA: DOUTORA MARA REGINA DE OLIVEIRA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO

2013

DÉBORA BERTOLINI FERREIRA SIMONETTI

DIREITO, PODER E VIOLÊNCIA

A crise de legitimidade jurídica no cinema brasileiro

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito
da Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Mestre em Direito.

Área de Concentração: Filosofia e Teoria Geral
do Direito

Professora Orientadora: Doutora Mara Regina de
Oliveira

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO

2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME: Débora Bertolini Ferreira Simonetti

TÍTULO: Direito, Poder e Violência: A crise de legitimidade jurídica no cinema brasileiro

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Mestre em Direito.

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Mara Regina de Oliveira

Instituição: Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Professor Doutor _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Professor Doutor _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Ao meu esposo, RENATO ABREU BERTOLINI, por
transformar sonhos em realidade.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à Professora Mara Regina de Oliveira que me ofertou a possibilidade de realizar este trabalho, além de abrir meus olhos para novas formas de reflexões.

Agradeço também àqueles que semearam a paixão pela Filosofia e Teoria Geral do Direito, Professor Alaôr Caffé Alves e Professor José Antonio Siqueira Pontes, que, na graduação, com extrema dedicação, me encantaram com seus ensinamentos.

Por fim, agradeço o apoio dos meus pais, Oscar e Jussara, e do meu esposo Renato, que acompanharam a árdua batalha.

*A autoridade não pode abusar da lei, sem esbofetear-se
a si própria.*

(Machado de Assis, Quincas Borba)

RESUMO

SIMONETTI, Débora Bertolini Ferreira. *Direito, Poder e Violência: A crise de legitimidade jurídica no cinema brasileiro*. 196 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

O poder, muitas vezes, é utilizado como sinônimo de violência, visto que identifica o Estado como possuidor do monopólio legítimo da força, sendo esta a manifestação última do poder. Para o direito, a relação entre poder e violência é valorada na sanção, servindo esta como diferenciação e identificação da norma jurídica. Apesar de muitos definirem poder e violência como opostos, a crise de legitimidade jurídica que surge quando o exercício da violência simbólica deixa de ser dissimulado e desconhecido por parte dos endereçados sociais, desperta o uso da violência contra a própria violência de modo não razoável e abusivo para se forçar a obediência ou mesmo manter as relações de poder. No entanto, a substituição do poder pela violência por parte da autoridade pode ter muitas consequências, tais como o aniquilamento do sujeito, a desconfirmação da autoridade, bem como o surgimento dos poderes informais. Em virtude do abuso do poder pela violência, surge o sentimento da injustiça, pois a violência não vai além de uma justificação, pois sempre trará em si a arbitrariedade, e, por isso, apesar de poder ser percebida como eficaz e até válida, não é capaz de afastar o inconformismo humano contra a perda do sentido das coisas, pois, em última instância, valeria a regra do mais forte sobre o mais fraco. De acordo com esta perspectiva, é possível analisar a relação entre direito, poder e violência no Brasil exposta no cinema nacional, especialmente no que se refere ao tráfico de drogas nas favelas e ao crime organizado.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Poder 2. Violência 3. Crise de legitimidade 4. Desconfirmação da autoridade 5. Abuso de Poder 6. Poder informal 7. Cinema brasileiro.

ABSTRACT

SIMONETTI, Débora Bertolini Ferreira. *Law, Power and Violence: The crisis of legal legitimacy in Brazilian cinema*. 196 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

The power is often used as synonymous with violence, because it identifies the state as having the legitimate monopoly of force, which is the latest manifestation of power. To the law, the relationship between power and violence is valued in sanction, this serving as differentiation and identification of the legal norm. While many define power and violence as opposed to legal legitimacy crisis that arises when the exercise of symbolic violence ceases to be concealed and unknown by the social addressed, awakens the use of violence against violence so unreasonable and abusive to compel obedience or even maintain power relations. However, the replacement of power by violence by the authority may have many consequences, such as the annihilation of the subject, disconfirmation of authority as well as the emergence of informal powers. Under the abuse of power by violence, the sense of injustice arises, because violence does not go beyond a justification, as always bring itself arbitrariness, and therefore, although it may be perceived as effective and valid until no is able to fend off the human discontent against the loss of the sense of things, because, ultimately, would the rule of the strong over the weak. According to this perspective, it is possible to analyze the relationship between law, power and violence in Brazil exposed on national cinema, especially in relation to drug trafficking in the slums and organized crime.

KEYWORDS: 1. Power 2. Violence 3. Legitimacy crisis 4. Disconfirmation of authority 5. Abuse of Power 6. Informal power 7. Brazilian cinema.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 DIREITO E CINEMA	16
1.1 A CRÍTICA FILOSÓFICA E O OLHAR CINEMATOGRAFICO	17
1.1.1 Complexidade humana e interdisciplinaridade.....	22
1.1.2 O cinema como possibilidade artística de percepção do humano	27
1.2 O CINEMA BRASILEIRO	35
1.2.1 Gêneros: Documentário e Ficção	42
CAPÍTULO 2 - DIREITO, PODER E VIOLÊNCIA.....	48
2.1 DIREITO E PODER.....	49
2.1.1 Positivção do direito	52
2.1.2 Teorias da soberania do poder e ordenamento	55
2.1.3 O direito como monopólio legítimo da força	56
2.2 PODER E VIOLÊNCIA.....	61
2.2.1 Poder como justificativa para a violência.....	64
2.2.2 Violência e desumanização	67
2.3 DA DESUMANIZAÇÃO AO REDESCOBRIR DO HUMANISMO: <i>ÔNIBUS 174</i> , <i>ÚLTIMA PARADA 174 E LINHA DE PASSE</i>	77
CAPÍTULO 3 - LEGITIMIDADE, VIOLÊNCIA E JUSTIÇA	96
3.1 LEGITIMIDADE E VIOLÊNCIA	97
3.1.1 Poderes disciplinares	100
3.1.2 Violência simbólica	102
3.1.3 Violência não razoável	106
3.2 HIPERTROFIA LEGISLATIVA E LEGISLAÇÃO SIMBÓLICA	109

3.3 DA ÉTICA COMO FATOR DE SEGURANÇA E JUSTIÇA	115
3.4 DO ABUSO À ILEGITIMIDADE DAS RELAÇÕES DE PODER: SANTA MARTA: DUAS SEMANAS NO MORRO E <i>FAVELA RISING</i>	121
CAPÍTULO 4 - DESCONFIRMAÇÃO DA AUTORIDADE DA LEI.....	132
4.1 PODER COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO	133
4.2 A SITUAÇÃO COMUNICATIVA.....	139
4.3 A DESCONFIRMAÇÃO DA AUTORIDADE DA LEI	144
4.3.1 O problema do abuso de poder	147
4.3.2 Abuso na relação comunicativa	150
4.3.3 O sentido da justiça.....	152
4.4 PODERES INFORMAIS	156
4.5 DA DESCONFIRMAÇÃO AO SURGIMENTO DE PODERES INFORMAIS: TROPA DE ELITE I E TROPA DE ELITE II.....	160
CONCLUSÃO.....	184
REFERÊNCIAS.....	187
FILMES E DOCUMENTÁRIOS.....	196

INTRODUÇÃO

No final do ano de 2010, no Rio de Janeiro, foi iniciada a ocupação das comunidades tomadas pelo tráfico de drogas por operação conjunta da polícia civil, militar e das forças armadas. A ocupação da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão foi marcada por ataques a carros e ônibus de transporte coletivo. Este episódio e os que vieram posteriormente foram marcados pelas expressões “reconquista” e “pacificação” nas notas oficiais, mostrando verdadeira reconquista do território brasileiro tomado pelo poder informal do tráfico de drogas¹.

O problema do poder informal no Brasil, que está longe de acabar, independentemente dos esforços para segurança da Copa de 2014 que acontecerá no Brasil, demonstra clara desconfirmação da autoridade e o surgimento de cadeias de poderes informais. O que está implícito nessas situações é a relação entre poder e violência na tentativa de reconquistar o território com a finalidade de desconfirmar a desconfirmação, processo dificultoso, que teve início em 2010 e ainda não foi concluído².

O documentário *Notícias de uma Guerra Particular* é um retrato de uma “realidade”, no qual são apresentadas três visões de um mesmo problema. Essas três visões, ou versões, confundem-se com as personagens-protagonistas dessa guerra, quais sejam: a polícia, o traficante e o morador, e mostram a realidade das favelas do Rio de Janeiro, a eterna guerra entre policiais e traficantes e a vida de pessoas simples que convivem com a violência e o preconceito por viverem marginalizadas da sociedade.

Os moradores da favela contribuem com o Estado pagando seus impostos e seguindo as regras de convívio em sociedade, mas o Estado não supre, em troca, nem as necessidades mais básicas como moradia, alimentação, saúde ou saneamento básico. Nesse contexto, o tráfico de drogas forma um “Estado” dentro de outro Estado, já que os traficantes possuem regras de justiça e punição próprias e, muitas vezes, substituem o Estado ao prestar assistência social aos moradores da comunidade, ao mesmo tempo em que cuidam de não ter problemas

¹ A OCUPAÇÃO das Favelas do Alemão. 28/11/2010. Disponível em <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-contr-o-crime/noticia/2010/11/ocupacao-das-favelas-do-alemao.html>> Acesso em maio de 2012.

² MARCO ANTÔNIO MARTINS. Ocupação de favelas do Rio custará R\$ 360 milhões ao Exército. 2012. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1079802-ocupacao-de-favelas-do-rio-custara-r-360-milhoes-ao-exercito.shtml>>. Acesso em maio de 2012.

dentro da favela para que o freguês compre tranquilamente e para que a polícia não intervenha na comunidade.

A polícia, por outro lado, é o único braço do Estado que entra nas comunidades, tendo muitos policiais marginalizados tanto quanto a sociedade que vive nos morros do Rio de Janeiro. Com uma profissão perigosa e salários baixíssimos, muitos policiais usam o Estado para viabilizar ações ilícitas, como corrupção, venda de armas e drogas para traficantes, etc. A polícia acaba se investindo de interesse público, porém seguindo interesses privados.

Outro assunto tratado pelo documentário é o abuso de autoridade policial ao tentar manter a autoridade com violência contra inocentes, já que a polícia não sabe entrar no morro e pegar apenas traficante, pega morador também. Além disso, não há combate aos policiais corruptos, que ganham dinheiro dos traficantes com propina e venda de armas. A polícia, na visão dos moradores, é corrupta e violenta, não querem saber se a televisão é roubada ou comprada dignamente, entram preparados para bater em todo mundo, não quer saber se é um trabalhador. Quando pegam alguém, ao invés de levar para delegacia levam para cima do morro para torturar ou matar, e, se não fossem as mulheres irem atrás para eles não fazerem nada, haveria apenas mortes e não prisão.

O documentário demonstra como as favelas - ilhas urbanas em que a influência e controle do estado estão ausentes, abrindo lacunas que são preenchidas pela ordem privada do tráfico ilícito de drogas - são territórios em que as normas que regem o restante da sociedade se encontram em absoluto estado de desobediência, como se não existissem. Isto ocorre pela impossibilidade de incluir as favelas no sistema jurídico como um todo, a marginalização da população em relação à ordem jurídica gera uma ineficácia generalizada de quaisquer determinações do estado e manutenção da ordem no território sob domínio do tráfico de drogas.

Ora, as questões trazidas pelo documentário é o retrato de uma “realidade”, na qual se pode imaginar a concepção de uma ordem jurídica paralela à instituída pelo estado brasileiro, em que o exercício local da força se sobrepõe à soberania do estado sobre o território nacional. Além disso, ainda temos a corrupção por parte de agentes do Estado, colocando em xeque a validade e eficácia do ordenamento jurídico.

O documentário mostra duas ordens normativas. De um lado, temos o Direito brasileiro presente nos morros cariocas, a constante presença de policiais combatendo o crime, apreendendo entorpecentes, armas e traficantes. Por outro lado, observamos também a existência de outra ordem normativa, composta por normas bastante simples, não escritas, inválidas para o ordenamento jurídico brasileiro, as quais, se infringidas, geram graves sanções a seus infratores. Os chefes do tráfico seriam uma espécie de autoridade local, tendo eles o poder de ditar regras à comunidade de traficantes e decidir o que fazer em caso de seu descumprimento. Como regra estrutural, teríamos: os chefes do crime são os responsáveis por ditar regras e decidir quanto à aplicação de sanções, impondo o cumprimento por força do medo.

O conflito da relação entre o “ser” e o “dever-ser” é visível no documentário e será desenvolvido no decorrer deste trabalho

Constate-se que os homicídios aumentam na medida em que aumenta o tráfico de drogas, e as mortes são tantas que os mortos se tornam anônimos, são desumanizados. E mesmo morrendo centenas de traficantes, o tráfico só ganha força, porque há fila de jovens esperando para serem contratado por esta “empresa”. O fato é que a polícia já está no morro há muito tempo e o problema não foi resolvido, pois é o único braço do Estado que entra nas favelas, mas também deve entrar educação, saúde, saneamento, etc. Os traficantes têm armamento e comunicação de guerrilha, tornando-se cada vez mais fortes, e a sociedade está saturada, tornando-se indiferente aos problemas e à violência praticada.

Adolescentes de 13 e 14 anos já ajudam o tráfico, e não se importam de morrer cedo. O adolescente quer ser reconhecido, quer ser amado, e participar do tráfico é um *status*, significa poder, é ter a mulher que quiser, é andar com roupa de marca, o que não se tem na sociedade com um emprego formal. Em suma, querem viver bem, e não trabalhar para ganhar miséria. Muitas vezes, não têm pais para orientar, não têm nenhuma educação, iniciam na criminalidade para comprar comida e sobreviver na sociedade que os massacra.

O documentário retrata a violência ressentida do tráfico, em que

O essencial é a questão do dinheiro auferido e da vaidade satisfeita como fator central de recrutamento de jovens que, em verdade, respondem aos imperativos da sociedade de consumo. No conjunto, coloca-se em debate uma corrosão no espaço

social, uma crise na construção da cidadania, evidenciando o loteamento das zonas de poder pelo crime organizado³.

Para os moradores, há o lado positivo do tráfico, já que depois que traficantes começaram a andar armados, eles cuidam do morro e os policiais não entram mais nas casas quebrando tudo, hoje eles têm medo, porque os traficantes são suicidas, não têm medo, eles querem defender a comunidade da polícia violenta. Policiais entram com cautela agora. O lado negativo é a violência, pois quando há uma dívida de droga os traficantes matam mesmo, não importando que sejam da comunidade ou não.

Apesar da violência e ilegalidade do tráfico de drogas, ao obter certa credibilidade da população em razão das ajudas sociais básicas, ele consegue se institucionalizar, em oposição a um Estado que não oferece condições humanas mínimas de sobrevivência. Assim, o tráfico de drogas assume a posição de terceiro comunicador informal, impondo direitos e deveres aos moradores das comunidades.

No documentário é nítido o problema de falta de eficácia em normas singulares, uma vez que na favela existe, praticamente, um “governo paralelo”, o qual estabelece as regras da região. O documentário nos mostra que, nas favelas, há uma espécie de ordenamento interno.

O fato da possibilidade de uma coexistência de dois sistemas normativos no mesmo local é discutido quando o ex-secretário da segurança pública do Rio de Janeiro, Hélio Luz, em *Notícias de uma guerra particular*, fala que não existem condições para que os traficantes substituam o Estado nos morros. Porém, levando em conta que isso seja verdade em relação à educação, saúde e etc., não estaria o tráfico substituindo o Estado no sentido jurídico?

Os traficantes estão na mais alta classe no âmbito da hierarquia criada na favela e agem para garantir o seu sustento, o que não seria possível economicamente se optassem por seguir uma vida honesta como trabalhadores legítimos. Além do sustento, os traficantes agem em prol da proteção à comunidade, encontrando meios de garantir a ela moedas de troca e cumplicidade quando fornecem medicamentos, auxílio aos presos, alimentos, bem como segurança contra a violência policial.

³ XAVIER, Ismael. Da Violência Justiceira à violência ressentida. Disponível em: <www.periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/9777>.. p. 56. Acesso em fevereiro/2012.

O estranho disto é que os policiais seriam aqueles que mereceriam mais nossa confiança, já que foram designados constitucionalmente para proteger a população. Mas, a realidade tratada nas películas mostra a violência e o abuso de poder dos agentes estatais dentro das favelas, dentro das casas dos menos favorecidos, com crianças, idosos, jovens, adultos, sem nem mesmo saberem se estão ou não envolvidos com todo o tráfico que almejam acabar.

Rodrigo Pimentel afirma em *Notícias de uma guerra particular*: “Não vejo luz no fim do túnel.” Os problemas vão além da repressão, já que existem muitos interesses envolvidos, muitas vezes, da própria polícia para acabar com essa guerra.

A guerra particular, ou seja, a guerra em que polícia mata traficante, este fica com ódio da polícia, e o traficante mata polícia e vice-versa, se tornou uma guerra tendo apenas como personagens a polícia e o traficante, quando, na verdade, é muito mais que uma guerra particular, rompendo com a separação maniqueísta entre bandido e mocinho, restando apenas uma pergunta: Quem é o inimigo?

Notícias de uma guerra particular traz questões instigantes, bem como perplexidades da realidade que serão tratadas ao longo do trabalho, pois não são poucas as notícias de violência, em especial a praticada pela própria autoridade, o que ratifica a importância da discussão do tema direito, poder e violência.

O tema do trabalho será exposto de forma artística, pois a situação do Brasil será analisada por meio do cinema nacional, de modo a aproximar o jurista com o artista, assim como o senso de justiça - o justo, e o gosto artístico - o belo. Desse modo, o final de cada capítulo unirá o pensamento crítico da filosofia do direito com as experiências e emoções da linguagem cinematográfica, ultrapassando o raciocínio puramente lógico das teorias filosóficas tradicionais, como proposto por Mara Regina de Oliveira.

No segundo capítulo deste trabalho, serão abordadas concepções do poder e como este foi relacionado com a violência em razão das teorias da soberania, bem como a consequência desta associação para o direito, em especial ao papel da sanção no ordenamento e a diferenciação das normas jurídicas de outras normas.

O tema da legitimidade da autoridade será abordado no terceiro capítulo para se discutir a necessidade ou não da força no direito e como a violência simbólica mal construída

leva à violência não razoável por parte da autoridade. Em relação à justiça, o grande problema em relação a esta será o mesmo da legislação simbólica, ou seja, a relação entre o direito e a justiça perdeu seu sentido, pois foi utilizada excessiva e levianamente. Do mesmo modo, a relação que se faz da lei como forma de se alcançar a justiça social se tornou simbólica.

No último capítulo, verificar-se-ão, sob a perspectiva da pragmática jurídica, as consequências da confusão por parte da autoridade do poder com a violência e a crise de legitimidade quando se utiliza da violência para forçar a obediência e, em último caso, para manter o poder. Além disso, serão analisadas as consequências da substituição do poder pela violência por parte da autoridade, e como a violência sendo usada contra a própria violência possibilita o surgimento dos chamados poderes informais.

Ainda no quarto capítulo, o tema da justiça será tratado no que se refere à violência praticada, pois o que observamos é uma crescente falta de compromisso com a ética em todos os setores do Estado, principalmente em relação aos abusos de poder praticados pelas autoridades. Será desenvolvida a ideia da justiça como código doador de sentido por conferir ao direito e à política um significado no sentido de razão para existir, ou seja, o direito deve ser justo, ou não tem sentido a obrigação de respeitá-lo⁴.

⁴ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Estudos de Filosofia do Direito, reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 253.

CAPÍTULO 1 - DIREITO E CINEMA

1.1 A CRÍTICA FILOSÓFICA E O OLHAR CINEMATOGRAFICO

Acima da Verdade - Poema de Ricardo Reis (Fernando Pessoa)

*Acima da verdade estão os deuses.
A nossa ciência é uma falhada cópia
Da certeza com que eles
Sabem que há o Universo.*

*Tudo é tudo, e mais alto estão os deuses,
Não pertence à ciência conhecê-los,
Mas adorar devemos
Seus vultos como às flores,*

*Porque visíveis à nossa alta vista,
São tão reais como reais as flores
E no seu calmo Olimpo
São outra Natureza.*

A evolução histórica do Direito Positivo mostra como o saber jurídico, de um saber eminentemente ético, se transformou em um saber tecnológico, já que a ciência dogmática, atualmente, cumpre as funções de uma tecnologia ao instrumentalizar-se a serviço da ação sobre a sociedade⁵.

A experiência romana foi sendo esquecida, e o excesso de racionalidade trouxe grandes problemas para o direito, tais como se esquecer do problema (ser) e pensar somente na norma (dever ser), além de o direito, como instrumento de decidibilidade dos conflitos, ser usado, muitas vezes, como sistema e técnica. E o grande problema disso é que o pensamento tecnológico é fechado à problematização de seus pressupostos a fim de cumprir sua função, ou seja, criar condições para a ação. Além disso, a ciência jurídica, como qualquer ciência, não é neutra, tendo influência de todos os setores da sociedade capitalista. De acordo com Tercio Sampaio Ferraz Júnior, “a tecnologia jurídica atual força a vida social, ocultando-a, ao

⁵ FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 55-75.

manipulá-la, ao contrário da ciência prática da Antiguidade, que se prostrava, com humildade, diante da natureza das coisas”⁶.

Segundo o professor Tercio, utilizando uma terminologia de Theodor Viehweg, temos dois enfoques teóricos do fenômeno jurídico, o zetético e o dogmático. O primeiro desintegra, dissolve opiniões, pondo-as em dúvida; assim assume um caráter especulativo explícito. O segundo revela o ato de opinar, com uma função diretiva explícita, se preocupa em possibilitar uma decisão e orientar a ação⁷.

A abordagem dogmática possui um alcance mais preciso, delimitado, prático. Daí se explica a sua maior, e quase exclusiva, utilização no que se entende por Direito. Há uma procura pela resposta do problema concreto, direcionando uma ação, a procura é pelo “dever ser”. Assim, o embasamento nas leis, como principal fonte para a orientação da ação, é essencial. Segue-se estritamente o “dever ser” assinalado pela lei, o que pode gerar um distanciamento efetivo das resoluções jurídicas e a realidade social, ou seja, do “ser”⁸.

A decidibilidade de conflitos é apresentada como problema central da ciência dogmática do direito, visto que depende de uma série de fatores apoiados nos valores socialmente aceitos, interesses dos grupos dominantes e questões políticas e econômicas. Assim, o direito não se preocupa exatamente com a verdade das questões e sim com a forma com que elas podem ser decididas com o mínimo de perturbação social. Ou seja, o direito passou a se ocupar da decidibilidade de conflitos, e desse modo, o aspecto resposta foi ressaltado, sendo a questão da verdade posta de lado⁹.

No entanto, com a revolução tecnológica e a inserção do mundo globalizado, a dogmática necessita cada vez mais do auxílio zetético. Há uma urgência em se adequar as leis aos novos fatos sociais, com discussões sobre temas como a vida, a lei e justiça. O regime pós-moderno trouxe uma democratização do acesso à informação e possibilitou o questionamento de ideias e de instituições antes consolidadas.

⁶ FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 84 - 86.

⁷ *Idem, ibidem*. p. 41.

⁸ *Idem, ibidem*. p. 39-41.

⁹ *Idem, ibidem*. p. 41- 43.

Assim como sentenciou o ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello, “é tempo de aproximar-se não o povo do Judiciário, mas este, daquele”¹⁰, o jurista deve lembrar que as questões jurídicas não se reduzem às dogmáticas. Deve revelar não só um especialista nestas questões, mas também em questões zetéticas, que dissolve opiniões, pondo-as em dúvida, buscando especular, saber o que é¹¹.

O objetivo de Hans Kelsen em excluir da teoria (ciência) do direito os aspectos sociais, culturais, morais, políticos e religiosos para transformá-la em uma teoria pura não mais sobrevive. O Direito pós-positivista considera cada vez mais esses aspectos excluídos pela teoria pura, pois lhe dá fundamento, mostrando que a ciência por si só não basta. O trabalho do filósofo e do cientista se complementam, não se excluem, pois não é possível decidir conflitos sem investigar questões de liberdade, justiça, validade, legitimidade e força. A filosofia, como saber crítico, possibilita uma visão holística das ciências, permitindo compreender o todo¹².

De acordo com professora Mara Regina de Oliveira, a abordagem zetética demonstra uma preocupação existencialista (ser) que visa à ampliação dos conhecimentos humanos, ficando a resolução do conflito em segundo plano, já que o aspecto pergunta é ressaltado, problematizando-se o fenômeno social, da verdadeira origem das coisas, do “ser”¹³.

Nesse contexto, podemos refletir sobre o poema de Fernando Pessoa e perceber que a ciência, no caso, a dogmática jurídica, nunca se bastará a si mesma sem o auxílio da filosofia, a zetética. Os dois enfoques são necessários, pois a dogmática, apenas, não passaria de uma cópia falha e a zetética, sozinha, seria apenas um retrato do Olimpo.

O Direito visto apenas como razão tecnológica deve ser afastado para que se inclua a arte, a filosofia e a sensibilidade para que acabe a omissão e a indiferença. O direito pós-moderno deseja ser livre do formalismo e do legalismo, pois valoriza seu conteúdo material. A ciência, por estar fundada no raciocínio lógico é lenta, diferentemente da filosofia, que

¹⁰ GAMBOGI, Luis Carlos Balbino. *Direito: Razão e Sensibilidade*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005. p. 16.

¹¹ FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 90 e 91.

¹² GAMBOGI, Luis Carlos Balbino. *Direito: Razão e Sensibilidade*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005. p. 21 – 25.

¹³ OLIVEIRA, Mara Regina de. Os enfoques teóricos zetético jurídico e dogmático jurídico em face da Filosofia do Direito. Um exemplo proposto no filme *A História de Qiu Ju*. 2007. Disponível em <<http://www.artepensamento.com.br/website/artigo.asp?cod=1286&idi=1&id=3352>>. Acesso em maio de 2011.

opera com a intuição e, por isso, é veloz e direta, consistindo em uma forma de alcançar a plenitude do direito por um caminho diferente do que aquele indicado pela razão lógica¹⁴.

Ao verificar que os juízes devem deixar sua *anima* revigorar e se integrar com o *animus* para atingir a alteridade e a justiça, Lúcia Reis de Almeida Prado¹⁵ revela que o jurista, além de técnico, deve estar preparado para a função de mediador na resolução de conflitos, devendo ter um saber generalista.

Uma conhecida regra de justiça é “a cada um segundo seus méritos”. No entanto, a aplicação de tal regra traz muitas dificuldades, pois se deve apreciar os méritos do sujeito merecedor, e a justeza do merecimento reconhecido exige a percepção daquilo que alguém é em sua inteireza. Os atos de justiça no reconhecimento de méritos são parciais e relativos a momentos, a existência só ganharia contorno definitivo no momento da morte, em que seria possível dizer de um homem quem ele foi. Daí os problemas do juízo histórico de ser justo com alguém, ou seja, do justo reconhecimento de méritos do autor mediante as obras que produziu, pois neles está, afinal, a angústia paradoxal do escritor que se torna criatura de sua própria criação¹⁶.

A problemática dessa relação autor/obra/vida mostra que o sentido justo dos julgamentos tem suas raízes enterradas na percepção da existência. As sentenças de um juiz, por exemplo, não mostram a sua essência, apesar de manifestar a identidade da pessoa e sua autoria, suas sentenças não a interpreta como espelho da pessoa viva. Apenas a existência humana releva o sentido da justiça, e isto é percebido no ato de julgar realizado pelo juiz¹⁷.

As sentenças são um testemunho, mostram os princípios que informam o pensamento jurídico do juiz. O ato de julgar não é frio e neutro, mas se relaciona com o sentimento de injustiça, que transforma a dor muda e inarticulada em algo comunicativo. Quem julga transfere para o mundo algo muito intenso e veementemente que estava aprisionado em seu

¹⁴ OLIVEIRA, Mara Regina de. Os enfoques teóricos zetético jurídico e dogmático jurídico em face da Filosofia do Direito. Um exemplo proposto no filme *A História de Qiu Ju*. 2007. Disponível em <<http://www.artepensamento.com.br/website/artigo.asp?cod=1286&idi=1&id=3352>>. p. 36 – 51. Acesso em maio de 2011.

¹⁵ PRADO, Lúcia Reis de Almeida. *O juiz e a emoção*. Campinas: Millennium, 2003. p. 101.

¹⁶ *Idem, ibidem*. p. 249 - 251.

¹⁷ *Idem, ibidem*. p. 252.

ser. Daí a sua comparação com a obra de arte: o curso da vida humana faz com que tudo pereça, mas no justo julgamento é como se até a morte pudesse irromper em vida¹⁸.

Diante de tais considerações, é possível ver o direito como uma arte. O processo de julgar, em si mesmo, não estaria na capacidade de produzir sentenças, do mesmo modo que o espírito artístico não é capaz de produzir coisas tangíveis. Tanto o direito como a arte exige uma transformação reificada no mundo. Esta proximidade entre o direito e a arte deixa transparecer o modo pelo qual o jurista julga e reflete e vice-versa. O juiz não é uma máquina, há uma escolha que é pautada por subjetividade e utilidade, tanto o julgador como o artista observa o mundo das coisas como algo comum a todos, ao qual não nega exuberância da inteligência e da personalidade.

Nesse sentido, Tercio Sampaio Ferraz Junior compara e aproxima o jurista com o artista, sendo visível a aproximação entre o senso de justiça, o justo, e o gosto artístico, o belo, pois este discrimina, decide entre qualidades e talentos, como aquele examina e decide entre provas trazidas no contraditório. No entanto, tanto ao artista como ao jurista impõem-se a moderação e a prudência para não serem sucumbidos pela arrebatação do belo ou pela tirania do verdadeiro. “Prudência ou moderação não significam, porém, ausência de paixão, pois ambos, o jurista e o artista, introduzem, no âmbito da verdade ou da qualidade e do talento, o fato pessoal, ou seja, confere-lhe significação humana”¹⁹.

A verdade também ocupa posição peculiar na arte e no julgamento, pois não há arte sem ficção, como também nem sempre a verdade das coisas corresponde à justiça dos julgamentos²⁰. Sobre o assunto é possível lembrar a diferença que Kelsen faz entre o fato em si e o fato processualmente verificado, ou seja, este pode não corresponder à verdade, apesar de ocupar o lugar do fato em si²¹.

A verdade, a justiça e a arte nos parecem ideais difíceis de serem atingidos, porém a questão é que sem essas ideias não é possível sobreviver, como alertado por Tercio Sampaio Ferraz Junior, muitas vezes tanto a arte como a justiça são ideias, ideais que parecem inatingíveis, porém, a raridade de ambas não lhes retira a consistência real, a realidade do sentido da existência humana. “Afim, onde não há arte, a vida se afunda na mesmice do

¹⁸ PRADO, Lúcia Reis de Almeida. *O juiz e a emoção*. Campinas: Millennium, 2003. p. 252 – 254.

¹⁹ *Idem, ibidem*. p. 257.

²⁰ *Idem, ibidem*. p. 274 e 275.

²¹ KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 267.

cotidiano e onde não há justiça, a existência perde significado. Daí o sabor insosso do repetitivo, que mata a espontaneidade. Daí a amargura das injustiças que nunca se transfiguram”²².

O desafio é colocar a arte e a justiça como objeto cognoscitivo, pois o gosto como uma variável subjetiva, depende dos padrões históricos, e o senso de justiça, como variável subjetiva, depende das regras. A alternativa está em buscar o sentido, sendo que o senso de justiça tem a ver com o sentido da própria morte e, pois, com a angústia da liberdade no viver comum. “Ora, o mundo sem arte sobrevive como indiferente, já o mundo sem justiça perece como o sem sentido da própria morte”²³.

Michel Villey chama atenção para o fato de que os intelectuais se contentam com informações particulares, úteis às necessidades práticas, que são proporcionadas pela ciência, ou seja, falta a filosofia para que se tenha a visão total, pelo menos da estrutura do todo²⁴. Ora, nada melhor do que unir o pensamento crítico da filosofia do direito com as experiências e emoções da linguagem cinematográfica, que ultrapassa o raciocínio puramente lógico das teorias filosóficas tradicionais, como proposto por Mara Regina de Oliveira, com objetivo de buscar um pensamento mais holístico.

1.1.1 Complexidade humana e interdisciplinaridade²⁵

“A realidade é sempre mais rica do que qualquer esquema”.
(Norberto Bobbio)

²² FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Estudos de Filosofia do Direito, reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 258.

²³ *Idem, ibidem*. p. 259 – 261.

²⁴ VILLEY, Michel. *Filosofia do direito: definições e fins do direito*. Alcides Franco Bueno Torres (Trad). São Paulo: Atlas, 1977. p. 26 – 29.

²⁵ O termo será utilizado nos moldes propostos por Hilton Japiassu, nesse sentido, a interdisciplinaridade não se confunde com a pluri nem com a multidisciplinaridade, ou seja, não é a simples reunião, adição ou coleção de várias especialidades. O multidisciplinar apenas exige informações tomadas de empréstimo a duas ou mais especialidades sem que as disciplinas levadas a contribuir por aquela que as utiliza sejam modificadas ou enriquecidas, ou seja, apenas seria um estudo de um objeto por diversos ângulos. O interdisciplinar se caracteriza pela intensidade de trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas, de tal forma que no final do processo interativo cada disciplina saia enriquecida (JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976). p. 51.

A dualidade humana não é tema recente, mas parece estar esquecida, ainda que naturalmente inerente aos homens; porém, esse esquecimento não parece ser resquício de sabedoria, pois é necessário recordar que o homo *sapiens* não é *sapiens*, somente, por assim dizer. E essa relevância está no fato de que a formação humana, em sua plenitude, demanda uma compreensão global do próprio ser humano.

Desde o período helênico, a formação humana era concebida em sua plenitude. A concepção de Paideia encerrava justamente uma formação global, universal do ponto de vista das capacidades humanas, abrangendo a doutrina das habilidades físicas, racionais e afetivas. Paideia a formação cultural de determinados indivíduos que não se limitava a alfarrábios, mas também à vida social, cultural e artística da pólis²⁶.

Com o advento da Idade Moderna, o saber unitário sofre um processo de desintegração crescente²⁷. O grande corte, ou mutação, situa-se a partir da Renascença, sendo também neste período que a concepção de sistema é consagrada, o que ocorre com o surgimento do Estado Moderno e o desenvolvimento do capitalismo com as noções de organização, cálculo e burocratização²⁸.

Apesar das tentativas de estudiosos do século XVII e XVIII de consagrar num único corpo os elementos dispersos do domínio da ciência, o século XIX colocou um fim nessas esperanças em razão do surgimento das especializações que, de acordo com Hilton Japiassu, seriam “cancerizações epistemológicas”²⁹.

A especialização exagerada e sem limites das disciplinas científicas se deu a partir do século XIX, e culmina cada vez mais numa fragmentação crescente do horizonte epistemológico. Há um aumento progressivo de grupos e equipes interdisciplinares que se substituem às simples pesquisas individuais, parecendo até um reflexo, no plano científico, da produção de massa no campo industrial³⁰.

²⁶ JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976. p. 45 – 47. xx

²⁷ *Idem, ibidem*. p. 47.

²⁸ FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 179 e 180.

²⁹ JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976. p. 48.

³⁰ JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976. p. 40 e 41.

Edgar Morin explica a questão da educação e da formação plena do ser humano na medida em que as experiências da vida humana, que é verdadeiramente complexa, são passíveis de apreensão por meios diversos que, de certa forma, transmitem o caráter quase universal e comum da natureza humana. Universal porque comum, em verdade. E comum porque intrínseco à natureza humana. Esses meios diversos podem, sem prejuízo de uma análise mais acurada, ser considerados espécies do gênero a que denominamos Arte³¹.

O autor francês se refere à literatura, poesia e cinema, precipuamente, explicitando que esses meios de conhecimento são mesmo complexos porque passíveis de análise em diferentes esferas: gramatical, sintática, semiótica e, nas palavras dele, escolas de vida, em seus múltiplos sentidos. Como ignorar a riqueza suprema das obras de Shakespeare ou Dostoiévski, que refletem as paixões e razões da vida humana? E como ignorar a importância do conhecimento pleno, que abarca não só a luz racional do Homem, mas a própria escuridão irracional que lhe é tão natural?³².

Afinal de contas, há mesmo racionalizações alucinatórias, manifestações humanas baseada na luz, somente, que se analisadas de perto, interpretadas coerentemente, transformam-se em verdadeiros horrores – basta citar o exemplo do holocausto ou, melhor ainda, o *Malleus Maleficarum*³³ redundante da conjugação de fé e razão. É inegável, pois, a dualidade humana. E a educação, a formação verdadeira, honestamente plena só pode ser aquela que é do Homem para o Homem, concebendo-o e catalisando suas potencialidades em sua integralidade.

Edgar Morin não se atém à relevância da plenitude do saber verdadeiro. Ele perscruta as faces da natureza humana, sublinhando que “seria irracional, louco e delirante ocultar o componente irracional, louco e delirante do humano”³⁴. De fato, há um *homo sapiens* e um *homo demens*. Ambos habitam as entranhas da alma humana, ora preponderando um sobre o outro, ora ajustando-se harmonicamente um ao outro.

Esse lado obscuro, passional, emotivo, instintivo do ser humano não é objeto de análise recente ou, melhor dizendo, não foi considerado somente nos últimos séculos, como se

³¹ MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita, repensar a reforma, repensar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 48.

³² *Idem, ibidem*. p. 49.

³³ Tratado teológico alemão da Alta Idade Média que procura explicar racionalmente como localizar, caçar e exterminar bruxas.

³⁴ MORIN, Edgar. *O Método 5, a humanidade da humanidade*. Porto Alegre: Sulina, 2007. p. 117.

disse a princípio. Edgar Morin aponta - e os alfarrábios ratificam – que os gregos já aventavam uma *hubris*, uma demência desmedida que, como ele mesmo explica, pode ser oriunda da própria racionalidade exacerbada. Num jogo de palavras e numa análise dual tal qual a natureza humana, o francês explica que a racionalidade demasiada, ou melhor, “o *homo* demasiado *sapiens* torna-se, *ipso facto*, *homo demens*”³⁵.

Desse modo, a formação plena do ser humano reside na compreensão do seu próprio caráter humano, entendido no *demens* e no *sapiens*, que, de modo dialético e complementar, circundam o elemento de trânsito que é a afetividade. Daí que a formação cultural verdadeira não pode mesmo se encerrar na dogmatização e no racionalismo científico puro, e a própria Filosofia exige uma compreensão universal do objeto sobre o qual se debruça. A compreensão deste ou daquele objeto demanda uma apreensão verdadeiramente cultural, destrinchando-o da maneira que melhor possa salientar o reflexo da própria natureza humana.

Na verdade, o conhecer cada vez mais sobre um objeto cada vez menos extenso, acaba por saber tudo sobre o nada. Há um esmigalhamento do saber. Nada mais há que obrigue a fragmentação do real em compartimento estanques, o que leva a uma pesquisa das aproximações, interações e dos métodos comuns. Achar que a interdisciplinaridade está na moda é um erro, pois ela está longe de constituir progresso real, já que seria, na verdade, um sintoma da situação patológica em que se encontra hoje o saber. A exigência interdisciplinar não passa da manifestação, no domínio do conhecimento, de um estado de carência³⁶.

Pode-se verificar como um impasse fundamental das ciências humanas o fato de parecerem, em nossos dias, desvinculadas do mundo, ou seja, mostram-se desvinculadas do homem, e assim, incapazes de compreender o mundo dos objetos naturais e técnicos. Se se deve, de um lado, comparar e congregar os conhecimentos, do outro, é preciso não esquecer que o conhecimento e a ação, longe de se excluírem, se conjugam. Porque é o homem em situação, e não o homem atemporal, a-histórico, desenraizado culturalmente, que introduz e instaura o pluridisciplinar e, por conseguinte, o interdisciplinar³⁷.

³⁵ MORIN, Edgar. *O Método 5, a humanidade da humanidade*. Porto Alegre: Sulina, 2007. p. 118 e 119.

³⁶ JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976. p. 40 e 41.

³⁷ JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976. p. 45 e 58.

No que tange ao Direito, é óbvio que, por si só, sua análise científica e mesmo Filosófica será pobre e realmente árida se restringida aos alfarrábios técnico-jurídicos e aos manuais gélidos que não fazem outra coisa senão repisar teses desvinculadas do humano. Não é que se repreenda os clássicos, mas que a interdisciplinaridade é o meio pelo qual a ciência e a Filosofia jurídica podem se expandir, completando o *sapiens*, resvalando no *demens* por meio da afetividade, lidando com um método logopático que afie a sensibilidade do jurista e o atinja em sua plenitude, em sua humanidade. Aí o conhecimento será pleno, na medida das limitações humanas.

Carlos María Cárcova é hábil em explicar que o Direito tem se enriquecido no sentido de agregar diferentes concepções oriundas de diferentes áreas, sendo a linguagem uma delas, a ponto mesmo de ser concebido no seio da filosofia da linguagem, semiótica e hermenêutica jurídica, conceitos oriundos dessa feliz conjugação. A ideia fica mais fácil de ser concebida ao se frisar que nos ordenamentos de eixo legislado românico, a palavra escrita prepondera. Daí que a aproximação entre Direito e Arte fica mais fácil do ponto de vista metodológico se a análise se operar levando-se em conta a literatura. É certo que Cárcova conclui que é relevante uma teoria da linguagem e uma semiótica do Direito para expandir o campo investigativo teórico deste, livrando o jurista pesquisador das visões que reduzem a ciência ou a Filosofia do Direito, a fim de compreendê-lo de modo pleno, em sua complexidade estrutural e em sua dimensão social.³⁸

A proposta é louvável e ganha força com a concatenação do aduzido por Edgar Morin e Hilton Japiassu, porque essa "compreensão plena" não será somente do próprio Direito, mas do indivíduo que o perscruta. Haverá, pois, um refinamento do espírito do conhecedor e do conhecimento produzido, ambos complementares e naturalmente indissociáveis se a vontade do jurista/pesquisador for, de fato, o conhecimento potencializado, verdadeiro e indubitavelmente rico.

Donald R. Kelley propõe um conceito positivo de jurista, que se referiria ao modelo intelectual, ou seja, pluridisciplinar, não bastando ao jurista saber apenas sobre o direito, mas também outros conhecimentos, tais como história, para o autor, esse modelo positivo perdura

³⁸ CARCOVA, Carlos Maria. Derecho y Narración. In: TRINDADE, André Karam (org). *Direito & Literatura, ensaios críticos*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. p. 11-13.

até a Renascença³⁹. Do mesmo modo que Kelley alerta sobre a importância da história e de se ler os juristas das épocas, a Filosofia nesse caso tem a mesma importância, apesar da manipulação sofrida pela ciência jurídica.

Para o Direito, portanto, os meios elementares para uma pesquisa interdisciplinar já foram dados, podendo o jurista perscrutar e refinar sua própria intelectualidade aninhando-se sob a égide riquíssima da Arte.

1.1.2 O cinema como possibilidade artística de percepção do humano

“O que sente repugnância pelo vagabundo que encontra na rua simpatiza de todo o coração com o vagabundo Carlitos, no cinema. Enquanto, na vida quotidiana, somos quase indiferentes às misérias físicas e morais, sentimos a comisseração, a piedade e a bondade, ao ler um romance ou ver um filme”. (Edgar Morin)⁴⁰.

A primeira exibição pública do cinema aconteceu no dia 28 de dezembro de 1895, em Paris, e a impressão da realidade se manifestou de uma maneira tão efetiva que as pessoas reagiram como se o filme fosse sair da tela, ou melhor, como se o trem o fosse. No princípio, o cinematógrafo era apenas um instrumento para reproduzir o movimento, no entanto, o cinema reproduziu o movimento, mas fez muito mais que isso, representou a “realidade”⁴¹.

O filme é representado por meio de uma linguagem imaginética, resultado de uma montagem de imagens, escolha, seleções, ângulos, foco, planos e cenas. A câmera é o olho do espectador, leva este para dentro do filme, nossos olhos se tornam o olhar dos personagens, e é neste fato que se dá o ato psicológico da identificação. A identificação é tão intensa que o espectador se coloca no lugar da personagem, e essa identificação pode se dar com um

³⁹ KELLEY, Donald R. Jurisconsultus Perfectus: The Lawyer as Renaissance Man. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, v. 51, p. 84, 1988.

⁴⁰ MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita, repensar a reforma, repensar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 50 e 51; FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 86.

⁴⁰ *Idem, ibidem*. 50 e 51.

⁴¹ BERNARDET, Jean Claude. *O que é cinema?* 18ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 11 – 13. (Coleção Primeiros Passos).

semelhante ou mesmo com um estranho, como ressaltado na frase inicial de Edgar Morin, podendo o espectador se identificar com o vagabundo⁴².

Retratar emoções seria o principal objetivo do cinema e esta pode ser avivada com o *close-up*, o que se faria com binóculos no teatro é feito com a câmera no cinema. A câmera e o modo de filmar são de grande valor para a expressão das emoções, mesmo sem palavras é possível despertar diferentes emoções no espectador. As emoções também são comunicadas pelo ambiente. Um ambiente perfeito reflete paixões da mente⁴³.

No entanto, não existem apenas as emoções dos personagens do filme, mas também ato de atenção e de memória do espectador, e os estímulos mentais deste se projetam no filme, desse modo, pode-se dizer que há emoções em que os sentimentos dos personagens no filme se comunicam com os espectadores, e também emoções que as cenas do filme suscitam dentro destes⁴⁴.

Não é apenas a mobilidade da câmera que proporciona novas formas de expressão, é mais que isso. Na verdade, a câmera é o olho do espectador, leva este para dentro do filme, nossos olhos se tornam o olhar dos personagens e é neste fato que se dá o ato psicológico da identificação. Além disso, a montagem do filme deve ser feita de maneira que o espectador sinta a continuidade da cena⁴⁵.

O som é também muito importante, e diferentemente dos objetos, não pode ser fragmentado, mas pode ser mais alto ou mais baixo além de acompanhar a emoção do personagem. No filme, o som está sempre presente, sempre há música ao fundo. O som também identifica lugares, bem como alarga a participação da alma e tende a orientar a participação⁴⁶.

A linguagem imaginética está intimamente relacionada com o poder, a manipulação, no entanto, deve-se ressaltar que esta é sempre ambígua, sendo que pode ser utilizada para produzir pensamento e não apenas como indústria. Quanto ao cinema em si, é possível verificar que, do ponto de vista objetivo, as pessoas vão para buscar distração, entretenimento,

⁴² MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita, repensar a reforma, repensar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 50 e 51.

⁴³ MUNSTERBERG, Hugo. As emoções e Nós estamos no filme. In: XAVIER, Ismael (Org.). *A experiência do cinema*: antologia. Rio de Janeiro: Edições Gerais Graal/Embrafilmes, 1983. p. 48 e 49.

⁴⁴ *Idem, ibidem.* p. 51 e 85.

⁴⁵ *Idem, ibidem.* p. 84 e 85.

⁴⁶ *Idem, ibidem.* p. 88 e 89.

mas do ponto de vista subjetivo há a mudança psicológica da consciência. A situação cinema, isto é, o isolamento do mundo exterior, demonstra a fuga da realidade e gera alguns efeitos, tais como alteração da sensação de tempo e de espaço, estado passivo do espectador e anonimato deste. Tais efeitos são as bases da psicologia da experiência cinematográfica, e um dos elementos da situação cinema é a sua função psicoterapêutica, pois torna confortável a vida das pessoas, distribui migalhas de sonhos irrealizáveis, mas também pode levar à reflexão⁴⁷.

A imagem é um símbolo muito próximo da realidade, diferente da palavra, símbolo indireto, elaborada pela razão e por isso afastada do objeto. Diante de tais características, a imagem se dirige diretamente à emotividade do telespectador, diferente da palavra que deve passar pela razão. Um filme não requer do espectador esforço mental para seu entendimento, diferente de um texto, no qual a razão funciona como um filtro, controlando as ideias. As influências de um texto e de um filme são diversas, e com certeza, a influência do filme é muito maior, já que vai diretamente ao inconsciente sem ter tempo para a crítica, além de se dirigir a uma plateia muito mais numerosa e diversificada⁴⁸.

Diante disso, é possível entender porque o cinema é o mais poderoso e eficaz instrumento de propaganda. Fala-se que, dentre as artes, o cinema é o que mais pode ser vulgarizado, já que se raciocina e se critica pouco, é o laboratório que o Diabo usa para seus venenos e devaneios para conduzir o pensamento a seu modo. A arte que veio combater a racionalização é a fábrica de sonhos, o cinema sendo utilizado como analgésico; o intelectualismo, ou seja, o livro encontrou seu antídoto no cinema⁴⁹.

Enfim, o cinema visto pelo naturalismo como algo neutro que mostrava como eram as coisas mostra agora o que há de mais subjetivo, um sentimento, uma emoção. A emoção infiltrou-se na câmera e fez do cinema um instrumento de satisfação afetiva, oferecendo fuga e encontros, ou seja, adaptou-se a todas as necessidades subjetivas.

Realmente, o cinema reproduziu o movimento representando a realidade, mas fez muito mais que isso, produziu a realidade, já que a evolução do cinema teve como seu

⁴⁷ MUNSTERBERG, Hugo. A psicologia da experiência cinematográfica. In: XAVIER, Ismael (Org.). *A experiência do cinema: antologia*. Rio de Janeiro: Edições Gerais Graal/Embrafilmes, 1983. p. 51, 85 e 375-380.

⁴⁸ *Idem*. O cinema do diabo-excertos. In: XAVIER, Ismael (Org.). *A experiência do cinema: antologia*. Rio de Janeiro: Edições Gerais Graal/Embrafilmes, 1983.p. 293.

⁴⁹ *Idem,ibidem*. p. 295 e 298.

investidor a burguesia, que utilizou o instrumento para facilitar seu processo de dominação produzindo a vida como ela é⁵⁰. Pode-se falar que o sistema estabelecido, principalmente pelos Estados Unidos, era, e ainda é, de efeito naturalista, tudo parece verdadeiro, imita-se a vida e com isso “respeita-se a verdade”, ou seja, além de uma reprodução fiel das aparências do mundo do ser, surgiu outra ilusão de ser o cinema uma arte neutra, já que não teria o homem como intermediário, mas sim uma máquina⁵¹.

O fato é que o cinema não mostra as coisas como elas são, e sim como uma classe dominante queira que elas pareçam ser, além disso, não existe neutralidade nem na ciência, quem diria no cinema. No entanto, a classe dominante não pode mostrar que a tela não mostra a verdade, disfarça seu instrumento dominador, manipulando tudo e todos que não estão com os olhos críticos bem abertos.

Além da “impressão da realidade” e da “neutralidade”, o cinema se fortaleceu como a arte dominante, diga-se, a arte da burguesia, com a sua transformação em mercadoria, a facilidade de sua multiplicação em cópias e com isso sua chegada em todos os cantos da terra, inclusive no Brasil⁵².

No entanto, a realidade e a complexidade humana são bem maiores que a imagem em um cinema. Não haveria uma visão natural na tela, mas sim um ponto de vista de um diretor, seus patrocinadores, etc. A ideologia da classe dominante se apresenta nos filmes, sem dúvida, e sempre o que se passará é a visão de algum grupo, porém, o problema não é este. No fundo, a grande preocupação é que tal ideologia vem mascarada em forma de realidade, ou seja, esconde-se a realidade como forma de dominação para manutenção do *status quo*⁵³.

Com esse grande sucesso do cinema de Hollywood, questionam-se quais seriam os fatores responsáveis por esta eficiência. Kulechov apresenta dois fatores: ritmo da montagem

⁵⁰ BERNARDET, Jean Claude. *O que é cinema?* 18ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 14 – 16. (Coleção Primeiros Passos).

⁵¹ XAVIER, Ismael. Do naturalismo ao realismo crítico. In: _____. *O discurso cinematográfico, a opacidade e a transparência*. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2005. p. 41 – 43.

⁵² BERNARDET, Jean Claude. *O que é cinema?* 18ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 23. (Coleção Primeiros Passos).

⁵³ *Idem, ibidem*. p. 20.

e a compatibilidade existente entre a montagem americana e o tipo de ficção desenvolvida em seus filmes⁵⁴.

O cinema acontece por meio de uma linguagem, e esta pode acontecer de vários modos - velocidade dos quadros, posição da câmera, o que resulta na montagem, ou seja, reunião das imagens. Frise-se que o cinema clássico tenta esconder seu caráter de linguagem e se mostra como realidade, o que é mera ilusão. Por meio de todo tipo de linguagem é transmitida uma informação, ora, esse é o objetivo da linguagem, troca de informações. Mas quais seriam os valores que são transmitidos por meio do cinema *hollywoodiano*? “Adquirir uma fortuna individual, prover seu aluguel, tornar-se um feliz proprietário”⁵⁵.

A mercadoria que se tornou o cinema preocupa no sentido de veicular princípios e valores. E é visível o modo de produção capitalista nesse sistema cinematográfico que virou mercadoria e que está nas mãos dos dominantes. O interessante é que as pesquisas e o desenvolvimento de técnicas se deram justamente de forma a manter a massa alienada e bitolada. Basicamente os filmes se resumem em heróis e um roteiro muito previsível, que não correspondem com a realidade da maioria, mas que parece real; o ritmo, a montagem, as músicas, tudo acontece de forma a que o espectador entenda rapidamente o que se passa, e no fim, o que importa é o efeito da realidade obtido. De acordo com Jean-Claude Bernardet:

O exemplo brasileiro é significativo. O espectador, para acompanhar o enredo do filme não dublado, tem de ler legendas. Isso obriga seus olhos a percorrer muito rapidamente a imagem, antes de baixar para a legenda, que ele lê rapidamente, para depois voltar à imagem, de ter tempo, e recomeçar o processo no aparecimento da legenda seguinte. O resultado disso é que ele se torna um espectador que não tem tempo de se deter nas imagens, ele mal as vê. Pouco treinado visualmente, é também pouco treinado auditivamente, porque não tem que acompanhar o diálogo pelo ouvido, mas lendo. A nossa própria formação como espectador está profundamente marcada pela presença de um cinema legendado. E isto repercute sobre nossa relação com o cinema, bem como, por exemplo, sobre as salas de cinema: por que uma boa acústica, se o cinema é lido e não ouvido?⁵⁶

Desse modo, é possível refletir sobre a frase de Rousseau: “O que será da virtude, quando for preciso enriquecer a qualquer custo? Os antigos políticos falavam incessantemente

⁵⁴ XAVIER, Ismael. Do naturalismo ao realismo crítico. In: _____. *O discurso cinematográfico, a opacidade e a transparência*. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2005. p. 46.

⁵⁵ *Idem, ibidem*. p. 52.

⁵⁶ BERNARDET, Jean Claude. *O que é cinema?* 18ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 28. (Coleção Primeiros Passos).

de costumes e de virtude; os nossos só falam de comércio e de dinheiro”⁵⁷. As exclusões sociais são produto da cultura de consumo, das empresas monopolistas, e o pior é que, principalmente no Brasil, tudo é recebido de braços abertos, não se oferece resistência a nada e a dominação cinematográfica é quase total.

Neste contexto, as reflexões de Adorno fazem sentido quanto ao papel do cinema na indústria cultural capitalista, tornando-se uma mercadoria abstrata que serve como meio de alienação⁵⁸. Na maioria das vezes, o cinema industrial quer se mostrar como verdadeira impressão da realidade, camuflando sua manipulação, sendo que não passa de fuga da realidade. No entanto, nas palavras de Walter Salles: “O cinema, como todas as artes, deve ser, antes de mais nada, transgressor. Ele pode ser um fantástico instrumento de compreensão do mundo e não de banalização”⁵⁹.

Enfim, o cinema se transformou em um criador de ilusões que são transmitidas como se fossem realidade e, muitas vezes, é instrumento de dominação e opressão. No entanto, ao lado desse tipo de cinema, há outros, preocupados com um realismo crítico e com o esclarecimento de seus espectadores. No Brasil⁶⁰, a partir de 1960, temos o Cinema Novo, tal como o *Neo-Realismo* italiano e a *Nouvelle Vague* francesa, como relação justa entre os fenômenos e não uma relação mascarada, mostrando os excluídos da sociedade e suas lutas, um verdadeiro realismo com o fim de tomada de consciência humana; a linguagem, nesse tipo de cinema, não é construída para agradar a todos, mas sim àqueles que se interessam pelas informações fornecidas⁶¹.

Desse modo, apesar de o cinema ser usado muitas vezes como forma de banalização da realidade, na linha de pensamento de Mara Regina de Oliveira, ao assumir uma postura menos radial e maniqueísta, o cinema ainda pode ser visto como arte, possibilitando a proposta filosófica ora apresentada, já que nos filmes que pretendemos analisar, mesmo que a manipulação ocorra, ela ou é explícita ou gera uma reflexão, estimula e produz o pensar, já que:

⁵⁷ ROUSSEAU, J. J. Discurso sobre as ciências e as artes. In: *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Maria Ermantina Galvão (Trad.). 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 28.

⁵⁸ ADORNO, Theodor W. *Indústria Cultural e Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

⁵⁹ OLIVEIRA, Mara Regina de. *Cinema e Filosofia do Direito: um estudo sobre a crise de legitimidade jurídica brasileira*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006. p. 09.

⁶⁰ O cinema brasileiro moderno será analisado mais detidamente no subitem seguinte.

⁶¹ *Idem, ibidem*. p. 93 e XAVIER, Ismael. Do naturalismo ao realismo crítico. In: _____. *O discurso cinematográfico, a opacidade e a transparência*. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2005. p. 44.

Quando o cinema de arte é associado a um trabalho acadêmico sério, pode simular uma vivência, pode abrir nossos olhos para uma realidade difícil, que deve ser enfrentada com coragem. Ele é uma forma de produção artística contemporânea que engloba todas as demais, de uma forma única. Agrega a música, a fotografia, teatro, literatura e outras mais. Quando a imagem é bem montada, em termos dramáticos, ela produz o chamado “efeito real”, tão bem explicado pela psicanálise e adquire um alto poder de penetração mental, facilitando a reflexão crítica dos temas de forma completa, pois mescla manifestação emocional com reflexão racional. (...) Ela faz com que o espectador embarque numa viagem transformadora de sua visão sobre a realidade (...)⁶². (grifos do autor).

A filosofia é atingida por tudo que o homem faz, e não deixou de ter a influência do cinema. No entanto, essa se desenvolveu por textos e não por imagens, mas isso não quer dizer que exista uma ligação necessária da escrita com a problematização filosófica, esta é compatível com a apresentação imaginética. Tanto a imagem quanto o texto são formas de linguagem, são manifestações diversas de um pensamento; sendo assim, as duas formas de linguagem poderiam fazer filosofia. A questão é saber qual o impacto gerado por uma e outra forma de linguagem⁶³.

De acordo com filósofo argentino Julio Cabrera, visto filosoficamente, o cinema constrói conceitos-imagem, que funciona no contexto de uma experiência, uma linguagem instauradora que precisa passar por uma experiência para ser plenamente consolidada. Não basta ver o filme para fazer filosofia com este, deve haver interação com o conceito transmitido com a imagem, ou seja, “precisamos interagir com seus elementos lógicos, entender que há uma ideia ou um conceito transmitido pela imagem em movimento”⁶⁴.

Os conceitos-imagem visam causar impacto emocional, têm uma abordagem logopática, ou seja, é a afetividade gerada pelo filme. Além disso, afirmam algo sobre o mundo com pretensões de verdade e universalidade, ou seja, o cinema não elimina estas, mas as redefine dentro de sua linguagem própria⁶⁵.

Mesmo que o cinema seja simulação, isso não o coloca contra sua pretensão de verdade, é preciso ver se pode existir um uso filosófico da simulação do cinema. Neste a

⁶² OLIVEIRA, Mara Regina de. *Cinema e Filosofia do Direito: um estudo sobre a crise de legitimidade jurídica brasileira*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006. p. 13 e 14.

⁶³ CABRERA, Julio. *O cinema pensa: uma introdução à filosofia através dos filmes*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006. p. 17.

⁶⁴ *Idem, ibidem*. p. 21 e 22.

⁶⁵ CABRERA, Julio. *O cinema pensa: uma introdução à filosofia através dos filmes*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006. p. 22.

pretensão de verdade e universalidade se dá por meio de um impacto emocional, vai direto ao ponto, e esse é o problema do cinema do Diabo alertado por Hugo Munsterberg, um filme é às vezes um golpe baixo. O recurso da mediação emocional tem a ver com a apresentação da ideia filosófica e não com sua aceitação impositiva, deve haver emoção no entendimento e não no aceitar⁶⁶.

Conforme os ensinamentos de Mara Regina de Oliveira, a relação entre um filme - linguagem imaginética - com a filosofia não é apenas de exemplificar a teoria, mas expandir o pensamento teórico-filosófico. O pensamento por meio de imagens se faz com o elemento pático associado à racionalidade lógica. O cinema potencializa a experiência emocional, as questões filosóficas podem ser apresentadas não só racionalmente, mas sensivelmente. O conceito imagem possibilita a produção de um impacto emocional, e para que haja compreensão é mister vivenciar o lado humano, pois não se compreende apenas por um conceito racional, que é dado pelos textos teóricos. As questões humanas, e principalmente da Filosofia do Direito, tais como poder, força e justiça, são mais bem compreendidas de modo pático⁶⁷.

Desse modo, o cinema associado a uma análise pragmática do discurso normativo, apesar de esta ser a descrição de um modelo e não de uma realidade empírica, possibilitam um esquema analítico capaz de tornar transparente uma das múltiplas facetas da dimensão empírica⁶⁸.

⁶⁶ CABRERA, Julio. *O cinema pensa: uma introdução à filosofia através dos filmes*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006. p. 38.

⁶⁷ OLIVEIRA, Mara Regina de. O mercador de Veneza e o problema da justiça. In: *Revista Brasileira de Filosofia*, ano 58, volume 232, p. 294, 295 e 316, janeiro-junho de 2009. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

⁶⁸ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Teoria da norma jurídica: ensaio de pragmática da comunicação normativa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 39.

1.2 O CINEMA BRASILEIRO

O cinema moderno aborda inúmeras discussões de caráter crítico, além de contar histórias focadas nos problemas sociais e políticos, denuncia as mazelas da sociedade brasileira, como fome, religião, violência, corrupção, a questão da identidade, consciência do oprimido, etc. Para Ismael Xavier:

Falar em cinema moderno remete a uma pluralidade de tendências, mas tomo aqui como baliza as experiências que podem, primeiro, ser referidas à formação do estilo moderno no sentido de André Bazin – este que envolve a referência a Renoir, a Welles e ao neo-realismo. E podem ser referidas, em segundo lugar, a Antonioni, Pasolini e Rossi, à Nouvelle-Vague e Resnais, a Cassavetes e Gutierrez Alea, entre outras figuras de tal cinema em seu momento mais canônico. Falo, portanto, da sintonia e contemporaneidade do Cinema Novo e do Cinema Marginal com os debates da crítica e com os filmes dos realizadores que, tomando a prática do cinema como instância de reflexão e crítica, empenharam-se, em diferentes regiões do mundo, na criação de estilos originais que tensionaram e vitalizaram a cultura⁶⁹.

Nos anos 1960, o cinema retrabalhou o que o modernismo de 1920 criou, ou seja, a articulação entre nacionalismo cultural e experimentação estética. Foram estas as preocupações modernistas que definiram o melhor estilo do cinema de autor, o que resultou na realização de filmes complexos demais para quem pedia uma arte pedagógica. Ou seja, no Cinema Novo e, em especial, no Cinema Marginal, por ser radical na ironia quando esvazia a própria ordem das narrativas, a tendência a um ‘cinema de poesia’ favorecia a dimensão expressiva que, sem prejuízo da política e adensando o campo de debate, colocava no centro as determinações subjetivas, a *performance* do autor, este que Glauber desenhava com a antítese da indústria⁷⁰.

O Cinema Novo surge em um Brasil pré-ditadura, e neste contexto, impelido por uma industrialização que condena o brasileiro comum à marginalização e à desigualdade social, alimentando, pois, uma força política em favor do oprimido, a figura do intelectual, como define Xavier age como mediador social. Vale ressaltar, contudo, que no universo de Glauber, “as qualidades do intelectual não estão na disciplina do organizador ou na paciência do

⁶⁹ XAVIER, Ismael. *O cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 14-15.

⁷⁰ *Idem, ibidem*. p. 23-24 e 32.

pedagogo sempre disposto a esclarecer pelo verbo. Estão na coragem da agressão que gera catarse pela violência, que trabalha o inconsciente”⁷¹.

Neste momento, falou a voz do intelectual militante mais do que a do profissional de cinema – foi o momento de questionar o mito da técnica e da burocracia da produção em nome da liberdade de criação e do mergulho na atualidade. Ideário que se traduziu na ‘estética da fome’, em que a escassez de recursos se transformou em força expressiva e o cinema encontrou a linguagem capaz de elaborar com força dramática os seus temas sociais, injetando a categoria do nacional no ideário do cinema moderno (...) ⁷². (grifo do autor).

Com a finalidade de transformar a sociedade, alterando-a de seu estado conformista, que objetiva romper com o estabelecido, com o que oprime o homem, o Cinema Novo explora fortemente a significação em seus filmes, a incorporação da câmera na mão no cinema de ficção, traço técnico-estilístico fundamental para a constituição da dramaturgia do cinema moderno latino-americano, os movimentos da música ou mesmo dos atores, representam por si só a sociedade⁷³.

Se a questão do realismo foi central no cinema de um Leon Hirszman ou de um Luiz Sérgio Person, a alegoria e a descontinuidade marcaram o cinema de Glauber, autor que inventou o seu próprio cinema feito de instabilidades, tateios de câmera e falas solenes, com sua *mise-en-scène* composta de rituais observados por um olhar de filme documentário. Por diferentes caminhos, o cinema brasileiro trabalhou as tensões entre a ordem narrativa e uma rica plástica das imagens, fazendo ‘sentir a câmera’ como era próprio a um estilo que questionava a transparência das imagens e o equilíbrio da decupagem clássica⁷⁴.

Ao fugir do naturalismo, o Cinema Novo projeta o cinema brasileiro no plano internacional. Ao descrever o processo que envolveu o Cinema Novo entre o final da década de 1950 e meados dos anos 1970, Ismael Xavier afirma ter sido, o período estético e intelectualmente mais denso do cinema brasileiro, pois se criou uma convergência entre a “política dos autores”, os filmes de baixo orçamento e a renovação da linguagem, traços que marcam o cinema moderno, por oposição ao clássico e mais plenamente industrial. O cinema dos anos 1960 e 1970 pensou a memória como mediação, trabalhando a ideia de uma nova consciência nacional a construir.

⁷¹ XAVIER, Ismael. *O cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 136.

⁷² *Idem, ibidem*. p. 27

⁷³ *Idem, ibidem*.

⁷⁴ *Idem, ibidem*. p. 16-17

Ao humor da ironia de 1968, o Cinema Marginal opõe a sua dose amarga de sarcasmo e, no final da década, a ‘estética da fome’ do Cinema Novo encontra seu desdobramento radical e desencantado na chamada ‘estética do lixo’, na qual câmera na mão e descontinuidade se aliam a uma textura mais áspera do preto-e-branco que expulsa a higiene industrial da imagem e gera desconforto⁷⁵.

Antes de 1964, o Cinema Novo via no nacional-populismo uma alternativa viável para fazer as reformas estruturais no país, ligado fielmente às outras artes e a militância sindical de esquerda. Após o golpe militar, os vínculos com a tradição literária são fortalecidos e são lançados filmes com críticas diretas ao regime militar, mas se preocupa com a continuidade do ciclo do cinema moderno. Assim, aquela ilusão de proximidade do intelectual com as classes populares entra em questão e o populismo já não é mais viável.

A década de 70 foi uma época de grande produção do cinema brasileiro, diferente das previsões para o fim do cinema moderno. Houve muita política de incentivo a certas obras, como filmes de contexto histórico e de artistas que haviam morrido, tiveram um financiamento e não foram censurados pela ditadura militar. O cinema novo teve comunicação com o mercado, de formas distintas, tal como a chanchada nos anos 40/50, apesar do atraso econômico, sendo que a ruptura deste ciclo, segundo Ismael Xavier, dar-se-á no final dos anos 80, quando o cinema moderno perde sua força e uma “nova ordem do audiovisual” se inicia.

Desse modo, passado o período de ditadura, surge, mais fortemente em São Paulo, um cinema bem diferente do cinema novo, denominado por Pucci⁷⁶ de pós-moderno. A década de 1980, neste sentido, marcou a história da cinematografia pelo processo de dissolução do moderno com a Nova República que enterra de vez uma matriz para pensar o cinema e o país, por apresentar um contraponto não apenas estético à produção audiovisual nacional até então, mas pelo distanciamento que se propunha em relação às discussões políticas do período e ser um cinema menos ansioso por uma Revolução⁷⁷.

⁷⁵ XAVIER, Ismail. *O cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 17

⁷⁶ PUCCI, Renato Luiz. *Cinema Brasileiro Pós-Moderno: O Neo-Realismo*. Porto Alegre: Sulina, 2008.

⁷⁷ XAVIER, Ismail. *O cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 32

Para Ismail Xavier “os filmes pós-modernos começaram a surgir no acaso do cinema brasileiro moderno, ou seja, quando ‘a constelação moderna se desvitaliza’ e o novo cinema dos anos oitenta rejeita a estética da fome”⁷⁸. (grifo do autor).

Nos anos 80 é reformulado o diálogo com os gêneros da indústria e são descartadas as resistências aos dados de artifício e simulação implicados na linguagem do cinema, descartando-se de vez o “primado do real”, o perfil sociológico das preocupações. A constituição de uma continuidade vigorosa no plano do cinema se prejudicou diante de diferentes conjunturas desfavoráveis ao longo do século⁷⁹.

Em verdade, não houve condições para um forte cinema clássico brasileiro no momento em que este foi procurado e tinha sentido enquanto proposta. Sua estética exigia, em 1930, 1940 ou 1950, um aparato de produção e distribuição fora do alcance, o que tornou instáveis, rarefeitas, problemáticas ao extremo, as tentativas de um estilo *hollywoodiano* no Brasil⁸⁰.

O cinema pós-moderno foi denominado pelos críticos como um cinema de escapismo em relação aos problemas da sociedade contemporânea, Para os defensores do cinema pós-moderno esse tipo de crítica teria como parâmetro de julgamento o modelo de arte moderna, desqualificando politicamente qualquer tipo de arte que fuja a estes padrões, consequência do pressuposto de que na arte seria válida apenas a tradição do novo, e politizado apenas o que está de acordo com a política da esquerda que entroniza a luta de classes e a revolução, e exclui todo o resto⁸¹.

Um filme é mais que uma escolha estética, é uma escolha política, ou seja, vários elementos são organizados de forma a proporcionar uma visão estética de uma realidade, o que o faz trazer significados através do diálogo entre imagem e leitura. O cinema pós-moderno dialoga com diferentes gêneros e formatos cinematográficos, não apenas revisita os códigos e convenções do cinema novo brasileiro, mas permeia a narrativa clássica *hollywoodiana*, as desconstruções fílmicas da *Nouvelle Vague* francesa, assim como a tradição neorrealista italiana. Enquanto o cinema novo costumava fazer uso de locações, para promover uma aproximação do espectador com a realidade abordada, dando um ar

⁷⁸ XAVIER, Ismail. *O cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 40.

⁷⁹ *Idem, ibidem*. p. 38

⁸⁰ *Idem, ibidem*. p. 40.

⁸¹ PUCCI, Renato Luiz. *Cinema Brasileiro Pós-Moderno: O Neo-Realismo*. Porto Alegre: Sulina, 2008. p.158.

documental ao filme, em razão da influência com o neorrealismo italiano, o jovem cinema paulista regressava ao passado resgatando a cultura das filmagens em estúdio⁸².

O rompimento do cinema pós-moderno com as narrativas clássicas em suas estruturas narrativas e sua narrativa mais branda politicamente, para seus defensores, não teriam como motivo exclusivo o aspecto comercial, mas sim atrair o público, já que com o cinema moderno – Cinema Novo e Cinema Marginal –, somado à concorrência das produções norte-americanas, bem como o advento e popularização da televisão, houve um distanciamento do público e um desinteresse em relação à produção nacional⁸³.

A postura do cineasta, ou seja, o mediador social, com o valor social do filme é o que marca a ausência de conteúdo crítico ou permite que o filme promova a reflexão do espectador frente às questões abordadas⁸⁴. Muitos filmes brasileiros contemporâneos se voltam para pensar a própria realidade, representando as dificuldades de seu povo, as desigualdades sociais de um país com tamanho continental, a diversidade cultural e étnica que dá cara e cor ao Brasil. No entanto, para Ismael Xavier:

Digamos que [o cineasta brasileiro contemporâneo] perdeu a inocência, que conduz seu trabalho já não mais tão convicto da legitimidade ‘natural’ de seu encontro com o homem comum, com o oprimido. Perdeu as certezas típicas daquela época em que a cinefilia continha, em si mesma, uma forte dimensão utópica, de projeção para um futuro melhor da arte e da sociedade. Não reitera, pelo menos com o mesmo vigor, aquela fé na vocação emancipadora de uma prática que, uma vez inspirada numa postura contestadora a Hollywood, desencadearia um processo de desalienação⁸⁵.

O cinema contemporâneo brasileiro, considerando o atual período da pós-retomada do cinema nacional, tem a liberdade linguística a favor de um mergulho cultural na sociedade brasileira, sem que isso signifique em uma construção linguística metafórica nem implique em uma bandeira em favor da revolução. A revolução, no caso, estaria na própria técnica que, melhor desenvolvida, presta-se à criação de uma narrativa que pode, a um só tempo, recriar uma atmosfera realista, bem como rompê-la com um elemento ou personagem antinatural. A inserção do espectador não se daria mais, portanto, com uma catarse aos moldes da narrativa clássica, mas por meio do vislumbamento do espetáculo em função do lúdico.

⁸² BETTON, Gérard. *Estética do Cinema*. São Paulo: Martins Fontes, 1987. p. 01.

⁸³ PUCCI, Renato Luiz. *Cinema Brasileiro Pós-Moderno: O Neo-Realismo*. Porto Alegre: Sulina, 2008.

⁸⁴ *Idem, ibidem*. p. 63.

⁸⁵ XAVIER, Ismael. *O cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 43.

O cinema brasileiro pós-moderno deu lugar a uma sociedade globalizada, pós-industrial, fragmentada e individualizada, e que, por isso mesmo, deu margem a uma construção tão multifacetada e rica de produções nacionais, produções estas que podem servir para reflexão ou apenas para ganho comercial.

Apesar das críticas em relação ao objetivo do cinema brasileiro contemporâneo, cabe ressaltar que no presente trabalho se busca a análise de uma arte potencializadora da atividade crítica e reflexões filosóficas, seja no cinema moderno, seja no cinema brasileiro pós-moderno, desde que estes não sejam não políticos e alienados.

Nessa perspectiva, o cinema nacional ora analisado debate a corrosão do espaço social e da cidadania, bem como a força do crime organizado, tornando visível a crise de legitimidade do Estado Brasileiro, como visto na introdução deste trabalho com o documentário *Notícias de uma guerra particular*. O Cinema Novo sempre pensou no todo, encarou a grande ambição do diagnóstico nacional, enfrentando os problemas estéticos que o discurso totalizante implica⁸⁶, mostrou o Brasil informal que existia nos espaços rurais na figura do cangaceiro, mostrando o coronelismo e o latifúndio, a fome, os beatos, temas que ainda são explorados pelo cinema brasileiro, mas com outro foco⁸⁷.

O cenário mudou do sertão para a esfera urbana, territórios controlados pelos traficantes que tonam sua comunidade em pequenos feudos. As armas são os personagens secundários, pois é o método de intimidação usado por quem detém o poder, tanto o bandido, quanto a autoridade. O cinema retrata a inversão quanto a quem possui o poder, o tráfico de armas e a feudalização da segurança deixam a verdadeiras vítimas entre o fogo cruzado, pois o Estado parece perder o monopólio da violência não mais para o cangaceiro, adversário de classe como antes era definido pelos dramas político-revolucionários, mas para o traficante que apenas possui interesses egoístas, alheio a solidariedades populares ou a qualquer projeto de transformação⁸⁸.

Desde 1935, com Humberto Mauro, o morador das favelas sempre teve destaque no cinema nacional. Na década de 60, o marginalizado foi o principal representante das aspirações cinematográficas brasileiras, contribuindo para desviar a atenção das temáticas

⁸⁶ XAVIER, Ismail. *O cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 129.

⁸⁷ XAVIER, Ismael. *Da Violência Justiceira à violência ressentida*. Disponível em: <www.periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/9777>. p. 56. Fevereiro de 2002.

⁸⁸ *Idem, ibidem*. p. 60 e 61.

relativas às lutas operárias, assunto temido pela classe média, pois os problemas eram mascarados de forma a controlar os dominado⁸⁹.

Mostrar favelas promove o número de produções cinematográficas nacionais, exemplos dessas produções são: *Cinco vezes favela* (1962); *O assalto ao trem pagador* (1962), *Os mendigos* (1962), de Flávio Migliaccio; *A grande feira* (1962), de Roberto Pires; *Gimba* (1963), de Flávio Rangel⁹⁰.

Em 1964, o advento da ditadura militar e a respectiva censura ao cinema nacional contribuem para que o tema das favelas seja deixado de lado, em prol da abordagem de assuntos menos censuráveis e mais alienáveis. Este período dura até meados da década de 90, quando ocorre a retomada do cinema nacional.

O filme *Como nascem os anjos* (1996), de Murilo Salles, volta a enfocar a questão da favela e dos marginalizados, incluindo as crianças como vítimas da exclusão social proporcionada pela sociedade e o Estado Brasileiro. A favela é assumidamente um espaço à parte da cidade, com seus próprios códigos e leis. Tanto documentários quanto filmes de ficção procuram mostrar a ausência do Estado nesses lugares, assim como a existência de uma realidade peculiar, impensável para um morador do asfalto afeito às manchetes de jornal.

A conexão entre violência e história é mostrada no cinema político nacional mesmo com a precariedade de recurso e contra o cinema industrial dominante como negação revolucionária tão legítima quanto a violência do oprimido na práxis histórica, pois “a mais nobre manifestação cultural da fome é a violência”⁹¹.

De acordo com Ismael Xavier “a ênfase agora muda e entra em cena um cinema cujos desdobramentos são mais problemáticos, pois este instrumento moderno pode corroer relações e tem consequências imprevistas”⁹². E o cinema tenta advertir tal barbárie, como veremos após as reflexões teóricas propostas nos capítulos seguintes, para que o presente trabalho não se coloque como indiferente no mundo.

⁸⁹ BERNARDET, Jean-Claude. *Brasil em tempo de cinema: ensaio sobre o cinema brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 38.

⁹⁰ AS FAVELAS no cinema. Site Reator.org, 2004. Disponível em <www.reator.org.br>. Setembro de 2013.

⁹¹ XAVIER, Ismael. *O cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 121.

⁹² XAVIER, Ismael. *Da Violência Justiceira à violência ressentida*. Disponível em: <www.periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/9777> p. 67. Fevereiro de 2002.

1.2.1 Gêneros: Documentário e Ficção

“Não há arte sem ficção, como também nem sempre a verdade das coisas corresponde à justiça dos julgamentos”. (Tercio Ferraz Jr.)

Apontamentos sobre o gênero documentário e ficção devem ser feitos neste momento, já que o trabalho em tela analisa ambos. Definir documentário com um conceito objetivo e incontestável é uma tarefa difícil, devido à multiplicidade de enfoques que se pode lançar mão, como seus objetivos, modos de produção, características narrativas, relações com a história e a realidade, especificidades estéticas, entre outros.

De acordo com Manuela Penafria, o filme documentário tem uma história recente, pois não nasceu aquando do cinema, já que as primeiras experiências com as imagens em movimento tinham apenas por objetivo registar os acontecimentos da vida quotidiana das pessoas e dos animais. Assim, o contributo dos pioneiros do cinema para o filme documentário foi o de mostrar que o material base de trabalho para o documentário são as imagens recolhidas nos locais onde decorrem os acontecimentos. Assim, é o registo *in loco* do início do cinema que constitui a base em que assenta o documentarismo⁹³.

Na década de 20 do século passado, os diretores Robert Flaherty (1884-1951) e Dziga Vertov (1895-1954) contribuíram para dar um primeiro posicionamento ao documentário, mostrando que é absolutamente essencial que as imagens do filme digam respeito ao que tem existência fora do filme, ou seja, o cineasta deve sair do estúdio e registar *in loco* a vida das pessoas e os acontecimentos do mundo, a imagem seria a retratação de “atores” naturais (não dirigidos) e a filmagem em locais ambientes, sem cenários⁹⁴.

Nos anos 30, é com o movimento documentarista britânico e, em especial, com o escocês John Grierson (1898-1972) que o filme documentário encontra sua identidade, afirmando-se e desenvolvendo-se no cenário cinematográfico. É ele quem utiliza, pela primeira vez, o termo *documentário* para designar a produção fílmica condicionada por

⁹³ PENAFRIA, Manuela. Perspectivas de desenvolvimento para o documentarismo. *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, 1999, p. 01. Disponível em <www.bocc.ubi.pt>. Setembro de 2013.

⁹⁴ *Idem, ibidem.*

imagens *in loco*. Ele destaca o gênero como uma nova alternativa cinematográfica, superior aos filmes de ficção por causa da sua estreita vinculação com a realidade, revelando histórias e personagens reais⁹⁵.

No entanto, a atitude do documentarista não se limita à reprodução da realidade a partir das imagens colhidas *in loco*, pois intervém de forma criativa no trabalho e na análise do material filmado, buscando criar interpretações sobre o tema abordado, sendo um produtor de resultados. Desse modo, o documentário se diferencia do “filme de fatos”, no qual impera a mera descrição e exposição de fatos, pois é definido como o “tratamento criativo da realidade”, com combinações, recombinações e formas criativas de trabalhar o material recolhido *in loco*, para que este seja submetido a uma reflexão, assumindo a montagem do filme especial relevo⁹⁶.

Outro aspecto analisado por Grierson concernente à temática do filme documentário é a potencialidade educacional deste sobre as “massas”, podendo ser utilizado para superar problemas econômicos, sociais ou políticos pela conscientização das pessoas a respeito de suas responsabilidades como cidadãos. No entanto, há críticas à escola *griersoniana*, pois o documentário estaria associado à função de ter uma responsabilidade social, trazendo temas sérios e pesados, no mais das vezes relacionados a injustiças sociais, o que faria o gênero “maçante e aborrecido”, sendo marginalizado da produção cinematográfica ao longo dos anos, bem longe da superioridade pretendida por Grierson nos anos 30⁹⁷.

Assim como o filme de ficção, o documentário utiliza uma série de recursos e técnicas de encenação, tem “personagens”, “cenários” e locações, toda uma série de intervenções, da câmera, do entrevistador, do narrador, do montador, que “alteram” e modificam de forma significativa o mero “registro”. Sendo assim, a pergunta sobre as diferenças entre um filme documentário e um filme de ficção persiste⁹⁸.

A questão sobre o que caracteriza o documentário e o que o diferencia da ficção é uma polêmica antiga e ao mesmo tempo atual. Antiga, porque o contraponto da narrativa ficcional

⁹⁵ PENAFRIA, Manuela. Perspectivas de desenvolvimento para o documentarismo. *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, 1999, p. 02. Disponível em <www.bocc.ubi.pt>. Setembro de 2013.

⁹⁶ *Idem, ibidem*.

⁹⁷ *Idem, ibidem*. p. 03-04.

⁹⁸ BENTES, Ivana. Debate: cinema documentário e educação. In: *Debate: Cinema, documentário e educação*. Ano XVIII, boletim 11, junho de 2008. Disponível em <<http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/164457Cinema.pdf>>. Setembro de 2013.

com a documental sempre existiu. Atual, porque hoje se vive um momento de intensificação dos efeitos de realidade, quando a representação mimética do mundo, base do cinema clássico, pode ser criada e acessada a qualquer momento, através de toda espécie de objetos de audiovisual⁹⁹.

Historicamente, o cinema começa com uma filmagem documental mostrando a saída dos operários de uma fábrica, registrada pelos irmãos Lumière. E aí está a força, autoridade e legitimidade do documentário, que vem dessa relação de registro, documentação, captação do real. Mas, mesmo nesses primeiros registros, uma questão se impõe: uma imagem é sempre um recorte do real, traz um ponto de vista de quem filma, tem um enquadramento, pode mudar de significado ao ser montada e editada ao lado de outras imagens¹⁰⁰.

Assim, apesar de se pensar na diferença entre os gêneros documentais e ficcionais, essa separação radical pode ser questionada, já que as fronteiras entre essas linguagens se misturam. O documentário não é um mero registro do real, como já ressaltado, há inúmeras possibilidades de intervenção sobre o que e quem estiver sendo filmado na hora da filmagem:

De acordo com Ismael Xavier:

Precisamos sair desta dicotomia documentário-ficção, pois não falamos de ficção no sentido clássico, na qual se tem um ator, uma história inventada e um enredo. As pessoas sob o efeito câmera são capazes de dizer e fazer coisas que normalmente não revelariam aos outros, e isto é claro até em um estádio de futebol, quando a torcida encena ao perceber a câmera. Uma pessoa filmada em uma entrevista, por exemplo, se encontrará numa situação ambígua ao ser filmada, pois ao mesmo tempo em que é uma personagem também é um indivíduo. O efeito câmera é um experimento que potencializa experiências e vivências que já são parte do cotidiano, e que são observados conforme a regra do jogo¹⁰¹.

No Brasil, a partir dos anos 90, houve um significativo aumento na produção de documentários de longa-metragem, atualmente, estes são exibidos nos cinemas na mesma programação de filmes de ficção, o que mostra uma mudança de perfil no mercado. O

⁹⁹ RAMOS, Guiomar. Documentário e ficção. In: *Debate: Cinema, documentário e educação*. Ano XVIII, boletim 11, junho de 2008. Disponível em <<http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/164457Cinema.pdf>>. Setembro de 2013.

¹⁰⁰ BENTES, Ivana. Debate: cinema documentário e educação. In: *Debate: Cinema, documentário e educação*. Ano XVIII, boletim 11, junho de 2008. Disponível em <<http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/164457Cinema.pdf>>. Setembro de 2013.

¹⁰¹ ENTREVISTA com Ismael Xavier em agosto de 2009. Disponível em <http://www.sesctv.org.br/revista.cfm?materia_id=59>. Acesso em 10. 09. 2013.

documentário se transformou em um pólo de debate, muito mais intenso do ponto de vista estético e do ser humano em relação à sociedade¹⁰².

Tal mudança se dá por diversos fatores, como por exemplo, a presença das novas tecnologias, que alteraram a agilidade de realização dos documentários e o menor custo na sua produção, com as leis de incentivo fiscal, que permitiram às empresas amenizar impostos com o financiamento de filmes¹⁰³.

Entretanto, para Ismael Xavier, há uma diferença entre o padrão de público que assiste aos filmes de grande sucesso, em relação ao dos documentários – pois este último traz uma linguagem que quebra a rotina e propõe um experimento diferente, o que atrai e, ao mesmo tempo, afasta o espectador¹⁰⁴.

Em Cuba, no final do século XX, já havia documentários falsos sobre a guerra entre os Estados Unidos e Espanha sendo exibidos nos cinemas. Entretanto, foi nos anos 20 que os documentários de longa-metragem começaram a apresentar novos métodos, inclusive com cineastas que caminhavam em direções completamente opostas. Ora, sempre existe uma ‘cena’ diante da câmera para mostrar ao público a mensagem do diretor. A encenação sempre existiu em cinema, seja no documentário seja na ficção¹⁰⁵.

Desse modo, é impossível documentar um experimento sem interferir em seu conteúdo. Alguns cineastas buscam diferentes métodos para desenvolver um tipo de reflexão sobre a vida, sobre a sociedade, que diminuam as intervenções no experimento, mas não as eliminam. No estilo de filmagem *candid camera* (câmera escondida) praticamente não existe interferências, entretanto, este método pode ser questionável do ponto de vista ético¹⁰⁶.

Todo filme tem sua própria maneira de se estruturar, e o modo como o cineasta organiza o filme tem relação com o público que ele espera. Se a intenção é provocar o público, o cineasta procurará uma linguagem mais original, com experimentos que possam quebrar rotinas. Não existe um espectador embora se imagine um, existe um modelo a ser atingido. A indústria, por exemplo, procura trabalhar um espectro amplo de características no

¹⁰² ENTREVISTA com Ismael Xavier em agosto de 2009. Disponível em <http://www.sesctv.org.br/revista.cfm?materia_id=59>. Acesso em 10. 09. 2013. .

¹⁰³ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁴ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁵ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁶ *Idem, ibidem.* .

indivíduo, de modo que variados públicos possam se interessar por um mesmo filme. Já nas produções de baixo orçamento destinadas a uma menor parcela do público, existe uma liberdade maior em radicalizar a proposta - mesmo nos casos em que o diretor está ciente que tal atitude pode arriscar o sucesso do projeto por provocar uma experiência desagradável em quem o assiste¹⁰⁷.

No entanto, a exibição do filme no cinema ou na televisão traz grandes diferenças. Existe uma satisfação em ver filmes documentários projetados em uma tela grande no cinema. Na tela pequena há uma perda do ponto da experiência do espectador. Então, mesmo que um documentário de baixíssimo orçamento seja produzido, é muito raro que ele seja exibido diretamente na televisão, como *Notícias de uma guerra particular*, de João Moreira Salles. No entanto, tal decisão é pessoal e até estratégica do ponto de vista comercial. Em uma sala de cinema, os documentários, com sorte e sucesso, podem atingir 10 mil espectadores, diferente da televisão, em que este número pode chegar a 100 mil¹⁰⁸.

Para Ismael Xavier:

A repercussão de crítica é totalmente diferente em ambas as mídias. A sala de cinema significa uma legitimação e uma possibilidade de discurso em torno daquilo que fica documentado, pois os produtores têm um grande receio de que suas obras sejam esquecidas, passem em branco. O fato é que não importa apenas o número de espectadores, mas sim a qualidade da experiência de quem assistiu o documentário¹⁰⁹.

As películas conduzem o ser humano pelas veredas intrigantes das imagens em movimento, pelos labirintos das dúvidas acerca das dualidades entre “real” e “ficção”, “verdadeiro” e “falso”, “imagem” e “palavra”, pois convida o espectador a compreender o cinema não só como arte, mas como linguagem mobilizadora e desestabilizadora de nossas certezas. De acordo com Manuela Penafria, o documentário, mais do que um “espelho do real”, promove discussões e dá significado à realidade:

O documentário não é um mero "espelho da realidade" não apresenta a "realidade tal qual", ao combinarem-se e interligarem-se as imagens obtidas in loco está-se a construir e a dar significado à realidade, está-se o mais das vezes não a impor significados, mas a mostrar que o mundo é feito de muitos significados. Isto conduz-nos àquilo que se pretende que um documentário seja, que se exclua o

¹⁰⁷ ENTREVISTA com Ismael Xavier em agosto de 2009. Disponível em <http://www.sesctv.org.br/revista.cfm?materia_id=59>. Acesso em 10. 09. 2013.

¹⁰⁸ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁹ *Idem, ibidem.*

voyeurismo ou mero sensacionalismo a favor do questionamento e da discussão através da construção de argumentos (em especial, e no meu entender, de modo visual - fazendo uso das imagens)¹¹⁰. (grifos do autor)

Diante disso, faz-se necessário transcrever as palavras da professora Mara Regina de Oliveira:

Este trabalho desenvolverá um diálogo interdisciplinar entre artes e humanidades no campo da Filosofia do Direito (...). Dada a enorme complexidade das questões que envolvem o tema da justiça e outros problemas jurídico filosóficos relevantes, torna-se necessário superar, em parte, as especializações formais teóricas, a fim de viabilizar uma visão crítica mais global e humanista do problema. (...) fazer um estudo zetético jurídico, que inclua as manifestações artísticas, não só como referências exemplificativas das teorias filosóficas propostas, mas também como mediadora de uma possível expansão do próprio pensar filosófico (...). Os textos teóricos nos ajudam a entender o problema da justiça, em termos conceituais e racionais. Já a obra artística nos ajuda a vivenciar o seu lado humano, emotivo e extremamente ambíguo (...)¹¹¹.

¹¹⁰ PENAFRIA, Manuela. Perspectivas de desenvolvimento para o documentarismo. *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, 1999, p. 01. Disponível em <www.bocc.ubi.pt>. Setembro de 2013.

¹¹¹ OLIVEIRA, Mara Regina de. O mercador de Veneza e o problema da justiça. In: *Revista Brasileira de Filosofia*, ano 58, volume 232, p. 294, 295 e 316, janeiro-junho de 2009. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. p. 294, 295 e 316.

CAPÍTULO 2 - DIREITO, PODER E VIOLÊNCIA

2.1 DIREITO E PODER

“Na verdade, o poder não é obra de uma só força concreta, pois ele existe lá onde essa força é, às vezes, mínima, mas também não é obra apenas da participação, pois ele existe também lá onde a sociedade não participa do poder”. (Tercio Sampaio Ferraz Junior, 2002, p. 07).

O poder pode ser percebido no direito, na economia, na política, na cultura, na ciência, na força, na resistência e até mesmo na fraqueza¹¹²,

Vemos que mesmo o natural e, aparentemente, inocente processo biológico de digestão, que afeta todos os homens e lhes garante a sobrevivência, oculta uma terrível relação de poder entre dois seres, ou seja, entre o ser que “engole” e o ser que é “engolido”, que se concretiza no momento em que este último perde a sua forma, ao ser incorporado àquele que o digeriu¹¹³.

Sendo assim, a questão é saber o que se irá abordar e por onde começar, pois, “de todos os modos, é um cerco que não cerca nem mesmo quando se utilizam todas essas cercas, que acabam por se interceptarem, mas criando inevitáveis vazios”¹¹⁴.

O uso linguístico do poder direciona a pensar o poder como substância (coisa), por outro lado, como comportamento, este uso induz uma substância, fazendo-se pensar o poder como relação, complexo, tal como um processo, não só teria uma história, mas seria histórico¹¹⁵, já que uma linguagem não é apenas uma maneira de falar prescrita, mas, também, um tema de discussão prescrito para o discurso político. Cada contexto linguístico indica um contexto político, social ou histórico, no interior do qual a própria linguagem se situa. Cada linguagem seleciona e prescreve o contexto dentro do qual ela deverá ser reconhecida. Dado que cada uma dessas linguagens levou tempo para se formar, ela deve necessariamente apresentar uma dimensão histórica¹¹⁶.

¹¹² FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Estudos de Filosofia do Direito, reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 02.

¹¹³ OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre o poder, obediência e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006. p. 15.

¹¹⁴ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Estudos de Filosofia do Direito, reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 02.

¹¹⁵ *Idem*, *ibidem*. p. 02.

¹¹⁶ POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 36 e 37.

A filosofia política apresenta três categorias de teorias do poder: a substancialista, a subjetivista e a relacional. Nas teorias substancialistas o poder é entendido como uma coisa que serve para alcançar outro bem qualquer. As teorias subjetivistas afirmam que o objetivo não é alcançado pela coisa, mas pela capacidade do sujeito de obter certos efeitos. Por fim, nas teorias relacionais o foco é a relação entre os sujeitos, na qual um induz o outro a agir de certo modo¹¹⁷.

Diante disso, o que seria poder? Coisa, instrumento, substância, capacidade, relação, verbo ou substantivo? O verbo poder, não só em português, mas em diversas línguas, exige mais de uma palavra para sua variada expressividade¹¹⁸. De acordo com Hanna Arendt:

A própria palavra, como seu equivalente grego, *dynamis*, e o latino, *potentia*, com seus vários derivados modernos, ou o alemão *Macht* (que vem da *mögen* e *möglich*, e não de *machen*) indicam seu caráter de “potencialidade”. O poder é sempre, como diríamos hoje, um potencial de poder, não uma entidade imutável, mensurável e confiável como a força. Enquanto a força é a qualidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre os homens quando agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam¹¹⁹. (grifo do autor)

Desde Aristóteles, a filosofia e teoria política identificam, nas relações familiares, do senhor com os escravos, formas de poder, que historicamente se uniram ao poder espiritual, intelectual, econômico, entre outros. O poder político foi identificado com a ordem geral da sociedade e com a violência, o que leva a falar sobre conflito e Estado¹²⁰.

Pode-se falar em Platão ao procurar o marco inicial da reflexão sobre o poder, apesar de alguns partirem de Maquiavel como inaugurador da ciência política moderna. Thomas Hobbes é ponto de partida no tema da relação entre poder e violência no Estado de Direito, bem como referência para as teorias envolvendo consenso e conflito, já que inverte a afirmação de Aristóteles de que o ser humano é um animal social¹²¹.

Para Hobbes, no estado de natureza, que talvez nunca tenha existido, mas representa a fundação do poder político como forma de impor ordem ao conflito, há uma guerra de todos

¹¹⁷ BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo e Sociedade*: para uma teoria geral da política. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. p. 77 e 78.

¹¹⁸ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Estudos de Filosofia do Direito, reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 02-04.

¹¹⁹ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 212.

¹²⁰ BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo e Sociedade*: para uma teoria geral da política. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. p. 76 – 85.

¹²¹ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 43-68.

contra todos. Assim, o poder é um meio utilizado pelos homens para obter um bem futuro, e ao ser concedido por vários homens a um só torna o maior poder possível. Apesar de ser este o fundamento contratualista do Estado, Hobbes ressalva que esta não é a única associação possível entre os homens, mas é a única que permite a um governo controlar o poder coercitivo a partir da cessão dos direitos naturais, com exceção do direito de resistência que é inessível. Neste sentido, do conflito surgiria a associação política, que criaria um governo pela vontade dos homens onde há estabilidade, ou seja, paz¹²².

Em sentido contrário, colocando a fundação do poder como causa dos conflitos está Marx, que explica o poder político em termo de conflito entre classes que buscam a dominação. O poder como forma de exercício do domínio de classes aparece como correlato da violência na medida em que as classes dominantes a monopolizam para garantir sua posição, sendo o Estado instrumento para a garantia desse domínio¹²³.

Ao admitir uma definição de poder, Weber trabalha com o conceito de dominação, ou seja, “probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis”. A dominação não serviria a meios econômicos, nem se basearia somente neles, já que seriam muitos os motivos individuais para a obediência, apesar de toda dominação ter pretensões de legitimidade e essas serem o motivo geral e presumível para a obediência. Os três tipos puros de dominação legítima seriam: a dominação tradicional, a carismática e a racional. Em cada uma a crença da legitimidade encontra diferentes fundamentos. Na tradicional, a crença baseia-se na santidade das tradições vigentes; na dominação carismática o fundamento está na crença em atributos pessoais de uma pessoa; e na dominação racional está baseada na crença da legitimidade da ordem e do direito que nomeia uma pessoa para exercer a dominação¹²⁴.

Ao definir Estado, Weber toma cuidado para não atribuir tarefas a este, já que estas podem sofrer alterações. Diante disso, sua definição do Estado moderno é a de comunidade humana que, em determinado território, clama para si o monopólio do uso legítimo da força (coação). Deve-se ressaltar que apesar de o autor identificar o Estado pelo monopólio dos

¹²² HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

¹²³ MARX, R. O. *18 Brumário*. São Paulo: Boitempo, 2011. BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. p. 76-85.

¹²⁴ WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos de uma sociologia compreensiva*. Brasília: UNB, 2004. p. 33. Vol. 1/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. p. 139 – 198. Vol. 1.

meios de coação física, esta não seria o único meio do Estado, mas, apenas, sua característica distintiva¹²⁵.

Diante disso, o poder deve ser estudado de alguma maneira, ou seja, direta ou indiretamente parte-se de uma definição de poder e de uma análise do seu fenômeno, e António Manuel Hespanha expõe a definição do poder político que privilegiou no estudo da obra *As Vésperas do Leviathan* como forma de dominação apoiada num sistema institucionalizado de coerção, qual seja, a de Weber, que distingue o poder político dos restantes instrumentos de dominação social pelo fato de conter em si a ameaça de constrangimento, apesar de saber que os mecanismos políticos nem sempre se situam no domínio do coercitivo ou do poder e direito “oficiais”¹²⁶. Em relação ao elemento coerção, faz a seguinte ressalva:

Mas temos hoje a consciência de que insistir muito no traço distintivo da coerção nos faz correr o risco de cair no erro, que M. Foucault denuncia como típico da história jurídico – institucional, de ignorar os mecanismos disciplinares, também eles situados ao nível do “político”, que funcionam pela positiva e não pela proibição¹²⁷.

De acordo com a mesma perspectiva do poder estudada por Hespanha, faz-se necessário verificar historicamente a formação do positivismo jurídico no século XIX partindo do saber ético-prudencial dos romanos, bem como as consequências desta concepção.

2.1.1. Positivização do direito

A análise histórica da dogmática jurídica possibilitará identificar o papel que ela desempenhou na vida social, e como o pensamento dogmático se desenvolveu na cultura

¹²⁵ WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos de uma sociologia compreensiva*. Brasília: UNB, 2004. p. 517. Vol. 1/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. p. 529 – 198. Vol. 1.

¹²⁶ HESPANHA, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan*. Coimbra: Livraria Almeida, 1994. p. 16 e 37.

¹²⁷ *Idem, ibidem*. p. 37 e 38.

brasileira em decorrência do pensamento jurídico (continental) europeu, com exclusão do anglo-saxão, o que leva a Roma antiga¹²⁸.

Na Antiguidade Clássica, o direito, como forma cultural sagrada, tinha um caráter ético e prudencial, como virtude moral do equilíbrio e ponderação nos atos de julgar. A prudência, qualificada como jurisprudência, correspondia a um quadro regulativo geral, ficando a legislação restrita à regulação de matérias especiais. Partindo-se do problema encontrava-se a solução, ao contrário do que acontece atualmente que se parte da norma posta. Além disso, o uso da técnica dialética, entendida como a arte das contradições e do exercício do confronto das opiniões, conduziu os romanos a um saber de natureza prática. Pela argumentação, o jurista não se limita mais a aceitar o direito, pois este é construído de forma responsável, partindo do problema e organizando as possibilidades de solução alternativas, ou seja, estabelece-se um nexo entre os casos, apesar de não estarem ordenados em um sistema pré-estabelecido e logicamente organizado¹²⁹.

Com o declínio do Império Romano e o advento do Cristianismo, houve uma distinção entre política e religião e foi introduzida a dogmaticidade no pensamento jurídico que, a princípio, compatibiliza-se com pensamento prudencial, na medida em que os casos singulares não desaparecem, mas se tornam paradigmáticos, devendo estar em correlação compatível. Os juristas passam a dar um tratamento metódico e explicativo aos textos pré-fabricados e aceitos pela sua autoridade, empenhando-se numa harmonização na leitura e aplicação dos textos dogmáticos, sanando as possíveis contradições, desenvolvendo uma hermenêutica própria¹³⁰.

A dogmatização do Direito tem clara correlação com a racionalização do poder. O pensamento jurídico se formou em torno do poder real, o que possibilitará a noção de soberania, conceito-chave que dominará a organização jurídica do poder. A soberania mostrará o problema jurídico da legitimidade, pois as disputas se darão em torno do fundamento do direito de se exigir obediência e dos limites desse direito. Na Idade Média, no continente europeu, o sistema do direito baseado no soberano vê o poder real baseado na relação mando/obediência, soberano/súdito e no apossamento físico da terra. O Direito era um só, já que Deus é único, ficando a soberania limitada pela ideia de soberania divina, ou seja,

¹²⁸ FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 55.

¹²⁹ *Idem, ibidem*. p. 56 – 59.

¹³⁰ *Idem, ibidem*. p. 61 -64.

de um poder político que encontra a sua fonte e seu limite em Deus e ainda espelhava uma concepção ética de poder, no sentido de que o bem comum é a obediência às leis que o poder prescreve¹³¹.

Na Era Moderna, a partir do Renascimento, o direito perde progressivamente seu caráter ético e, portanto, sagrado, em razão do processo de secularização e tecnicização. O humanismo renascentista, diferentemente da legitimação do Direito Romano, torna a interpretação dos textos mais sofisticada e abstrata. Surge a concepção do ordenamento como sistema, bem como a noção de organização, cálculo e burocratização. Estado Moderno, Renascimento e desenvolvimento do capitalismo são conceitos centrais para a positivação, que significou a institucionalização da mutabilidade do direito, sendo este totalmente revisto, pois é tomado em sua dinâmica, e não mais como um conjunto estático¹³².

No século XIX, ocorre uma crise de racionalidade, pois entre os séculos XVI e XVIII o direito se tornou cada vez mais estrito, sendo que o direito natural não estava preso a nenhuma fonte positiva. A situação se altera, pois com o acolhimento das teorias clássicas da divisão dos poderes, o legislativo passa a ocupar um lugar privilegiado na produção normativa, sendo a lei a principal fonte do direito. A mutabilidade do direito é institucionalizada, o que corresponderá ao chamado fenômeno da positivação¹³³.

A positivação do direito tem um sentido filosófico e um sentido sociológico. No sentido filosófico, significa o ato de positivar, ou seja, estabelecer um direito não pela razão, mas por força de um ato de vontade, o que leva à definição do direito como um conjunto de normas que são válidas em razão da força da autoridade constituída. Por outro lado, chamado sentido sociológico, que surgiu como reação à arbitrariedade das decisões do antigo regime e como necessidade de segurança, reflete a crescente importância da lei votada pelo parlamento como fonte do direito, já que o rei foi substituído pela nação, não se falando mais em soberania divina, mas popular¹³⁴.

O sistema jurídico, como era considerado fechado, não tinha lacunas, sendo o raciocínio jurídico aplicado por meio da subsunção, já que foi desenvolvido o estabelecimento

¹³¹ FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 64 e 65.

¹³² *Idem, ibidem*. p. 65 e 66; 179 – 181.

¹³³ *Idem, idem*. p. 72 – 74.

¹³⁴ FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 73 e 74.

de uma premissa maior, que conteria o diretivo legal, uma premissa menor, que representaria o fato concreto, sendo que a conclusão manifestaria o juízo concreto. Apesar das críticas a essa concepção dogmática levada ao extremo, o legalismo foi uma exigência política e econômica. A velocidade das transformações tecnológicas aumentava com a Revolução Industrial, clamando por respostas mais prontas do direito, que o direito costumeiro não podia fornecer, diferentemente do direito reduzido ao legal, que fazia crescer a disponibilidade temporal sobre o direito, cuja validade foi sendo percebida como algo maleável e, ao fim, manipulável, podendo ser tecnicamente limitada e controlada no tempo, adaptada a prováveis necessidades futuras de revisão. Assim, de *praxis*, o direito passa a ser *poiesis*, ou seja, de uma prudência prática para uma técnica poética¹³⁵.

2.1.2 Teorias da soberania do poder e ordenamento

Na dogmática jurídica, tradicionalmente, o poder não é incorporado como elemento básico. Não que seja descartado, mas é encarado como fato extrajurídico. A expressão *poder* é utilizada com diversos significados, tais como substância, faculdade de produzir obediência e instrumento de exercício de império de soberania¹³⁶.

Sob a perspectiva histórica, ou seja, de como o poder se concebeu no tempo, e não da perspectiva da história da manifestação do poder, pode-se afirmar que a tradição sempre tomou o poder como um fato, e como fato, surge a questão da obediência. Diante disso, as teorias do poder foram teorias normativas, ou seja, partem de um dever-ser, que possuíam o objetivo de justificar a obediência, e não explicar o fenômeno do poder de modo unitário¹³⁷. Nesse contexto, se o poder deve ser obedecido, a pergunta que deve ser feita é: Por que obedecer?

Em uma concepção causal do porquê, busca-se a causa da obediência e surgem as teorias da soberania. Por outro lado, em uma concepção finalista, busca-se a finalidade da

¹³⁵ *Idem, ibidem.* p. 74 e 75.

¹³⁶ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Estudos de Filosofia do Direito, reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 05 e 06.

¹³⁷ *Idem, ibidem.* p. 07.

obediência e surgem as teorias da função estatal¹³⁸. Nas palavras de Tercio Sampaio Ferraz Junior:

Essas teorias são bem conhecidas dos juristas e são elas que, no correr do século XX, formam o pensamento jurídico sobre o poder. Isto é, as teorias jurídicas, que são teorias normativas ou cripto-normativas, reconhecem o dado do poder e lhe atribuem uma propriedade misteriosa que é sua *duração*: o que existe, *pressupõem* elas, é a crença humana na legitimidade do poder, a esperança de seu bom uso e o sentimento de sua força. Daí para frente, as teorias jurídicas do poder se tornam *justificações* mais ou menos bem construídas de seu exercício, as quais acabam por *reforçar* aquele mesmo exercício. Seu problema é não o que seria necessário para o poder *ser*, mas o que seria necessário para ser *bom, útil, adequado, eficiente*, etc.¹³⁹.

As teorias da soberania, que explicam e justificam o poder por sua causa eficiente, veem na obediência um dever e na soberania um direito, o direito de comandar em última instância, e por isso a questão de quem seria o titular originário desse direito é de suma importância. A vontade que o poder deve emanar pode ser uma vontade divina, do soberano ou mesmo do povo¹⁴⁰.

Na perspectiva da soberania popular, a compreensão do poder político sob uma visão jurídica, é a de ver o poder como um conjunto de positivamente no sentido de que o objetivo é o bem comum, e este é a obediência às leis que o poder estabelece. Diante disso, a soberania adquire um papel mais abstrato. O Estado moderno surge neste contexto, e tem como pressuposto o reconhecimento do governo como unidade de ordem permanente. Obedece-se a uma estrutura peculiar, a estrutura hierárquica, implícita na noção de soberania¹⁴¹.

2.1.3 O direito como monopólio legítimo da força

No contexto das teorias da soberania, o direito de comandar, seja pela origem divina ou popular, explica e justifica a obediência. O poder tem uma estrutura hierárquica, estando o poder soberano no ápice da estrutura por não existir nenhum poder superior, e sendo assim,

¹³⁸ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Estudos de Filosofia do Direito, reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 07 e 08.

¹³⁹ *Idem, ibidem*. p. 08.

¹⁴⁰ *Idem, ibidem*. p. 09 -14.

¹⁴¹ *Idem, ibidem*. p. 11-15.

detém o monopólio da força. Desse modo, o direito se mostra como um conjunto de regras que se fazem valer pela força, um ordenamento normativo de eficácia reforçada¹⁴².

A sanção socialmente organizada consistente na privação de posses, por exemplo, é uma sanção que tem o caráter de uma medida de coerção, o que não significa que a força física deva ser aplicada na execução da sanção, mas que ela pode eventualmente ser empregada, pois as sanções são medidas coercitivas apenas no sentido de que certas posses são tiradas dos indivíduos contra a sua vontade. Pode-se chamar de ordem coercitiva uma ordem social que busca efetuar nos indivíduos a conduta desejada por meio da decretação de medidas de coerção, ou seja, é assim chamada já que ameaça atitudes socialmente danosas com medidas de coerção, nesse sentido é que o Direito é uma ordem coercitiva¹⁴³.

Diferentemente de tal ordem coercitiva, há outras que têm sua eficácia baseadas na obediência voluntária, nas quais os indivíduos cumprem às normas não por medo das sanções, mas por outros motivos. No entanto, segundo Kelsen, a coerção¹⁴⁴ é um elemento essencial do Direito, não se referindo à conduta efetiva dos indivíduos sujeitos à ordem jurídica, mas à própria ordem jurídica, ao fato de que esta sustenta sanções e que, exatamente por isso e apenas por isso, ela é distinta de outras ordens sociais. Diante disso, o que distinguiria a ordem jurídica das demais ordens sociais, seria o fato de que ela regula a conduta humana por meio de uma técnica específica, como ordem coercitiva¹⁴⁵.

Kelsen fundamenta sua concepção do Direito como ordem coercitiva afirmando que ordens sociais que prevaleceram em diferentes épocas e culturas são chamadas de ordens jurídicas por possuírem um elemento comum, ou seja, a técnica social que consiste em obter a conduta socialmente desejada dos homens por meio da ameaça de uma medida de coerção a ser aplicada no caso de conduta contrária. Desse modo, as ordens sociais denominadas de

¹⁴² FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Estudos de Filosofia do Direito, reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 15.

¹⁴³ KELSEN, Hans. *Teoria Geral do Direito e do Estado*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 26 e 27.

¹⁴⁴ Kelsen usa indistintamente os termos coerção e coação, diferentemente de Tercio. Para este, coação se refere à sanção, entendida como a imputação de um mal como consequência a determinada conduta tida como indesejável, do ponto de vista social; já a coerção diz respeito à relação de autoridade institucionalizada. (FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 121.)

¹⁴⁵ KELSEN, Hans. *Teoria Geral do Direito e do Estado*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 26 e 27, 35 – 37.

“Direito” nas diferentes épocas têm como elemento comum uma técnica social específica de uma ordem coercitiva¹⁴⁶, o que leva Kelsen a afirmar o seguinte:

Mas, caso a ordem social viesse, no futuro, a não mais possuir o caráter de ordem coercitiva, caso a sociedade viesse a existir sem “Direito”, então, a diferença entre essa sociedade do futuro e a do presente seria incomensuravelmente maior que a diferença entre os Estados Unidos e a Babilônia antiga, ou entre a Suíça e a tribo *ashanti*¹⁴⁷. (grifo do autor)

Para Hans Kelsen os atos de coerção podem ser de dois tipos, a sanção, ou seja, atos de coerção que são estatuídos contra uma ação ou omissão, e os atos de coação que não têm esse caráter, “são atos a executar mesmo contra a vontade de quem por eles é atingido e, em caso de resistência, com o emprego da força física”¹⁴⁸. A sanção, como pena ou execução, corresponde à realização compulsória de um mal. A diferença é que a pena realiza esse mal através da privação compulsória de um bem ou direito ou então por um castigo corretivo, já a execução, ao realizar o mal, compensa o ilícito com uma indenização, reestabelecendo a situação conforme o Direito¹⁴⁹.

Para Kelsen, “somente pelo fato de uma ação ou omissão determinada pela ordem jurídica ser feita pressuposto de um ato de coação estatuído pela mesma ordem é que ela é qualificada como ilícito ou delito”. Na mesma linha de pensamento, o ato de coação só tem caráter de uma sanção porque é estabelecido por uma ordem jurídica. Assim, o autor refuta a ideia de que o ilícito deriva da moral, ou seja, refuta o jusnaturalismo e reafirma o positivismo jurídico. Para ele, será ilícito tudo o que estiver prescrito como tal, ainda que alguns indivíduos, até mesmo um jurista, não considerem prejudicial ou até considerem útil uma ação ou omissão¹⁵⁰. Nesse sentido:

Se se concebe o Direito como ordem coercitiva e se tomam em consideração apenas aquelas normas que estatuem sanções, isto é, atos de coação, como reações contra uma conduta por isso mesmo qualificada como ilícito, o Direito é reação contra o ilícito; e, então – como diz Tomás de Aquino, *Summa Theologica*, I-II, 96, Art. 5 -, apenas os maus e não os bons estão sujeitos à ordem jurídica (...) ¹⁵¹.

¹⁴⁶ KELSEN, Hans. *Teoria Geral do Direito e do Estado*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 27.

¹⁴⁷ *Idem, ibidem*. p. 28.

¹⁴⁸ KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 121.

¹⁴⁹ *Idem, ibidem*. p. 121 e 122.

¹⁵⁰ *Idem, ibidem*. p. 122 – 124.

¹⁵¹ KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Nota de rodapé 2 do capítulo 4, p. 414 e 415.

Kelsen ressalta, ao definir o conceito de ilícito, que o ilícito aparece como um “pressuposto (condição) e não como uma negação do Direito; e, então, mostra-se que o ilícito não é um fato que esteja fora do Direito e contra o Direito, mas é um fato que está dentro do Direito e é por este determinado”¹⁵². O autor crê que quando se trata da conduta “contrária” ao Direito, o elemento condicionante é o ato de coação e quando se fala em conduta “conforme” o Direito, é a conduta que evita o ato de coação, ou seja, a sanção; desse modo, o ato ilícito seria, assim como o lícito, jurídico¹⁵³.

O ato coativo, ou seja, a sanção é exatamente do mesmo tipo que o ato que ele busca prevenir nas relações dos indivíduos, ou seja, o delito. As condutas são similares; desse modo, nas palavras de Kelsen, “a força é empregada para prevenir o emprego da força na sociedade”¹⁵⁴. Apesar da aparente antinomia, o Direito, ainda assim, tem como objetivo a promoção da paz, na medida em que proíbe o uso da força entre os indivíduos, apesar de não excluir absolutamente o uso da força, visto ser uma organização desta. Para Kelsen:

O indivíduo que, autorizado pela ordem jurídica, aplica a medida coercitiva (a sanção) atua como um agente dessa ordem ou – o que equivale a dizer o mesmo – como um órgão da comunidade, constituído por ela. Apenas esse indivíduo, apenas o órgão da comunidade, está autorizado a empregar a força. Por conseguinte, pode-se dizer que o Direito faz do uso da força um monopólio da comunidade. E, precisamente por fazê-lo, o Direito pacifica a comunidade¹⁵⁵.

A sanção pode ser entendida como expediente por meio do qual se busca evitar a erosão da lei pelas ações contrárias a ela, ou seja, é a resposta à violação, prevalecendo o princípio da autoridade. A sanção jurídica é uma resposta externa e institucionalizada, diferenciando-se das sanções morais e sociais¹⁵⁶.

Muitos consideram o critério da sanção essencial para identificar as normas jurídicas, mesmo que não seja um critério exclusivo. A institucionalização da sanção tem como principal efeito a maior eficácia das normas, as normas jurídicas adquirem uma eficácia reforçada¹⁵⁷.

¹⁵² *Idem, ibidem.* p. 127.

¹⁵³ *Idem, ibidem.* p. 124 – 128.

¹⁵⁴ KELSEN, Hans. *Teoria Geral do Direito e do Estado*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 30.

¹⁵⁵ *Idem, ibidem.* p. 30.

¹⁵⁶ BOBBIO, Norberto. *Teoria da norma jurídica*. Bauru, SP: Edipro, 2001. p. 153.

¹⁵⁷ BOBBIO, Norberto. *Teoria da norma jurídica*. Bauru, SP: Edipro, 2001. p. 160 e 161.

Ao passar das normas inferiores às superiores é possível verificar que estas careçam de sanções, mas esta característica, segundo Norberto Bobbio, é natural, já que quanto mais alto se sobe no escalão mais perto se está das fontes do poder, e por isso diminui a carga de autoridade entre quem põe a norma e quem deve obedecê-la, para o autor:

O aparato coercitivo perde vigor e eficiência, até que, chegando às fontes do próprio poder, isto é, ao poder supremo (como o que se denomina “constituente”), uma força coercitiva não é absolutamente mais possível, pela contradição que não o consente, ou seja, porque se esta força existisse, aquele poder não seria mais supremo¹⁵⁸.

A relação entre direito e força, neste caso, dá-se na medida em que se passa das normas inferiores às superiores, passa-se da fase na qual a força é dirigida a aplicar o direito àquela em que serve para produzi-lo, ou seja, do conceito de força como sanção de um direito já estabelecido para força como produção de um direito que deve valer no futuro¹⁵⁹.

Norberto Bobbio afirma que nesta passagem ocorre uma inversão das relações entre direito e força, nos planos mais baixos a força estaria a serviço do direito, já nos mais altos o direito estaria a serviço da força, já que seria impossível constranger com a força quem detém a própria fonte da força. Nas palavras do autor:

Com outra expressão, podemos dizer que, olhando um ordenamento jurídico de baixo para cima (e é este o ponto de vista mais genuinamente jurídico, isto é, próprio do jurista), vemos um poder coercitivo voltado a fazer com que um conjunto de regras seja obedecido; olhando de cima para baixo (e é este o ponto de vista mais propriamente político), vemos um conjunto de regras destinadas a fazer com que um poder possa exercer-se¹⁶⁰.

Tercio Sampaio Ferraz Junior descreve a explicação de Norberto Bobbio para o fundamento de validade do ordenamento jurídico da seguinte maneira:

Bobbio (1960:51) nos dá outra explicação. Observando que Kelsen, com sua norma fundamental pressuposta, está buscando o impossível (validade não relaciona), propõe ele que a norma última identifique-se com um ato de poder. A norma fundamental é a que é posta por poder fundante da ordem jurídica e sua característica é a efetividade: ou o poder se impõe, ou não é poder fundante e não teremos norma fundamental. Desse ponto de vista, justifica Bobbio que, se qualquer norma é posta, nem toda norma é válida. Se um juiz estabelece uma norma, uma sentença, fora da sua competência, houve posituação, mas a norma não é válida. Quando subimos na

¹⁵⁸ BOBBIO, Norberto. *Teoria da norma jurídica*. Bauru, SP: Edipro, 2001. p. 168.

¹⁵⁹ *Idem, ibidem*. p. 168.

¹⁶⁰ *Idem, ibidem*. p. 169.

hierarquia, porém, a distância entre a positividade e a validade vai estreitando-se até chegarmos àquele primeiro ato de poder, por exemplo, o poder constituinte, que, ao positivar uma norma, já a estabelece como válida: não há mais distancia entre uma coisa e outra¹⁶¹.

A objeção ao conteúdo da norma fundamental é a de que fazer depender o sistema normativo do poder originário significa reduzir o direito à força. No entanto, Bobbio esclarece que não se deve confundir poder com a força, especialmente a força física¹⁶².

Quando a norma fundamental diz que se deve obedecer ao poder originário, não se deve absolutamente ser interpretada no sentido de que devemos nos submeter à violência, mas no sentido de que devemos nos submeter àqueles que têm o poder coercitivo. Mas esse poder coercitivo pode estar na mão de alguém por consenso geral. Os detentores do poder são aqueles que têm a força necessária para fazer respeitar as normas que deles emanam. Nesse sentido, a força é um instrumento necessário do poder. Isso não significa que ela seja o fundamento. A força é necessária para exercer o poder, mas não para justificá-lo¹⁶³.

Sendo o Direito um conjunto de regras com eficácia reforçada, ele é impensável sem o exercício da força. Não se pode reduzir o poder à força, mas deve-se reconhecer que a força é necessária para a realização do Direito, ou seja, a força é um instrumento para realização do Direito¹⁶⁴.

Diferentemente de Bobbio, Kelsen entende que a força é objeto do Direito e não instrumento, já que este regula o exercício da força, ou seja, o Direito não pode, na verdade, existir sem a força, no entanto, não se identifica com ela¹⁶⁵. Para Bobbio o objetivo do legislador não é organizar a força, mas organizar a sociedade mediante a força¹⁶⁶.

2.2 PODER E VIOLÊNCIA

“O século passado, mas também este que começa, vincularam seu tempo histórico ao paradoxo da razão”. (Raffaele De Giorgi, 2006, p. 225).

¹⁶¹ FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 189.

¹⁶² BOBBIO, Norberto. *Teoria do ordenamento jurídico*. 10ª ed. Brasília: Editora da UNB, 1999. p. 65.

¹⁶³ *Idem, ibidem*. p. 66.

¹⁶⁴ *Idem, ibidem*. p. 66 e 67.

¹⁶⁵ KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 238.

¹⁶⁶ BOBBIO, Norberto. *Teoria do ordenamento jurídico*. 10ª ed. Brasília: Editora da UNB, 1999. p. 68-70.

Hannah Arendt critica o consenso entre teóricos políticos de esquerda e direita de tratar a violência como uma apenas uma flagrante manifestação de poder, por isso concentra-se em autores que não acreditam que o corpo político, suas leis e instituições, sejam apenas supre estruturas coercitivas¹⁶⁷.

Desse modo, a autora entende essencial diferenciar as palavras “poder”, “fortaleza”, “força”, “autoridade”, e finalmente “violência”. “Poder” corresponderia à capacidade humana de agir de comum acordo, não seria uma substância pertencente a um indivíduo, diferentemente da “fortaleza”, que designa algo no singular, uma propriedade inerente a um objeto ou pessoa¹⁶⁸.

Por outro lado, a “força”, utilizada muita vezes como violência, indica as forças da natureza ou das circunstâncias, e não um instrumento de coação humano. Já a palavra “autoridade” demonstra o reconhecimento incondicional daqueles que devem obedecer, não sendo necessárias coação ou persuasão. A “violência” estaria próxima da fortaleza, sendo diferenciada pelo seu caráter instrumental, caracterizando a imposição de um sobre o outro, já que os implementos da violência seriam usados para multiplicar a fortaleza natural até que no último estágio de seu desenvolvimento possam substituí-la¹⁶⁹.

A autora faz a ressalva de que tais distinções quase nunca correspondem a compartimentos estanques no mundo real, do qual são extraídas, pois é comum ver a associação de violência e poder. Apesar disso, não decorre que tais conceitos sejam sinônimos¹⁷⁰. No presente trabalho nos limitaremos à análise da relação entre poder e violência e seus desdobramentos, utilizando os termos violência, força, coerção e coação como sinônimos, apesar da diferença apontada por Hannah Arendt.

A força estaria associada a algo que se encontra perto e presente, sendo mais coercitiva e imediata que o poder. A força com o tempo pode se transformar em poder, ou seja, o poder é antes força, sendo que nos momentos de crise o momento da decisão volta a ser força pura¹⁷¹.

¹⁶⁷ ARENDT, Hannah. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 2010. p. 116.

¹⁶⁸ *Idem, ibidem*. p. 123.

¹⁶⁹ *Idem, ibidem*. p. 123 e 124.

¹⁷⁰ *Idem, ibidem*. p. 124 e 125.

¹⁷¹ CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 281.

De acordo com Elias Canetti, a diferença entre força e poder pode ser demonstrada pela relação entre o gato e o rato, pois sendo o rato capturado ele se encontra sob a força do gato. No entanto, se o gato começar a brincar com o rato haverá um novo elemento, pois já não se encontra sob aquela força, apesar de o gato ter poder para pegá-lo de volta. Se o gato deixar o rato correr indefinidamente, é possível que este escape de sua esfera de poder. Desse modo, a pergunta que se faz é: mas até que ponto o rato estará sob o poder do gato para que este possa alcançá-lo? Para o autor, o espaço pelo qual o gato projeta sua sombra seria o espaço de poder em que se encontra o rato¹⁷².

Diferentemente da força, o poder possui uma ampliação do tempo e do espaço. Na prisão, por exemplo, podem-se dar alguns passos para um lado e para o outro sob os olhos do carcereiro, assim como o rato faz na sombra do gato¹⁷³.

A identificação entre poder e violência tomou a ribalta na ciência política após as duas guerras mundiais. A Guerra Fria criou uma situação de impotência do poder, já que a capacidade destrutiva do arsenal bélico das duas potências era tão grande que impedia seu próprio uso, desse modo, o poder identificado com a violência era um poder impotente¹⁷⁴.

O poder é tão fragmentado que não se sabe mais onde ele está. Nas palavras de Mara Regina de Oliveira:

Qualquer pretensão de tornar o poder uma “substância” ética, que pertence unicamente ao Estado soberano, desvinculado das relações de força, consiste, de fato, numa saída conveniente para as teorias jurídicas dogmáticas, que, simplesmente, transformam a questão da obediência e da própria legitimidade numa premissa inquestionável, favorecendo a crença nas instituições políticas para que permaneçam como um símbolo ideal aos olhos da sociedade. Assim, a partir das reflexões de Foucault, lembramos que o poder não pode ser traduzido unicamente em termos de soberania, já que se exerce continuamente sobre atos humanos e não propriamente sobre territórios. Para este autor, não devemos pensar na existência de “um poder”, mas de múltiplos “micro-poderes” que se espalham por todas as relações sociais, sendo que as teorias da soberania continuaram a existir apenas para encobrir a existência poderes. Poder também significa controle e não apenas opressão, imposição de vontade¹⁷⁵. (grifos do autor)

¹⁷² *Idem, ibidem.* p. 281.

¹⁷³ *Idem, ibidem.* p. 282.

¹⁷⁴ ARON, R. Macht, Power, Puissance: prosa democrática ou prosa demoníaca? In: ARON, R. *Estudos Políticos*. 2ª ed. Brasília: UNB. p. 203 – 223.

¹⁷⁵ OLIVEIRA, Mara Regina de. *Cinema e Filosofia do Direito: um estudo sobre a crise de legitimidade jurídica brasileira*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006. p. 17 e 18.

Nesse contexto, em que o mundo presenciava o poder impotente, o Estado que passava a ser social e ter deveres de inclusão e o debate sobre a definição do poder como violência, pode-se destacar dois autores que definiram poder e violência como opostos relacionados: Hannah Arendt e Niklas Luhmann¹⁷⁶.

2.2.1 Poder como justificativa da violência

Enquanto os juristas pensavam que o progresso da humanidade garantiria aos povos existência segura e os ampararia em uma grande comunidade do mundo, a razão política dos Estados, que começavam a se considerar nacionais, revelou-se razão justificadora das guerras como razão de Estado e, portanto, como violência legítima. Ao mesmo tempo, o direito dos códigos, que nasceu do direito dos particulares, manifestava-se cada vez mais como direitos da humanidade e dos cidadãos que a industrialização limitava a uma minoria sempre mais restrita, constituída pelos abastados¹⁷⁷.

Para a política dos Estados isso significa que o mundo deve ser civilizado e que a humanidade inferior, ou seja, a que vivia na exclusão da razão, devia ser colonizada. Assim foi apresentado o século XX, que conheceu a destruição da humanidade, um mundo que se transformou em teatro da guerra. A corrida armamentista, as guerras e revoluções do século XX demostram o paradoxo dos direitos considerados humanos, já que em nome do princípio da paz se faz a guerra. Desse modo: “O século passado, mas também este que começa, vincularam seu tempo histórico ao paradoxo da razão”¹⁷⁸.

Na verdade, o objetivo seria a intimidação e não a vitória, pois quanto maior aquela, maior será a garantia da paz, o que demonstra uma total inversão na relação entre poder e violência. E, apesar de a violência ter se tornado um meio incerto e dúbio nas relações internacionais, “ganhou reputação e simpatia em assuntos domésticos, especialmente no que

¹⁷⁶ Analisaremos a posição de cada um especificamente no próximo item (Hanna Arendt) e no capítulo 2 (Niklas Luhmann).

¹⁷⁷ DE GIORGI, Raffaele. *O direito na sociedade do risco*. In: _____. *Direito, Tempo e Memória*. São Paulo: Quartier Latin, 2006. p. 222-225.

¹⁷⁸ *Idem, ibidem*. p. 225 e 226.

trata de revoluções”¹⁷⁹. Ao contrário do que possa parecer, a violência não é a única interrupção possível dos processos automáticos do domínio nos assuntos humanos¹⁸⁰.

Hanna Arendt afirma que “tudo depende do poder atrás da violência”, pois em um confronto de violência com violência a superioridade do governo sempre foi absoluta, mas só durará enquanto a estrutura de poder estiver intacta, ou seja, enquanto as ordens forem obedecidas e o exército e a polícia estiverem prontos para usas suas armas, pois, do contrário, a situação mudaria completamente.¹⁸¹

Desse modo, seria impossível, e jamais existiu, um governo baseado exclusivamente nos meios da violência, pois, mesmo em governos totalitários, há uma base de poder. Ou seja, o poder está na essência de todo governo, diferentemente da violência, que é por natureza instrumental e precisa de justificação pelos fins que persegue. No entanto, “em assuntos internos, a violência funciona como último recurso do poder contra criminosos e rebeldes”¹⁸².

De acordo com Hanna Arendt, poder e violência, apesar de conceitos diversos, como já visto, quase sempre aparecem juntos. Colocar a violência em primeiro lugar pode trazer vitória, mas pode também significar o fim do próprio poder, pois: onde a violência já não é mais “contida e restringida pelo poder, já começou a bem conhecida inversão no cômputo dos meios e fins. Os meios de destruição agora determinam o fim e a consequência será a destruição de todo o poder”¹⁸³.

O poder é um fenômeno complexo, pois se ocorrer um ataque com um assaltante armado há submissão à força, por outro lado, ao se acatar a opinião de um sábio, não existe uma relação de força, mas de autoridade. Por fim, se se estiver diante de um policial o fundamento da obediência será uma combinação de força e autoridade. No último caso a relação não nem apenas de força nem de autoridade, mas uma relação de poder, ficando reservado ao subsistema político exercer o poder já que detém o monopólio da coerção organizada, que é exercido de acordo com certas normas conhecidas e reconhecíveis¹⁸⁴. A conclusão da autora é a seguinte:

¹⁷⁹ ARENDT, Hannah. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 2010. p. 94-100.

¹⁸⁰ *Idem, ibidem*. p. 115.

¹⁸¹ *Idem, ibidem*. p. 126.

¹⁸² ARENDT, Hannah. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 2010. p. 128.

¹⁸³ *Idem, ibidem*. p. 129-131.

¹⁸⁴ LAFER, Celso. *O sistema político brasileiro: estrutura e processo*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 34 e 35.

Poder e violência se opõem; onde um deles domina totalmente o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em perigo, mas se a permitem seguir seus próprios caminhos resulta no desaparecimento do poder. (...) A violência pode destruir o poder, mas é totalmente incapaz de criá-lo¹⁸⁵.

Hannah Arendt critica a justificação biológica da violência, pois não seria necessário fazer experiências com ratos para aprender que a superpopulação resulta em irritação e agressividade, bastando passar um dia nos cortiços de qualquer cidade. Além disso, as pesquisas em ciências naturais e sociais tenderiam a fazer do comportamento violento uma reação ainda mais natural do que poderíamos admitir. Para a autora, apesar de ser possível criar condições sob as quais os homens sejam desumanizados, isso não significa que se transformem em animais e que a violência seja somente irracional e patológica¹⁸⁶, pois “não é “racional” usar a razão quando ela é usada como uma armadilha; assim como não é “irracional” usar o revólver em legítima defesa”¹⁸⁷. (grifos do autor)

Ressalte-se que a reação violenta perde sua razão quando tenta desenvolver uma estratégia própria com objetivos específicos, pois se torna irracional quando é racionalizada, ou seja, “no momento em que a reação no decurso de uma contenda se transforma em ação e começa a caça aos suspeitos, acompanhada pela caça psicológica de motivos ulteriores”¹⁸⁸.

A violência é, muitas vezes, tentadora por causa do imediatismo e da prontidão inerentes a ela e, apesar de não depender de quantidade, é na violência coletiva que seu lado mais perigosamente atraente vem à tona¹⁸⁹.

Hannah Arendt, aludindo aos ensinamentos de Fanon, fala sobre o fenômeno da fraternidade no campo de batalha:

É sabido que em todo empreendimento ilegal, político ou criminoso, o grupo, pelo bem de sua própria segurança, exigirá que cada “indivíduo cometa uma ação irreparável”, destruindo assim o acesso de volta à sociedade respeitável antes de ser admitido na comunidade da violência. Mas uma vez que o homem seja admitido, sucumbirá à fascinante intoxicação da “prática da violência que amarra os homens uns aos outros como um todo, já que cada indivíduo é um ele violento na grande

¹⁸⁵ ARENDT, Hannah. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 2010. p. 132.

¹⁸⁶ *Idem, ibidem*. p. 133, 134 e 136.

¹⁸⁷ ARENDT, Hannah. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 2010. p. 139.

¹⁸⁸ *Idem, ibidem*. p. 139.

¹⁸⁹ *Idem, ibidem*. p. 137-139.

corrente, uma parte do grande organismo da violência que se expande mais e mais”¹⁹⁰. (grifos do autor)

Desse modo, para a autora nada

Poderia ser teoricamente mais perigoso para questões políticas que a tradição do pensamento orgânico, pelo qual o poder e a violência são interpretados em termos biológicos. (...) Enquanto falarmos em termos não políticos, biológicos, os glorificadores da violência sempre poderão apelar para o fato inegável de que no seio da natureza a destruição e a criação não são mais que os dois lados do processo natural, de maneira que a ação violenta coletiva da humanidade, como o são a luta pela sobrevivência e a morte violenta para a continuidade da vida no reino animal¹⁹¹.

A violência é racional enquanto for eficaz para alcançar o fim que a deve justificar, e por isso é instrumental por natureza. Mas só pode ser racional se persegue objetivos a curto prazo, e mesmo assim, sempre permanecerá o perigo de serem os fins sobrepujados pelos meios¹⁹², pois:

Se os objetivos não são alcançados rapidamente, o resultado não será somente a derrota, mas introdução prática da violência em todo corpo político. A ação é irreversível, e a volta ao status quo em caso de derrota é sempre improvável. A prática da violência, como toda, ação, muda o mundo, mas é provável que seja uma mudança para um mundo mais violento¹⁹³. Ainda não sabemos onde tais desenvolvimentos vão nos levar, mas sabemos, ou deveríamos saber, que todo declínio do poder é um convite aberto à violência – mesmo porque os que detêm o poder e o sentem escapando das mãos, sejam eles os governantes ou os governados, sempre acham difícil resistir à tentação de substituí-lo pela violência¹⁹⁴.

2.2.2 Violência e desumanização

O tema da violência é essencial para o debate sobre o abuso de poder, o aumento do crime organizado, a crise de legitimidade do Estado e a incapacidade de reconhecer o outro como ser humano.

¹⁹⁰ ARENDT, Hannah. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 2010. p. 140.

¹⁹¹ *Idem, ibidem*. p. 146.

¹⁹² ARENDT, Hannah. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 2010. p. 149.

¹⁹³ *Idem, ibidem*. p. 150 e 151.

¹⁹⁴ *Idem, ibidem*. p. 156.

Jurandir Freire Costa de modo brilhante discorre sobre a violência do ponto de vista da elite brasileira, já que tem o poder de formar mentalidades e o hábito cultural de tematizar a si mesma. Desse modo, o autor considera duas ideias básicas: o alheamento em relação ao outro e a irresponsabilidade em relação a si¹⁹⁵.

Seguindo as ideias de Hannah Arendt, o ser humano é levado a desconhecer o outro como um semelhante, ou seja, o sujeito é desqualificado como ser moral. No estado de alheamento a agente da violência não teria consciência da qualidade violenta dos seus atos, pois se o objeto da violência não tem nada a oferecer ele não conta como pessoa humana, pouco importando que venha a sofrer, por outro lado, se tiver algo a oferecer, essa seria sua única qualidade, sendo que o que lhe acontecer também será irrelevante¹⁹⁶.

O que a sociedade ocidental não entende é que é um mito a história moralmente edificante da humanidade emergindo da barbárie pressocial. O holocausto demonstra o fracasso da civilização, não que tenha sido a condição suficiente, mas sim a condição necessária, pois foi o mundo racional da civilização moderna que o tornou viável, ou seja, organização de uma sociedade burocrática e a obediência às leis – a administração moderna¹⁹⁷.

O holocausto é um excelente exemplo do moderno modo burocrático de racionalização; utilizou a ciência para preparar gases letais para uma maior eficiência como extermínio de seres humanos, já que a emigração dos judeus não funcionou e as munições deixavam o processo muito custoso (caro mesmo). O extermínio físico foi mera consequência do esforço diligente em encontrar soluções racionais para os problemas que surgiam, tudo altamente lógico e racional. No entanto, isso não significa que essa tragédia foi determinada pela burocracia moderna, mas o contrário também não é verdadeiro, ou seja, que a racionalidade moderna é capaz de evitar fenômenos como este¹⁹⁸.

No entanto, como entender como ocorreu a superação na presença do sofrimento físico? Na opinião de Herbert C. Kelman as inibições morais contra atrocidades violentas tendem a ser corroídas se satisfeitas três condições, isoladas ou em conjunto: a violência é

¹⁹⁵ COSTA, Jurandir Freire. A ética democrática e seus inimigos: o lado privado da violência pública. In: _____. *Ética*. Rio de Janeiro: Garamond, 1997. p. 68 e 69.

¹⁹⁶ COSTA, Jurandir Freire. A ética democrática e seus inimigos: o lado privado da violência pública. In: _____. *Ética*. Rio de Janeiro: Garamond, 1997. p. 70 e 71.

¹⁹⁷ BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 31 – 33.

¹⁹⁸ BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 37.

autorizada, as vítimas são desumanizadas e a produção social da invisibilidade (cegueira) moral¹⁹⁹.

O que aconteceu em Auschwitz e em todos os campos de concentração não foi nada místico, foi bem real e possível pela sociedade “iluminada”²⁰⁰, ou seja, o Holocausto deve ser pensado e reconhecido como resultado legítimo da tendência civilizadora e seu potencial constante, o que revela o silenciamento da moralidade como sua maior preocupação. Em suma, a modernidade deixou como legado os escombros, o fracasso da civilização e o mal-estar continuam²⁰¹.

Seguindo o pensamento da primeira geração da Escola de Frankfurt²⁰², pode-se dizer que a sociedade moderna fracassou, a ciência e a razão não iluminaram o homem, mas o destruiu, e mais, continua destruindo e poderá destruí-lo ainda mais, pois o holocausto não foi um fato único e isolado, mas uma das possibilidades ocultas da sociedade moderna.

No entanto, em uma análise habermasiana²⁰³, Adorno e Horkheimer cometem uma espécie de exagero de pensamento no interior do qual o processo de esclarecimento se atrela a uma concepção estreita e mutilada de razão: a razão instrumental. A crítica consiste em apontar o conceito limitado de razão com que aí se trabalha, restrito à razão instrumental, o que inevitavelmente coloca a razão num impasse: ao tentar se esclarecer, libertar-se do mito, recaiu num estágio inferior ao esclarecimento, tornando-se para si mesma um mito. Desse modo, na visão de Habermas, haveria possibilidade de esclarecimento, possibilitando o redescobrimento do humano.

Desse modo, é possível verificar que o motivo da violência não é mais o senso de injustiça, a vingança ou libertação, mas o ressentimento e a indiferença, que anulam quase por completo o outro em sua humanidade. Os miseráveis são cada vez menos percebidos como pessoas morais, como se fossem resíduos sociais absorvíveis. A sociedade não reage aos abusos praticados, tudo parece em ordem, na paz do mercado de consumo. Os problemas

¹⁹⁹ BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 40 – 42.

²⁰⁰ ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

²⁰¹ BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 49.

²⁰² ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

²⁰³ HABERMAS, J. *Teoria de la acción comunicativa I*: Racionalidad de la acción y racionalización social. Madrid: Taurus Ediciones, 1990. Título Original: *Theorie des kommunikativen Handelns. Band I. Handlungsrationaltät gesellschaftliche Rationalisierung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1981.

privados são os únicos absorvidos, sendo os problemas coletivos deixados de lado²⁰⁴. Nas palavras de Jurandir Freire Costa:

O que choca, no Brasil, não é tanto a truculência das agressões noticiadas, mas a impotência com que aprendemos a reagir a tudo isto. Cotidianamente nossos jornais mostram cenas estarrecedoras em que o horror e circo parecem misturar-se, ao mesmo tempo em que proliferam as estratégias de “salvação” individual²⁰⁵. (grifo do autor)

No Brasil, as chacinas vêm ocorrendo com regularidade desde o começo dos anos 90. Há quatro anos, o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo vem constatando que essas chacinas não poupam mulheres grávidas, crianças, idosos, trabalhadores comuns ou donas-de-casa. Nenhum cidadão que habita as áreas de alto potencial de risco está a salvo dessa violência indiscriminada²⁰⁶.

O grande desafio é explicar o porquê dessas chacinas. Pouco se sabe a respeito e há muitas hipóteses que não podem ser descartadas de antemão. Sabe-se que a violência fatal vem crescendo com intensidade desde a década de 80 e, em ritmo mais acelerado, a partir da década de 90. Uma das razões desse crescimento pode estar relacionada com o novo perfil do crime organizado, em especial no entorno do narcotráfico, que vem dominando as regiões da periferia da cidade e se expandindo para os municípios da região metropolitana, implicando cada vez mais o envolvimento de jovens e até mesmo de crianças²⁰⁷.

De acordo com Sérgio Adorno:

No Brasil, a violência foi elevada a uma das quatro principais causas de óbito desde 1989. Tomando as taxas de homicídios como indicadores de violência, a gravidade dessa situação pode ser confirmada: de 1980 a 2010, houve 1.093.710 homicídios. O perfil e a distribuição da criminalidade violenta no país têm mostrado algumas mudanças, mas sua incidência global não parece ter diminuído. Têm crescido no estado de São Paulo casos de assaltos e roubos envolvendo mortes. Por outro lado, os dados nacionais sobre as taxas de homicídio, coletados pelo Ministério da Saúde, mostram que, embora no Norte e no Nordeste as taxas de homicídios tenham aumentado, houve queda sustentada em São Paulo nos últimos 10 anos: a taxa de homicídios caiu de 64,2 casos por 100 mil habitantes em 1999 para 9,9 em 2011. A queda das taxas de homicídios nas cidades do estado de São Paulo não pode ser

²⁰⁴ HABERMAS, J. *Teoria de la acción comunicativa I: Racionalidad de la acción y racionalización social*. Madrid: Taurus Ediciones, 1990. Título Original: *Theorie des kommunikativen Handelns. Band I. Handlungsrationality gesellschaftliche Rationalisierung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1981. p. 71 – 73.

²⁰⁵ *Idem, ibidem.* p. 74 e 75.

²⁰⁶ ADORNO, Sérgio; PINHEIRO, Paulo Sérgio; CARDIA, Nancy. *Chacinas: a violência epidêmica*. Entrevista. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz19069809.htm>>. Acesso em outubro de 2013.

²⁰⁷ *Idem, ibidem.*

atribuída a uma única combinação de fatores. Não obstante, identificaram-se correlações entre a queda de homicídios dolosos e mudanças nos aspectos demográficos e socioeconômicos, bem como na melhoria dos mecanismos de gestão e controle, especialmente às ações adotadas pela Secretaria de Segurança Pública na última década²⁰⁸.

A dificuldade em se entender a dinâmica dessa violência não exclui a necessidade de se pensar sobre ela, pois a prevenção da mortalidade violenta precisa ser colocada em prática de imediato, em razão da gravidade dessa verdadeira epidemia²⁰⁹.

Pesquisas mostram que as instituições de controle da violência têm baixíssima confiabilidade junto à população. A questão é que atualmente se vive um círculo vicioso, a polícia é arbitrária, ineficiente e muitas vezes corrupta, a investigação judicial é precaríssima, as taxas de impunidade, em especial do crime violento, permanecem intocadas, e o sistema penitenciário, há décadas, falido²¹⁰.

Desse modo, não há como cobrar colaboração da população com a polícia na investigação das chacinas e na identificação dos responsáveis por esses crimes bárbaros, desmontando a rede de impunidade que estimula a epidemia de violência que assola o Brasil.

No Brasil, as taxas de impunidade são mais elevadas para crimes que constituem graves violações de direitos humanos, tais como: homicídios praticados pela polícia, por grupos de patrulha privada, por esquadrões da morte e/ou grupos de extermínio, ou ainda homicídios consumados durante linchamentos e naqueles casos que envolvem trabalhadores rurais e lideranças sindicais. Do mesmo modo, as taxas de impunidade para crimes do colarinho branco cometidos por cidadãos procedentes das classes médias e altas da sociedade também são altas²¹¹.

Entre duas pesquisas realizadas em 11 capitais, diminuiu a proporção daqueles que discordam que “os tribunais podem aceitar provas obtidas através de tortura”. Era de 71,2%

²⁰⁸ ADORNO, Sérgio. *A violência consentida*. Disponível em <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/08/22/a-viol%C3%Aancia-consentida/>>. Acesso em outubro de 2013.

²⁰⁹ ADORNO, Sérgio; PINHEIRO, Paulo Sérgio; CARDIA, Nancy. *Chacinas: a violência epidêmica*. Entrevista. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz19069809.htm>>. Acesso em outubro de 2013.

²¹⁰ *Idem, ibidem*.

²¹¹ *Idem, ibidem*.

em 1999 e caiu para 52,5% em 2010. As pesquisas ainda mostram que dobrou a proporção daqueles que concordam em parte com a tortura (de 8,8% em 1999 para 18,3% em 2010)²¹².

O interesse que a violência desperta não é proporcional aos cuidados com os registros dos casos de crimes, assim como com a manutenção de arquivos de processos ao longo do tempo. Os levantamentos mostram que dados colhidos em delegacias são falhos e, muitas vezes, nem sequer preservados.

Segundo Nancy, a crença de que a lei vale para todos não está arraigada aqui no Brasil. Ela lembra: apesar das campanhas pelo desarmamento, pesquisas recentes do NEV/USP mostram que as pessoas acreditam estarem seguras com uma arma dentro de casa, pois elas mesmas teriam de se proteger, já que as leis não funcionam²¹³. Assim, estimulam-se formas violentas e ilegais de solução de conflitos, ficando a população dependente de guardas privados não profissionalizados, da proteção dos traficantes locais ou mesmo no exercício arbitrário das próprias razões, voltando-se à Lei de Tabela, “olho por olho, dente por dente”.

O aumento dos processos estruturais de exclusão social pode gerar expansão das práticas de violência como norma social particular, vigente em vários grupos sociais como estratégia de resolução de conflitos, ou meio de aquisição de bens materiais e de obtenção de prestígio social, significados esses presentes em múltiplas dimensões da violência social e política contemporânea²¹⁴.

De acordo com Adorno, verifica-se a realização de uma violência estrutural decorrente de características da estrutura social e econômica de países como o Brasil desde a década de 1990: concentração da propriedade da terra, efeitos das políticas de ajuste estrutural, corrupção, concentração de renda, desigualdade social²¹⁵.

Na sociedade brasileira, houve a disseminação da violência criminal, com uma mudança das formas de delitos e de violência: cresceu a delinquência urbana, em especial dos crimes contra o patrimônio e contra a vida. Emergência da criminalidade organizada, em

²¹² Os dados estatísticos citados podem ser acessados no site <www.nevusp.org>.

²¹³ ADORNO, Sérgio. *A violência consentida*. Disponível em <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/08/22/a-viol%C3%Aancia-consentida/>>. Acesso em outubro de 2013.

²¹⁴ TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. As conflitualidades como um problema sociológico contemporâneo. In: *Revista Sociologias* - Dossiê “Conflitualidades”. Porto Alegre, PPG-Sociologia do IFCH - UFRGS, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 10-13, janeiro-junho de 1999.

²¹⁵ ADORNO, Sérgio (org.). *Natureza, História e Cultura: repensando o social*. Porto Alegre: Editora da Universidade-UFRGS/SBS, 1993. p. 77-84. (Cadernos de Sociologia, Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS. Vol. 4. Número especial).

particular em torno do tráfico internacional de drogas que modifica os modelos e perfis convencionais da delinquência urbana e propõe problemas novos para o direito penal e para o funcionamento da justiça criminal. Agravaram-se as violações de direitos humanos que comprometem a consolidação da ordem política democrática²¹⁶.

Salienta-se a desigualdade social como uma das origens estruturais das violências, enfatizando-se a hipótese de que o empobrecimento, a desigualdade, e o processo de segregação no espaço urbano são os elementos que originam a violência urbana.

A periferia urbana, onde são precárias as condições sociais de existência coletiva e onde a qualidade de vida é acentuadamente degradada, revelam a maior incidência dos registros de mortes violentas. Aqueles que moram nas áreas, regiões ou bairros com *déficits* sociais e de infraestrutura urbana têm mais risco de ser vítima de homicídio, como, aliás, sugerem os mapas de risco elaborados para diferentes capitais brasileiras²¹⁷.

Desigualdade social e segregação urbana produzem uma exclusão social, marcada pelo desemprego, pela precarização do trabalho, salários insuficientes e por deficiências do sistema educacional. Sendo os mais jovens as maiores vítimas, bem como autores de atos violentos, em especial jovens adultos masculinos procedentes das chamadas classes populares urbanas, tendência que vem sendo observada em inúmeros estudos sobre mortalidade por causas violentas²¹⁸.

Tais manifestações da violência urbana revelam o mal estar da pós-modernidade²¹⁹, violência simbólica, sentimento de insegurança e medo. A violência apresenta, além dos custos de dor e sofrimento humano, um componente de mal estar psicológico derivado do medo que inspira e um impacto econômico, pelas vítimas e custos reais, e também pelos gastos e perdas que a prevenção e o medo obrigam.

Vive-se em um palco de representações sociais da violência para cuja disseminação contribuem os meios de comunicação de massa, produzindo a dramatização da violência e difundindo a “espetacularização” do crime violento, como um efeito da violência simbólica

²¹⁶ ADORNO, Sérgio. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. *Jornal de Psicologia-PSI*, p. 7-8, abr/jun, 2002.

²¹⁷ ADORNO, Sérgio (org.). *Natureza, História e Cultura: repensando o social*. Porto Alegre: Editora da Universidade-UFRGS/SBS, 1993. p. 77-84. (Cadernos de Sociologia, Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS. Vol. 4. Número especial).

²¹⁸ *Idem, ibidem*.

²¹⁹ BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

exercida pelo “campo jornalístico”²²⁰. A violência passa a ser consumida num movimento dinâmico em que o consumo participa também do processo de sua produção, ainda que como representação.

A sociedade brasileira tornou-se o que Hanna Arendt chama de mundo dos agonizantes, “no qual os homens aprendem que são supérfluos através de um modo de vida em que o castigo nada tem a ver com o crime, em que a exploração é praticada sem lucro, e em que o trabalho é realizado sem proveito, é um lugar onde a insensatez é diariamente renovada”²²¹. A indiferença produziu uma reação igual e contrária, o crescimento da violência e a criminalidade aumentaram na proporção que a negação ao pertencimento de um povo foi estabelecida entre os desfavorecidos²²².

Há muitos exemplos de atos violentos, tais como os de prender, matar, sequestrar, torturar; alguns desses atos são tidos como juridicamente legítimos, e isso ocorre já que o Direito se difere de outras ordens normativas por ter o monopólio da força, ou seja, por legitimar o uso da força (sanção institucionalizada). No entanto, mesmo no uso legítimo da força há casos em que os limites deste uso são ultrapassados, a vinculação entre direito e violência é instável.

Será que realmente há diferença entre aquele que mata por querer matar e aquele que executa a pena de morte? Para o Direito há uma diferença essencial: a primeira morte é ilegal, a outra é legal. No entanto, em termos humanos, a pena de morte é tão irracional quanto o crime; são idênticos. A questão é que nos dois casos citados a conduta de matar é a mesma, mas apenas uma está devidamente legitimada pelo Direito. Isso não deveria fazer com que defendêssemos a legitimidade da violência, mas, ao contrário, que defendêssemos o fim da violência sem limite mesmo para o Direito.

O poder não se apoia apenas na violência, mas também no prestígio, no conhecimento e na lealdade, no entanto, a primeira tende a se sobrepor à medida que a complexidade social

²²⁰ BOURDIEU, Pierre. Sur la télévision. Paris: Líber, 1996; TEIXEIRA, Alex Niche. *A Espectacularização do Crime Violento pela Televisão: o caso do Programa Linha Direta*. Porto Alegre. Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

²²¹ ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo III. Totalitarismo, o paroxismo do poder*. Rio de Janeiro: Documentário, 1978. p. 221.

²²² COSTA, Jurandir Freire. A ética democrática e seus inimigos: o lado privado da violência pública. In: _____. *Ética*. Rio de Janeiro: Garamond, 1997. p. 73 e 74.

aumenta. A violência passa a ser a base do prestígio, do conhecimento e da lealdade, assim, o único instrumento eficiente contra a violência torna-se a própria violência²²³.

É grande a dificuldade de saber o que é o mal, mas muitos são aqueles que se propuseram a conceituá-lo. Durante muito tempo se pensou o mal como a consequência do pecado, um problema moral, tendo a punição como forma de combatê-lo. Ocorre que o problema deste entendimento do mal como consequência do pecado teve que ser repensado com o livro de Jó, já que neste, Jó, apesar de ser um homem bom, íntegro e fiel, sofreu sérias provações, perdeu tudo, inclusive a família e a saúde²²⁴.

Parece que mesmo com o progresso técnico o homem continuou mal, fazendo coisas inimagináveis, e a consequência disso é a atual crise de confiança, já que o mal pode estar em todo lugar, escondido e disfarçado. Ou seja, apesar da sociedade ter alcançado o progresso quantitativo (técnico), ela não alcançou o progresso qualitativo (humanitário), pois a falta humanização dos homens, a escravidão, o arbítrio, a opressão e o sofrimento só aumentaram. Apesar de o progresso técnico ser pressuposto do progresso humanitário, este não é automático²²⁵.

O progresso da sociedade industrial se pautou na produtividade como valor para que as necessidades fossem satisfeitas. No entanto, a produtividade se tornou um fim em si mesma e houve a separação entre a necessidade social e a necessidade individual, o trabalho se torna alienado e a felicidade individual se torna secundária, desse modo o conceito de progresso se torna negativo. Nesse contexto que se insere a dialética da dominação e a posterior rebelião, no entanto, desta surge outra dominação consentida, como moralidade. Ou seja, a repressão das pulsões se torna voluntária e interiorizada nos indivíduos, a dinâmica da dominação é restabelecida de uma forma mais racional²²⁶.

A questão é que não há resposta para a maldade humana, parece que não passa de um círculo vicioso, e o problema passa a ser como se livrar das culpas de sangue:

Os excrementos que restam no final estão carregados com todas as nossas culpas de sangue. Por eles podemos reconhecer que cometemos assassinatos. São a totalidade

²²³ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Estudos de Filosofia do Direito, reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 81.

²²⁴ BAUMAN, Zigmunt. *Medo Líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. p. 76 e 77.

²²⁵ MARCURSE, Herbert. A noção de progresso à luz da psicanálise. In: _____. *Cultura e psicanálise*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 99 e 100.

²²⁶ *Idem, ibidem*. p. 102 – 115.

concentrada dos indícios existentes contra nós mesmos. Exatamente como nossos pecados cotidianos, contínuos e jamais interrompidos, eles fedem e clamam aos céus. Chama a atenção o modo como nos desfazemos deles (...) ²²⁷.

Todas estas questões só podem ser respondidas se pensadas de um modo interdisciplinar, em razão de sua complexidade, como já salientada no primeiro capítulo, sintetizada por Morin e Adorno:

O método da complexidade pede-nos que pensemos sem nunca encerrar os conceitos, que quebre as esferas fechadas, que restabeleçamos as articulações entre o que está desconjuntado, que tentemos compreender a multidimensionalidade, que pensemos com a singularidade, com a localização, com a temporalidade, que não esqueçamos nunca as totalidades integradoras. (...) A totalidade é simultaneamente verdade e não verdade, é isso a complexidade: a conjunção de conceitos que se combatem entre si ²²⁸. A referência privilegiada às estruturas cede terreno à referência aos atores sociais; a noção de totalidade, que até então consistia em garantia de compreensão da sociedade, desfaz-se diante das evidências: o social (...) é um fervilhar de particularismos, sem pontos fixos de contato, sem horizontes previamente definidos, no qual os sentimentos são fugazes, perde-se o significado do tempo histórico, abala-se a fé no progresso ²²⁹.

Nessa perspectiva, passaremos à análise de películas.

²²⁷ CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 209.

²²⁸ MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. Portugal: Europa-América, 1994. p. 150.

²²⁹ ADORNO, Sérgio (org.). *Natureza, História e Cultura*: repensando o social. Porto Alegre: Editora da Universidade-UFRGS/SBS, 1993. p. 8. (Cadernos de Sociologia, Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS. Vol. 4. Número especial).

2.3 DA DESUMANIZAÇÃO AO REDESCOBRIR DO HUMANISMO: *ÔNIBUS 174*, *ÚLTIMA PARADA 174 E LINHA DE PASSE*

Ônibus 174 ficou entre os doze filmes pré-selecionados para concorrer ao Oscar de melhor documentário em 2004. Para sua realização foram gastos, por José Padilha e Marcos Prado, R\$ 800 mil reais. O filme demorou 18 meses para ser finalizado e o material audiovisual bruto reuniu cerca de 70 horas de gravações. A ideia do documentário surgiu em janeiro de 2001, quando José Padilha encontrava-se no *International Sundance Film Festival*, nos Estados Unidos, e assistiu ao documentário *Um dia em setembro*, que contava a história do sequestro ocorrido nas Olimpíadas de Munique, no qual a polícia acabou cometendo um erro e muitos morreram²³⁰.

O documentário *Ônibus 174* traz o relato do sequestro do ônibus 174 em pleno bairro Jardim Botânico, zona sul da cidade do Rio de Janeiro, em 12 de junho de 2000, cujo ator principal é Sandro do Nascimento.

Na tarde do dia 12 de junho de 2000, segunda-feira, Sandro do Nascimento entra no ônibus da linha 174, rota Gávea-Central, no Rio de Janeiro, com um revólver calibre 38 nas mãos. Seu intuito é realizar um assalto. Às 14h20min, uma patrulha da Polícia Militar intercepta o veículo, que seguia pela Rua Jardim Botânico, zona sul da capital carioca. A ação é motivada pelo sinal de um dos passageiros do ônibus. Sem ter como ou para onde fugir, Sandro faz dez reféns, com os quais pretende negociar a sua vida. Tudo é exibido pela televisão ao vivo.

O sequestrador Sandro faz exigências, ameaça matar os reféns e não é atendido em suas reivindicações. Ao longo da tarde, Sandro utiliza a estudante Janaína Lopes Neves, 23 anos, como porta-voz e escudo dentro do ônibus. Com um batom às mãos, ela escreve no vidro frontal do veículo: “Ele vai matar geral”.

O drama se arrasta por mais de quatro horas. Durante esse tempo, Sandro desafia os policiais e dita novas mensagens de terror para serem escritas nos vidros do ônibus, simula,

²³⁰ PADILHA, José. *Cineclick* Disponível em <http://www.cineclick.com.br/falando-em-filmes/noticias/jose-padilha-exclusivo>>. Acesso em 25.05.2009

ainda, a execução de Janaína. Às 18h50min, desce do ônibus tendo como escudo Geísa Firmo Gonçalves, 20 anos.

O filme começa com um plano-sequência aéreo da capital carioca, e termina com o enquadramento da Avenida Jardim Botânico, local onde o ônibus 174 foi interceptado. No decorrer das imagens, vozes de moradores de rua ganham som ao falarem da desesperança e do abandono a que estão submetidos e mostra o objetivo do diretor do filme, em ir além de um sequestro: “Meu nome é Luciana. Moro na rua há 19 anos. Acho que não tem mais jeito de eu ser feliz não. Não tenho mais ninguém. Não tenho mãe, não tenho pai, não tenho porra nenhuma. Só tenho meus filhos. Não tem mais jeito de eu ser feliz não”.

Ao sequestrador do ônibus, foi dado pelo capitão do Bope o nome fictício de Sérgio, pois ninguém sabia a sua verdadeira identidade. Neste ponto, o filme começa a descrever quem é esse “desconhecido”.

A sinopse do documentário *Ônibus 174* de José Padilha termina com a seguinte afirmação: “*ÔNIBUS 174* é uma investigação cuidadosa do sequestro – focalizando Sandro do Nascimento, sua infância, e *como ele inevitavelmente estava destinado a se tornar um bandido*” (grifo nosso).

Sandro era invisível para a sociedade até subir no ônibus 174²³¹, na verdade, não era invisível, mas foi desumanizado. Seguindo as ideias de Hannah Arendt, o ser humano é levado a desconhecer o outro como um semelhante, ou seja, o sujeito é desqualificado como ser moral. As inibições morais contra atrocidades violentas tendem a ser corroídas se satisfeitas três condições, isoladas ou em conjunto: a violência é autorizada, as vítimas são desumanizadas e há produção social da invisibilidade (cegueira) moral²³². A exclusão social não é enxergada pela sociedade, e crianças e adolescentes de rua são desumanizados e sacrificados como se a exclusão e a violência fossem normais.

A vida de Sandro e da maioria daqueles que moram nas ruas e que são rotulados de marginais se resume ao abandono pelos pais, espancamentos, alcoolismo, ou seja, o problema familiar sempre está presente. E no caso desse personagem real, sua mãe foi morta com facadas pelas costas na sua frente quando ele tinha apenas 6 anos, não tendo pai nem avós,

²³¹ Afirmação feita na capa do filme e nas análises dos especialistas durante o documentário.

²³² BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 40 – 42.

apenas uma tia, irmã da mãe. A droga é algo muito presente na vida de meninos de rua, sendo um dos motivos para furtos, roubos e violência praticados. Por outro lado, existem pessoas que incentivam esses meninos a praticarem algum tipo de arte, tal como a capoeira, esporte no qual Sandro se interessou, mas teve dificuldades para se desenvolver em razão da droga.

Sandro ficou um tempo internado em uma instituição para adolescentes em razão da prática de atos infracionais, mas fugiu, tendo um de seus amigos relatado que eram maltratados e não aprenderam nada durante a internação. Em *Ônibus 174*, quando mostrado o Instituto Padre Severino, um narrador lê em *off* o documento sobre a internação de Sandro na entidade, aos 16 anos de idade, após um assalto mal sucedido. Imagens mostram os internos tomando sol e sendo revistados nus. Depoimentos relatam que não há carinho com os adolescentes e crianças da instituição, ao contrário, apanham de cassetete e, por causa desses maus tratos, acabam saindo pior do que entraram. Julieta, tia de Sandro, conclui: “O Padre Severino é um depósito de ser humano mirim”.

Nesse ponto, o abuso praticado dentro de estabelecimentos estatais mostra uma violência que não se confunde com a coerção legítima exercida pelo Estado, pois não é previsto pelo ordenamento jurídico, tornando-se um ato ilícito, pois a ele é prevista uma sanção.

De acordo com José Padilha “nossa preocupação [no filme] não é a de apontar culpados nem soluções, mas gerar discussão sobre o tema. Não podemos nos resumir ao ato do sequestro, mas o que motiva uma sociedade a agir dessa forma”²³³.

No final do documentário, Luanna Belmont, em seu depoimento se pergunta o que teria acontecido na vida de Sandro para que ele acabasse ali, dentro de um ônibus, drogado e armado, fazendo reféns e sendo o protagonista de um sequestro.

No filme *Última Parada 174*, de Bruno Barreto, lançado em 2008, podemos sentir melhor a vida de Sandro a ponto de nos comovermos com o vagabundo do filme, o que não

²³³ *ÔNIBUS 174 relembra tragédia carioca*. (2002). <http://cinema.terra.com.br/ficha-filme/0,,OI677-EI1176,00+Onibus+174.html>. Acesso em outubro de 2013.

acontece tão naturalmente em um documentário, como se a realidade fosse mais fria do que a impressão da realidade, como bem percebe Edgar Morin no trecho acima citado²³⁴.

O filme faz uma abordagem da exclusão social e da violência, embora trate de um fato ocorrido fora dos limites das favelas, recorre sempre a estes locais e à sua marginalidade intrínseca para tentar explicar as razões pelas quais Sandro do Nascimento protagonizaria a tragédia ocorrida em junho de 2000.

Vemos que Sandro vai parar nas ruas e, ao invés de encontrar ajuda, é expulso dos locais onde dorme com baldes de água no rosto.. A sociedade em geral projeta a imagem de marginais nesses meninos, que acabam encontrando seu alívio na cola. Se não conseguem ganhar dinheiro, roubam para cheirar, comer e pagar as dívidas das drogas. O filme mostra o drama dos meninos que vão para as ruas e a violência que os esperam, sem terem nada feito, são vítimas que depois se transformam nos carrascos.

Como nas ruas, a violência que existe nos próprios centros de internação para crianças e adolescente é absurda, sendo o próprio Estado responsável pela raiva e sede de vingança desses meninos, ao invés de cumprir seu papel de ressocializar e educar. Os meninos saem desses centros e aquele que antes era vítima da violência se torna o agente da violência contra os próprios colegas, sendo esse círculo de sangue fechado com o abuso dos próprios policiais.

Registros *in loco*, típicos do gênero documentário, estão presentes em Ônibus 174, e dizem respeito a Sandro do Nascimento, ao serem apresentadas aos espectadores imagens amadoras da festa de aniversário de uma assistente social, comemorada em meio às escadarias da Praça da Candelária, com a presença no vídeo do então adolescente Sandro, imagens do massacre da Candelária, o vídeo do batismo de capoeira de Sandro, imagens colhidas *in loco* também mostram os lugares pelos quais Sandro passou durante a adolescência e a maioridade, como o Instituto Padre Severino, a prisão da 26ª Delegacia de Polícia do Rio de Janeiro e a casa em Nova Holanda. Também é registrada a situação calamitosa dos presos, amontoados em espaços ínfimos.

Sabendo dessa trajetória (ele fica dias sem comer, sendo dominado pelas drogas), a conduta de Sandro ao sequestrar o ônibus se torna compreensiva, pois o seu lado humano

²³⁴ MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita, repensar a reforma, repensar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 50 e 51.

também existiu e foi destruído pela própria sociedade, sendo esta a vítima do monstro que com sua omissão ajudou a construir.

O episódio do ônibus 174, protagonizado por Sandro do Nascimento, é um reflexo da violência urbana nas grandes cidades. Enjeitado pela sociedade, Sandro faz parte do grupo dos que são levados à violência como última alternativa. Seu fim é ser localizado, preso e punido, dando continuidade à violência dos seus algozes, ou seja, aqueles que o espancaram, humilharam e puniram. Marcados para sempre, usarão seus dias de liberdade para uma dupla prática: a de atacar para se defender e, muito pior, a de atacar para se vingarem, pois estão convictos que a brandura jamais os protegerá²³⁵.

Do outro lado, temos os policiais militares que, por não terem opção, escolhem o emprego de policial e começam a exercer a profissão sem treinamento adequado, o que foi demonstrado durante o sequestro devido à ausência de equipamentos de comunicação e, pior que isso, policiais sem vocação, que pensam ser o objetivo da polícia a caça e morte aos “bandidos” como Sandro.

Todos querem ser reconhecidos, vistos e ouvidos, e Sandro teve essa oportunidade quando sequestrou o ônibus 174, pois não queria “nada”, dinheiro, morte dos reféns, etc., mas apenas falar e ser ouvido como se fosse alguém importante. E assim foi feito, a televisão transmitia ao vivo o sequestro e seu protagonista.

Nas palavras de Mara Regina de Oliveira, o documentário mostra a tragédia midiática, humana e jurídica “do sequestro do ônibus na zona sul do Rio, a partir da exclusão social do sequestrador Sandro Nascimento e da política de segurança pública equivocada, exposta numa mídia espetacular e manipuladora”²³⁶.

Na cobertura da mídia, Sandro do Nascimento era o vilão por causa das imagens de terror que protagonizou ao longo do episódio e dos discursos de condenação veiculados nos jornais contra ele. As frases mais repetidas de Sandro foram: “Um, dois, três, quatro, vou atirar” e “Vocês têm medo, eu não, estou com o diabo”. Mas as verdadeiras frases de Sandro só vieram a público com o documentário, dois anos depois, pois a mídia não se preocupou em

²³⁵ MORAIS, Regis. *O que é violência urbana?* São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 55

²³⁶ OLIVEIRA, Mara Regina de. *Abuso de Poder e Violência Não Razoável: Análise do filme Tropa de Elite*. In: *Filosofia e Teoria Geral do Direito: estudos em homenagem a Tercio Sampaio Ferraz Junior por seu septuagésimo aniversário*. São Paulo: Quartier Latin, 2011. p. 837.

investigar a vida de Sandro, na tentativa de contextualizar o momento vivido por ele e que o levou à tarde fatídica de 12 de junho.

Nas coberturas jornalísticas estampou-se: “Bandido sanguinário e frio, disposto a morrer e a matar, que debochou da polícia e da imprensa”. “Além de usar a arma errada, atirador pode ter falhado ao disparar contra o bandido, que foi andando para o camburão”. “Inferno no 174”²³⁷.

Na construção de *Ônibus 174*, Padilha utilizou imagens do episódio gravadas por várias emissoras de TV, realizou entrevistas com personagens relacionados ao fato e montou páginas e páginas sobre Sandro. As imagens e sons registrados *in loco* pelas câmaras de TV são a base sobre a qual Padilha reconstrói o caso do ônibus 174. Elas não se limitam apenas à ilustração do fato, mas servem também como fonte de análise sobre o episódio, procurando explicá-lo.

A abrangência dos argumentos, depoimentos e informações presentes no documentário, entre eles, os depoimentos de Yvonne Bezerra de Melo, assistente social que conheceu Sandro na Praça da Candelária; Janaína Lopes Neves e Luanna Belmont, reféns do sequestro; Luís Eduardo Soares, sociólogo; Julieta do Nascimento, tia que cuidou de Sandro após o assassinato da mãe; Dona Elza, mãe “adotiva” e única pessoa a comparecer ao enterro de Nascimento; Mendonça, carcereiro da 26ª Delegacia de Polícia do Rio de Janeiro, onde Sandro chegou a ficar preso; Rodrigo Pimentel, ex-capitão do Bope, afastado da Polícia Militar por ter se colocado contra a ação policial no episódio, provoca outra interpretação acerca dos fatos, menos imediatista e superficial do que a apresentada pelos veículos de comunicação à época.

A cobertura televisiva, apesar de ter se estendido por todo o tempo do sequestro, não teve condições de mostrar a realidade. A crueldade das imagens expôs a face demoníaca do menino desumanizado. Neste contexto, cabe refletir sobre o que é realidade, já que a realidade apresentada “ao vivo” pode, muitas vezes, ser mais mascarada que um filme de ficção, ou seja, o próprio *Última Parada 174* se torna mais real do que o que foi transmitido pelos jornais no dia do sequestro, já que o que foi mostrado era apenas um fragmento da história.

²³⁷ LEMOS, Cláudia Regina. Seis questões sobre o jornalismo: Uma leitura da imprensa brasileira nos anos 90 a partir de Ítalo Calvino. 2001. Tese (Doutorado em Estudos Literários), Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. p. 87 e 88.

O que realmente aconteceu no dia do sequestro do ônibus 174? Qual é a realidade? Seja no documentário, seja na ficção, há sempre uma visão a ser transmitida, pois há um diretor e há uma montagem de imagens, mesmo que estas sejam imagens “reais” “ao vivo”.

A argumentação proposta pelo filme vai ao encontro do que Manuela Penafria, define sobre o papel do documentário como linguagem e gênero audiovisuais. Mais do que simplesmente um “espelho da realidade” ou a “realidade tal qual”, o documentário promove discussões na sociedade e dá significado à realidade, pois se combina e se montam imagens obtidas *in loco*, e fazendo isso se constrói e dá significado à realidade, excluindo-se o mero sensacionalismo a favor do questionamento e da discussão por meio da construção de argumentos.

Enquanto *Última parada 174* estabelece uma narrativa cronológica do fato, o documentário conta as duas histórias ao mesmo tempo, a partir de imagens intercaladas do ônibus 174 e da trajetória de vida de Sandro. A história é assistida do ponto de vista do sequestrador, construindo um diálogo que transcende ambos e aponta para as causas da violência urbana em países em desenvolvimento como o Brasil. Esse olhar diferenciado do diretor sobre o episódio, o protagonista e o contexto que os envolve, proporciona ao documentário a condição de criar significados e promover argumentos que ajudam a entender a própria realidade social brasileira.

O diretor afirma que a narrativa do documentário “intercala-se entre a história do ônibus e a história de Sandro, de maneira que elas constroem um diálogo sobre algo que transcende ambos: a violência urbana em países em desenvolvimento”²³⁸.

O filme *Ônibus 174*, de José Padilha, caracteriza-se como um documentário essencialmente interativo, fundamentado na realização de entrevistas. Apenas uma vez aparece a voz em *off*, ficando a narrativa a ser construída pela fala dos entrevistados, personagens do filme. O diretor não aparece fisicamente no filme, mas sua interação é evidente, sendo quase um diálogo a ser testemunhado pelos espectadores no ato da projeção do filme. De acordo com Penafria, esse tipo de documentário que dá voz ao participante do filme é socialmente responsável, não esvaziando o ponto de vista do diretor, já que é ele que faz a seleção e montagem das cenas, estando sua posição presente em todas as escolhas

²³⁸ ÔNIBUS 174, dissertates against Brazilian destitution and the omission of the state. *Gazeta Mercantil*. Disponível em <Site Bus174, 06/12/20002. Disponível em www.bus174.com>.06/12/20002. Acesso em setembro de 2013.

realizadas no filme, oferecendo uma obra pessoal e interpretativa acerca do assunto abordado, quer esteja ou não disso consciente²³⁹.

Para a produção de um filme interativo, o que o documentarista mais explora são as entrevistas. Estas implicam alguma preparação anterior e, conseqüentemente, a delimitação de determinada questão. Tal motivo obriga ou à tomada de posição em relação ao tema ou à exploração e procura de respostas para questões que o documentarista entende importantes²⁴⁰.

No documentário são entrevistadas várias pessoas, aquelas que participaram da vida de Sandro, familiares de Sandro, amigos da Praça da Candelária, da capoeira e das ruas, a assistente social, o carcereiro, o traficante e a mãe adotiva, personagens que realizam a construção da vida pregressa de Sandro, e expõem os seus hábitos, virtudes e vícios, e são os responsáveis por formular o contexto social no qual Nascimento estava inserido, dando-lhe assim mais humanidade.

Também se ouve as pessoas que estavam no sequestro do ônibus e participaram diretamente do fato, quais sejam, os reféns do sequestrador, os policiais em atividade no cerco do ônibus, repórteres e fotógrafos que faziam a cobertura jornalística do caso. São deles os principais testemunhos a respeito do fato em si, ou seja, o sequestro do ônibus 174, revelando detalhes sobre os acontecimentos daquele dia.

Por último, também são entrevistadas pessoas que opinam sem vinculação com o caso ou com Sandro. Sociólogo, os meninos de rua, os presos e os ambulantes. Seus depoimentos versam sobre assuntos gerais, relacionados aos problemas brasileiros, a invisibilidade dos menores de rua, alijados da convivência social, a superlotação das cadeias, a falta de oportunidades de trabalho, a ausência de esperança no futuro e a indiferença da sociedade no trato com os marginalizados.

De cada depoente é retirado o máximo de informações possíveis, respeitando sua participação no caso e seguindo o ponto de vista traçado pelo diretor para o filme. Rogerinho, colega de rua de Sandro, fala das suas atividades e contravenções diárias na cidade carioca; Coelho revela fatos da época em que Sandro jogava capoeira com ele; as reféns Luanna Belmont, Luciana Carvalho e Janaína Lopes Neves contam as minúcias do sequestro e tentam

²³⁹ PENAFRIA, Manuela. *O filme documentário. História, identidade, tecnologia*. Lisboa: Edições Cosmos, 1999. p. 108.

²⁴⁰ *Idem, ibidem*. p. 67.

construir o perfil psicológico de Sandro. Cada depoimento tem o seu objetivo e lugar dentro do filme, sendo explorado dentro desse campo de abrangência, já que é o diretor que conduz a entrevista e sabe aonde quer chegar, trabalhando com todas as possibilidades.

Os depoimentos se misturam durante o filme, construindo o fio narrativo do documentário. Um depoimento é completado pelo seguinte, e daí em diante, formando uma rede circular de informações e opiniões a respeito do caso e do seu protagonista, o que acaba por dar um grande aprofundamento ao episódio, devidamente conformado pelo ponto de vista de Padilha.

Em *Ônibus 174*, esse ponto de vista está expresso na abordagem do protagonista Sandro do Nascimento. Ao invés de denotá-lo por “diabo”, como a mídia fez enquanto o caso rendeu notícias, o filme procura retratar o sequestrador de forma mais humana, contextualizando sua vida pregressa, os principais acontecimentos da sua trajetória, as tentativas de mudança, as amizades, a família, o comportamento e outros aspectos.

Algumas passagens do filme evidenciam essa intenção: a projeção de uma foto da família de Sandro, com ele ainda criança, carregado no colo, perto da mãe e dos tios; o depoimento de Claudete Beltrana, colega de rua de Sandro, no qual ela relembra o momento em que os moradores de rua da Candelária se reuniam para comer batatas fritas e sanduíches comprados numa rede de *fast food*; o testemunho da mãe adotiva Elza, que cedeu um quarto de sua casa para Sandro morar, ante a vontade deste em mudar de vida e sair da criminalidade; o vídeo de Sandro jogando capoeira, ainda na adolescência; e a fala sintomática da refém Luanna Belmont, em que ela rememora o que disse a Sandro pouco antes de ele sair do ônibus 174: “Você sabe qual a maior vítima desse episódio? Você.”

A partir dessa visão sobre o protagonista do caso do ônibus 174, José Padilha utiliza os episódios ocorridos na vida dele para expandir seu ponto de vista, no sentido de criticar as instituições públicas, a relação entre Estado e marginalizados, o preconceito, a exclusão social, a falta de oportunidades para os mais pobres, entre outros pontos. Alguns trechos do filme revelam essa intenção:

O carcereiro Mendonça mostra as instalações subumanas do chamado “cofre”, cadeia da 26ª Delegacia de Polícia do Rio de Janeiro, lugar em que Sandro chegou a ficar preso. O testemunho de Claudete Beltrana, colega de rua de Nascimento, em que ela conta a prática

corriqueira de pessoas jogarem paralelepípedos de cimento, durante a noite, na cabeça dos moradores de rua da Praça da Candelária, causando-lhes traumatismo e morte. O depoimento da assistente social Yvonne Bezerra, em que ela diz ter sido procurada por Sandro pouco antes do episódio do ônibus 174, e que ele lhe revelara a dificuldade de um analfabeto, pobre e marginalizado arrumar emprego; e a sequência que retoma o massacre da Candelária, ocorrido em 23 de julho de 1993, do qual Sandro acabou escapando, embora tenha presenciado a morte de seis companheiros.

Em um dos momentos do sequestro, Sandro fala com os policiais que o que ele estava fazendo não era filme de ficção e menciona a Chacina da Candelária, afirmando que “mataram geral” e ele estava lá: “Da mesma forma que vocês é perverso, também não sou de bobeira não, tá ligado? O bagulho é sério. Vou explodir a cabeça dela às seis horas. Isso aqui não é filme de ação não. Não mataram os irmãozinho da Candelária? Eu tava lá!” (conforme o original).

No episódio da Candelária, Sandro era apenas um adolescente que, juntamente com outros colegas, foram atacados de modo covarde durante a noite por policiais que atiravam dentro de dois carros, matando sete desses meninos. O episódio exemplifica a verdadeira aniquilação do sujeito, meninos que foram perseguidos, espancados e executados sem nem saber o porquê e, pior, sem nem poderem mudar a própria história.

Sandro do Nascimento, além dos outros depoentes, também é uma voz no documentário, que apresenta vários trechos dos seus discursos dirigidos aos policiais, proferidos de dentro do ônibus, fazendo dele um personagem que fala. Com as imagens e os sons captados *in loco* pelas câmaras da TV, e dispostas ao longo do documentário, é possível ver e ouvir Sandro: “Pode me filmar, Brasil. Eu estava na Candelária. O bagulho é sério. Mataram os irmãozinhos na maior judiaria. Então, não tenho nada a perder mais não”. (conforme original).

A partir dessas falas, percebe-se que o episódio da Candelária não havia sido esquecido por Sandro, e para ele aquilo era como uma revanche.

A vítima, Sandro, dos policiais e também da sociedade virou, no sequestro, o algoz. Desse modo, o que dizer da zona cinzenta, ressaltada pelo Primo Levi, citado por Giorgio

Agamben²⁴¹, em que vítimas se tornam carrascos, e estes vítimas? Apesar de a sociedade não se ver vivendo em um campo de concentração, será que Sandro, na condição em que estava, não vivia nesta condição, sendo levado a fazer o que fez?

Pior que isso é a afirmação feita no documentário de que na época da Chacina da Candelária uma pesquisa demonstrou que a maioria da população concordava com o que tinha acontecido, o que mostra que as pessoas que estavam lá não eram consideradas mais humanas, pois como objeto da violência não teriam nada a oferecer, pouco importando se fossem sofrer; por outro lado, se tivessem algo a oferecer, essa seria sua única qualidade, sendo que o que lhes acontecesse também seria irrelevante.

Durante as negociações do sequestro, o Coronel recebeu a ordem para preservar a vida de Sandro, mesmo após os tiros que ele simulou dar nas reféns. A afirmação feita no documentário é a de que o Coronel obedeceu à ordem mesmo sendo uma ordem contrária ao que eles sabiam que deveria ser feito. Se realmente foi assim, qual foi o motivo da obediência à ordem e quem será o responsável por ela e pela morte da refém?

A ordem tem como emissor algo que deve ser reconhecido como mais forte, pois provém de algo estranho àquele que a recebe. A ordem não admite resistência, não se pode discuti-la, explicá-la ou colocá-la em dúvida, sendo que qualquer hesitação em sua recepção prejudica-lhe a força, pois a cada ausência de cumprimento ela perde algo de sua vida, ou seja, “o poder desta tem que ser inquestionável; se ele se esmorece, precisa estar pronto a impor-se novamente pela força”²⁴².

O poder pode ser percebido na violência exercida por Sandro, na arma dos policiais ou na ordem dada. A questão é apenas uma: onde e com quem está o poder?

Dentro do ônibus, a ordem de Sandro era para que as reféns demonstrassem o máximo de desespero possível com gritos e pedidos de socorro. A ficção e a realidade se misturaram para as reféns e para Sandro, pois foi indagado pela refém se ele realmente a mataria, já que estava pedindo para fingir e, nesse momento, o próprio Sandro se dá conta que não sabia mais o que era verdade e o que era representação.

²⁴¹ AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. p. 30.

²⁴² *Idem, ibidem*. p. 304 e 305.

Uma das reféns, orientada pelos policiais, tentou estreitar os laços de amizade com Sandro ao perguntar sobre sua vida e sua irmã, sendo que a própria refém, durante o depoimento, reconheceu que tentou se preocupar com Sandro sem ser motivada pelo medo de morrer, mas apenas por se interessar por ele como pessoa, por se tratar de um ser humano.

No entanto, a ordem de atirar pôe a perder o que parecia ser uma negociação exaustiva, por outro lado, pôe fim ao conflito. Ao tentar alvejar Sandro no momento em que este saía do ônibus com a refém à frente, tiros são disparados em direção ao sequestrador, que cai no chão junto à refém. Sandro é imobilizado pelos policiais e levado para o camburão, e Geísa, inconsciente, é carregada até uma ambulância. Instantes depois, ambos estão mortos.

A morte da refém Geísa fora do ônibus foi atribuída a um erro humano, pois, na tentativa de acertar Sandro, o policial errou os dois tiros, dando tempo para que Sandro acertasse três nas costas de Geísa. Durante o tumulto, a população tentou linchar Sandro, que foi colocado no camburão e morto pelos policiais.

Duas versões são divulgadas quanto à morte de Sandro e Geísa. A primeira versão é a de que Sandro teria sido morto pelos tiros do policial e que havia tido tempo suficiente para disparar fatalmente contra Geísa. A segunda, e real, é a de que Sandro fora morto por asfixia mecânica, quando cinco policiais militares tentavam imobilizá-lo no camburão que seguia rumo ao hospital, e que os tiros disparados pelo policial tinham acertado somente a refém.

Sandro do Nascimento é enterrado como indigente no dia 15 de julho de 2000, mais de um mês depois de sua morte, tendo apenas uma pessoa comparecido ao seu enterro, Dona Elza. O policial que disparou contra o sequestrador, acertando somente a refém Geísa, é absolvido em 2002. No mesmo ano, os policiais militares acusados da morte de Sandro também são absolvidos pelo júri popular, pois os jurados se convenceram de que o próprio bandido se sufocara ao tentar se libertar dos policiais. Apesar do recurso do Ministério Público, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro manteve, por unanimidade de votos, a absolvição dos policiais.

O poder se mostrou, em última instância, naquele que possui o monopólio da coação física, sendo ratificada pela sociedade a violência exercida por parte da autoridade quando da morte de Sandro. No entanto, a violência é racional enquanto for eficaz para alcançar o fim

que a deve justificar, mas só pode ser racional se persegue objetivos a curto prazo, e mesmo assim, sempre permanecerá o perigo de serem os fins sobrepujados pelos meios²⁴³.

Nesse círculo vicioso da violência, Sandro, que foi vítima e agora era o algoz, torna-se novamente vítima, ficando a polícia na posição de tornar invisível aquele que tinha se tornado visível. E o mais interessante é que ninguém contestou a morte de Sandro, e a impunidade dos policiais foi patente, corroborando com os estudos do NEV sobre a alta taxa de impunidade dos crimes que constituem violação de direitos humanos.

Sandro do Nascimento, após presenciar a morte da mãe, saiu de casa e foi ser “invisível” nas ruas, mas tal invisibilidade desaparecia quando era protagonista de assaltos, pois apenas assim era olhado por pessoas que sem isso não o notaria. Sandro se tornou Sérgio e apareceu em todas as redes de TV ao protagonizar sua última cena, o sequestro do 174. No entanto, ao final do episódio, longe dos holofotes, “Sérgio” volta ser o Sandro invisível e é assassinado pelos policiais dentro do camburão.

Assistir a todas as imagens tão violentas e chocantes, que todos adoram ver e que depois esquecem rapidamente, traz-nos o problema de como se livrar das culpas de sangue, quais sejam, os assassinatos cometidos por toda a sociedade periodicamente, que fedem nas ruas, mas de que todos dão um jeito de se livrar.

Nota-se que os problemas privados são os únicos absorvidos, sendo os problemas coletivos deixados de lado²⁴⁴, e como bem ressaltou Jurandir Freire Costa²⁴⁵, é a impotência com que se reage a todas as agressões noticiadas que choca no Brasil, seja quem for a vítima da agressão, o “bandido” ou o “mocinho”.

Nesse contexto, cabe questionar se o conceito de justiça como sentido unificador do universo moral foi destruído, tornando a vida insuportável pela carência de sentido. O direito deve ser justo ou não tem sentido a obrigação de respeitá-lo, ou seja, o homem ou a sociedade em que o senso de justiça foi destruído não resiste às circunstâncias, perdendo o sentido do dever-ser do comportamento. A morte dos meninos de rua e de Sandro pelos policiais violou

²⁴³ ARENDT, Hannah. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 2010. p. 149.

²⁴⁴ COSTA, Jurandir Freire. A ética democrática e seus inimigos: o lado privado da violência pública. In: _____. *Ética*. Rio de Janeiro: Garamond, 1997. p. 71 – 73.

²⁴⁵ *Idem, ibidem*. p. 74 e 75.

um princípio de justiça, qual seja, o de que a própria morte deve ser significativa e não mesquinha. Por outro lado, a impunidade dos agressores destrói o senso de justiça²⁴⁶.

O “mundo agonizante” de Hanna Arendt²⁴⁷ se mostra na indiferença, que produz uma reação igual e contrária. No documentário, o agente penitenciário mostra a cadeia em que Sandro ficou e afirma que aquele lugar não é cadeia, tanto que é conhecida como “cofre”. Os presos que falam no documentário também afirmam que onde eles estão é um inferno e que seria melhor estar morto.. O relato da menina de rua também denuncia que a sociedade os vê como marginais e não querem saber de ajudar ou dar alguma oportunidade, concluindo que se continuar assim as coisas só irão piorar.

O que choca mais? A desumanização dessas pessoas ou o relato do traficante encapuzado que afirma que “se a vítima não mostrar onde está o dinheiro e as joias, eu jogo álcool em cima”. Quem é o mocinho e quem é o bandido?

O caso do ônibus 174 desencadeou uma série de ações, iniciativas, eventos e mobilizações por parte da sociedade civil e dos governos estadual e federal. O Governador do Estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, pressionado pela opinião pública, exonerou o comandante da Polícia Militar, Coronel Sérgio da Cruz. Foram realizadas várias operações pela polícia, como *blitz* em ônibus e ruas para apreensão de armas e drogas, acirramento dos confrontos com traficantes e divulgação de listas com os nomes de policiais corruptos e envolvidos em crimes. O Governo Federal, por sua vez, elaborou o Plano Nacional de Segurança Pública, divulgado pelo Ministro da Justiça, José Gregori, e pelo Chefe da Casa Civil, Pedro Parente, no dia 20 de junho de 2000, uma semana após o episódio do ônibus 174. A sociedade civil fez passeatas, uma delas com o grito “Basta! Eu quero paz!”.

Sandro do Nascimento se torna um referencial para as medidas de combate ao crime, pois sua figura representava todas as imagens das minorias urbanas marginalizadas: jovem de rua, usuário de drogas, morador de favela, criminoso e armado com armas pesadas. Note-se, no entanto, que as ações indicadas foram mais repressivas do que inclusivas, mostrando o erro já advertido por Foucault de ignorar os mecanismos disciplinares que funcionam pela forma positiva e não pela proibição, traço distintivo da coerção.

²⁴⁶ FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 352.

²⁴⁷ ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo III. Totalitarismo, o paroxismo do poder*. Rio de Janeiro: Documentário, 1978. p. 221.

Realmente, o crescimento da violência e a criminalidade aumentam na proporção em que a negação ao pertencimento de um povo foi estabelecida entre os desfavorecidos, sendo a violência um grito para o invisível se tornar visível novamente, como também veremos nas próximas personagens analisadas.

O filme *Linha de Passe*, dirigido por Walter Salles e Daniela Thomas e lançado em 2008, gira em torno dos dramas de cinco personagens da mesma família: Dênis, Dario, Dinho Reginaldo e Cleuza. Dênis é o mais velho, já é pai de família e trabalha como *motoboy*. Dinho é frentista, recentemente convertido, busca refúgio do passado na religião. Dario é aspirante a jogador de futebol, prestes a completar 18 anos, não sabe mais se terá chance de entrar em um time de futebol. O mais novo é Reginaldo, que busca o pai incansavelmente. Por fim, a mãe de todos é Cleuza, com 42 anos, está grávida do quinto filho, sem pai, é empregada doméstica e torcedora do Corinthians.

Assim como os filmes acima analisados, *Linha de Passe* também se volta aos marginalizados moradores de favela. Apesar de a maioria das cenas se darem fora da favela, a questão da exclusão social trazida com a imagem da favela é patente.

Dênis recorre ao irmão Dinho para encher o tanque de sua moto no posto em que trabalha, alegando ausência de dinheiro. Sob os olhos do gerente, Dinho recusa veementemente a proposta. No decorrer da trama, percebe-se a dificuldade financeira por que as personagens passam, e que Dênis não tem nem mesmo dinheiro suficiente para dar para seu filho, que nem mais o reconhece.

Por outro lado, é possível entender que Dinho se tornou honesto e crente recentemente e luta para manter suas vontades de acordo com as de Deus, pois certo dia, ao ir para a igreja, ouve o deboche de seus antigos amigos: “Não é porque virou crente não, irmão. Uma vez da quebrada, sempre da quebrada”, sendo que até sua mãe, em um momento no qual ele lhe dá lição de moral por ter outro filho sem pai ouve: “Você já me deu muito trabalho nessa vida”.

Dario não se alegra com o aniversário de 18 anos, já que perderá a oportunidade de entrar em um time de futebol. Enquanto todos o aguardam para uma festa surpresa, ele falsifica seu RG e é descoberto pelo olheiro do time, ficando seu sonho de ascensão social para trás. Seu sonho apenas parece ressurgir quando recebe uma proposta para entrar em um time, mas para isso tem que pagar R\$ 3.000,00. Com a ajuda da mãe, ele acredita em seu

sonho, mas quando sua mãe não vai ao jogo por se sentir mal e ele perde o pênalti, tudo se esvai.

Dinho vai à igreja e ouve sermões sobre a importância que o homem dá a bens materiais e porque aquilo não deveria ser preocupação dos crentes, que estão na Terra de passagem. Cleuza encontra R\$ 10,00 no bolso da calça da patroa ao passar a roupa e faz questão de devolver. A pia entupida demonstra a dificuldade das personagens, e da mãe, principalmente, que está sempre tentando desentupir-la, até que um dia cansa e grita: “Será que não tem homem nessa casa para desentupir essa pia?!”.

O contraste é visível quando Dario ganha de um amigo rico uma chuteira de futebol de marca, o que causa revolta na mãe que o acusa de pegar seu dinheiro para comprar tênis caro. Durante uma festa na casa dos amigos ricos, após usar drogas, Dario vai à cozinha beber água na pia que não é como a da sua casa, pois não está entupida.

Reginaldo busca seu pai dentre os motoristas negros de ônibus, e seu encantamento pelo ônibus é compreendido quando Cleuza mexe nas fotos de seu passado e encontra uma foto com o suposto pai de Reginaldo rasgada. Na foto, o homem aparece com uniforme de motorista com o ônibus de fundo. Reginaldo briga com a mãe muitas vezes para que ela revele a identidade do seu pai, e ela sempre nega, até que um dia arruma a foto rasgada e deixa debaixo do travesseiro no sofá em que o menino dorme. O menino se refugia sempre dentro de ônibus ou da Kombi velha que está na garagem da sua casa.

Como refúgio, a mãe assiste aos jogos de futebol no bar ou no campo e, mesmo grávida, fuma seu cigarro. Mesmo em dificuldades, Dênis compra um cachorrinho de pelúcia para seu filho, enquanto Dinho visita os irmãos afastados da igreja e recusa a ajuda financeira do pastor pelo trabalho. Cleuza se vê em vias de perder o emprego quando a patroa coloca outra empregada para “ajudá-la”, já que está grávida. Reginaldo entra no ônibus e sai dirigindo pela cidade com a sensação de liberdade.

A conexão existente ente o mundo consumerista da sociedade pós-moderna e a noção de justiça é vivenciada na vida de cada personagem que passa dificuldade, mas se mantém honesto, seguindo os padrões éticos que a mãe ensinara. No entanto, sem qualquer maniqueísmo, é também percebida a revolta com sua condição e os altos e baixos no comportamento de cada um.

Dinho chega do seu refúgio, a igreja, fica espiando Dênis com uma namorada na casa, e acaba emprestando R\$ 20,00 para o irmão ir ao motel. Enquanto Dênis está no motel, Dinho se masturba em casa, Dario anda pela rua drogado e Reginaldo dorme no sofá, enquanto a mãe está no bar. É visível que cada personagem tem seu refúgio dos problemas cotidianos, mas a busca por uma vida melhor é retratada na pia que é desentupida por Dario.

A insistência de Dênis em encher o tanque da moto de graça continua, e em um dos episódios ele simula estar com uma arma e ameaça o gerente do posto, que só depois descobre que é um celular e não uma arma. Além dos antigos amigos e das afirmações da mãe, Dinho tem que ouvir deboches do patrão sobre Deus e futebol e acusações sobre sua honestidade. Certo dia, em que Dinho é assaltado por um *motoboy*, no posto, que leva todo seu dinheiro, a acusação de ladrão e da cumplicidade com o irmão *motoboy* fazem com que Dinho se encha de raiva a ponto de agredir o patrão, embriagar-se e acabar na frente da igreja. O deboche leva à exasperação e à revolta²⁴⁸, a vítima se torna carrasco, os papéis se invertem. Após isso, Dinho vai a um batismo da igreja em um rio e parece sair de lá revigorado.

As dificuldades levam Dênis a escolher o caminho do crime, assaltar carros para roubar bolsas, o que é veementemente reprimido pela mãe, que ensina os filhos a serem honestos e recusa qualquer presente ilícito. Em um dos assaltos, Dênis acaba cometendo outro crime ao sequestrar um carro e seu dono e parar em um lugar deserto para fugir da polícia. Nesse episódio, ele pede que o dono do carro olhe para ele (Você está me vendo?) em verdadeira demonstração de que quer ser visto, pois é invisível para a sociedade. Ele deixa o homem ir embora, sem ficar com nada dele, e acaba chorando.

O conflito interior das personagens no documentário e nos filmes é patente, pois não são criminosos não humanos, mas pessoas de carne e osso que têm sentimentos e dificuldade e parecem ter sido desumanizadas pela sociedade se tornando invisíveis. Desse modo, é possível verificar que o motivo da violência não é mais o senso de injustiça, como no caso de Dinho ao bater no patrão, a vingança ou libertação, mas o ressentimento e a indiferença, nos casos de Sandro e Dênis, que anulam quase por completo o outro em sua humanidade.

Os miseráveis são cada vez menos percebidos como pessoas morais, como se fossem resíduos sociais absorvíveis. A sociedade não reage aos abusos praticados, tudo parece em

²⁴⁸ XAVIER, Ismail. *O cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 136.

ordem, na paz do mercado de consumo, como parecem aparentemente bem conviver Dario e seus amigos ricos.

Não existe uma correlação direta entre miséria e violência. Embora a miséria gere violência, não gera na mesma proporção em todos os lugares. A porcentagem de pessoas pobres que se envolveram com o mundo do crime nas suas mais diferentes inserções é muito pequena. Um estudo feito no Rio de Janeiro estima que apenas 1% da população dos bairros populares das favelas está ligada ao mundo do crime, a evidência empírica mostra que as cidades mais pobres do país não são as mais violentas²⁴⁹. Ou seja, existe uma razão por trás disso, e um dos motivos é a maneira como o Estado e a sociedade tratam a questão dos meninos de rua, a maneira como lidam com os presos, transformando pequenos delinquentes em grandes criminosos.

Todos os crimes praticados pelas personagens dos filmes, ou seja, o assalto de Sandro e Dênis, a falsificação do RG por Dario e a lesão corporal praticada por Dinho são todos atos ilícitos, pois a eles é imposta uma sanção pelo ordenamento jurídico. Desse modo, todos esses atos estão dentro do Direito, porém, os seres humanos Dinho, Dênis, Dario e Sandro estão à margem da sociedade.

Corroborando com os estudos do NEV, os personagens são homens, jovens, que moram na periferia e representam a desigualdade social e segregação urbana que produzem a exclusão social, marcada pelo desemprego, pela precarização do trabalho, salários insuficientes e por deficiências do sistema educacional.

Qual emoção causa o documentário que mostra a problemática da sociedade brasileira no espectador: tristeza, raiva, desespero, desânimo, indignação ou mesmo indiferença? No filme *Linha de Passe*, as sensações serão as mesmas ou se pode dizer que também é possível sentir fé e esperança? Em suma, os filmes trazem uma sensação de choque da “realidade”, fazendo-nos refletir sobre a nossa própria conduta diante da invisibilidade alheia.

Os filmes mostram dramas de pessoas reais, pessoas que se relativizam no decorrer da trama, que têm sentimentos variados como amor, raiva, fé, ódio, prazer, não são sempre boas ou sempre más. Demonstram que há milhares de Sandros, Cleuzas, Darios, Dinhsos,

²⁴⁹ Dados estatísticos retirados do site www.nevusp.org.

Reginaldos invisíveis que estão em busca de seu sonho e de sua humanidade perante a sociedade.

Eles estão em todos os lugares - praças, parques, calçadas, semáforos, meninos e meninas, de idades variadas, que estão nas ruas pela violência familiar, pobreza, imposição dos pais ou o simples descrédito com a vida, não se relacionam com outras pessoas que não sejam os próprios “pares”. Ninguém lhes dirige a palavra. Os vidros dos carros sobem e pedestres até atravessam a rua ante a presença de um desses garotos. São invisíveis perante a sociedade que, devido à convivência diária com o problema, passou a encará-los de forma habitual e a incorporá-los à rotina.

E cada personagem supera de uma forma o senso de injustiça, desumanização e miséria em que estão mergulhados: Sandro assalta um ônibus, Dinho se refugia na igreja, Dênis inicia uma vida de criminalidade e se arrepende, Reginaldo procura o pai e Cleuza vê seus jogos do Corinthians.

Uma conhecida regra de justiça é “a cada um segundo seus méritos.” No entanto, a aplicação de tal regra traz muitas dificuldades, pois se deve apreciar os méritos do sujeito merecedor, e a justeza do merecimento reconhecido exige a percepção daquilo que alguém é em sua inteireza. Os atos de justiça no reconhecimento de méritos são parciais e relativos a momentos, a existência só ganharia contorno definitivo no momento da morte, em que seria possível dizer de um homem quem ele foi. Daí os problemas do juízo histórico de ser justo com alguém.

Tendo como exemplo cada personagem dos filmes, é possível verificar as dificuldades do justo reconhecimento de méritos do autor mediante as obras que produziu, pois neles está, afinal, a angústia paradoxal do escritor que se torna criatura de sua própria criação. A problemática dessa relação autor/obra/vida mostra que o sentido justo dos julgamentos tem suas raízes enterradas na percepção da existência²⁵⁰.

²⁵⁰ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Estudos de Filosofia do Direito, reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 249 e 250.

CAPÍTULO 3 - LEGITIMIDADE, VIOLÊNCIA E JUSTIÇA

3.1 LEGITIMIDADE E VIOLÊNCIA

“O poder mais perfeito é aquele que não é percebido”. (Tercio Sampaio Ferraz Junior, 2002)

“Só se pode confiar nas palavras quando se tem certeza de que a função delas é revelar e não dissimular”. (Hannah Arendt, 2010)

“Ordem é ordem.” A ordem parece tão natural que é aceita como algo que sempre existiu e, talvez, esta seja a causa da pouca reflexão a seu respeito. Elias Canetti afirma que: “Pouquíssimas vezes o homem se perguntou o que, de fato, é a ordem: se ela é tão simples quanto parece; se, a despeito da prontidão e facilidade com a qual produz o efeito esperado, ela não deixaria outras marcas, mais profundas e talvez hostis, naquele que obedece a ela”²⁵¹.

A ordem tem como emissor o que deve ser reconhecido como mais forte, pois provém de algo estranho àquele que a recebe. A ordem não admite resistência, não se pode discuti-la, explicá-la ou colocá-la em dúvida, sendo que qualquer hesitação em sua recepção prejudicaria a força, pois a cada ausência de cumprimento ela perde um pouco de sua vida, ou seja, “o poder desta tem que ser inquestionável; se ele se esmorece, precisa estar pronto a impor-se novamente pela força”²⁵².

Diferentemente das ideias de Canetti, Hannah Arendt afirma que a violência não substitui a autoridade, já que não tem a função de fazer com que as pessoas obedeçam, se não, violência seria autoridade. A autora defende um conceito de *auctoritas* romana, que, incorporada ao Senado, representava a ligação com o ato da fundação de Roma, tornando a presença dos fundadores permanente. A autoridade não era, desse modo, o mesmo que o poder, nem identificada com a violência. A compreensão da autoridade derivada do poder e com capacidade de coagir tem origem no pensamento helênico clássico de Platão e Aristóteles²⁵³.

²⁵¹ CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.303.

²⁵² *Idem, ibidem*. p. 304 e 305.

²⁵³ ARENDT, Hanna. Que é autoridade? In: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 127 – 187.

A autoridade era obtida pela *traditio*, origem da palavra tradição, transmitida hereditariamente, cujo papel não era exatamente comandar ou coordenar ações, mas sim aprová-las, mantendo-as em justo equilíbrio. Com o fim do império romano, a Igreja Católica adotou muito da organização romana, inclusive a autoridade. O poder, antes do povo, foi passada para as famílias reais. O conceito de autoridade foi diluído com a introdução de um elemento violento, ainda que transcendental, o inferno, na doutrina católica. A origem da relação entre autoridade e sanção negativa pode ser tratada até Platão, havendo posteriormente uma mistura da filosofia platônica com as instituições políticas romanas²⁵⁴.

Em Platão, a autoridade também não é relacionada com o poder, mas com a gestão da *polis*. Quando a secularização eliminou a religião da vida pública, a amálgama entre instituições romanas e a filosofia grega antiga presente na autoridade da igreja católica tornou-se elemento de crise da autoridade, levando consigo o temor do inferno. Porém, a autoridade precisa de algo que a legitime, e sem a religião, fundação ou sanção transcendente não haveria mais como ter autoridade na esfera política, provocando a perda da autoridade política, crise na autoridade familiar e educacional²⁵⁵.

A relação comando – obediência não pode ser decidida com o uso da força, mas pela opinião dos que sustentam o poder e o uso que este faz da coerção organizada. Sendo o poder, como diz Hanna Arendt, capacidade humana de agir em conjunto, aqueles que o sustentam o legitimam, pois o exercício conjunto e contínuo confere legitimidade às normas e instituições derivadas da ação política. Por isso, o poder engloba a noção de legalidade e legitimidade, pois o monopólio da força organizada deve ser legal e legítimo²⁵⁶.

O poder entendido como uma combinação de relações de força e autoridade que provêm de um agir conjunto passa pelas noções de legalidade e legitimidade, sendo aquela o modo pelo qual o poder tem um exercício institucionalizado segundo regras impessoais e objetivas, e a legitimidade o título para o exercício do poder²⁵⁷.

Assim, a ideia que se tem de legitimidade é a de que tal conceito pressupõe um conjunto de valores, por meio do qual os sistemas jurídicos e políticos se revestem de um componente de autoridade, que os tornam aceitos independentemente do isso da força. O aparecimento do conceito de autoridade não significa que desapareça a necessidade do uso da força, mas, negavelmente, onde está a autoridade, a força é

²⁵⁴ *Idem, ibidem*. p. 171-177.

²⁵⁵ *Idem, ibidem*. p. 127-128, 177-180.

²⁵⁶ LAFER, Celso. *O sistema político brasileiro: estrutura e processo*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 32 – 39.

²⁵⁷ LAFER, Celso. *O sistema político brasileiro: estrutura e processo*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 38 – 43.

minimizada e desempenha um papel acessório. Consequentemente, onde não há autoridade, a força aparece muitas vezes como sinônimo de violência, especialmente quando se tem em vista uma ordem simplesmente imposta ou o prevalecimento da vontade dos mais fortes²⁵⁸.

Resta claro que com o advento do positivismo a legitimidade do poder é sustentada não mais por uma noção ética para poder durar, mas pela efetividade. Nesse contexto, em que não se ressaltam os critérios valorativos, a legitimidade é dada pela aplicação de certos procedimentos instituídos para produzir decisões vinculatórias²⁵⁹.

A ordem jurídica legítima é aquela que se torna capaz de produzir uma espécie de “prontidão generalizada” para aceitação de suas decisões ao valer de símbolos que dão força unificadora aos códigos e um significado retoricamente eficaz ao governo do direito como algo racional e acima do arbítrio dos dirigentes. Assim, pela “legitimação pelo procedimento” as decisões emanadas de acordo com os procedimentos jurídicos vigentes acabam sendo aceitas independentemente de seu conteúdo²⁶⁰.

O esvaziamento do poder coercitivo do Estado não significa diminuição do poder nas relações individuais, já que o poder não é mais visto como coisa, mas como relação. Desse modo, a partir do século XVIII, não se pode mais entender o poder nos termos de soberania, mas como poderes espalhados pelo meio social, que a teoria da soberania tenta esconder, e se exercem por meio de um direito centralizado e um mecanismo de dominação que deve ser camuflado como exercício de poder²⁶¹.

Nesse contexto, está o papel da violência simbólica com o poder de impor significados e cometimentos como legítimos ao dissimular as relações de força que estão em sua base, agregando sua própria força simbólica a tais relações. Assim, o poder é reconhecido como legítimo quando oculta as relações de força entre grupos sociais por meio da violência

²⁵⁸ FARIA, José Eduardo. *Direito e Legitimidade*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 121.

²⁵⁹ BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. p. 91 - 93. Sobre o processo real de legitimação ver Niklas Luhmann, *Legitimação pelo procedimento*.

²⁶⁰ FARIA, José Eduardo. *Eficácia jurídica e violência simbólica: o direito como instrumento de transformação social*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. p. 109.

²⁶¹ OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre o poder, obediência e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006. p. 50.

simbólica, sendo esta eficaz enquanto seu uso é dissimulado e desconhecido pelos endereçados sociais.²⁶².

3.1.1 Poderes disciplinares

Foucault propõe que, na nossa sociedade, existe algo como um poder disciplinar, um modo terminal e capilar do poder, uma intermediação a qual os poderes, em suas generalidades, vêm tocar e agir sobre corpos, considerar seus gestos, comportamentos, hábitos e palavras. Afirma que este poder disciplinar não nasceu repentinamente e tampouco sempre existiu, mas foi construído ao longo do tempo atingindo, no século XIX, a grande forma geral do contato entre poder político e corpo individual, isto é, a grande forma geral do poder disciplinador²⁶³.

O poder disciplinar busca criar corpos obedientes e úteis, nesse sentido:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que é um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra em uma maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe²⁶⁴.

Nasce uma “anatomia política”, igualmente também, insurge uma “mecânica do poder”, que define como se dominam e moldam corpos. Assim, a disciplina fabrica “corpos dóceis”, submissos e exercitados para um determinado estilo de vida em sociedade, desempenhando um papel de diminuir e ao mesmo tempo aumentar as forças do corpo, dissociando o poder do corpo²⁶⁵.

A descoberta do corpo como objeto de poder acontece durante a época clássica, momento histórico no qual tipos específicos de poder, disciplinadores, investem sobre corpos

²⁶² OLIVEIRA, Mara Regina de. *Cinema e Filosofia do Direito: um estudo sobre a crise de legitimidade jurídica brasileira*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006. p. 21.

²⁶³ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Edições Graal, 1979. p. 145-152.

²⁶⁴ FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. 38ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 133.

²⁶⁵ FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. 38ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 127.

individuais a partir de um conjunto de práticas domésticas e cotidianas, como também a partir de regulamentos fabris, militares, escolares, hospitalares, a fim de controlar ou corrigir operações do corpo: neste período, o corpo precisa se tornar útil; inteligível. Neste sentido, o exercício do poder consiste num conjunto “de ação sobre ações possíveis”, do tipo da incitação, indução, facilitação, limitação, impedimento, etc.

Foucault adverte, porém, que não é a primeira vez na história ocidental que o corpo é objeto de investimentos forçados. Para ele, e isso não apenas na cultura ocidental como em qualquer outra sociedade, o corpo está encarcerado no interior de poderes muito cingidos, que lhe impõe restrições, proibições ou obrigações, como havia nos antigos conventos, exércitos e nas oficinas. A novidade nos esquemas de docilidade a partir do século XVIII reside, em primeiro lugar, na escala do controle: Foucault não percebe que se trata de cuidar do corpo como massa, como uma unidade indissociável, “mas trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica – movimentos, gestos, atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo”²⁶⁶.

Em segundo lugar, o objeto do controle passa ser a economia e a eficácia dos movimentos; a coação passa a se fazer mais sobre as forças que sobre os sinais. Em terceiro lugar, enfim, a modalidade do controle, que passa a provocar uma “coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos”²⁶⁷. Foucault chama por “disciplinas” esses métodos que asseguram o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição contínua de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade²⁶⁸.

A análise foucaultiana dos micro poderes desemboca, aparentemente, numa espécie de funcionalismo. O poder não é algo localizado no topo de uma hierarquia da qual se derivaria, mas é algo difuso, disperso na trama social. Contudo, contrariamente a um funcionalismo à *la Parsons*, o poder não tem essência, não é concebido como uma propriedade (não é como

²⁶⁶ FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. 38ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 132.

²⁶⁷ *Idem, ibidem*. p. 133.

²⁶⁸ *Idem, ibidem*. p. 132-133.

dinheiro que dá poder a quem o possui), nem está localizado em algum lugar. Ele é concebido como uma *estratégia*²⁶⁹.

O poder disciplinar descrito em *Vigiar e Punir* não se identifica com uma instituição política ou aparelho de Estado, pois se trata de um tipo de configuração de poder que perpassa as instituições e discursos, como uma espécie de tecnologia. O poder não tem essência, é apenas uma *relação*. Sendo assim, ele não deve ser concebido como sendo fundamentalmente repressivo nem confundido com a violência. Para o autor:

Uma relação de violência age sobre um corpo, sobre coisas (...). Uma relação de poder, pelo contrário, se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis para ser justamente uma relação de poder: que o 'outro' (aquele sobre quem ela se exerce) seja reconhecido e mantido até o fim como sujeito de ação; e que se abra diante da relação de poder todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis²⁷⁰. (grifo do autor)

Tradicionalmente, o poder é o que se vê, se mostra, se manifesta, diferentemente do poder disciplinar, que se exerce tornando-se invisível, mas impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória. E o exame é a técnica pela qual o poder, em vez de emitir os sinais de ser o poderio, em vez de impor a sua marca aos seus súbditos, capta-os num mecanismo de objetivação²⁷¹.

3.1.2 Violência Simbólica

Os fatos institucionais não existem isoladamente, mas em complexas inter-relações uns com os outros, os fatos brutos e os institucionais não são classes exclusivas. Desse modo, a finalidade da estrutura institucional é criar e controlar fatos brutos, sendo uma questão de poderes negativos e positivos. O uso da linguagem na construção da realidade institucional é o de poder criar fatos institucionais com um proferimento performativo. Pode-se usar a linguagem não só para descrever, mas como para criar os próprios fatos descritos na realidade

²⁶⁹ MACEDO Jr., Ronaldo Porto. Foucault: o poder e o direito. *Tempo Social*, Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 2(1), p. 151-176, 1990.

²⁷⁰ FOUCAULT, Michel. Deux essais sur le sujet et le pouvoir. In: DREYFUS, L. H. & RABINOW, P. Michel Foucault. Un parcours philosophique. Paris, Gallimard, 1984, p. 313.

²⁷¹ FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 156.

institucional em razão do aspecto simbólico da linguagem ser essencial para a constituição desta, diferentemente da realidade bruta²⁷².

Os termos símbolo, simbólico, simbolismo, etc. são utilizados muitas vezes como termos ambíguos, o que nem sempre é verdade. Pode-se definir de diversas maneiras esses termos, como por exemplo, num sentido filosófico, simbólico seria indicativo de todos os mecanismos de intermediação entre sujeito e realidade. Nesse mesmo sentido, para a antropologia estruturalista, a estrutura social seria um sistema simbólico, não se confundindo com a própria realidade das relações sociais; ideia que influenciou Lévi-Strauss, Bourdieu e Passeron a desenvolverem conceitos de poder, eficácia e violência simbólica. Já na psicanálise, Jung reconhece os símbolos individuais e os coletivos e os relaciona com o inconsciente coletivo, o que culmina na sua teoria dos arquétipos²⁷³. O simbólico não é próprio apenas da linguagem, mas também está presente nas instituições, na verdade, como bem afirma Marcelo Neves “embora as instituições não se reduzam ao simbólico, elas são inconcebíveis sem o simbólico”²⁷⁴.

Enfim, temos uma realidade dependente dos observadores, na qual com a intencionalidade coletiva temos fatos sociais- realidade social, e utilizando da habilidade de atribuir função de status criam-se fatos institucionais, sabendo que funções de *status* exigem linguagem²⁷⁵.

A linguagem cria o mundo, constitui a realidade, e não apenas a representa. De acordo com Aristóteles o homem é político porque tem linguagem²⁷⁶, e por isso cria instituições. A linguagem não descreve o mundo, mas permite predicar o justo e o injusto, não é fantasia. A língua é necessária, o mundo não é um delírio coletivo, as coisas existem.

É necessário estabelecer a linguagem ou linguagens em que determinada passagem do discurso político estava sendo desenvolvida. Essas linguagens terão sido sub-linguagens, idiomas e retóricas mais do que linguagens no sentido étnico. Esses idiomas, ou jogos de linguagem variam na origem, conseqüentemente em seu conteúdo. Podem se originar nas

²⁷² SEARLE, John R. *Mente, linguagem e sociedade. Filosofia no mundo real*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 122 e 124.

²⁷³ NEVES, Marcelo. *A constitucionalização simbólica*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 05-11.

²⁷⁴ *Idem, ibidem*. p. 13.

²⁷⁵ SEARLE, John R. *Mente, linguagem e sociedade. Filosofia no mundo real*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 124 e 125.

²⁷⁶ ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Escala, 2008. (Col. Mestres Pensadores).

práticas institucionais da sociedade, ou como modos de argumentação no interior do próprio processo evolutivo do discurso político transformados pela constante ação da fala sobre a língua. Desse modo, a linguagem geral do discurso em qualquer época determinada pode exibir uma textura extremamente rica e complexa. Cada uma dessas linguagens exercerá o tipo de força que tem sido chamada de paradigmática, ou seja, contribuirá com informações selecionadas como relevantes ao exercício e à natureza da política, e favorecerá a definição de problemas e valores políticos de uma determinada forma. Ou seja, cada uma favorecerá determinadas distribuições de prioridades e, conseqüentemente, de autoridade. Diante disso, a linguagem política é por natureza ambivalente, pois consiste na enunciação de “proposições e conceitos essencialmente contestados”, e conseqüentemente, qualquer texto em um discurso político será por natureza polivalente. Quando diversas dessas linguagens são encontradas em determinado texto, pode-se inferir que uma determinada enunciação poderá ser nele efetuada e interpretada, e o autor pode se mover nesses padrões de polivalência²⁷⁷.

A uniformização de sentido relaciona-se com um fator normativo de poder, o poder de violência simbólica²⁷⁸. O poder não assume explicitamente que está relacionada com o uso da força, atuando com poder de violência simbólica, ou seja, poder capaz de impor certas significações como legítimas, dissimulando as relações de força que estão em sua gênese, ou seja, que estão no fundamento da própria força²⁷⁹. É nesse sentido que se pode afirmar que se faz das letras, armas, e se consegue com as letras coisas que outros não conseguem com as armas, ou seja, a pena realmente é uma espada²⁸⁰.

A violência simbólica decorre do fato de que:

A repressão não pode nunca confessar-se como tal: ela tem sempre a necessidade de ser legitimada para exercer sem encontrar posição. Eis por que ela usará as bandeiras da manutenção da ordem social, da consciência moral universal, do bem-estar e do progresso de todos os cidadãos. Ela se negará enquanto violência, visto que a violência é sempre expressão da força nua e não da lei – e como fundar uma ordem a não ser sobre uma lei aceita e interiorizada? A relação de força vai então

²⁷⁷ POCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 31 e 32.

²⁷⁸ BOURDIER, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A reprodução*. Paris: Minuit, 1970. p. 18.

²⁷⁹ FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 276.

²⁸⁰ TULLY, James. The pen is a mighty sword: Quentin Skinner's analysis of politics. In: *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Princenton, NJ: Princeton Univ. Press, 1988.

desaparecer enquanto tal, será sempre coberta por uma armadura jurídica e ideológica²⁸¹.

O poder de violência simbólica não se confunde com coação, trata-se de controle. O emissor não coage, não substitui o receptor, ou seja, é o receptor que age, mas o faz de acordo com o sentido de ação do emissor. Desse modo, o controle se mostra na medida em que o emissor não elimina as alternativas de ação do receptor, mas as neutraliza quando privilegia um enfoque que é o socialmente prevalente²⁸².

Elias Canetti faz uma relação entre o segredo e poder, pois “o segredo encontra-se no mais recôndito cerne do poder”²⁸³. Observando a natureza, é possível verificar que se a captura da presa se dá abertamente ela terá seu efeito intensificado pelo auxílio da força²⁸⁴. Aquele que silencia tem a vantagem da expectativa maior por sua manifestação, pois o silêncio pressupõe um conhecimento preciso, e sua fala se aproxima mais da transmissão de uma ordem. Desse modo, para o autor, “uma boa parte do prestígio vinculado às ditaduras reside no fato de se atribuir a elas a força concentrada do segredo, a qual, nas democracias, é diluída e repartida entre muitos”²⁸⁵.

Hanna Arendt, ao discorrer sobre a polícia secreta num Estado totalitário, também faz menção ao segredo ao afirmar que “o verdadeiro poder começa onde o segredo começa”, já que quanto mais visível é uma instituição menor poder ela teria, e quanto menos visível, mais poderosa seria²⁸⁶.

O poder é reconhecido como legítimo quando é desconhecido como violência simbólica, sendo que ao infringir uma norma e se comportar de modo a evitar a sanção, o fora-da-lei concede objetivamente força de lei à lei que ele transgrediu. Desse modo, o poder se revela legítimo quando dissimula a força que está em seu fundamento, caso contrário, seria

²⁸¹ KATZ, Daniel; KAHN, Robert. Psicologia social das organizações. São Paulo: Atlas/MEC, s.d. p. 386. In: FARIA, José Eduardo. *Eficácia jurídica e violência simbólica: o direito como instrumento de transformação social*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. p. 125.

²⁸² FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 276.

²⁸³ CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 290.

²⁸⁴ *Idem, ibidem*. p. 290.

²⁸⁵ *Idem, ibidem*. p. 295.

²⁸⁶ ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo III. Totalitarismo, o paroxismo do poder*. Rio de Janeiro: Documentário, 1978. p. 153.

um poder autodestrutivo, e por isso, o poder não seria crítico, pois sempre pressupõe o desconhecimento da sociedade de sua constituição objetiva como condição de exercício²⁸⁷.

A relação feita por Canetti também aponta a ideia de dissimulação demonstrando que a relação de poder se fortifica na medida em que é construída sem que seus agentes sociais percebam a violência simbólica²⁸⁸.

Desse modo, ao passo que a coerção física é monopolizada pelo poder jurídico-político por meio do monopólio legítimo da força, disciplinado por leis e códigos, a violência simbólica entreabre uma variedade nas relações de força produzidas nas menores unidades do sistema social que são demonstradas como práticas religiosas, familiares, regulamentos, regimentos escolares, sistemas de organização, métodos, etc., ficando a coerção associada a um vasto poder informal, invisível, móvel e múltiplo, ou seja, sem localização específica²⁸⁹.

3.1.3 Violência não razoável

“Buscar o poder por meio da subserviência ao povo é vergonhoso; porém dominá-lo pelo terror, pela violência e pela opressão não é apenas vergonhoso, é também uma injustiça”. (Plutarco apud Bárbara Heliodora, 2001).

Tercio Sampaio Ferraz Junior discorre sobre a legitimidade de atos violentos, sendo que alguns desses atos são aceitos pela sociedade como juridicamente legítimos e outros não. A violência faz parte do cotidiano da sociedade, por isso é necessário que existam limites no seu uso; por outro lado, a violência é um componente importante do direito, porque funciona como um instrumento de execução e um símbolo da ordem. No Estado de Direito, o uso da violência é estritamente regulado, não pode ser indiscriminado e é um privilégio da autoridade. Assim, cabe a essa autoridade usar a violência dentro do limite do interesse público, apesar de ser a noção de interesse público vaga. Historicamente, a violência esteve presente em todas as sociedades humanas e à medida que a complexidade social aumenta, a

²⁸⁷ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Estudos de Filosofia do Direito, reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 62.

²⁸⁸ OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre o poder, obediência e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006. p. 107.

²⁸⁹ FARIA, José Eduardo. *Eficácia jurídica e violência simbólica: o direito como instrumento de transformação social*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. p. 127.

violência tende a se sobrepor aos outros componentes do poder; quando isso ocorre, o único instrumento contra a violência se torna ela própria e, nesse caso, ela chega a se libertar do direito constituindo uma organização própria.

Diante disso, existe uma ambiguidade na violência, uma vez que ela tanto sustenta a ordem social como pode destruí-la. Desse modo, embora as normas sejam capazes de dar à violência um sentido legal, ela não explica por si só a ordem jurídica. Ou seja, a violência legal não é jurídica apenas pelo fato de ser legal, o que define o caráter jurídico de um caso concreto é o grau de consenso público que ele admite. Então não basta que a violência seja legal (tenha o uso regulado por lei), ele precisa também estar de acordo com os valores vigentes da sociedade. Assim, a violência legal adquire caráter jurídico na medida em que corresponde a alguns procedimentos institucionais que presumam o consentimento de terceiros. Entretanto, esse fator institucional não basta por si, já que organizações como a máfia são verdadeiras instituições com normas próprias, mas não constituem um poder constituído. Diante disso, a violência não entra no direito somente pela lei, pela instituição ou pelos valores. Ela pressupõe os três fatores numa correlação. Um ato que não esteja em acordo com algum desses três fatores não é legítimo. E qualquer ato corre o risco de ser considerado “violência não razoável” na medida em que seja baixa sua quota de legitimidade legal, institucional e valorativa.

O argumento de que se deve obedecer em razão do monopólio da violência, já que são estas normas que têm o máximo de positividade, não é suficiente, pois a violência não cria o poder, e este identificado com violência é um poder impotente, já que onde um deles domina totalmente o outro está ausente.

Apesar disso, em países periféricos como o Brasil, onde o modelo de soberania e a noção de poder como opressão ainda são bastante evidentes e desempenham um papel importante na composição das relações sociais, a conquista do sentimento de lealdade da sociedade, necessário para a legitimação do poder jurídico-político, torna-se mais difícil. Daí a dificuldade do Brasil em se adaptar com a nova realidade das relações de poder, já que ainda é muito dependente do modelo da soberania.

A crise de legitimidade jurídica pode surgir quando o exercício da violência simbólica deixa de ser dissimulado e desconhecido por parte dos endereçados sociais, pois o poder será considerado legítimo quando puder influenciar comportamentos. O uso não razoável e

abusivo das relações de força compromete a legitimidade dando espaço às reações desconfirmadoras, que serão analisadas no próximo capítulo.

Resta deixar claro que o presente trabalho não busca analisar o porquê da obediência, mas sim verificar a crise de legitimidade que surge quando se utiliza da violência para forçar a obediência e, em último caso, para manter o poder. Sob a perspectiva da pragmática jurídica, no capítulo seguinte, será possível verificar as consequências da substituição do poder pela violência por parte da autoridade, e como a violência sendo usada contra a própria violência possibilita o surgimento dos chamados poderes informais, nos termos teóricos desenvolvidos por Mara Regina de Oliveira.

3.2 HIPERTROFIA LEGISLATIVA E LEGISLAÇÃO SIMBÓLICA

"De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto". (Rui Barbosa, 1914).

A violência em países periféricos, ou seja, subdesenvolvidos, tais como o Brasil, é muito grande, sendo o espaço urbano é dividido, o objetivo deve ser vencer a exclusão social. O setor informal é muito grande, sendo que para torná-lo formal não bastam apenas mudanças legislativas, mas também políticas públicas. Como já ressaltado, o informal não deve ser confundido com o ilegal, pois não são sinônimos. O legal e o ilegal são facilmente regulados pelo direito, o problema é o informal que é uma falha no sistema.

Diante de tal panorama, a lei, muitas vezes, ao invés de olhar a realidade, quer transformá-la apenas no papel. A lei deve facilitar a conversão do informal em formal, e essa é a vantagem do Direito Espontâneo, pois além de legítimo é eficiente. A lei deve ser vista como instrumento beneficiador, as reformas tem de ser feitas de baixo para cima. Os costumes e práticas locais devem ser levados em consideração, ou seja, o direito espontâneo é de suma importância na formalização de espaços divididos, pois

O direito positivado, embora continue a garantir expectativa, alberga, na sua estrutura, uma instabilidade resultante do conflito permanente dos valores sociais entre si e destes com a própria realidade social em permanente e veloz transformação²⁹⁰.

No Brasil aparenta-se que tudo pode ser resolvido com a publicação de leis, o que não é verdade. Apesar de a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 ser considerada “Constituição Cidadã”, pois prevê direitos individuais, sociais e políticos, bem como existir uma extensa legislação infraconstitucional que visam direitos sociais, como, por exemplo, o Estatuto da Cidade que regulamentou formas de urbanização da cidade, questão de

²⁹⁰ OLIVEIRA, Mara Regina de. A Prisão de Guantánamo como uma prática desconfirmadora dos Direitos Fundamentais. *Revista Mestrado em Direito* (UNIFIEO. Impresso), v. 9, p. 133, 2009.

usucapião coletiva, etc., o problema é a concretização dos direitos previstos, que demandam política públicas, bem como a participação do Poder Judiciário.

A crença na resolução apenas por leis criadas de cima para baixo leva à legislação simbólica e ao aumento da informalidade. Nas palavras de Marcelo Neves: Assim, “legislação simbólica” aponta para o predomínio, ou mesmo hipertrofia, no que se refere ao sistema jurídico, da função simbólica da atividade legiferante e do seu produto, a lei, sobretudo em detrimento da função jurídico-instrumental²⁹¹.

São muitos os efeitos da legislação simbólica, sendo afastada a concepção da inexistência ou irrelevância da falta de eficácia normativa dos textos legais, ou seja, a eficácia e a efetividade não esgotam o problema dos efeitos da legislação, pois há efeitos que são latentes da função simbólica da lei²⁹².

A legislação simbólica é caracterizada por ser normativamente ineficaz, sendo esta ineficácia um problema da falta de vigência social da norma, e não fenômenos que atingem a eficácia da norma sem ter um efeito simbólico, tal como o desuso. Além do sentido negativo da legislação simbólica, ou seja, a ineficácia normativa há também um sentido positivo, produzindo a legislação efeitos relevantes para o sistema político, conforme o tipo de legislação simbólica.

Como confirmação de valores sociais, pode-se dizer que são três seus efeitos. O primeiro é o de convencer as pessoas e os grupos da consistência do comportamento e norma valorados positivamente, tranquilizando-as de que os respectivos interesses estão incorporados e garantidos. O segundo é a afirmação pública de que uma norma moral pelo legislador conduz as principais instituições da sociedade a lhe servirem de sustentação. Por último, distingue quais culturas têm legitimação e dominação pública das desviantes, o que gera conflitos entre esses grupos²⁹³.

A legislação-álibi descarrega o sistema político de pressões sociais, dá respaldo ao eleitorado dos político-legisladores e serve à exposição das instituições estatais como merecedoras de confiança. No entanto, a legislação-álibi nem sempre obtém êxito, pois seu uso abusivo gera descrença no sistema jurídico, o público se sente enganado. Pode-se verificar

²⁹¹ NEVES, Marcelo. *A constitucionalização simbólica*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 23.

²⁹² *Idem, ibidem*. p. 42 e 43.

²⁹³ *Idem, ibidem*. p. 33-36.

tal efeito nas pesquisas feitas com brasileiros que em sua maioria afirmam não acreditar na lealdade dos políticos, não acreditar na justiça brasileira e que as instituições estão corrompidas, ou seja, todo o sistema estatal cai em descrédito²⁹⁴.

Como fórmula de compromisso dilatatório, o efeito da legislação simbólica é o de adiar os conflitos políticos sem resolver os problemas sociais latentes, ou seja, mantém o *status quo* e engana-se o público para que pareça que o Estado faz alguma coisa²⁹⁵. Exemplo disso é o problema da desigualdade social, cultural e econômica no Brasil que leva ao desemprego e a ousadia do governo de que isso seja resolvido com o Bolsa Família.

É claro que todos sabem que programas sociais como “Bolsa Família” e “Minha casa, minha vida” são paliativos e que os problemas são mais profundos, mas ninguém tenta resolvê-los, deixando tudo para um futuro que nunca chegará (e o discurso na propaganda eleitoral se repete). E o futuro nunca chegará porque

Se os autovalores produzidos na sociedade moderna assumem a forma da contingência, se a continuidade na orientação da seletividade das estruturas das ordens cognitivas deriva da contingência, como é possível construir vínculos com o futuro?²⁹⁶.

Quando se planeja, pensa-se no futuro, e o tema direito e desenvolvimento está intimamente relacionado com planos a serem cumpridos. No entanto, o desenvolvimento não é construído no futuro, mas sim no presente, pois a ideia de futuro cria uma duplicação da realidade. E nesse sentido, o risco também está relacionado ao desenvolvimento, já que este expõe ao risco. E como ter vínculos com o futuro se não é possível controlá-lo?²⁹⁷.

A constitucionalização simbólica vai se diferenciar da legislação simbólica por sua maior abrangência nas dimensões social, temporal e material. Ao passo que na legislação simbólica a discussão se restringe a relações jurídicas de domínios específicos, e não ao ordenamento jurídico todo.

²⁹⁴ NEVES, Marcelo. *A constitucionalização simbólica*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 36-41.

²⁹⁵ *Idem, ibidem*. p. 41 e 42.

²⁹⁶ DE GIORGI, Raffaele. *O direito na sociedade do risco*. In: _____. *Direito, Tempo e Memória*. São Paulo: Quartier Latin, 2006. p. 231.

²⁹⁷ CAMPILONGO, Celso. Aula do dia 23 de novembro de 2011. Matéria: Direito e desenvolvimento em sociedades complexas. Curso de pós-graduação em Direito da Universidade de São Paulo, 2011.

Pode-se dizer que a constitucionalização simbólica tem dois sentidos, ou seja, dois efeitos, um negativo e outro positivo. O sentido negativo se refere à insuficiente concretização normativo-jurídica do texto constitucional, ou melhor, o texto constitucional não é satisfatoriamente concretizado tanto em relação aos participantes diretos do procedimento de interpretação-aplicação da Constituição (Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário), quanto ao público (titular do poder)²⁹⁸.

A insuficiência da concretização normativa é tão séria que o problema não mais está na constitucionalidade ou inconstitucionalidade do direito, mas sim na juridicidade da Constituição. Diante disso, Peter Häberle²⁹⁹ afirma que o problema da constitucionalização simbólica está ligado a não inclusão de uma esfera pública pluralista no processo de concretização constitucional, o que resulta que apesar de haver um texto constitucional de inclusão. Há uma realidade constitucional de exclusão do público, não surgindo então a normatividade constitucional.

Ao lado do sentido negativo, ou seja, ausência de concretização do texto constitucional, há o sentido positivo da legislação simbólica, que é a sua função político-ideológica da atividade constituinte e do texto constitucional. O sentido positivo está ligado ao negativo, sendo que a constitucionalização simbólica desempenha um papel ideológico em decorrência da hipertrofia da dimensão simbólica em detrimento da realização jurídico-instrumental dos textos constitucionais³⁰⁰.

O sentido positivo demonstra que a Constituição é uma ilusão em relação à realidade, servindo para imunizar o sistema político contra outras alternativas, desse modo, os donos do poder têm do seu lado a inovação permanente do documento constitucional como instrumento de garantia dos direitos fundamentais e da limitação do poder, bem como da democracia.

No entanto, ao diminuir a tensão social e causar obstáculos às transformações sociais e outras alternativas, num caso extremo, pode levar à desconfiança pública do sistema jurídico e conseqüentemente ao seu descumprimento (rejeição) e, de uma forma mais grave, à sua desconfirmação, tudo em razão da discrepância entre ação política e discurso constitucionalista.

²⁹⁸ NEVES, Marcelo. *A constitucionalização simbólica*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 90-94.

²⁹⁹ HÄBERLE, Peter. *Hermenêutica constitucional: a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição*. Porto Alegre: Sérgio A. Fabris Editor, 1998.

³⁰⁰ NEVES, Marcelo. *A constitucionalização simbólica*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 95-101.

Marcelo Neves, ao discorrer sobre a constitucionalização simbólica em sentido positivo, afirma:

Mas no caso da constitucionalização simbólica, principalmente enquanto constitucionalização-álibi, ocorre antes uma intersecção entre o simbólico e ideológico do que um processo crítico de desenvolvimento da “consciência jurídica”, na medida em que se imuniza o sistema político contra outras possibilidades e transfere-se a solução dos problemas para um futuro remoto³⁰¹. (grifo do autor)

Investigando as causas históricas que deram origem ao descompasso entre o positivado e o praticado socialmente ou os anseios populares, Eduardo Bittar afirma que a influência, ainda no século XIX, do jusracionalismo universalista levou a ideia de homogeneização normativa ao extremo, em desrespeito às identidades específicas do povo brasileiro³⁰².

Nas palavras de Tercio Sampaio Ferraz Junior:

Nos sistemas políticos atuais, muitas vezes, se desenvolve uma espécie de perversão dos valores dominantes, pela inversão de fins e meios na política. Assim, o poder é dado aos políticos para realizarem aqueles valores, mas o objetivo de sua atividade passa a ser o fim real de sua ação. Com isso, pervertem-se os valores que são neutralizados e instrumentalizados, o perigo da manipulação ideológica está na perda de contato com a própria complexidade do sistema, que pode, no limite tornar-se totalmente indeterminável³⁰³.

Em razão disso, além do excesso de leis, muitas vezes, a política por parte do Poder Executivo não acontece, por isso, o Poder Judiciário faz mais do que deveria. A grande consequência de todo esse problema é o mesmo tratado por Michel Villey³⁰⁴ com relação à justiça, ou seja, a relação entre o direito com a justiça perdeu seu sentido, pois foi utilizada excessiva e levianamente. Do mesmo modo, a relação que se faz da lei como forma de se alcançar a justiça social se tornou simbólica. De acordo com Tercio Sampaio Ferraz Junior:

Na verdade, entre a universalidade do direito e as liberdades singulares, a relação permanece abstrata e, no espaço dessa abstração, desencadeiam-se formas muito reais de violência que acabam por consumir a cisão entre ética e direito no mundo

³⁰¹ NEVES, Marcelo. *A constitucionalização simbólica*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 101.

³⁰² BITTAR, C.B. Eduardo. *O Direito na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 225.

³⁰³ OLIVEIRA, Mara Regina de. A Prisão de Guantánamo como uma prática desconfirmadora dos Direitos Fundamentais. *Revista Mestrado em Direito* (UNIFIEO. Impresso), v. 9, p. 134, 2009.

³⁰⁴ VILLEY, Michel. Primeira Sección Parte I. Justicia como fin del derecho. In: *Filosofía del derecho*. Barcelona: Scire Universitária, 2003. p. 51 e 52.

contemporâneo: aquela degradada em moral do interesse e do prazer, esse exilado na abstração da lei ou confiscado pela violência ideológica³⁰⁵.

³⁰⁵ FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. *Direito constitucional, liberdade de fumar, privacidade, Estado, Direitos Humanos e outros temas*. Barueri, SP:Manole, 2007. p. 537.

3.3 DA ÉTICA COMO FATOR DE SEGURANÇA E JUSTIÇA

A conexão existente entre o mundo consumerista da sociedade pós-moderna com a sua noção de justiça perseguida sem qualquer conteúdo de eticidade, mas somente dotada de subjetividade, individualismo e estratégia de poder é advertida por Bauman, que lembra:

Em nenhum lugar a conexão é exposta mais completamente do que nos Estados Unidos, onde o domínio incondicional do mercado consumidor chegou, nos anos da livre competição reaganista, mais longe do que em qualquer outro país. Os anos de desregulamentação e desmantelamento dos dispositivos de bem-estar foram também os anos de criminalidade ascendente, de força policial e população carcerária cada vez maiores. Foram também anos em que uma sorte cada vez mais sangrenta e espetacularmente cruel precisava ser reservada àquele declarados criminosos, para corresponder aos aceleradamente crescentes medos e ansiedades, ao nervosismo e à incerteza, raiva e fúria da maioria silenciosa, ou não tão silenciosa, de consumidores ostensivamente bem-sucedidos. Quanto mais poderosos se tornavam os ‘demônios interiores’, mais insaciável se fazia o desejo daquela maioria de ver ‘o crime punido’ e ‘a justiça distribuída’. O liberal Bill Clinton venceu a eleição presidencial prometendo multiplicar os efetivos da polícia e construir novas e mais seguras prisões. Alguns observadores (dentre eles Peter Linebaugh, da Universidade de Toledo, Ohio, autor de *The London Hanged*) acreditam que Clinton deve a eleição à execução amplamente divulgada de um retardado mental, Ricky Ray Rector, a quem permitiu, quando governador do Arkansas, ir para a cadeia elétrica. Recentemente, adversários de Clinton dos setores de direita radical do Partido Republicano levaram tudo nas eleições congressistas, havendo convencido o eleitorado de que Clinton não fizera o suficiente para combater a criminalidade e de que eles fariam mais³⁰⁶.

Tais ideias se espalharam por todo o mundo, e chegaram ao Brasil, onde a solução para a justiça é dada com a elaboração de leis rigorosas para os crimes hediondos, construção de penitenciárias de “segurança máxima”, compra de armamentos cada vez mais sofisticados e de alto poder de fogo, ocupação de favelas, sem que haja uma preparação anterior de ordem moral, ética, educacional e especializada da autoridade pública.

A segurança, a justiça e conseqüentemente a paz social somente tendem a ser alcançadas, de maneira racional, a partir da avaliação das atitudes do ser humano e sua opção pelas liberdades públicas, sempre no contexto de um Estado pautado por princípios de direito e democrático, mas que para esse desiderato jamais se olvide ou se afaste da moral e do seu exercício na prática por intermédio da ética.

³⁰⁶ ADORNO, Sérgio. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. *Jornal de Psicologia-PSI*, p. 7-8, abr/jun, 2002. p. 58.

A ausência do referencial moral no sujeito e da autoridade conduzirá a comportamentos desastrosos e de repercussão imprevisível na convivência social. Henrique C. de Lima Vaz, citado por Arthur J. Almeida Diniz, afirma:

Ninguém pode ainda prever o que serão as gerações que sobem para a cena da história e não encontram mais diante de si o relevo definido do horizonte de uma tradição, mas, tão somente, o espaço vazio de um futuro para o qual o niilismo ético aponta com a promessa sedutora de que tudo será permitido e possível. Não é apenas a percepção do tempo humano que irá mudar para essas gerações. Mudará sua própria alma. E quem poderá dizer o que será essa nova alma?³⁰⁷.

E não parece haver dúvida de que a humanidade não conseguirá atingir seus objetivos de liberdade com segurança pública e justiça, somente centrada nos avanços tecnológicos, mas é imprescindível repensar os paradigmas éticos, como assevera Bauman:

A ética não é um derivado do Estado. A autoridade ética não deriva dos poderes do Estado para legislar e fazer cumprir a lei. Ela precede o Estado, é a exclusiva fonte da legitimidade do Estado e o supremo juiz dessa legitimidade. *O Estado, poder-se-ia dizer, só é justificável como veículo ou instrumento da ética*³⁰⁸ (grifo nosso).

No entanto, o que observamos é uma crescente falta de compromisso com a ética em todos os setores do Estado, principalmente em relação aos abusos de poder praticados pelas autoridades. Ora, onde deveria ser implantada a primeira célula de comprometimento com a ética e o bem público, o que se veem são os desvios de conduta, os quais redundam invariavelmente para o prejuízo na qualidade de vida das pessoas, diante da ausência de saúde, educação e segurança adequadas. Além disso, ocorre um fenômeno ainda pior, pois o cidadão, ao constatar a falta de ética de seu representante, perde a referência de autoridade que deveria emanar daquele agente estatal, do qual, em verdade, deveria também se sustentar o Estado Democrático de Direito.

A corrupção é chaga antiga e generalizada. Quatro séculos antes de Cristo, Aristóteles subordinou a ética à política e afirmou que entre o bem do indivíduo e o bem da cidade, é mais importante defender o bem da cidade, pois o indivíduo existia em função da cidade e não

³⁰⁷ DINIZ, Arthur José Almeida. *Novos paradigmas em direito internacional público*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1995. p. 47 e 48.

³⁰⁸ ADORNO, Sérgio. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. *Jornal de Psicologia-PSI*, p. 7-8, abr/jun, 2002. p. 58.

a cidade em função do indivíduo³⁰⁹. Will Durant ensinava que as concepções morais giram em torno do bem geral e que conduta ética é aquela que resulta no bem-estar de todos os cidadãos.

Se, de fato, idêntico é o bem para o indivíduo e para a cidade, parece mais importante e mais perfeito escolher e defender o bem da cidade; é certo que o bem é desejável mesmo quando diz respeito só a uma pessoa, porém, é mais belo e mais divino quando se refere a um povo e às cidades³¹⁰.

André Franco Montoro traz reflexões sobre a quantidade de publicações sobre a ética no século passado e no atual:

Na segunda metade do século 20, é impressionante o volume de publicações sobre ética, em todas as partes do mundo e em todos os setores do conhecimento. As publicações, estudos, pesquisas e debates sobre o tema estendem-se a todas as áreas da atividade humana. Ética na política, no direito, na indústria, no comércio, na administração, na justiça, nos negócios, no esporte, na ciência, na economia, na comunicação. (...) Por que a ética voltou a ser um dos temas mais trabalhados do pensamento filosófico contemporâneo? (...) A resposta talvez possa ser indicada no célebre título do romance de Balzac, *Ilusões Perdidas*. Quiseram construir um mundo sem ética. E a ilusão se transformou em desespero. No campo do direito, da economia, da política, da ciência e da tecnologia, as grandes expectativas de um sucesso pretensamente neutro, alheio aos valores éticos e humanos, tiveram resultado desalentador e muitas vezes trágico³¹¹.

Sérgio Buarque de Holanda definiu o brasileiro como “homem cordial”, porém, cordial, ao contrário do senso comum, vem da palavra latina *cor*, *cordis*, que significa coração. Portanto, o homem cordial não é uma pessoa gentil, mas aquele que age movido pela emoção no lugar da razão, não vê distinção entre o privado e o público, ele detesta formalidades, põe de lado a ética e a civilidade³¹².

Na vida cotidiana, tornava-se comum ignorar as leis em favor das amizades. Desmoralizadas, incapazes de se imporem, as leis não tinham tanto valor quanto, por exemplo, a palavra de um “bom” amigo; além disso, o fato de afastar as leis e seus castigos típicos era uma prova de boa-vontade e um gesto de confiança, o que favorecia boas relações

³⁰⁹ REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga*. Henrique Cláudio de Lima Vaz e Marcelo Perine (Trads). São Paulo: Edições Loyola, 1994. p. 405-419.

³¹⁰ DURANT, Will. *A História da Filosofia*. Luiz Carlos do Nascimento Silva (Trad). São Paulo: Nova Cultural, 2000. p. 61 e 62.

³¹¹ MONTORO, André Franco. *Ética na Virada do Século*. São Paulo: Editora LTR, 1997. p. 13 e 14.

³¹² BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976. p. 141-146.

de comércio e tráfico de influência. De acordo com testemunhos de comerciantes holandeses, era impossível fazer negócio com um brasileiro antes de se fazer amizade com este. Um adágio da época dizia que “aos inimigos, as leis; aos amigos, tudo”³¹³.

Destarte, não existe possibilidade de falar em justiça sem uma reformulação dos valores a serem alcançados, já que isso é que permitirá um efetivo tratamento da questão de forma preventiva. E como lembra Almeida Diniz:

Alguns autores antecipam, talvez de modo pessimista, mas valendo por um *caveat* exemplar, uma civilização centrada no desenvolvimento técnico-científico, sem o primado do Ético: ‘será a necrofilia realmente uma característica da segunda metade do século XX? (...) esse novo tipo de homem volta os seus interesses para um sítio longe da vida, das pessoas, da natureza (...) de tudo aquilo que esteja vivo (...) aspira fabricar robôs como uma das maiores realizações de sua mente técnica e alguns especialistas nos garantem que o robô mal se poderá distinguir do homem vivo. Essa realização não parecerá tão surpreendente quando o próprio homem mal consegue diferenciar-se de um robô (...) o mundo da vida transformou-se no mundo da ‘não vida’ (...) seus símbolos agora são máquinas limpas, que brilham (...) mas a realidade, por detrás dessa fachada antisséptica, torna-se cada vez mais visível. O homem, em nome do progresso, está transformando o mundo num lugar malcheiroso e envenenado (e isso *não* é simbólico). Polui o ar, a água, o solo, os animais - e a si mesmo. Está fazendo estas coisas em tal grau que tornou duvidoso se a Terra será algo em que se possa viver dentro de 100 anos. Conhece os fatos, mas (...) Os que governam continuam em busca do ‘progresso’ técnico e mostram-se dispostos a sacrificar a vida ao culto do seu ídolo. Em tempos mais recuados, os homens também sacrificaram seus filhos ou prisioneiros de guerra, mas nunca na história o homem mostrou-se disposto a sacrificar a vida toda a Moloque - a sua própria vida e a de seus descendentes’³¹⁴. (grifos do autor)

Mas, Almeida Diniz, ao citar Gabriel Marcel³¹⁵, já nos apresenta um começo para a modificação dessa visão da sociedade contemporânea:

A reflexão que tempera esse horizonte pessimista (porém não muito longe da realidade vivida por nós atualmente) deve-se a Gabriel Marcel: ‘Obviamente, isto não quer significar que a história deva retroceder e que devamos quebrar todas as máquinas. Significa muito simplesmente, como Bérson observou profundamente, que toda espécie de progresso técnico exterior deve ser contrabalanceada pelo homem por um esforço de conquista interior, dirigido para um autodomínio cada vez maior (...) No mundo contemporâneo, podemos dizer que quanto mais o homem se torna dependente de produtos que funcionem confortavelmente assegurando-lhe a vida tolerável no nível material, tanto mais alienado (*estranged*) se torna uma consciência de sua realidade interior (...) O centro da gravidade de tal espécie de homem e seu ponto de equilíbrio tendem a se tornar exteriores a si próprio (...) Quanto mais progresso a ‘humanidade’ realiza na direção do domínio

³¹³ BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976. p. 147-151.

³¹⁴ FROMM (*apud* DINIZ, Arthur José Almeida. *Novos paradigmas em direito internacional público*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1995. p. 66).

³¹⁵ MARCEL, Gabriel. *Man against mass society*. Chicago: Henry Regnery, 1962. p. 55.

da Natureza, tanto mais os homens individuais se tornam realmente escravos de sua própria conquista³¹⁶.

Para que as diversas situações jurídicas subjetivas criadas pela Constituição possam efetivamente se realizar, é preciso que sejam dotadas de garantias políticas, sociais e jurídicas, são imprescindíveis instituições, atitudes e procedimentos aptos a fazer atuar, concretamente, o comando abstrato das normas. Também é necessária a conscientização e a atuação construtiva da sociedade civil de forma institucional ou não, bem como pela via judicial. O caminho e a medida certa entre os avanços tecnológicos e econômicos, portanto, devem ser trilhados e sopesados no contexto de uma concepção ética, que pressupõe o paradigma da moral, obtida com ampla discussão da sociedade, observados os direitos humanos e o foro adequado para o debate.

Diante do exposto, faz-se mister transcrever as palavras do Professor José Afonso da Silva:

A reconstrução das instituições constitucionais e democráticas, ao longo de pouco mais de uma década, exibiu vícios e acalentou esperanças de um país em busca de si mesmo. Na longa travessia entre a outorga da primeira Constituição e a promulgação da atual, dezessete décadas de intermitente autoritarismo – político, econômico e social – exibem um saldo desolador, da fragilidade das instituições às relações estratificadas e de opressão. Ao longo desse período, reservou-se ao Direito Constitucional um papel menor, marginal. Nele buscou-se, não o caminho, mas o desvio; não a verdade, mas o disfarce. Os últimos anos, todavia, têm testemunhado a ascensão científica e política da Constituição, materializada na elaboração de uma densa teoria constitucional e em uma jurisprudência voltada para a efetivação de suas normas. Ao revisitar este estudo, mais de uma década após sua 1ª edição, reafirmo o mesmo ideal que então me movia: a crença de que uma ordem constitucional efetiva, fundada na legitimidade do poder político, na atuação construtiva dos Tribunais e na participação popular organizada e esclarecida, poderá conduzir, no início dessa nova era, a uma sociedade contemporânea, aberta e justa na partilha das riquezas e das oportunidades³¹⁷.

Partindo do pressuposto de que o poder político é o poder que dispõe do uso exclusivo da força, bastará a força para que esse poder seja aceito pelos destinatários e para que esses o obedeçam? Nesse contexto, como justificar a obediência às leis? Em suma, o que faz com que

³¹⁶ DINIZ, Arthur José Almeida. *Novos paradigmas em direito internacional público*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1995. p. 67.

³¹⁷ SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 281 e 282.

uma ordem jurídica seja legítima, “enquanto capacidade de um regime político e de um sistema legal forjar consenso e obter obediência?”³¹⁸.

³¹⁸ FARIA, José Eduardo. *Eficácia jurídica e violência simbólica: o direito como instrumento de transformação social*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. p. 110.

3.4 DO ABUSO À ILEGITIMIDADE DAS RELAÇÕES DE PODER: SANTA MARTA: DUAS SEMANAS NO MORRO E *FAVELA RISING*

O documentário *Santa Marta: duas semanas no morro* foi produzido por Eduardo Coutinho em 1987. Durante duas semanas, a equipe do filme se manteve no Morro Santa Marta, favela localizada no bairro de Botafogo no Rio de Janeiro, para falar sobre violência e discriminação sofridas pelos moradores por diversos meios.

Logo no início, é possível ver cartazes no morro, colocados pelo diretor, para moradores interessados em contar suas histórias de violência e discriminação, sendo esses depoimentos o encadeamento do filme. As pessoas entrevistadas fortalecem a tese apresentada pelo diretor com fatos de como é a vida na favela, sendo algumas entrevistas feitas na associação de moradores, espaço em que os depoimentos são apresentados de forma mais veemente.

O documentário se inicia com a música de uma escola de samba ao fundo ³¹⁹, enquanto os créditos iniciais são passados, o que remete o espectador ao carnaval do Brasil, Rio de Janeiro, belezas e misérias. O desenvolvimento do filme se dá com as entrevistas, mostrando a violência da forma mais simples: com o relato de quem as vive.

Um dos entrevistados canta a seguinte música:

Morar no morro para mim é felicidade. Eu levo a vida na maior tranquilidade. No meu barraco a tristeza não mora. Porque lá em cima a alegria é toda hora. Tudo é beleza, ó quanto esplendor. O morro tem um panorama inspirador. Se não acredita venha ver de perto, suba lá. O morro é um verdadeiro paraíso aberto.

Mas o mesmo entrevistado, após cantar a música, finaliza dizendo que tem que ir à luta pela sobrevivência. Depoimentos dão conta de que aqueles que estão fora do morro não veem os moradores da favela como humanos, mas como animais.

³¹⁹ Samba Enredo de 1987 — Capitães de asfalto — G.R.E.S. São Clemente (Composição: Izaías de Paula, Jorge Moreira e Manuelzinho Poeta).

Um momento importante do filme é quando uma depoente reclama dos policiais e da forma como os favelados do morro são tratados. Afirma que a revista é feita com os garotos pelados, além de denunciar que os policiais gostam de dinheiro, mas não resolvem nada. A reclamação dos moradores é a de que os policiais que sobem no morro, não querem saber quem é quem, querem matar.

Ela defende que existem pessoas boas e pessoas más em qualquer lugar e que o morro não foge desta premissa, logo os favelados não devem ser tratados com violência. Durante esta cena, o diretor deixa que o telespectador perceba a presença da câmera no momento da reclamação, mesmo assim, não há interferência em nenhum momento na reclamação da mulher, conseguindo assim, um depoimento bastante fiel à realidade.

A violência de fato é um fenômeno das metrópoles, cidades médias também têm crescentes taxas de violência, o que leva a riqueza a se descolar dos grandes centros para o interior do país. Na opinião de Sergio Adorno³²⁰, a criminalidade, sobretudo de perfil organizado, segue a rota da riqueza, e não a rota da pobreza. Violência e miséria não estão diretamente ligadas, o que se pode verificar é que existe uma correlação estatística entre más condições de infraestrutura urbana, população pobre e vítimas preferenciais da violência. Ou seja, a pobreza e a desigualdade não explicam o crime, já que este está disseminado por toda a sociedade. No entanto, elas explicam, provavelmente, a maior incidência da criminalização e da punição sobre os mais pobres.

O policial entrevistado diz que o combate é pelo tráfico, e que não há discriminação com o pessoal da favela, só quem é suspeito é revistado. Porém, há muita discriminação com moradores no morro por policiais, que também são pobres, mas naquele momento representam o Estado de Direito.

A violência é um componente importante do direito, porque funciona como um instrumento de execução e um símbolo da ordem. No Estado de Direito, o uso da violência é estritamente regulado, não pode ser indiscriminado e é um privilégio da autoridade. Assim, cabe a essa autoridade usar a violência dentro do limite do interesse público.

³²⁰ ADORNO, Sérgio. O professor e sociólogo analisa a violência no Brasil. *Revista E*, nº 127, dezembro de 2007. Disponível em <www.nevusp.org>. Acesso em outubro de 2013.

O filme mostra as dificuldades por que passam os moradores: dificuldade para comprar medicamentos, falta de moradia apropriada, falta de água e luz. A comunidade se ajuda mutuamente, principalmente com a associação de moradores. Mutirões são feitos aos domingos, porque todos trabalham de segunda a sábado, no entanto, um dos moradores reclama que é o poder público que tem que fazer isso, e não ter mutirão todo domingo.

Nesse ponto, nota-se uma falta de compromisso com a ética por parte do Estado e da sociedade em geral. Para que os direitos previstos na Constituição se efetivem é preciso de instituições, atitudes e procedimentos aptos a fazer atuar o comando abstrato das normas, além da conscientização da sociedade civil de forma institucional e não institucional.

Uma das primeiras moradoras da Santa Marta é entrevistada e diz que foi morar no local em busca de um lugar para viver, lá chegando em 1985. Ora, a moradora representa todas as pessoas da comunidade que apenas buscam seu direito constitucional de moradia.

Os entrevistados também afirmam que devem valorizar o local em que moram, já que é o que eles têm. O que querem é ver os problemas solucionados, pois não existem apenas pessoas ruins no morro. Uma das moradoras diz que não sabe quem teve a ideia de que o pobre e aqueles que vêm do nordeste tem que morar na favela.

O que se deve evitar é estigmatizar e ter preconceitos com os protagonistas de acontecimentos violentos. A forma de se resolver problemas sociais como este não é com uma polícia violenta e exterminadora. Nem todo jovem morador da periferia é um potencial criminoso. Por outro lado, pensar que todos os pobres são vítimas e, portanto, cabe à sociedade compreender e entender que isso é assim mesmo não aponta a uma solução. Ou seja, criam-se figuras extremas, maquiavélicas que ou são do bem ou do mal.

Uma moradora diz que convivia violentamente com o ex-companheiro, e isso a fez violenta também. Outra diz que se o marido bebe e fica violento, mas ela também bate nele. Os testemunhos são exemplos reais da intoxicação da “prática da violência que amarra os homens uns aos outros como um todo, já que cada indivíduo é um elo violento na grande corrente, uma parte do grande organismo da violência que se expande mais e mais”³²¹.

³²¹ ARENDT, Hannah. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 2010. p. 140.

Um dos entrevistados diz que realmente tem que conviver com a violência. São ameaçados e as pessoas têm medo, sendo que é o “dono” do morro quem diz “basta”. Nesse ponto, cabe refletir sobre o conceito apontado por Hannah Arendt de autoridade, que não é identificada com a violência, já que esta não substitui a autoridade, pois não tem a função de fazer com que as pessoas obedeçam.

No entanto, os relatos dos moradores que convivem com a violência demonstra certa “obediência” por medo. A questão é que, em último grau, a obediência não pode ser decidida com o uso da força, pois esta gerará ilegitimidade das normas emitidas pela autoridade.

A violência não entra no direito somente pela lei, pela instituição ou pelos valores. Ela pressupõe os três fatores numa correlação. Um ato que não esteja em acordo com algum desses três fatores não é legítimo. E qualquer ato corre o risco de ser considerado “violência não razoável” na medida em que seja baixa sua quota de legitimidade legal, institucional e valorativa.

Uma moradora alerta que o combate às drogas não deve ser feito apenas no morro, mas em outros locais. No entanto, diante da falência do Estado em combater o tráfico de drogas, e a violência gerada por isso, pensa-se até em descriminalizar as drogas no Brasil, como se essa fosse a solução dos problemas. A mudança de uma lei não traz a transformação da realidade, mas ineficácia da legislação, adiamento na resolução dos problemas sociais, descrença no sistema jurídico, ou seja, não passa de legislação simbólica.

No decorrer do documentário é mostrada uma festa, com samba, pagode, dança e cerveja. Também é possível ver um culto em uma igreja no morro. “Para ser pobre neste país precisa ser artista”, declama um dos moradores. E, no decorrer do filme, sentimos essa realidade ao vermos uma encenação de uma festa junina.

Outro ponto importante é a visão dos jovens desta comunidade, pois ao mesmo tempo em que eles gostam do lugar onde vivem, eles aceitam suas condições subumanas de viver. Vemos os sonhos dos jovens por meio de seus testemunhos sobre o futuro e o sonho de se casar e formar uma família. Também falam sobre as profissões que queriam ter: professora, jogador, advogado, marinheiro. Os entrevistados ainda afirmam não ter expectativa de vida de qualidade e acabam por tratar seus sonhos profissionais apenas como possibilidades distantes.

Sobre os filhos, uma moradora diz que é muito triste morrer estupidamente, com um tiro no rosto, sem que ninguém possa fazer nada. O filme termina com a imagem da moradora, mãe de vários filhos, dizendo que “está tudo certo”. No entanto, seu semblante não transmite a mesma ideia da sua palavra, mas agonia, injustiça, indiferença e descaso. A câmera fecha em seu rosto e o som é diminuído, como se o espectador tivesse aquele momento para refletir sobre tudo que foi visto e como as pessoas que estão dentro e fora do morro acabam se “acostumando” com a miséria e desigualdade. A situação cinema gerada no final do documentário é muito desconfortável.

O filme *Favela Rising*, que teve a direção de Jeff Zimbalist e Matt Mochary, foi produzido em 2006 e retrata as favelas no Brasil, em especial a favela do Vigário Geral, contando como é a relação entre moradores da favela, traficantes e policiais.

Favela Rising relata a história e mostra a importância do grupo cultural AfroReggae dentro da comunidade. O grupo foi criado em 1993, no mesmo ano em que ocorreu uma chacina conduzida por policiais dentro da favela. Em vingança a quatro colegas mortos por traficantes, os policiais subiram o morro matando quem encontravam pela frente, assassinando 21 moradores.

O filme tem como personagem principal Anderson Sá, um morador da favela que quase foi parar na vida do crime, mas se recuperou e mudou sua vida quando conheceu e entrou para o grupo AfroReggae. Além de mudar sua vida, Anderson se tornou o vocalista da banda e um dos principais representantes do grupo.

O grupo AfroReggae tem o reconhecimento nacional, ganhando também um reconhecimento internacional em razão do filme. O grupo tem como objetivo tirar jovens, crianças e adolescentes do mundo do tráfico mostrando para eles o quanto pode ser prejudicial entrar para esse tipo de vida. O filme mostra depoimentos de crianças que dizem que quando crescerem querem virar traficantes. O filme também mostra como é complicado morar em uma favela onde constantemente existe o confronto entre policiais e traficantes.

O filme inicia com Anderson de Sá relatando que viu a primeira cena de violência com 10 anos, enquanto as pessoas passavam normalmente na rua. Sua mãe tentou tapar seu rosto, mas ele conseguiu ver o tiro no rosto da pessoa que estava sendo executada, e afirma que não sentiu nada e que não tem medo de morrer.

O documentário mostra como as favelas, ilhas urbanas em que a influência e controle do estado estão ausentes, abrem lacunas que são preenchidas pela ordem privada do tráfico de drogas, tornando-se territórios em que as normas que regem o restante da sociedade se encontram em absoluto estado de desobediência, como se não existissem. Isso ocorre pela impossibilidade de incluir as favelas no sistema jurídico como um todo, pois a marginalização da população em relação à ordem jurídica gera uma ineficácia generalizada de quaisquer determinações do Estado e a manutenção da ordem no território fica a cargo do tráfico de drogas.

Enquanto as crianças que moram fora da favela dormem com cantigas de ninar, as crianças do morro dormem ao som de tiros, ao som da violência. E para entender isso é difícil, afirma o protagonista do filme. Parece que o Estado não pensa em dar qualidade de vida aos que moram na favela.

Anderson de Sá diz que o sonho dele quando criança era ser um grande traficante para trazer melhoria para a favela. As crianças brincavam de polícia e ladrão e ninguém queria ser a polícia. Porém, dos dezessete amigos de Anderson, sete estão mortos e cinco presos.

O conflito entre direito e força é algo muito presente nas favelas, em que se pode imaginar a concepção de uma ordem jurídica paralela à instituída pelo estado brasileiro, onde o exercício local da força se sobrepõe à soberania do estado sobre o território nacional. Poderíamos conceber o ordenamento brasileiro como válido para as favelas cariocas, uma vez que os infratores são punidos pelas sanções de que dispõe nosso Direito. Na medida, entretanto, que os policiais se deixem corromper pelo crime, não apenas a eficácia, mas também a validade do ordenamento está em risco. Se imaginarmos uma situação extrema em que os policiais não mais façam seu trabalho honestamente, teríamos então a perda de validade do sistema punitivo, ao menos para aquela região.

Depoimentos de crianças e adolescentes dão conta que entram para o tráfico para serem reconhecidos, terem garotas e dinheiro. Ganhar mil a dois mil reais por semana, ter uma moto legal.

Os traficantes estão na mais alta classe na hierarquia criada na favela e agem para garantir o seu sustento, o que não seria possível economicamente se optassem por seguir uma vida honesta como trabalhadores legítimos. Além do sustento, os traficantes agem em prol da

proteção à comunidade, encontrando meios de garantir a ela moedas de troca e cumplicidade quando fornecem medicamentos, auxílio aos presos, alimentos, bem como segurança contra a violência policial.

A ordem jurídica legítima é sustentada mais por uma noção ética e pela aceitação das decisões que vai além do arbítrio e uso da força. No entanto, o que se vê nas favelas é o aumento do “poder” coercitivo tanto dos traficantes, quanto dos policiais. Ou seja, a violência é explícita, ao invés de os mecanismos de dominação serem camuflados, dissimulando as relações de força, a violência nesses locais se torna explícita.

Vemos policiais entrando no morro e uma pessoa morta, e as pessoas continuam suas vidas, como se aquilo tivesse que ser tratado como algo normal para aquele grupo de moradores.

O conflito da relação entre o “ser” e o “dever-ser” é visível nos documentários, pois é mostrado, a todo o momento, um embate entre a validade e a eficácia das normas em uma sociedade. É possível perceber que na sociedade mostrada existem normas de validade verificável, mas que tem sua eficácia fragilizada, quando não destruída devido a uma falta de ação fiscalizadora por parte da autoridade que emitiu as referidas normas. Isto cria uma grande confusão do ponto de vista jurídico, porque, uma vez que não é possível afirmar com segurança a validade nem a eficácia de uma norma em certos lugares onde ela deveria ser possível, criam-se pontos de uma espécie de “limbo” jurídico, pontos onde a aplicação das normas da autoridade legítima permanece em um estágio limítrofe no qual não é possível afirmar bem nem a validade nem a eficácia da norma.

Anderson diz que existe muito preconceito com quem vive na favela, mas que a maioria é de pessoas de bem que só querem trabalhar e viver. Sabe-se que a violência em países periféricos, ou seja, subdesenvolvidos, tais como o Brasil, é muito grande, sendo o espaço urbano dividido; o objetivo deve ser vencer a exclusão social. O setor informal é muito grande, sendo que para torná-lo formal não bastam apenas mudanças legislativas, mas também políticas públicas.

Em agosto de 1993, Vigário Geral foi invadida por um grupo de policiais que assassinou friamente pessoas inocentes. A invasão se deu por vingança a policiais mortos,

mas as pessoas assassinadas não tinham ligação com os crimes. Os policiais entraram matando todos que viam pela frente, o que trouxe indignação para todos.

Não se nega que o Estado detenha o monopólio da força, porém seu uso só é legítimo quanto utilizado adequadamente. A morte de pessoas inocentes sem motivação demonstra que a violência se sobrepôs aos outros componentes do poder, a violência sendo utilizada para combater a própria violência traz à tona sua própria ambiguidade, qual seja, ao invés de sustentar o poder, o destrói.

Tortura, violência na abordagem, matar sem extrema necessidade são medidas que vão além do uso razoável da violência legal, sendo a violência simbólica do poder jurídico substituída pela violência física. Nesse caso, o poder se torna impotente, pois a violência dominou sozinha.

Os policiais, como representantes do Estado, seriam aqueles que mereceriam mais a confiança da população, já que foram designados constitucionalmente para proteger. Mas, a realidade tratada nas películas mostra a violência e o abuso de poder dos agentes estatais dentro das favelas, dentro das casas dos menos favorecidos, com crianças, idosos, jovens, adultos, sem nem mesmo saberem se estão ou não envolvidos com todo o tráfico que almejam acabar.

Colocar a violência em primeiro lugar pode trazer vitória, mas pode também significar o fim do próprio poder, pois: “Onde a violência já não é mais contida e restringida pelo poder, já começou a bem conhecida inversão no cômputo dos meios e fins. Os meios de destruição agora determinam o fim e a consequência será a destruição de todo o poder”³²².

Os filmes evidenciam que a irracionalidade da violência que aniquila a autoridade legítima, ao invés de constituí-la em termos éticos e comunicativos, não compensa humanamente, pois revela o paradoxo de como a violência não razoável é injustificável porque leva à dissolução da relação de poder e a perda do sentido ético e humano. Ora, a violência pode até ter uma finalidade “boa”, mas o objetivo alcançado por ela só a explica, sem justificá-la, pois a violência não vai além de uma explicação, até pode ser válida e eficaz,

³²² ARENDT, Hannah. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 2010. p. 129-131.

mas não afasta o inconformismo humano contra a perda do sentido das coisas, ou seja, não afasta a injustiça³²³.

Anderson de Sá perdeu seu irmão na chacina e, ao invés de se revoltar e se tornar um traficante, escolheu outro caminho. Os membros do AfroReggae testemunham que as coisas começaram a dar certo após o grupo surgir, o objetivo era chamar a atenção para a realidade, e não vingança.

Anderson diz que as crianças precisam de referências boas, porque o que as leva para o tráfico é a possibilidade de ter uma roupa de marca. Ou seja, o povo, constatando a falta de ética de seu representante estatal, perde a referência de autoridade. No *show* do Afroreggae vemos várias crianças pulando e admirando o grupo, deixando claro que o poder não se apoia apenas na violência, mas também no prestígio, no conhecimento e na lealdade.

A finalidade do movimento é evitar que meninos e meninas entrem para o tráfico de drogas. E Anderson conta de um traficante que acabou lhe agradecendo pelo grupo, em razão de um familiar seu estar participando, evitando o mundo da criminalidade. O grupo Afroreggae representa um poder legítimo e reconhecido pela comunidade, sendo inclusive reconhecido pelo tráfico local.

A polícia que trabalha na favela é muito corrupta, beneficia-se do tráfico de drogas e o alimenta. Por outro lado, vemos a tropa de elite da polícia, especializada em técnicas de guerrilha, que é responsável por realizar as operações especiais de investigação e combate.

O poder de violência simbólica não se confunde com coação, trata-se de controle. O emissor não coage, não substitui o receptor, ou seja, é o receptor que age, mas o faz de acordo com o sentido de ação do emissor. Desse modo, o controle se mostra na medida em que o emissor não elimina as alternativas de ação do receptor, mas as neutraliza quando privilegia um enfoque que é o socialmente prevalente³²⁴.

Junior, um dos membros do Afroreggae, diz que ficou com raiva da polícia, ao mesmo tempo entende que apenas o Estado não vai resolver.

³²³ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Estudos de Filosofia do Direito, reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 246.

³²⁴ *Idem, ibidem*. p. 276.

O clipe da música *Eu tô bolado* mostra a polícia cometendo várias ilegalidades, pessoas que vivem angustiadas e que, muitas vezes, querem falar o que acontece, mas têm medo de morrer.

Ao se analisar o ambiente social das favelas percebe-se que os valores lá disseminados, por exemplo, pelos traficantes de drogas, que criam leis próprias, vão fundamentalmente contra aqueles que dão preenchimento às normas criadas pela sociedade externa. Assim, uma vez que, teoricamente, é exigido dos moradores obediência aos postulados de “dever-ser”, pragmaticamente tal demanda é inexequível, visto que a validade é conceito atrelado à norma, norma é “dever-ser” e o padrão de conduta ideal disseminado dentro daquela sociedade não condiz com aqueles preconizados na norma. Desta forma, em último caso, a conduta imposta pela norma não faz sentido para aqueles moradores de favela.

Há comandos diferentes na favela, cada um tem a sua área e um não pode entrar na área do outro. Todos esses comandos seriam poderes? O poder é uma combinação de força e autoridade, devendo passar pelas noções de legitimidade e legalidade, o que não acontece no caso do tráfico de drogas. Por outro lado, o abuso por parte da autoridade policial gera ilegitimidade de seus atos. A polícia tem que estar presente, mas de uma forma humana, pois o direito não é nada mais que um meio de canalização da força de modo a permitir que uma série de normas impostas sejam cumpridas.

O poder deixa de ser reconhecido como legítimo quando não mais oculta as relações de força por meio da violência simbólica. Nos documentários, é possível ver que o uso da força é explícito e conhecido dos endereçados sociais, o que traz ilegitimidade das relações de poder. Vejamos:

Poder e violência se opõem; onde um deles domina totalmente o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em perigo, mas se a permitem seguir seus próprios caminhos resulta no desaparecimento do poder. (...) A violência pode destruir o poder, mas é totalmente incapaz de criá-lo³²⁵.

A companheira de Anderson diz que tem mais medo de como vai morrer do que de morrer, ou seja, tem medo da violência. Tais manifestações da violência urbana revelam o

³²⁵ ARENDT, Hannah. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 2010. p. 132.

“mal estar da pós modernidade”³²⁶, sentimento de insegurança e medo, já que a violência apresenta, além dos custos de dor e sofrimento humano, um componente de mal-estar psicológico derivado do medo que inspira e um impacto econômico, pelas vítimas e custos reais, e também pelos gastos e perdas que a prevenção e o medo obrigam.

No documentário *Favela Rising*, Anderson Sá repete várias vezes a seguinte frase: “Tem uma violência e se pensa em como combater essa violência.” Por meio da música (cultura) o movimento incentivou outras formas de participações que não fossem no movimento do tráfico (ilegalidade). A autoridade, apesar de ser criticada por sua corrupção e abuso de poder, tem sua legitimidade confirmada pelo AfroReggae.

Existe no filme um argumento a favor da arte na tentativa de tirar crianças e adolescentes do mundo do crime. A arte, a dança e a música fazem com que as pessoas se sintam pertencentes a um grupo. Percebe-se que muitos dos jovens procuraram a ilegalidade do tráfico de drogas como uma forma de se sentirem ouvidos, de terem um objetivo de vida, de terem a sensação de pertencimento a algo e de tentarem alcançar uma vida melhor (já que muitos não conseguem enxergar outra saída além do tráfico). Como diria a música: “A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte”.

Anderson, ao conversar com meninos da favela, os incentiva a estudar e ter uma profissão, pois afirma que os bandidos morrem cedo e nunca ficam ricos. Nesse contexto, o documentário corrobora que a oferta da educação artística, seja na forma de música, cinema ou artes plásticas, é uma via de formação e criação de autoestima capaz de fazer os adolescentes superar o senso difuso de injustiça e o ressentimento³²⁷.

Em uma sociedade marcada pela forte divisão de classes e pela violência exercida sobre os mais pobres, que são sistematicamente excluídos da cidadania, o cinema tem um papel importante a cumprir. Os problemas vão além da repressão, já que existem muitos interesses envolvidos, como será analisado em *Tropa de Elite* no próximo capítulo.

³²⁶ BAUMAN, Z. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

³²⁷ XAVIER, Ismael. *Da Violência Justiceira à violência ressentida*. Disponível em: <www.periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/9777>. p. 56. Acesso em setembro de 2012.

CAPÍTULO 4 - DESCONFIRMAÇÃO DA AUTORIDADE DA LEI

4.1 PODER COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO

As noções jurídicas, muitas vezes, reduzem o poder ao direito, no entanto, há um resto irreduzível quando se analisa a relação entre direito e poder. Existe um paradoxo no direito, pois o poder está dentro do direito³²⁸, mas também escapa deste. O poder não consegue ser totalmente captado pelo direito, e por isso a noção de relação simbólica, e não *coisa*³²⁹.

Desse modo, Niklas Luhmann propõe “esclarecer o que poderia significar o tratamento do poder como meio de comunicação generalizado simbolicamente e a inclusão das análises do poder em um contexto teórico da sociedade”³³⁰. A noção de comunicação permite perceber as situações de poder e direito sem que um se reduza ao outro, pois é possível comparar o poder com outros meios de comunicação, tal qual o direito, na medida em que a comunicação é um dato incontornável do comportamento humano³³¹.

A comunicação equivaleria a comportamento, e este pode ser definido como estar em comunicação, ou seja, trocar mensagens. Nesse contexto, a comunicação humana ocorreria em dois níveis: o do cometimento e o do relato. O relato seria a mensagem que se emana, ou seja, o conteúdo que é transmitido; já o cometimento corresponde à mensagem que emana do emissor, geralmente, de forma não verbal, na qual se determinam as relações (de subordinação, de coordenação)³³².

Na comunicação, ou seja, na troca de mensagens, estaria presente uma expectativa mútua de comportamento, tanto da parte do emissor quanto do endereçado, criando-se situações complexas, em relação ao número de possibilidades de ação em relação ao comportamento, que podem atender à expectativa, confirmando-se, ou provocar uma desilusão³³³.

³²⁸ Ressalte-se que este trabalho não tem a finalidade de fechar a discussão sobre a eventual autonomia do direito e do poder, tomando a afirmação acima apenas como ponto de partida.

³²⁹ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Estudos de Filosofia do Direito, reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 31.

³³⁰ LUHMANN, Niklas. *Poder*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985. p. 04.

³³¹ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Estudos de Filosofia do Direito, reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 32-34.

³³² *Idem, ibidem*. p. 35.

³³³ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Estudos de Filosofia do Direito, reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 35 e 36.

Em razão da complexidade das situações comportamentais existe um direcionamento para o que diz respeito à seleção das expectativas possíveis, chamado de seletividade. No entanto, é constante a possibilidade das expectativas serem desiludidas reciprocamente, ou seja, “a possibilidade da desilusão mostra-nos que a interação humana é sempre contingente”, o que gera uma permanente angústia no meio social, pois mostra que os sistemas sociais, vistos como interações comunicativas, são potencialmente conflitivos, tanto com relação ao conteúdo, como à posição estabelecida entre emissores e receptores³³⁴.

Tendo em vista a possibilidade da ocorrência ou não das expectativas, são desenvolvidos mecanismos que garantem que não haja a desilusão, ou seja, que conferem certa estabilidade ao comportamento. Esses mecanismos são compostos de uma estrutura (conjunto de regras) e um repertório (conjunto de símbolos), que são uma espécie de seletividade fortalecida. No entanto, nem mesmo a dupla seletividade pode eliminar a possibilidade de rejeição nos sistemas sociais, pois fazem parte da sociedade como estrutura comunicacional³³⁵.

Sob uma perspectiva totalmente oposta das de Hans Kelsen e Norberto Bobbio, estudadas nos capítulos anteriores, ao discorrer sobre o Direito e a força física, Niklas Luhmann afirma que o primado da força física resulta da necessidade do processamento de transgressões ao direito³³⁶. Diante disso, reside a concepção que define o direito pela força física e sua aplicabilidade legítima no caso de frustrações, o que o diferenciaria de outras normas. É claro que tal definição não se mostra suficiente, mas é necessário analisar por que e em que limites a força física assume aquela posição proeminente³³⁷.

A força física seria um modo de processamento das frustrações que apresenta resultados imediatos tão verossímeis que é possível supor o consenso. A força física, não em seus efeitos físicos, mas em seus aspectos sensoriais e simbólicos, que acompanham os efeitos físicos e apresentam os elementos da decisão, ou seja, “é somente através da generalização enquanto símbolo para outras possibilidades que a força física adquire uma relevância abrangente em sistemas sociais”³³⁸.

³³⁴ LUHMANN, Niklas. *Poder*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985. p. 08.

³³⁵ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Estudos de Filosofia do Direito, reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 36 e 37.

³³⁶ LUHMANN, Niklas. *Sociologia do Direito I*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1983. p. 123.

³³⁷ *Idem*, *ibidem*. p. 123 e 124.

³³⁸ LUHMANN, Niklas. *Sociologia do Direito I*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1983. p. 124.

Desse modo, em termos de poder, o valor da força física se baseia no simbolismo de sua generalização, que possibilita sua não utilização, e não nos efeitos físicos que provoca³³⁹. O uso da força física não seria um meio, mas uma manifestação. O direito não poderia sobreviver se do outro lado está a força física, pois esta pode se dissociar do direito como ação isolada, mas não como base permanente para o apoio de expectativas próprias, pois estaria criando direito. Por isso, a força física

Não pode ser vista apenas como um instrumento para execução de um direito por si mesmo vigente; como os antigos símbolos jurídicos ensinam, ela é parte integrante da manifestação da presença do direito na sociedade. Ela coloca em evidência a seletividade da ordem³⁴⁰.

Diante disso, a evolução do direito estaria ligada a uma história de domesticação da força física, sendo que a “força física acompanha o direito como uma sombra irremovível”³⁴¹. No entanto, em sociedades complexas, há um problema relevante, qual seja, como base de poder, a força física possui a característica de ser altamente independente em termos estruturais, ela é de uso quase universal, indiferente ao tempo, situação, objeto e contexto da ação, permanecendo organizável de forma unitária, por mais que o direito possa se torne complexo. “A força física pode sustentar ou derrubar a ordem existente”³⁴².

A força seria ambivalente, já que indiferente a vários usos, e isso seria parte integrante insuperável do sistema social. A reestruturação da relação original ente direito e força estaria ligada a duas condições: concentração política da decisão sobre o uso da força física nas mãos do Estado e surgimento da decisão. Sendo assim, a força não se torna dispensável, mas perde sua função como símbolo de comprovação do direito³⁴³.

Ao citar Santo Agostinho³⁴⁴, Hart, em seu primeiro capítulo da obra *O Conceito de Direito*, mostra a variação sobre o que cada um pensa ser o direito. Ao mesmo tempo em que a maioria das pessoas consegue, com segurança e facilidade, citar exemplos do que venha a ser o direito, definir tal objeto de estudo não é tão fácil quanto parece, sendo uma questão

³³⁹ *Idem, ibidem.* p. 125.

³⁴⁰ *Idem, ibidem.* p. 126.

³⁴¹ *Idem, ibidem.* p. 126.

³⁴² *Idem, ibidem.* p. 127.

³⁴³ *Idem, ibidem.* p. 128 e 129.

³⁴⁴ “O que é, então, o tempo? Se ninguém me interroga, eu sei; se quero explicá-lo a alguém que me pergunta, já não sei”. (SANTO AGOSTINHO, XIV, 17 apud HART, Herbert Lionel Adolphus. *O conceito de direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2009. p. 18).

filosófica. Searle³⁴⁵ parece fazer isso ao explicar, utilizando o exemplo do dinheiro, a estrutura do universo social, e como a mente cria uma realidade social objetiva.

Um pedaço de papel pode ser dinheiro ou não, mas um tipo de fenômeno só é dinheiro se pensarmos nele como dinheiro. No entanto, não basta pensar, devemos aceitar e reconhecer o dinheiro como tal. A questão é explicar como existe uma realidade social epistemologicamente objetiva em parte constituída por um conjunto de atitudes ontologicamente subjetivas³⁴⁶.

De acordo com o autor, é fundamental a distinção entre os aspectos do mundo que existem independentemente de nossas atitudes e intencionalidade em geral, e os aspectos que existem apenas em relação à nossa intencionalidade, ou seja, aspectos dependentes dos observadores e independentes destes. Em geral, as ciências naturais lidariam com os aspectos independentes dos observadores, e as ciências sociais com os relativos aos observadores. Segundo Searle toda a realidade institucional pode ser explicada utilizando de três conceitos: intencionalidade coletiva, atribuição de funções e regras constitutivas³⁴⁷.

A intencionalidade coletiva não seria aquela redutível à intencionalidade individual, nem ao menos aquela que se reduziria à crença mútua; considera-se a intencionalidade coletiva em minha cabeça como um primitivo, é um “nós temos a intenção”, apesar de estar na cabeça individual. A exigência de que toda a intencionalidade esteja na cabeça de agentes individuais não exige que toda intencionalidade seja expressa na primeira pessoa do singular³⁴⁸. A intencionalidade vem do cérebro, se é assim, não depende do agente, mas sim das condições materiais do cérebro para funcionar, ou seja, não se pode transformar uma cadeira em uma banheira. A ação é intencional, o movimento é externo, por isso a ação de levantar a mão para votar não se confunde com o movimento de erguer a mão, distinção que para Kelsen existe em razão de uma norma que dá um sentido objetivo a esse ato de erguer a mão³⁴⁹.

A atribuição de funções é a capacidade que têm os seres humanos de usar determinados objetos como ferramentas, ou seja, capacidade de atribuir funções a objetos,

³⁴⁵ SEARLE, John R. *Mente, linguagem e sociedade. Filosofia no mundo real*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 105-107.

³⁴⁶ *Idem, ibidem*. p. 105-107.

³⁴⁷ *Idem, ibidem*. p. 109.

³⁴⁸ *Idem, ibidem*. p. 111 – 113.

³⁴⁹ KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 03.

sendo assim, as funções são sempre relativas aos observadores, e aquilo que elas acrescentam à causalidade é normatividade ou teologia, ou seja, a função do coração é bombear sangue, sendo que tal função tem como pressuposto a vida e a sobrevivência³⁵⁰.

Por fim, as regras constitutivas são úteis para se entender a diferença entre a realidade institucional e a realidade bruta. Existem duas regras, as que regulam comportamentos, regras regulativas, e as que não apenas regulam, mas também constituem a própria atividade que regulam as constitutivas³⁵¹. Diante disso, o tratamento que se dá às instituições depende de práticas sociais, já que estas não são fatos brutos. Deve-se pensar o direito como instituição, não fatos brutos, mas sim práticas. Os fatos brutos estão fora do sujeito (natural), não é esse o objeto. O Direito não é simples imaginação, é uma instituição, uma realidade social objetiva, desse modo, a história do pensamento jurídico não é uma história dos fatos brutos, tampouco do poder bruto.

As estruturas institucionais não desempenham sua função unicamente em virtude de suas características físicas, exige-se a aceitação coletiva, e no que diz respeito às instituições humanas, as funções são funções de *status*³⁵². Desse modo, é imposta uma função de *status* às entidades em virtude da intencionalidade coletiva (X equivale a Y em C), pode haver uma realidade social e institucional objetiva em razão da atribuição coletiva de funções de *status*, sendo que a aceitação coletiva é por si só um mecanismo para a criação de poder³⁵³. E nesse ponto se pode refletir sobre o problema da retirada da aceitação coletiva em uma determinada realidade social e institucional objetiva, tal como ocorreu no Egito quanto à aceitação coletiva do povo com relação a seu representante.

Assim como o dinheiro se baseia na expectativa de que outros esperam que o dinheiro seja aceito como valor, a congruência dos mecanismos do direito se baseia na expectativa de que os outros esperam que o direito esteja coberto pela força física. Mesmo que existam soluções alternativas para o caso de transgressões, a certeza continua fundada no último recurso, ou seja, a força física³⁵⁴.

³⁵⁰ SEARLE, John R. *Mente, linguagem e sociedade. Filosofia no mundo real*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 113 e 114.

³⁵¹ *Idem, ibidem*. p. 115.

³⁵² *Idem, ibidem*. p. 118.

³⁵³ *Idem, ibidem*. p. 123.

³⁵⁴ LUHMANN, Niklas. *Sociologia do Direito I*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1983. p. 131.

O momento de insegurança pela espera não se dá mais pelo resultado da luta física, mas pelo processo decisório a que os participantes se submetem. A imagem da força é alterada, e por isso, perde sua qualidade simbólica que é transferida para a decisão. A seletividade da ordem se manifesta na decisão, e a força recua como forma de expressão na sociedade em que o direito se adequa às necessidades. Ou seja, essas necessidades não tornam a “força desnecessária para o direito, e também não impossibilitam o uso da força contra o direito. Mas definem para ambos esses aspectos outro peso valorativo no quadro da ação social”³⁵⁵.

Desse modo, de acordo com esta percepção, apenas em um sistema social muitíssimo simples seria possível a concepção do direito como monopólio da força, já que em sistemas sociais complexos o monopólio é o da decisão sobre o emprego da coação, pois é necessária a formação de um código de poder, sendo que sem este a coação seria mera força. Quem coage alguém a fazer o que não quer não comunica poder, mas força. Na medida em que o poder se aproxima da coação ele perde a capacidade de reduzir a dupla contingência, pois quem coage renuncia a possibilidade de regular a seletividade do outro, pois escolhe por este. Desse modo, poder pressupõe liberdade no sentido de alternativas de escolha³⁵⁶.

Se o poder não se confunde com a violência, pois é controle da ação dos sujeitos como exercício de influência sobre os outros, se faz mister a análise do processo comunicativo em que se estabelecem as interações humanas³⁵⁷.

³⁵⁵ *Idem, ibidem.* p. 131 e 132.

³⁵⁶ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Estudos de Filosofia do Direito, reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 39 e 40.

³⁵⁷ OLIVEIRA, Mara Regina de. Abuso de poder estatal, violência e esvaziamento dos Direitos Fundamentais no Brasil: um diálogo possível entre o cinema e as teorias críticas do direito. *Revista Mestrado em Direito (Online)*, v. 10, p. 175, 2010.

4.2 A SITUAÇÃO COMUNICATIVA

Tercio Sampaio Ferraz Junior propõe um modelo linguístico-pragmático para a análise da norma jurídica, ou seja, não se trata de uma análise exaustiva da própria pragmática, mas um modelo de sentido operacional para a investigação do discurso normativo. Este modelo se ocupa dos aspectos comportamentais da relação discursiva, tendo como vetor da análise o princípio da interação, já que se busca analisar o ato de falar enquanto uma relação entre emissor e receptor na medida em que é intermediada por signos linguísticos³⁵⁸.

A relação que existe entre direito e linguagem permite aceitar que o fenômeno jurídico tem um sentido comunicacional, com a ressalva que o direito não se reduz à linguagem³⁵⁹. O estudo que o autor propõe da norma como linguagem não significa estudar a linguagem do direito, mas o próprio direito, que necessita da linguagem para sua existência, assim, a análise não é linguística, mas jurídica³⁶⁰.

O discurso abrange a articulação entre pergunta e resposta num primeiro momento, podendo envolver questionamento das próprias justificações, ou seja, o modelo pergunta-resposta repete-se em relação a si mesmo como uma discussão que se volta sobre si mesma, o que chama de reflexividade. A reflexividade seria um questionamento crítico que se manifesta na discussão ao se buscar um novo fundamento para os objetivos e justificações assinalados no próprio discurso, pondo-se à prova a sustentabilidade deste. Assim, todo discurso, como ação linguística, envolve o dever de prova como regra fundamental, que se manifesta na reflexividade da discussão, pois não há discussão sem o ônus de provar; ou seja, se há um dever de dizer, há um dever de provar o que se diz³⁶¹.

Partindo do pressuposto de que todo comportamento humano é uma ação dirigida ao entendimento de outrem, que não se confunde com a relação de partes físicas, mas entre ações e resultados de ações, a situação comunicativa tem três elementos fundamentais: o emissor (sujeito que fala ou orador), o receptor (endereço da fala ou ouvinte) e o objeto (aquilo que

³⁵⁸ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Teoria da norma jurídica: ensaio de pragmática da comunicação normativa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 01 – 04.

³⁵⁹ Ressalte-se que não queremos limitar a linguagem a uma visão instrumental, pois ela é mais que isso.

³⁶⁰ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Teoria da norma jurídica: ensaio de pragmática da comunicação normativa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 05 – 08.

³⁶¹ *Idem, ibidem*. p. 03-08.

se fala ou questão). O orador é o que inicia a discussão, cuja ação linguística se apresenta com pretensão de autoridade sob o aspecto do dever de prova. O ouvinte é aquele ao qual se dirige a ação linguística do orador. O objeto, terceiro componente da discussão, é aquilo que se diz, ou seja, a ação linguística que deve ser compreendida, que envolve objetos, fundamentos e justificação sob o ponto de vista da reflexividade³⁶².

As funções pragmáticas que o discurso assume são: a função sintomática, a função de sinal e a função estimativa. A função sintomática, em se tratando de uma relação do orador para o ouvinte, se dá na medida em que todo discurso expressa sentimentos, posições, modos de entender na relação do emissor para o receptor, sendo esta função personalíssima, já que todo discurso aparece como expressão pessoal de quem fala. Da parte do ouvinte, a função de sinal é compreendida como a capacidade de mudança de atitude que é produzida pelo discurso no ouvinte possibilitando a mudar seu comportamento, modo de pensar e sentir. A função estimativa é consequência do comportamento do ouvinte que se volta para a própria questão, caracterizando-a como duvidosa, correta, inútil, boa, complexa, etc.³⁶³.

Entre ouvinte e orador há troca de mensagens, sendo que o ouvinte pode influenciar o orador e este pode influenciar aquele, sendo ambas as posições intercambiáveis. As mensagens trocadas entre eles são chamadas de interação. Como o princípio básico da pragmática é o princípio da interação, é ressaltado o aspecto comportamental dos atores quando trocam mensagens, diferentemente da dogmática jurídica, que, embora não exclua o sentido interacional do direito, tende a uma concepção monódica dos agentes³⁶⁴.

A situação comunicativa ocorre sempre num conjunto de articulações complexas, ou seja, não é uma ação no vazio, mas no mundo circundante. Além disso, a relação interacional admite sempre um aumento de complexidade no interior da situação comunicativa, e por isso o ato de falar se revela reflexivo. A reflexividade da situação comunicativa pode ser controlada por regras, o que fornece um discurso racional, ou seja, fundamentante, que surge do mútuo entendimento sobre as regras, desde que estas sejam impostas dentro da situação comunicativa. Além disso, o discurso racional deve possibilitar o questionamento, corolário para a regra do dever de prova, que permite determinar o orador como aquele que tem o ônus

³⁶² FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Teoria da norma jurídica: ensaio de pragmática da comunicação normativa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora??, 2006. p. 08 – 12.

³⁶³ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Direito, retórica e comunicação: subsídios para uma pragmática do discurso jurídico*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1997. p. 13.

³⁶⁴ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Teoria da norma jurídica: ensaio de pragmática da comunicação normativa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 12- 15.

de provar o que diz na medida crítica do ouvinte. Já o discurso irracional é aquele que não respeita o dever de prova, introduzindo regras que estão fora da situação comunicativa e procura desqualificar o comportamento crítico do ouvinte³⁶⁵.

Além da regra do dever de prova, o discurso racional se submete à regra que assegura ao ouvinte seu papel crítico, pois todo ato de falar pode ser colocado em dúvida; bem como a que afirma que uma ação linguística primária do orador não pode ser atacada pelo ouvinte, podendo orador defendê-la; e por último, a regra de que o orador não pode modificar suas ações linguísticas primárias. O ouvinte pode se comportar de modo ativo ou passivo perante o objeto da discussão, e aí se tem respectivamente o discurso dialógico e o discurso monológico³⁶⁶.

No discurso dialógico o aspecto pergunta é acentuado, pois se põe à prova a sustentabilidade da ação linguística dotada de autoridade, possibilitando qualificar o objeto da discussão como um *dubium*. O *dubium* é uma questão que manifesta alternativa, o que significa concebê-la como complexidade, ou seja, possibilidades em alternativa, além de manifestar caráter reflexivo acentuado. Já no discurso monológico, caracterizado pela presença passiva do ouvinte, pois este aparece como não habilitado para uma intervenção ou como não interessado ativamente nela, o objeto do discurso se qualifica como um *certum*. O *certum* também é uma questão que se apresenta como um conjunto de possibilidades como alternativas em concorrência que podem ser reduzidas a dois comportamentos: um que impugna e outro que admite. Assim, o *certum* é uma questão que deixou de ser reflexiva, ou mesmo não pode ser, sob pena de se tornar um *dubium*³⁶⁷.

O discurso racional é um discurso dialógico, sendo que aquele no qual o ouvinte aparece habilitado para uma intervenção ou como interessado ativamente é o discurso dialógico propriamente dito. Como o orador e o ouvinte são dados concretos, ou seja, partícipes da discussão, sua ação linguística é a sintomática, como expressão de si próprio, na medida em que todo discurso expressa sentimentos, posições, modos de entender na relação do emissor para o receptor. Diferentemente do discurso dialógico, o monológico pressupõe o princípio lógico do terceiro excluído, já que não existe uma terceira possibilidade, pois os atos

³⁶⁵ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Teoria da norma jurídica: ensaio de pragmática da comunicação normativa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 15 – 20.

³⁶⁶ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Direito, retórica e comunicação: subsídios para uma pragmática do discurso jurídico*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1997. p. 09 – 14.

³⁶⁷ *Idem, ibidem*. p. 15 – 28.

de falar ou são atacáveis ou inatáveis, desse modo, é um discurso que não questiona a relação de autoridade³⁶⁸.

Quanto ao objeto do discurso, ou seja, aquilo que se fala, pode-se distinguir entre relato e cometimento, sendo o relato a informação transmitida e o cometimento uma informação sobre a informação, que diz o modo como a informação deve ser entendida. Como a comunicação social se constitui de interações, os comunicadores são ao mesmo tempo emissores e receptores, ou seja, podem trocar de posição para discutir quem é quem na interação, e, nesse caso, o relato fica em segundo plano, passando-se a discutir o cometimento. Nas normas jurídicas é possível identificar o aspecto do relato e do cometimento, e entendidas como discurso pelo ângulo pragmático, ou seja, interações em que alguém dá a entender a outrem alguma coisa, as normas estabelecem o tipo de relação que há entre o emissor e o receptor, já que têm uma mensagem (relato) e a definição de posições (cometimento)³⁶⁹.

Porém, diante de tantos tipos de regras e normas regulando as estruturas sociais, é comum que certas normas se contraponham umas as outras e, para solucionar o embate é necessário encontrar normas de caráter preponderante: as normas jurídicas. Primeiramente, percebe-se que uma norma jurídica não se detém à simples constatação do comportamento humano, mais do que isso, ela é responsável pela prescrição da normalidade do comportamento. Assim, cabe ao jurista captar a sociedade por meio da ordem de tais normas jurídicas, a fim de estabelecer relações imputativas, ou seja, imputar consequências às condutas humanas³⁷⁰.

O reconhecimento do caráter jurídico de uma norma como meio de comunicação depende do grau de institucionalização da relação entre emissor e receptor da mensagem normativa. Essa relação entre os comunicadores é complementar, pois baseada na diferença, já que há um controle do receptor pelo emissor, aquele é autoridade em relação a este, sendo a norma uma relação autoridade/sujeito³⁷¹.

³⁶⁸ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Teoria da norma jurídica: ensaio de pragmática da comunicação normativa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 20-24.

³⁶⁹ *Idem, ibidem*. p. 31 – 53.

³⁷⁰ FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 105 e 106.

³⁷¹ *Idem, ibidem*. p. 106 e 107.

A confirmação de terceiros perante a norma significa que a autoridade está institucionalizada. Como a juridicidade da norma depende do grau de institucionalização da relação de autoridade manifesta em seu cometimento, conclui-se que o fundamento do direito não está na força. Embora o ato de coação (força) faça parte do direito, isso não significa que ele seja responsável pela sua existência, já que o grau de institucionalização da relação de autoridade é reconhecido pelo consenso geral presumido de terceiros que confere prevalência a certas normas³⁷².

Levando em consideração as reações e contra reações possíveis entre emissores e receptores de uma comunicação, a mensagem emitida por alguém sobre o modo como a relação entre ele e o seu receptor deve ser por este encarada admite três possibilidades: a relação ou é confirmada, ou é rejeitada, ou é desconfirmada. A relação de autoridade admite uma rejeição, mas não suporta uma desconfirmação, já que a desconfirmação elimina a autoridade, e uma autoridade ignorada não é mais autoridade³⁷³.

³⁷² FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 108 e 109.

³⁷³ *Idem, ibidem*. p. 107.

4.3 A DESCONFIRMAÇÃO DA AUTORIDADE DA LEI

A pragmática jurídica associada à noção de poder de Luhmann possibilita a análise da questão do abuso de poder em termos comunicativos, já que a interação comunicativa pode ser conflituosa e envolver relações de poder. Desse modo, Mara Regina de Oliveira³⁷⁴, analisa a questão do abuso de poder em termos comunicativos, ampliando os trabalhos de Luhmann e Tercio, o que será essencial para o estudo ora apresentado.

Segundo a pragmática jurídica, nas possíveis reações dos endereçados sociais, estes podem confirmar, rejeitar ou desconfirmar a mensagem normativa. Na confirmação, que corresponde à licitude e na rejeição, que corresponde à ilicitude há o reconhecimento do cometimento (autoridade) da norma jurídica, no entanto, o confronto entre direito e poder se dá na possibilidade de reações desconfirmadoras, pois neste caso os endereçados sociais ignoram a relação complementar estabelecida pelo cometimento, e assim, não assumem mais a condição de sujeitos da relação, excluindo o controle de seletividade do emissor normativo. Na desconfirmação a autoridade e seus atos de coação são ignorados e o aspecto cometimento das normas é desafiado³⁷⁵.

Na confirmação, cumpre-se o relato e se confirma a autoridade, na rejeição apesar de se descumprir o aspecto do relato da norma, a autoridade é confirmada. Naquela o controle de seletividade dos endereçados sociais faz com que estes decidam se comportar de modo a evitar a sanção, na rejeição, apesar de parecer uma diminuição de controle, também há controle de seletividade, pois praticando a conduta ilícita o endereçado apenas nega o relato da norma. A desconfirmação, por outro lado, não se confunde com o simples descumprimento do relato, pois afeta o aspecto cometimento da mensagem, não podendo a conduta ser classificada em lícita nem ilícita³⁷⁶.

A diferença entre desconfirmação e rejeição pode ficar mais clara quando se analisa o crime comum e o crime organizado, que se será aprofundado adiante, pois este retrataria a

³⁷⁴ OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre o poder, obediência e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006.

³⁷⁵ *Idem, ibidem.* p.104.

³⁷⁶ *Idem, ibidem.* p.101-104.

desconfirmação e aquele a simples rejeição. Ao discorrer sobre o tema, Mara Regina de Oliveira afirma o seguinte:

O crime organizado, nas favelas, respaldado pelo tráfico de drogas, vai muito além da criminalidade comum que não recusa a submissão ao poder de império do direito e ao aspecto-cometimento da norma e apenas viola o efetivo aspecto-relato da norma. Ela vai além, porque significa um desafio, um ato de rebelião contra a própria autoridade das leis do Estado, ou seja, uma desconfirmação da mensagem normativa, nos termos da pragmática jurídica³⁷⁷.

A norma, em seu cometimento, instaura uma relação de autoridade, e por isso, exige a desconfirmação da desconfirmação. No entanto, para isso acontecer o emissor deve se sentir respaldado em face do receptor pela confirmação de terceiros, daqueles que não participam da relação, que não precisa ser concreta, apenas presumida, pois a suposição bem sucedida da confirmação de terceiros significa que a autoridade está institucionalizada. No grau mais alto de institucionalização do emissor da norma em uma sociedade significa que esta norma é jurídica, já que o consenso social presumido prevalece sobre qualquer outro consenso real ou suposto³⁷⁸.

“O soberano está, ao mesmo tempo, dentro e fora do ordenamento jurídico.” Esse é o enunciado do paradoxo da soberania, ou seja, no qual o soberano está fora do ordenamento jurídico, mas permanece a este, pois é ele quem decide se a constituição pode ser suspensa. Se o soberano tem o poder de suspender a validade da lei, ele se colocar legalmente fora da lei, e se é assim, o paradoxo pode ser feito da seguinte forma: “a lei está fora dela mesma”³⁷⁹.

De acordo com Agambem, para Schmitt, o que está em questão na exceção soberana é a própria condição de possibilidade da validade da norma jurídica, bem como o próprio sentido de autoridade estatal. A exceção seria uma forma de exclusão da norma geral, mas o estado de exceção não seria um caos precedente à ordem, mas a situação que resulta da suspensão, pois “a norma se aplica à exceção desaplicando-se, retirando-se desta”³⁸⁰.

Com a suspensão da regra, dar-se-ia lugar à exceção, não sendo a exceção que se subtrai à regra, pois somente assim se constitui como regra, mantendo-se em relação com a

³⁷⁷ OLIVEIRA, Mara Regina de. *Cinema e Filosofia do Direito: Um estudo sobre a crise de legitimidade jurídica brasileira*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006. p. 80.

³⁷⁸ FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 107 e 108.

³⁷⁹ AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2004. p. 23.

³⁸⁰ *Idem, ibidem*. p. 25.

exceção. Relação de exceção seria a forma extrema da relação que somente se inclui algo através de sua exclusão³⁸¹.

Assim, a exceção não pode ser definida nem como situação de direito, nem como situação de fato, mas uma paradoxal limiar indiferença entre as duas. Não é direito mesmo que possibilite a vigência da lei, nem fato porque é criado pela suspensão da norma. E é por isso que o sentido último do paradoxo de Schmitt é o de que a decisão soberana “demonstra não ter necessidade do direito para criar o direito”³⁸².

Não há necessariamente coincidência entre a aplicação da norma ao caso particular e sua validade, assim, como *langue* se distingue de *parole*. A exceção soberana é a pressuposição da referência jurídica na forma de sua suspensão, é uma exclusão inclusiva, diferente do exemplo, que é uma inclusão exclusiva. Assim, o exemplo é excluído do caso normal porque pertence a ele, o que não acontece com a exceção, que é incluída no caso normal pelo fato de não fazer parte dele³⁸³.

A exceção soberana não pode estar incluída no todo ao qual pertence e também não pode pertencer ao conjunto que está incluída, pois um termo pertence a uma situação se ele é apresentado e contado como unidade nesta situação, e está incluído nesta se é representado na metaestrutura em que a estrutura da situação é contada como unidade. Assim, é possível diferenciar pertencimento e inclusão, fora e dentro, exceção e norma³⁸⁴.

Para Schmitt, nas palavras de Agamben, a soberania se apresenta na forma de uma decisão sobre a exceção:

A decisão não é aqui a expressão da vontade de um sujeito hierarquicamente superior a qualquer outro, mas representa a inscrição, no corpo do *nómos*, da exterioridade que o anima e dá sentido. O soberano não decide entre lícito e ilícito, mas a implicação originária do ser vivente na esfera do direito, ou, nas palavras de Schmitt, a “estruturação normal das relações de vida”, de que a lei necessita. A decisão não concerne nem a uma *quaestio iuris* nem a uma *quaestio facti*, mas à própria relação entre direito e fato³⁸⁵. (grifo do autor)

³⁸¹ AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2004. p. 26.

³⁸² *Idem, ibidem*. p. 26

³⁸³ *Idem, ibidem*. p. 28-30.

³⁸⁴ *Idem, ibidem*. p. 31 e 32.

³⁸⁵ *Idem, ibidem*. p. 33.

O caráter normativo do direito deve criar o âmbito da própria referência da vida real, normatizando-a, e não em razão de seu comando ou prescrição, tendo como estrutura: “Se A, então B.” Assim, um fato é incluído na ordem jurídica por sua exclusão, o que mostra que a ordem jurídica não se apresenta apenas como sanção, mas se constitui por meio da repetição do mesmo ato sem sanção, como caso de exceção³⁸⁶.

Portanto, a afirmação “a regra vive somente da exceção” deve ser tomada literalmente, pois o direito não possuiria outra vida além daquela dada por ele mesmo por meio da exclusão inclusiva da exceção, já que ele se nutre dela, e sem ela é letra morta. Diante disso, para Agambem, a exceção é a estrutura originária da soberania, e não um conceito exclusivamente político, ou jurídico, ou uma potência externa ao direito, nem mesmo a norma superior³⁸⁷.

Para o autor, a relação de exceção pode ser definida como uma relação de bando, já que o banido não é simplesmente posto fora da lei ou indiferente a esta, mas abandonado por ela.

É neste sentido que o paradoxo da soberania pode assumir a forma: “não existe um fora da lei”. A relação originária da lei com a vida não é aplicação, mas o abandono. A potência insuperável do *nómos*, a sua originária “força de lei”, é que ele mantém a vida em seu bando abandonando-a³⁸⁸. (grifos do autor)

4.3.1 O problema do abuso de poder

“Não existe um só exemplo de solução feliz para o indivíduo onde haja um governo corrupto” (HELIODORA, 1978).

Na concepção de poder como meio de comunicação, deve-se distinguir poder de coação, já que nesta as possibilidades de escolha do coagido não existem. O poder será maior na medida em que aumentam as possibilidades de seleção do poderoso. Sendo assim:

O poder do poderoso é maior quando ele pode escolher, para efetivação por via do poder, entre decisões diferentes. Ele é também maior quando o poderoso pode efetuar-lo diante de um parceiro que possua alternativas mais numerosas e diversas.

³⁸⁶ AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2004. p. 33 e 34.

³⁸⁷ *Idem, ibidem*. p. 34 e 35.

³⁸⁸ AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2004. p. 36.

O poder cresce com a liberdade de ambos os lados; ele aumenta, por exemplo, numa sociedade, na medida em que gera alternativas³⁸⁹.

Diante disso, quanto mais o poder se aproxima da coação menor será a possibilidade de regular a seletividade do outro. No caso limite, a coação leva ao uso da violência, pois não haverá opção para o coagido, ou seja, quem coage o outro a fazer algo que não quer não possui poder, mas força³⁹⁰.

Apesar do poder não se confundir com a força física, esta traz uma base de segurança para a comunicação dos códigos, já que os integrantes da situação comunicativa, além dos símbolos generalizados, estão submetidos aos mecanismos simbióticos, e em relação ao poder, este mecanismo seria a força física³⁹¹.

Quanto mais força menos poder, já que existem menos alternativas, e por isso o poder não surge da coação. Na verdade, o uso da coação pressupõe a existência do poder, que monopoliza a decisão sobre o emprego da coação³⁹².

Para que o poder tenha uma maior durabilidade, o sujeito deve perceber a relação de poder para sofrer menos riscos. Na relação que Elias Canetti faz sobre o gato e o rato, aquele deve tomar cuidado para não se tornar o rato.

Além de permanecer oculto, podemos dizer que o poder tem de ser mais genérico e vasto que a força, que está mais próxima e presente, na medida em que exerce um poder coercitivo imediato. O ato de agarrar a presa constitui um ato de força, que pode transformar-se em poder, caso dure bastante. Assim, a força precede a relação de poder, a qual é mais complexa e exige mais habilidade e paciência. Quando o gato subitamente captura o rato, ele subjuga-o pela força, mantendo-o preso. Todavia, a situação se altera, no momento em que ele começa a brincar com o roedor³⁹³.

Desse modo, apesar da força não se confundir com o poder, aquela pode eliminar este ao impedir a transmissão de *performances* seletivas de um para o outro, restando à força um elemento constitutivo da relação como uma alternativa a se evitar, pois seu emprego é

³⁸⁹ LUHMANN, Niklas. *Poder*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985. p. 09.

³⁹⁰ *Idem, ibidem*. p. 09.

³⁹¹ *Idem, ibidem*. p.52 e 53.

³⁹² OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre o poder, obediência e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006. p.88.

³⁹³ *Idem, ibidem*. .p.16.

desvantajoso em primeiro lugar para o sujeito, mas também para a autoridade. Além disso, a legitimidade do poder não corresponde ao uso da força, já que não pode assumir que está relacionado com esta, ou seja, deve atuar com violência simbólica, dissimulando as relações de força que estão em sua gênese, sob pena do poder se autodestruir³⁹⁴.

A relação abusiva do poder fragiliza a autoridade ao invés de reforçá-la, podendo ocorrer crise de legitimidade, e a relação de poder se transforma em violência. Neste caso, é a própria autoridade que contribui para a ruptura da relação com seu abuso:

Neste sentido, vemos que a legitimidade do poder não pode ser vista como uma mera oposição ao uso da força, como fazem os modelos que visam racionalizar o poder. A temporalização na combinatória dos esquematismos evidencia o fato de que a relação entre força e poder, na esquematização do código poder, depende de certos procedimentos que neutralizam a própria relação. De fato, observamos que o código do poder não pode assumir abertamente que esteja relacionado com o uso da força. Assim, ele atua como uma espécie de violência simbólica que, através da imposição de certas significações, dissimula as relações de força que estão na sua gênese³⁹⁵.

A relação de poder só é eficaz quando implícita. Na desconirmação, a relação de poder está em xeque porque fica em evidência. No abuso de poder o sujeito é aniquilado, gerando a desconirmação. Quanto mais poder, menos força, e com isso é quase impossível construir a violência simbólica. Assim, a força destrói e até impossibilita o poder.

A violência simbólica legitima o poder na medida em que dispensa o esclarecimento das reais condições de sua instauração e perpetuação. No momento em que o exercício da violência simbólica falha e os endereçados sociais percebem uma arbitrariedade no discurso normativo, há a perda do sentido comum e o incentivo para as reações desconfirmadoras³⁹⁶.

Como já sinalizado nas considerações feitas no capítulo anterior sobre a legitimidade e a violência, é certo que o problema da crise de autoridade e de legitimidade não foi resolvido. O problema da obediência às leis estatais e seus limites devem ser analisados. Nesse ponto, cabe ressaltar a associação feita por Mara Regina de Oliveira entre a discussão pragmática do poder em Niklas Luhmann com o artigo *O Discurso sobre a Justiça*, de Tercio Sampaio Ferraz Junior, que será analisada adiante.

³⁹⁴ OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre o poder, obediência e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006. p.106.

³⁹⁵ *Idem, ibidem*. p.106.

³⁹⁶ *Idem, ibidem*. p.109 e 114.

A violência física é uma alternativa a se evitar, pois não é poder, sendo este anulado pela coação. Além disso, quanto mais violência menos legitimidade e quanto mais legitimidade menos violência, nem mesmo como último recurso a violência pode ser entendida³⁹⁷.

No contexto da pragmática da comunicação normativa, a legitimidade se referirá à justificação do discurso normativo, ou seja, como este de legítima. Esta concepção inclui a análise da possibilidade de haver reflexão sobre as condições da argumentação, já que há um sujeito da argumentação³⁹⁸.

Na situação comunicativa, caso o receptor desconforme a autoridade do emissor, a possibilidade de diálogo será eliminada, tornando o discurso normativo irracional e, conseqüentemente, ilegítimo³⁹⁹.

Como já ressaltado, se o reconhecimento da juridicidade da norma está em seu grau de institucionalização da relação entre emissor e receptor da mensagem, o fundamento do direito não está na violência, pois esta não é responsável por sua existência. Nesse sentido, mesmo na hipótese da sujeição por parte da vítima no caso de um roubo em que esta entrega o dinheiro ao assaltante por medo da violência, o fundamento da prescrição deste não será sua força, mas o grau de institucionalização da relação de sujeição que sua ordem manifesta. A diferença entre o assaltante e o Estado é que aquele tem o grau de institucionalização de sua prescrição inferior à norma que proíbe o roubo, ou seja, o consenso social desta é superior ao da ordem do assaltante⁴⁰⁰.

4.3.2 Abuso na relação comunicativa

Há quem diga que compreender a justiça de uma conduta consiste em compreender as condições de verdade da predicação da justiça. No entanto, apenas no contexto de uma proposição que uma palavra tem uma referência, podendo-se falar em verdade ou falsidade,

³⁹⁷ LUHMANN, Niklas. *Poder*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985. p. 50 - 52 e 56.

³⁹⁸ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Teoria da norma jurídica: ensaio de pragmática da comunicação normativa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 162 – 164.

³⁹⁹ *Idem, ibidem*. p. 181.

⁴⁰⁰ FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 108.

donde seguiria que a predicação da justiça de uma conduta estaria prisioneira das condições semânticas de um enunciado sobre a justiça⁴⁰¹.

De acordo com tal entendimento, admitir-se-ia que a verdade é propriedade das proposições, conseqüentemente, qualquer pretensão verificadora da justiça de um conteúdo empírico só poderá se confirmar ou se negar à medida que se desenha numa proposição. O objetivo seria concentrar a análise nas condições pragmáticas da comunicação e nelas observar se existe alguma conexão de dependência com a noção de verdade⁴⁰².

Do ponto de vista de uma análise pragmática em face da sua dimensão semântica na elucidação de enunciados sobre a justiça, uma promessa não é verdadeira ou falsa, mas sim cumprida ou não, ou seja, os interlocutores não têm condições diretas de verdade, mas de satisfação ou cumprimento⁴⁰³.

Diante disso, pode-se dizer que as normas não são enunciados veritativos, no entanto, como se pode dizer se uma norma é justa? Os atos de falar são emissões comunicativas, possuindo duas dimensões: o relato ou conteúdo locutivo e o cometimento ou relação ilocutiva. Com relação aos enunciados normativos, a possibilidade de tratá-los como verdadeiros ou falsos estaria na hipótese de se atribuir à sua relação entre relato e cometimento uma condição veritativa, base para uma asserção sobre a justiça ou injustiça⁴⁰⁴.

Contudo, nada garante que um emissor tenha sempre uma pretensão de validade com respeito ao modalizador pragmático. Desse modo, como distinguir a promessa verdadeira ou falsa, justa ou injusta? É certo que o êxito ilocutivo não pode ser tratado como um análogo da verdade, e a análise da justiça ou injustiça de uma promessa deve se submeter a outra dimensão da análise pragmática. A sentença que condena tem respaldo institucional (é válida), sendo que o conteúdo desta – enunciado – não pode ser base para a imputação da injustiça⁴⁰⁵.

Desse modo, a imputação da justiça deve ser feita a partir dos cometimentos normativos, sendo assim, deve-se distinguir o defeito do malogro: este tem a ver com um sem

⁴⁰¹ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Estudos de Filosofia do Direito, reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 281.

⁴⁰² *Idem, ibidem*. p. 282.

⁴⁰³ *Idem, ibidem*. p. 283.

⁴⁰⁴ *Idem, ibidem*. p. 283.

⁴⁰⁵ *Idem, ibidem*. p. 285.

sentido que frustra a comunicação, já aquele com condições de uso da língua das quais se abusam. O problema está na refutação de atos defeituosos e não malogrados, ou seja, do ponto de vista pragmático, a percepção da injustiça tem a ver com a refutação de atos defeituosos, abusivos⁴⁰⁶.

Dizer que uma norma é injusta é lhe desconhecer a autoridade. A norma é uma relação de poder, constitui relação de autoridade/sujeito, sendo que se houver anulação do sujeito a percepção da injustiça se torna inevitável, a relação autoridade/sujeito é desconfirmada. A autoridade controla o sujeito, mas não o aniquila, pressupõe aprovação e desaprovação, se não for assim há abuso⁴⁰⁷.

O que a declaração da injustiça assevera não é a falta de demonstração da culpa, mas a refutação da própria autoridade por uma revogação: embora válida, a relação autoridade/sujeito será desconhecida. Isto faz com que os enunciados sobre a justiça sejam um problema de perversão ou abuso das condições de uso do poder, já que não pode haver exercício de poder na comunicação normativa se o emissor aniquila o sujeito, ou seja, se há abuso básico das condições de uso do discurso normativo como relação autoridade/sujeito⁴⁰⁸.

A refutação do discurso não se dá por seu malogro, mas pela denúncia da injustiça que revoga a força ilocutiva da norma (relação de autoridade) pelo abuso das condições de uso do discurso autoritativo (abuso de autoridade). Ou seja, diante de uma norma há três opções: cumprir, descumprir e desconfirmar, sendo esta última opção a denúncia da injustiça da norma⁴⁰⁹.

4.3.3 O sentido da justiça

Segundo as teorias da atualidade, a justiça se divide em dois aspectos, o formal e o material. O primeiro é um instrumento para a comunicação entre os homens, que permite que os problemas sejam discutidos racionalmente, trata da ideia clássica do “*suum cuique tribuere*”, que exige um conteúdo concreto, determinado por critérios do que é devido. O

⁴⁰⁶ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Estudos de Filosofia do Direito, reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 285.

⁴⁰⁷ *Idem, ibidem*. p. 286.

⁴⁰⁸ *Idem, ibidem*. p. 286 e 287.

⁴⁰⁹ *Idem, ibidem*. p. 288.

aspecto material refere-se à conformidade ou desconformidade com os critérios para determinar aquilo que é devido⁴¹⁰.

Desde a Antiguidade, observa-se uma disposição em reconhecer que os conteúdos justos são difíceis de serem determinados. Por exemplo, Aristóteles, embora acreditasse na possibilidade de esclarecer o que era a justiça, não negava a grande dificuldade em determinar, com base em premissas gerais o “justo concreto”. No livro V da *Ética a Nicômaco*, a noção de justiça é tratada de forma aritmética e geométrica, em que os iguais são tratados de maneira igual e os desiguais, de maneira desigual. A crença no inabalável equilíbrio proporcional é um princípio de racionalização dos conflitos⁴¹¹.

A relação entre justiça e racionalidade é importante, pois na cultura ocidental, os princípios de justiça, tanto formal quanto material, via de regra, são considerados como encarnações da razão. A ideia de razão, no Ocidente, guiou o estabelecimento de diversos princípios, como os do pensamento correto (lógica), da pesquisa correta (metodologia), da correta justificação dos juízos valorativos (retórica) do correto comportamento em face das diversas situações vitais (prudência). Nesse sentido, a razão é núcleo essencial da natureza humana e tornar-se para o homem uma espécie de valor em si, um valor que incorpora a própria dignidade humana. Assim, a razão não constitui um meio para obtenção de outros valores, mas o valor que dá sentido aos demais. Os princípios da justiça material, no chamado direito natural racional (jusnaturalismo) são uma explicitação patente dessa ideia⁴¹².

A organização do universo jurídico (conforme os princípios da Justiça) divide-se em dois sistemas, o formal e o material, sendo este aquele que organiza o conjunto das normas vigentes como uma relação uniforme que vai do universal ao específico, conforme graus de universalidade. A universalidade significa “intenção” normativa. Desta forma, é universal a norma que abarca, em sua abstração, a maior amplitude de conteúdo. A ordem é justa à medida que consegue delimitar os conteúdos normativos, conforme um princípio material abrangente de inclusão ou exclusão. Já o formal organiza o conjunto das normas vigentes como uma relação que vai do genérico ao particular, conforme graus de generalidade⁴¹³.

⁴¹⁰ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Estudos de Filosofia do Direito, reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 249.

⁴¹¹ *Idem, ibidem*. p. 250.

⁴¹² *Idem, ibidem*. p. 250 e 251.

⁴¹³ *Idem, ibidem*. p. 251 e 252.

A justiça formal e material, como sistemas constituem códigos que orientam as decisões nos conflitos de convivência. Contudo, esses códigos geram um complexo problema de relação entre direito e justiça. De modo geral, a justiça como código das mensagens jurídicas e políticas constitui uma espécie de razão de ordem superior, totalizadora e unificadora. Surge então a dúvida: a justiça constitui uma metalinguagem das diferentes formas de disciplina jurídica, política, social, de força cogente, derogadora, (ou) é mera orientação de caráter declaratório?⁴¹⁴.

De acordo com Tercio Ferraz Jr., a justiça confere ao direito e à política um significado no sentido de razão para existir, ou seja, o direito deve ser justo, ou não tem sentido a obrigação de respeitá-lo.

Assim, a perda ou ausência do sentido de justiça é o máximo denominador comum de todas as formas de perturbação existencial, pois o homem ou a sociedade cujo senso de justiça foi destruído não resiste mais as circunstâncias e perde, de resto, o sentido do dever-ser do comportamento⁴¹⁵.

Desse modo, é possível verificar que a justiça tem um papel “racionalizador das regras da convivência em termos de doação de sentido, isto é, a justiça dá sentido à vida”⁴¹⁶. Na racionalização dos conflitos, constata-se, porém, que os critérios materiais, ao contrário dos formais, são um código fraco, pois constituem articulações vagas (imprecisão denotativa, quais objetos são alcançados) e ambíguas (imprecisão do conceito), com dubiedade para suas determinações. A forma de violar um código fraco é através da negação ou da desconfirmação. Já os códigos fortes constituem um sentido unívoco de orientação, por isso a forma de violá-los é, em princípio, negá-los, não admitindo em tese a desconfirmação⁴¹⁷.

Contudo, é possível uma desconfirmação em relação às prescrições normativas de códigos fortes: é o caso de um código forte ser recodificado por um código fraco, o qual passa a prevalecer sobre aquele. Constata-se, dessa forma, que quando o código forte predomina, o código fraco tende a ver limitado seu próprio grau de vagueza e ambiguidade. Já quando predomina o código fraco, o código forte pode ser parcialmente desconfirmado. Prevalecem na justiça formal os códigos fortes, já na justiça material os códigos fracos. Nesse contexto, é

⁴¹⁴ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Estudos de Filosofia do Direito, reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 252 e 253.

⁴¹⁵ *Idem, ibidem*. p. 253.

⁴¹⁶ *Idem, ibidem*. p. 254.

⁴¹⁷ *Idem, ibidem*. p. 254 e 255.

importante a inclusão de códigos fortes na justiça material, para limitar a imprecisão de seus conceitos⁴¹⁸.

Essa distinção entre dois tipos de justiça serve também para explicar as dificuldades que surgem quando uma nação importa de outras formas próprias de organização que não correspondem ao modelo adotado. Dessa forma, constata-se que a justiça, como código de ordem superior a conferir sentido à existência moral, é um dado importante na questão sobre quais princípios universais de justiça material devem presidir a organização política e jurídica das sociedades. Assim, o sentido da justiça é perfeito e, ao mesmo tempo, inacabado⁴¹⁹.

⁴¹⁸ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Estudos de Filosofia do Direito, reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 255 e 256.

⁴¹⁹ *Idem, ibidem*. p. 260–262.

4.4 PODERES INFORMAIS

No sentido proposto por Tercio de “violência não razoável”, como visto no capítulo anterior, e de como a violência tende a se sobrepor aos outros componentes do poder, sendo que o único instrumento contra a violência se torna ela própria e, nesse caso, ela chega a se libertar do direito constituindo uma organização própria, pode-se falar na situação do tráfico de drogas no Brasil, e de como esse poder ilegal coexiste com o poder legal. De acordo com a tese de doutorado defendida por Hespanha, sobre a organização do poder na sociedade do Antigo Regime em Portugal no século XVII, é possível afirmar que:

Por outro lado, até muito pouco tempo ninguém pusera a hipótese de o modelo da nossa autonomia local ter sido muito mais radical do que os modelos a que geralmente se reporta a historiografia tradicional. Ou seja, a autonomia político-jurisdicional dos corpos políticos periféricos não se situar no plano da lei e do direito oficial, mas à margem dessa lei e desse direito⁴²⁰.

Em seu artigo intitulado *Depois do Leviathan*, Hespanha demonstra como seu modelo pode ser aplicável ao Brasil e ressalta:

Todos identificam o “sentido” da colonização portuguesa no Brasil com uma enorme falta de domínio do centro sobre a periferia, lamentando-a uns, como sinal de confusão e de irracionalidade, congratulando-se outros com ela, como sinal de vitalidade própria da sociedade brasileira⁴²¹. (grifo do autor)

Diante disso, a conclusão do autor é a seguinte:

Mas, apesar das tensões, desigualdades e espoliação entre uns e outros, eles conviveram, uns e outros, nessa sociedade hierarquizada, fundada em desigualdade e no privilégio, internamente dominadora e marginalizadora, que foi a sociedade corporativa, no seio da qual uns exploraram tranquilamente os outros, os segregaram e dominaram, os silenciaram e gozaram do seu silêncio. Nos quadros e com os instrumentos que a matriz ideológica e institucional da sociedade tradicional europeia abundantemente dispunha⁴²².

⁴²⁰ HESPANHA, Antônio Manuel. *As Vésperas do Leviathan*. Coimbra: Livraria Almeida, 1994. p. 34.

⁴²¹ HESPANHA, Antônio Manuel *Depois do Leviathan*. Almanack Braziliense, n. 5, p. 61, Artigo, maio de 2007.

⁴²² *Idem, ibidem*. p. 66.

Sérgio Buarque de Holanda definiu em termos antropológicos, o “homem cordial”, que possui sociabilidade aparente para obter vantagens pessoais e evitar cumprir a lei que o contrarie, é o famoso “jeitinho brasileiro”. O autor afirma que o indivíduo brasileiro teria desenvolvido uma histórica propensão à informalidade, em razão de as instituições brasileiras terem sido concebidas de forma coercitiva e unilateral, não havendo diálogo entre governantes e governados, mas apenas a imposição de uma lei e de uma ordem consideradas artificiais, quando não inconvenientes aos interesses das elites políticas e econômicas de então⁴²³.

Analisando a realidade brasileira e o ordenamento jurídico brasileiro, Eduardo C. B. Bittar afirma que a falta de distinção entre o público e o privado sempre foi, no Brasil, razão para que a legalidade fosse considerada válida para aqueles que não estivessem “acima da lei”, ou seja, o sistema nunca observou a igualdade, nunca foi pensado para abranger todos⁴²⁴.

Darcy Ribeiro constata a subserviência brasileira na grande diferença que existe entre os interesses do patronato e os do povo, que se mantém ao longo da história brasileira pelo domínio do poder institucional e da máquina do Estado nas mãos das classes dominantes, “que faz prevalecer uma ordenação social e legal resistente a qualquer progresso generalizável a toda população”⁴²⁵.

O direito espontâneo, ou os direitos nascidos na rua, demonstram o “surgimento de uma contracultura inoficial como forma alternativa de solução de conflitos e como indicador de uma revolução no formalismo centralista do Estado”⁴²⁶ e a clara perda de autoridade deste, pois “não é mais o ordenamento jurídico do Estado-nação que impõe uma norma de conduta a todos os membros, mas as normas de grupos – até então marginalizados – que formam um novo tipo de ordenamento jurídico, paralelo ao Estado”⁴²⁷.

De acordo com Mara Regina de Oliveira:

⁴²³ BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976. p. 141-146.

⁴²⁴ BITTAR, C.B. Eduardo. *O Direito na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 215 e 216.

⁴²⁵ RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 1995. p. 251.

⁴²⁶ BITTAR, C.B. Eduardo. *O Direito na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 236 e 237.

⁴²⁷ SIQUEIRA, Holgnonsi Soares G. *A pós-modernidade: consequência da revolução gnóstica e igualitária*. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/id/Viotti/PosModern.html#Parte%20V%20-%20A%20Pós-modernidade>>. Acesso em 16 de julho de 2012.

Embora a presença otimista deste direito reflexivo seja discutível e polêmica, hoje, mesmo ao nível dos chamados países centrais, que enfrentam a globalização com a experiência histórica de constituição, em geral, bem sucedida do Estado Liberal e Social (basta vermos a intrincada discussão jurídica, política e econômica sobre o aquecimento global) nos chamados países periféricos, como a América latina, é muito mais marcante a visualização do neofeudalismo abusivo e opressor. O contexto institucional destes países é muito mais complexo, pois, em geral, eles não consolidaram, completamente, no processo histórico, os ideais do Estado Liberal e Social, tendo em seu território disparidades econômicas marcantes. A liberal racionalização do poder é uma ficção, já que o abuso de poder praticado, de forma extralegal, pelos governantes é significativo. Em geral, nestes países, o sucesso do Estado Social não se consolidou, na medida em que as desigualdades sociais ainda são marcantes. Assim, como podemos nos dar ao luxo de dispensá-lo? Como diz Faria, a perda da governabilidade se apresenta com maior gravidade nos sistemas econômicos ainda em formação, como são os países subdesenvolvidos. Se nos países ricos elas agravam o desemprego, nos países pobres, eles aprofundam a miséria. (Faria, 1998:141) Neste contexto, de marginalidade absoluta, vão ganhando força as redes normativas mafiosas informais das periferias marginais, antidemocráticas e baseadas no poder do dinheiro e das armas sofisticadas do tráfico, que, no limite, passam a comprometer a diferenciação lícito/ilícito⁴²⁸.

A desconfirmação da mensagem normativa faz com que a autoridade não seja mais reconhecida como tal, fazendo com que o editor perca o controle sobre os endereçados sociais. A desconfirmação bem sucedida pode criar uma nova relação de poder, paralela à primeira, em que o sujeito se torna autoridade. Desse modo, essas reações desconfirmadoras devem ser neutralizadas, e para isso, a autoridade desconfirma a desconfirmação para transformá-la em rejeição, ou seja, em uma conduta ilícita, já que esta contribui para o fortalecimento da autoridade, na medida em que possibilita que esta se mostre como autoridade, pois o poder negado não deixa de ser poder⁴²⁹.

O embate entre a ordem instituída e poderes informais não passa, na verdade, de um jogo de força, sendo que neste jogo, o sucesso da violência não está em dobrar o adversário, mas em provocar-lhe a violência⁴³⁰. No entanto, a violência utilizada para combater a violência, a desconfirmação da desconfirmação por meio da violência, ou mesmo o abuso de poder não são capazes de justificá-la.

A violência não vai além de uma justificação, pois sempre trará em si a arbitrariedade. E por isso, apesar de poder ser percebida como eficaz e até válida, não é capaz de afastar o

⁴²⁸ OLIVEIRA, Mara Regina de. *A dogmática jurídica como saber tecnológico e os atuais desafios impostos pela globalização da economia. Análise dos filmes: As Invasões Bárbaras e O Jardineiro Fiel*. Disponível em <www.artepensamento.com.br>. Acesso em outubro de 2011.

⁴²⁹ OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre o poder, obediência e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006. p. 105.

⁴³⁰ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Estudos de Filosofia do Direito, reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 264.

inconformismo humano contra a perda do sentido das coisas, pois, em última instância, valeria a regra do mais forte sobre o mais fraco, sendo que as posições poderiam mudar, mas a relação seria sempre a mesma. E é aí que temos o problema da justiça. Nas palavras de Tercio Sampaio Ferraz Junior:

A violência do terror destrói o senso comum. Põe-nos sob o regime do medo, da validade de não importa o que seja, desde que produza efeitos. Mas a retaliação traz um risco ainda maior. Subjuga o mundo a uma relação de meios e fins, em que tudo não passa de uma forma de violência: do assassino contra a vítima, do esperto contra o tolo, da quadrilha contra a polícia e desta contra aquela, do rico contra o pobre e deste contra aquele. Um mundo em que as pessoas perdem a capacidade de julgar, pois tudo tem uma explicação⁴³¹.

A República de Platão e o Contrato Social de Rousseau iniciam com um debate sobre a relação entre justiça e força, no qual Sócrates e Rousseau afastam o argumento do “direito do mais forte”. Rousseau recorre ao exemplo do bandoleiro, afirmando que:

Se um bandoleiro me ataca em meio a um bosque, não somente sou obrigado por força a dar-lhe a bolsa, mas, mesmo quando pudesse escondê-la, estaria obrigado em consciência a dá-la? Porque, enfim, a pistola do bandoleiro também é um poder⁴³².

Por isso a necessidade de se falar sobre a justiça, pois: “Sem a justiça, o que seriam de fato os reinos senão bandos de ladrões? E o que são os bandos de ladrões senão pequenos reinos”⁴³³.

⁴³¹ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Estudos de Filosofia do Direito, reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 264.

⁴³² BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. p. 87 e 88.

⁴³³ Santo Agostinho. *De civitate Dei*, IV, 4, 1-15 *apud* BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. p. 87.

4.5 DA DESCONFIRMAÇÃO AO SURGIMENTO DE PODERES INFORMAIS: TROPA DE ELITE I ETROPA DE ELITE II

O filme *Tropa de Elite I* foi detalhadamente analisado pela Professora Mara Regina de Oliveira em seu artigo *Abuso de Poder e Violência Não Razoável: Análise do filme Tropa de Elite*⁴³⁴, cumprindo-nos neste trabalho retomar suas considerações da análise fílmica para partirmos à análise de *Tropa de Elite II*.

Tropa de Elite I, estreado em 2007, do diretor José Padilha, recebeu o prêmio Urso de Ouro de melhor filme no Festival de Berlim 2008. *Tropa de Elite II: O Inimigo Agora é Outro*, foi lançado no dia 8 de outubro de 2010, em continuação ao primeiro filme.

Tropa de Elite I e *II* mostram o paradoxo da suposta utilização da ética de uma violência não jurídica, a utilização da violência ilegal para combater a guerra com o tráfico e com a polícia corrupta. A finalidade dos filmes não é glorificar a atuação bélica e violenta do BOPE, mas mostrar a realidade sob o ponto de vista de um policial do Bope, o Capitão Nascimento.

Os filmes têm estrutura de ficção, sendo Capitão Nascimento o narrador, dando-se as películas sob o seu olhar e opinião, demonstrando que a versão é a dos policiais do BOPE sobre o conflito, relatando a intimidade dos bastidores do poder jurídico-político, vivendo os telespectadores como testemunhas, por meio dos conceitos imagem do filme, a experiência da dejuridificação dominante do sistema policial que ele integra.

A epígrafe do filme *Tropa de Elite I*, de Sanley Milgran (1974), psicólogo social americano, diz: “Usualmente não é o caráter de uma pessoa que determina como ela age, mas sim a situação na qual ela se encontra”. A frase reforça que o filme seria uma metáfora de uma tese sobre a violência carioca, tornando a associação entre o cinema e a filosofia jurídica

⁴³⁴ OLIVEIRA, Mara Regina de. *Abuso de Poder e Violência Não Razoável: Análise do filme Tropa de Elite*. In: *Filosofia e Teoria Geral do Direito: estudos em homenagem a Tercio Sampaio Ferraz Junior por seu septuagésimo aniversário*. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

mais justificada e consistente⁴³⁵. Além disso, reflete o poder da sociedade para desumanizar sujeitos de direitos, como visto no segundo capítulo.

O cenário inicial do filme *Tropa de Elite* é um baile *funk* na favela com policiais militares em ronda e traficantes jogando. Esta introdução mostra resumidamente a problemática que será enfrentada no filme, ou seja, a polêmica negociação policial com o tráfico, culminando na seguinte frase do narrador: “A questão é: o policial ou se corrompe, ou é omissos ou vai para a guerra”.

O som do *funk* que fala das armas, enquanto vão surgindo, na tela, os nomes dos atores, sucedidos por *flashes* de jovens num baile, traficantes armados e policiais na viatura, parecem não alterar a noite normal da favela. Essa situação só vai ser perturbada quando se divisam dois jovens policiais afobados, armados com fuzis, seguindo por outro caminho, numa motocicleta, da qual saltam e sobem numa laje onde procuram ocupar uma posição de vigilância para observar o encontro de seus pares corruptos com os traficantes.

Essa espreita é feita através da mira telescópica de uma arma que um deles empunha. De repente, esse policial dispara seu fuzil desencadeando um intenso tiroteio. Num conjunto de cenas fragmentadas, os peões do tráfico cercam os policiais corruptos. Essa ação frenética é acompanhada pela explanação coloquial do narrador, que sintetiza seu ponto de vista sobre a situação peculiar da violência na cidade, destacando o número excessivo de favelas, a desproporção dos armamentos dos traficantes que as dominam, a existência de uma polícia convencional despreparada e corrupta diante da excepcionalidade da situação, definida como de uma guerra. Nessa explicação, sublinha o fato de existir um acordo tácito de não agressão e um processo contínuo de negociação entre as forças em jogo. Ressalta também a especificidade do BOPE como último reduto da honestidade policial.

Paralelamente a esse “esclarecimento”, somos apresentados a dois personagens, os jovens policiais “afobados”, André Matias (André Ramiro) e Neto (Caio Junqueira), que desencadearam o tiroteio, que ele (narrador, ao se converter em personagem) pessoalmente vai resolver com sua guarnição do BOPE. No meio de seu discurso, ele vai se apresentar depois de sua imagem surgir na tela, já assumindo o comando da operação de resgate dos soldados sitiados. Confessa, ao final de sua fala, que está cansado da tal guerra. No momento

⁴³⁵ OLIVEIRA, Mara Regina de. Abuso de Poder e Violência Não Razoável: Análise do filme *Tropa de Elite*. In: *Filosofia e Teoria Geral do Direito: estudos em homenagem a Tercio Sampaio Ferraz Junior por seu septuagésimo aniversário*. São Paulo: Quartier Latin, 2011. p. 838.

da ação de salvamento, entra o rap *Tropa de Elite* (Tihuana) a todo o volume e há um corte; entram os créditos restantes e se informa que o filme vai recuar no tempo em seis meses antes desse acontecimento.

Tropa de Elite, assim como *Tropa de Elite II*, desenvolve-se em *flashbacks*, tendo como narrativa, a consciência de Nascimento. Constantemente, a câmera é utilizada na mão nas cenas de combate nas favelas, mostrando, na linguagem cinematográfica, um clima de apreensão e irracionalidade da guerra, além de colocar o telespectador “dentro” do filme. A narração em *Tropa de Elite* é feita de duas maneiras: uma em primeira pessoa, pelo personagem, narrador ficcional, Capitão Nascimento, e outra pela câmera, que representa em imagens, a ação, em cenas que reiteram o que é contado ou comentado pelo discurso do narrador “dominante”.

Capitão Nascimento (Wagner Moura) é membro de uma tropa de elite da polícia do Rio de Janeiro, o BOPE, que tem por missão tentar conter os tiroteios no morro, ao mesmo tempo em que procura um substituto para ele mesmo, pois está estressado, bem como prestes a ter seu primeiro filho, além de sofrer pressão da esposa para se dedicar mais ao lar.

E por serem os filmes estruturados como se estivessem os telespectadores na mente de Nascimento, em razão da narrativa em *off*, levando o espectador a observar do ponto de vista deste policial a violência nos morros do Rio de Janeiro em 1997, época em que o Papa fez uma visita àquela cidade, estes podem se identificar com ele, o que mostra o *homo demens* que existe no ser humano, explicitando a face violenta deste. De acordo com o professor Marcio Seligmann-Silva:

A câmara cola em Nascimento e passamos a raciocinar com suas palavras. Para ele, o morro (local onde se localizam as favelas) é apenas um antro de “malandros” e esta população toda deve ser tratada com violência. Ao invés do carrasco sanguinário do filme de Babenco, este policial, figura identificatória chave na estrutura dramática do filme, é um ser humano em crise e que ama sua esposa e sua filha que nasce em meio a uma de suas incursões no morro⁴³⁶. (grifo do autor)

A narração na primeira pessoa, do personagem ficcional dialogando com a câmera do narrador invisível, pode gerar confusão, podendo pensar o espectador que se trata de um

⁴³⁶ SELIGMANN-SILVA, Márcio. Violência e cinema: um olhar sobre o caso brasileiro hoje. In: *Comunicação & Cultura*, número 5, primavera-verão 2008. Centro de Estudos e da Comunicação e Cultura da Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, pp. 95-108, 2008.

documentário, induzindo a uma leitura que tenderia a aceitar o discurso do narrador como algo “real.” Ou seja: o público passar a vê-lo como um depoimento. Dessa forma, os filmes criam uma atmosfera sugestiva de que o que é dito e mostrado seria como uma expressão objetiva – a realidade como ela é –, quando, na verdade, trata-se de uma construção ficcional bem amarrada, que privilegia determinadas tomadas dessa “realidade”: uma representação⁴³⁷.

De acordo com o Professor Márcio Seligmann-Silva:

O mesmo Padilha, no seu primeiro filme de ficção, o *Tropa de Elite* (2007), utiliza amplamente recursos advindos de sua prática de documentarista. Como Spielberg, neste filme ele mistura estas técnicas com trucagens cinematográficas de ponta, que reforçam o realismo, como o “sangue na câmara” e perfurações de bala nos corpos e sangue espirrando. Nestas duas obras de Padilha, podemos ver uma estética que busca o “real”, sem espaço para o cômico ou para a autoironia (como em certos filmes “violentos” de Tarantino). Nelas, os limites entre o documentário e o ficcional são postos em questão constantemente: o que explica em parte algumas das posições da polêmica desencadeada pelo seu *Tropa de Elite*⁴³⁸. (grifos do autor)

A segunda cena do filme *Tropa de Elite* explicita que “toda guerra tem um preço”, ao mostrar policiais e traficantes fazendo troca de arma e drogas, enquanto o BOPE vê a situação e resolve atirar, pois “quem ajuda traficante a se armar também é inimigo” (Nascimento). A cena mostra que o tráfico e a polícia desenvolveram formas pacíficas de convivência, pois “ninguém quer morrer à toa e honestidade não faz parte do jogo”.

Tanto o poder informal do tráfico é dito com cadeia normativa informal, bem como a polícia militar convencional, apresentada como cúmplice do tráfico, geradora de outra cadeia normativa informal que também desconfirma a lei. O problema é que a cadeia normativa da corrupção do sistema é confirmada pelos policiais, na condição de terceiros, ao viverem da propina do tráfico.

O personagem Matias é negro, pobre e crente na justiça, ele está em busca de outra inserção na sociedade. Para ele a PM é apenas um estágio, pois seu objetivo é ser advogado. Seus problemas no “sistema” começam quando é designado para traçar um mapa da “mancha criminal” da região de seu batalhão, que é obrigado a fraudar, computando as causas de morte violenta para causas naturais. Contrariado, ele aceita a ordem absurda. Na sua vida civil, ele

⁴³⁷ FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de. *Narrativas migrantes: literatura, roteiro e cinema*. Rio de Janeiro, Editoras PUC-Rio/7Letras, 2010.

⁴³⁸ SELIGMANN-SILVA, Márcio. Violência e cinema: um olhar sobre o caso brasileiro hoje. In: *Comunicação & Cultura*, número 5, primavera-verão 2008. Centro de Estudos e da Comunicação e Cultura da Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, pp. 98-99, 2008. .

curso Direito numa grande universidade e acaba se envolvendo com um grupo de estudantes na preparação de um seminário sobre o livro *Vigiar e Punir*, de Foucault. Ocorre que o local escolhido para o estudo é uma ONG, no Morro dos Prazeres. Ele fica incomodado porque seus colegas fumam maconha enquanto discutem o texto, mas não os deixa perceber. Ao mesmo tempo, ele percebe que os jovens são amigos do chefe do tráfico local – chamado Baiano –, que dizem ser boa gente, pois tem “consciência social”.

Edu, um dos estudantes mais radicais, é mostrado como usuário de cocaína e pequeno traficante de maconha, fazendo uma ponte entre a favela e a universidade. O administrador da ONG, (Rodrigues) também é mostrado como “drogado”. Matias, na sua estada na favela, conhece um menino – Romerito –, que descobre ter uma dificuldade visual – e promete dar a ele um par de óculos.

A trajetória do policial Matias no início do curso de Direito e o seu trabalho na ONG da favela mostrou o dilema interior de um policial, pois ficou ao lado dos colegas fumando maconha, o que trazia algo de muito mais grave, ou seja, a autorização da permanência da ONG pelo dono do morro, bem como a compra de drogas na favela para o tráfico dentro da faculdade.

Os dilemas indicados no decorrer do filme não acabam no policial Matias, vejamos:

Nascimento não queria fazer a “Operação do Papa” e falou que ia dar errado, tendo que ouvir do comandante: “ordens são ordens”.

Novamente o policial Matias, que estava estudando Foucault na faculdade teve que se deparar com o debate sobre os problemas da polícia, sua corrupção, violência, insurgindo-se contra os colegas ao defender a polícia e denunciar ilegalidades cometidas pelos próprios estudantes. A partir daí, Matias passa a ser alvo de chacotas pelo grupo. Maria não participa dessa zombaria e se envolve amorosamente com ele. Mais tarde, ela conseguirá agendar uma entrevista para o jovem tentar um estágio num escritório de advocacia.

Sobre a cena da discussão das leituras de Foucault e Deleuze, o professor Marcio Seligmann-Silva ressalta o seguinte:

O discurso politicamente correto de crítica das instituições totais de poder é desnudado como um aperitivo para aliviar a consciência de intelectuais e é apresentado como sendo totalmente insuficiente e até absurdo diante da força bruta

da violência. Este ponto também serviu para provocar muita crítica: a classe média intelectual não gostou de se ver, talvez pela primeira vez, espelhada deste modo caricato⁴³⁹.

Neto, o outro policial, é definido como um homem de ação, designado para chefiar a oficina do Batalhão, onde apenas dois mecânicos trabalham, em condições precárias. Ele terá que tomar decisões “fora da ordem”, com a finalidade de obter fundos para consertar as viaturas. Nesse mister, é orientado por um personagem intermediário – o Capitão Fábio - que, ao ir em busca de dinheiro e peças para os automóveis, constata que está sendo deslocado do “sistema” pelos coronéis, que desenharam um novo mapa da extorsão, tomando seus pontos.

Para resolver esse problema, Neto apresentará uma ideia que mudará o seu “destino,” o de Matias e o do Capitão Nascimento: trata-se de se antecipar à tomada de propina do jogo do bicho, realizada regularmente por um emissário dos coronéis. Assim, contando com Matias, ele obtém o montante para comprar as peças que faltam na oficina, usando o sistema contra o próprio sistema, mas esquecem que o “sistema” tem seus mecanismos de vigilância, o que resultará em imediata punição, sendo transferidos para a cozinha.

Quanto ao Capitão Fábio, mostra-se que é preparada uma armadilha, que possivelmente resultará na sua morte, pois os coronéis entenderam que a burla foi organizada por ele e motivada pelo seu deslocamento no “sistema.” Neto, sentindo-se culpado por colocar o Capitão em perigo, e percebendo a trama, será impelido a agir. Principalmente quando o próprio Capitão diz a ele que foi convocado para subir no morro para arrecadar dinheiro dos traficantes sem a guarnição de sua confiança. Assim, Neto convoca Matias para juntos salvar a vida do Capitão Fábio no Morro da Babilônia.

Os policiais Neto e André Matias ingressam na polícia militar com a intenção de realizar um trabalho honesto, combater o crime e confirmar a ordem legal. No entanto, deparam-se com a informalidade dentro da própria corporação, com seus superiores, bem como com estudantes que reclamam do abuso policial. É um choque de realidade que o filme busca mostrar, ao mesmo tempo, um paradoxo interminável e insolúvel.

⁴³⁹ SELIGMANN-SILVA, Márcio. Violência e cinema: um olhar sobre o caso brasileiro hoje. In: *Comunicação & Cultura*, número 5, primavera-verão 2008. Centro de Estudos e da Comunicação e Cultura da Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, p. 105, 2008. .

Na mecânica, Neto soube que acontecem furtos dentro da polícia e que nada acontecia. Até para tirar férias os soldados tinham que pagar para o sargento, e Neto, que foi denunciar, ainda foi obrigado a ouvir que ele não tinha provas. Do mesmo modo, Matias fez relatórios e apurou mortes, e o coronel pediu para refazer o relatório para omitir as mortes. Em suma, ao tentarem resolver os problemas pelas vias normais e legais, foram obrigados a recorrer ao sistema.

De acordo com Mara Regina de Oliveira:

Assistimos como as relações de forças abusivas, que compõem a base da violência simbólica do poder jurídico, estão profundamente institucionalizadas dentro da corporação, que, na época, contava com trinta mil homens mal preparados e mal remunerados, em amplo processo de negociação desconfirmadora com o tráfico de drogas e com elementos da sociedade em geral⁴⁴⁰.

Ainda na cena inicial, em que Neto e Matias foram ao morro para proteger Fábio, começa o tiroteio. Enquanto o tiroteio acontece, o coronel e o deputado combinam o que iriam ganhar. A viatura da polícia militar fica rodeada e chamam o BOPE para ajudar, o dono do morro morre, momento em que o filho do Capitão Nascimento nasce.

É nesse dia que Nascimento conhece os aspirantes Matias e Neto, que iniciaram a ação na qual Nascimento e seu grupo de elite surgirão como “a solução do problema”. Nesse momento, revela-se a razão de por que Neto havia disparado o primeiro tiro que vai deflagrar toda a ação: ele errou quando supôs que um traficante, ao fazer um movimento estranho, estaria sacando uma arma para atirar nos policiais, entre os quais estava Fábio, que ele pretendia defender de seus próprios companheiros de farda.

Tropa de Elite, com suas sutilezas, mostra a morte do dono do morro e a vida com o bebê que acabava de nascer. Cena posterior é a mãe do fogueteiro morto pelos traficantes que vai até Nascimento e pede dinheiro para enterrar o filho. Todos estes dilemas são percebidos por Nascimento, que começa a ter problemas emocionais, apesar de fisicamente aparentar estar bem. Nesse ponto, seu estresse chega ao limite e ele busca ajuda de uma psiquiatra da corporação, e consegue calmantes para tentar controlar sua crise.

⁴⁴⁰ OLIVEIRA, Mara Regina de. Abuso de Poder e Violência Não Razoável: Análise do filme *Tropa de Elite*. In: *Filosofia e Teoria Geral do Direito: estudos em homenagem a Tercio Sampaio Ferraz Junior por seu septuagésimo aniversário*. São Paulo: Quartier Latin, 2011. p. 839.

A partir daí, sabe-se do problema particular de Nascimento, que é pressionado por sua mulher para se desligar do BOPE e precisa urgentemente encontrar um substituto para prosseguir sua missão. Ao mesmo tempo, o espectador é conduzido ao interior do quartel, através dos intestinos do esquema corrupto da PM carioca, ao seguir o destino dos crédulos aspirantes, Neto e Matias. A exposição é didática e mostra o sistema de extorsão comandado pelos coronéis e como ele contaminou toda a corporação.

O choque diante dessa realidade e a forma como esses “recrutas” vão encará-la é que constituem essa parte do filme como uma preparação para o encontro com Nascimento e a iniciação violenta no ritual da “seita” do Bope. Vemos a violência do treinamento do BOPE como forma de afastar policiais corruptos, no entanto, não passa de um ritual de desumanização, e uma escola de desidentificação com a dor do outro. Além disso, diferentemente de como apresentado no filme, o BOPE não é “externo” ao sistema, nem à corrupção⁴⁴¹.

Traça-se, então, o desenvolvimento paralelo das trajetórias de Neto, Matias e Nascimento.

No dia do tiroteio, a imprensa entra em cena e os jovens policiais são fotografados ao lado da ambulância, que recolhe um dos PMs mortos no local, e, pior, essa foto vai estampar a primeira página de um jornal popular e imediatamente chega ao conhecimento de Baiano, que identifica, entre os policiais, Matias – o jovem namorado de Maria, que costuma frequentar a ONG do morro.

Assim, ao descobrir a identidade de Matias, Baiano vai até as instalações da instituição e ameaça os jovens que lá atuam, deixando bem claro que quem mandava no morro era o comando e que a polícia era um inimigo. Para Matias, a questão era apenas uma: “quem queria ser policial não podia ter namorada amiga de traficante”. Descoberta a identidade de Matias, prepara-se a armadilha para eliminá-lo.

As cenas que se seguem são montadas num ritmo frenético, como grande parte do filme. Entre elas, destaca-se a que mostra a volta de Matias para a faculdade, quando encontra Maria, que o recrimina porque colocou a vida dela e dos outros em perigo ao não revelar que

⁴⁴¹ SELIGMANN-SILVA, Márcio. Violência e cinema: um olhar sobre o caso brasileiro hoje. In: *Comunicação & Cultura*, número 5, primavera-verão 2008. Centro de Estudos e da Comunicação e Cultura da Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, p. 105, 2008.

era um policial. Em seguida, ele aparece no Morro dos Prazeres, onde pressiona Edu, o estudante traficante – e diz que os óculos do menino Romerito ficaram prontos e quer entregá-los pessoalmente, mandando Edu avisar o menino para encontrá-lo (Matias) num fliperama, às 12 horas do dia seguinte.

Em sequência, mostra-se Matias chegando a casa, onde está Neto, que lhe passa um recado de Maria informando que tinha agendado sua entrevista para o estágio justamente no horário em que o jovem tinha marcado para entregar os óculos ao menino. Neto diz que Matias precisa ir a essa entrevista e se oferece para encontrar o menino Romerito em seu lugar.

Simultaneamente, vê-se Edu revelar a Baiano o que está acontecendo, quando o jovem diz que iria suspender momentaneamente o transporte de drogas para a faculdade porque a situação estava ficando complicada. Ameaça o rapaz, que revela o trato que fizera com Matias em relação aos óculos do menino Romerito.

Baiano, então, prepara uma emboscada para Matias dentro do fliperama. Só que é Neto quem surgirá em lugar de Matias e entregará os óculos para o menino. A conversa entre o policial e o menino é mostrada de forma terna e comovente. Nesse momento, chegam os traficantes com suas armas. Neto sai do carro atirando e é alvejado. Baiano descobre, pela tatuagem e ao conferir seus documentos, que o morto é do BOPE. Percebe, então, que ficará sem saída, despede-se da família e envia seus comparsas até a ONG para buscar os estudantes, a fim de castigá-los por terem trazido aquela desgraça para o morro.

Descoberta a morte de Neto, Nascimento fica transtornado, tem um ataque de fúria diante de sua mulher e, num ato simbólico, vai ao banheiro, onde joga todas as pílulas de calmante na pia. Parece indicar que o tempo de sua “fragilidade” terminava ali. Vai entrar em ação o velho esquema do faroeste.

A notícia da morte da estudante e do administrador da ONG aparece na TV. Maria, chocada, procura Matias e diz que sabe uma maneira de chegar até Baiano por meio de uma namorada dele, mas pede para o policial prometer que não vai machucá-la.

Na cena seguinte, vê-se a moça sendo torturada por Nascimento. Ela entrega alguém que pode levá-los ao traficante. Os policiais do BOPE invadem o barraco de um peão do

tráfico, e o rapaz revela que foi o *playboy* (Edu) que informou a respeito da entrega dos óculos, mas lamenta o fato de o “dedo-duro” não ter informado que o soldado era do BOPE.

Enquanto isso, os policiais, sob o comando de Nascimento, continuam revistando barraco por barraco, torturando pessoas. Ironicamente, o narrador, Nascimento, diz que precisava pegar o Baiano e que sabia que o que estava fazendo não era certo, pois não podia ficar “esculachando” os moradores, mas que, naquele momento: “Nada neste mundo ia me fazer parar!”

Para vingar a morte de Neto, morto por engano, já que os traficantes queriam matar Matias, policial convencional, o capitão Nascimento entrou no morro para procurar Baiano, que já havia fugido, pois sabia que o BOPE iria matá-lo. Para alcançar seu objetivo, Nascimento utilizou tortura, com sacos plásticos para sufocar os interrogados, que também são espancados, o que, inclusive é questionado por outro policial do Bope que acaba deixando Nascimento e descendo o morro.

Os policiais conseguem, então, chegar a um menino que tem um tênis muito caro em seu barraco, um indício de ligação com o tráfico. Desconfiam, ameaçam estuprá-lo com uma vassoura e ele revela o lugar onde o grande vilão está. Na sequência, vê-se Baiano no seu esconderijo como um animal acuado. O bandido percebe intuitivamente que algo está errado, pois o morro está muito quieto, ninguém avisa nada pelo rádio. O único comparsa que está com ele no barraco tenta tranquilizá-lo. Quando passa pela janela no caminho para a cozinha, recebe um tiro. Baiano corre para a laje, em rota de fuga, quando é atingido por um tiro e cai ferido.

Na última cena do filme, Nascimento coloca o pé em cima do peito do traficante, que implora para que não atire no seu rosto, de modo a não estragar o velório. O capitão se irrita, busca uma carabina calibre 12, passa a arma para Matias, que não hesita, destrava-a e atira no rosto do traficante. Nesse ponto, o espectador se identifica tanto com Matias que aplaude a morte de Baiano, que já está desumanizado ao longo do filme por ter protagonizado a morte a sangue frio de dois membros da classe médica que faziam parte da ONG.

Na opinião de Marcio Seligmann-Silva⁴⁴², Baiano, pelo próprio nome, representa uma situação social, e é desfigurado, pois tem a face estourada. Assim, se tornando irreconhecível, é como se Baiano fosse morto duas vezes, pois apagar a face é também destruir o outro e sua “outridade”. Matias e Baiano têm a mesma origem social, mas naquele momento o negro, que está por cima do branco, o mata para se “livrar do mal”.

O tiro é dado de cima para baixo, com o sol ao fundo. Depois de se ouvir o estampido, a tela fica branca por um tempo e logo escurece. O sol que aparece em cena parece cegar o espectador, levando-nos a questionar se a justiça foi feita ou a justiça se cegou com o brilho da luz. Nesse momento, entra o logotipo do BOPE com os dizeres *Tropa de Elite* e ao fundo se ouve o rap *Lado B e Lado A* (Marcelo Yuka/Falcão, 1999).

De acordo com Tercio Ferraz Jr., a justiça confere ao direito e à política um significado no sentido de razão para existir, ou seja, o direito deve ser justo, ou não tem sentido respeitá-lo, pois a perda ou ausência do sentido de justiça é o máximo denominador comum de todas as formas de perturbação existencial, já que o homem ou a sociedade cujo senso de justiça foi destruído não resiste mais às circunstâncias, perdendo o sentido do dever-ser.

O desfecho é como uma cópia do adolescente que almeja entrar para o comando e tem que cumprir sua primeira missão, matar um policial, por exemplo. No caso de Matias, a missão também foi cumprida, matar o inimigo. Assim, Matias ficou como substituto de Neto.

No enterro de Neto, em atitude desconfirmadora, Nascimento coloca a bandeira do BOPE em cima da bandeira nacional, um símbolo acima da lei, e encara Matias.

A desconfirmação por parte do BOPE se dá tanto em relação às leis estatais, bem como as leis informais da polícia convencional, culminando em uma terceira cadeia informal da violência justiceira, que também acaba desafiando a autoridade estatal. A codificação binária formal da “violência lícita e ilícita” acaba sendo substituída pela codificação “violência desconfirmadora boa – BOPE – e violência desconfirmadora má – tráfico e polícia

⁴⁴² SELIGMANN-SILVA, Márcio. Violência e cinema: um olhar sobre o caso brasileiro hoje. In: *Comunicação & Cultura*, número 5, primavera-verão 2008. Centro de Estudos e da Comunicação e Cultura da Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, p. 104, 2008. .

convencional”, o que não passa de uma espécie de violência simbólica informal constitutiva da autoridade meta complementar informal do BOPE⁴⁴³.

Durante a passeata para protestar contra a violência e a morte da estudante, Matias encontra Edu, aquele que entregou o trato com Matias, que resultou na morte de Neto, e o espanca e grita: "Vocês são um bando de burgueses, safados!". Quando Maria intervém, ele a chama de vagabunda e o resto de maconheiros. O narrador exulta ao dizer que Matias estava se transformando num policial de verdade. Na sequência, Matias invade a sala de *xerox* da universidade e espanca o funcionário que é o receptor do pequeno tráfico de Edu.

Com a morte de Neto, Matias, que ficava entre fazer os amigos da faculdade e seu dever de policial, vai aprender o sentido vertical da violência retributiva, ou seja, vingança, cumprindo seu dever e fazendo sua escolha, o que ficou demonstrado com o flagrante no traficante da faculdade. De acordo com Mara Regina de Oliveira:

André Matias sofre uma transformação definitiva em termos psicológicos e morais, que condiciona a sua nova percepção da legitimidade em termos jurídicos e políticos. De um fiel e sincero confirmador da autoridade legal da ordem, ele passa a assumir a desconfirmação justiceira e violenta das cadeias normativas do tráfico e da corrupção da polícia⁴⁴⁴.

A polícia de elite do Rio de Janeiro, cujo símbolo, é uma caveira com uma espada e duas pistolas cruzadas, o que é questionado por Fraga, em *Tropa de Elite II*, após as mortes em Bangu I, mostra bem, como afirmado pelo narrador do filme, o que acontece quando o BOPE entra na favela. As ilegalidades cometidas pelos próprios policiais do BOPE, ou seja, uso de sacos plásticos para tortura, violência na abordagem, matar sem extrema necessidade, são medidas que vão além do uso razoável da violência legal, sendo a violência simbólica do poder jurídico substituída pela violência física, o que fatalmente culminará na crise da autoridade.

O caráter bárbaro desses crimes contrasta com a apresentação da ação "higiênica" do BOPE, que induz uma visão normalizada de que essa organização policial mata pela necessidade de manter a ordem e proteger a sociedade, o que é justificado pela

⁴⁴³ OLIVEIRA, Mara Regina de. Abuso de Poder e Violência Não Razoável: Análise do filme *Tropa de Elite*. In: *Filosofia e Teoria Geral do Direito: estudos em homenagem a Tercio Sampaio Ferraz Junior por seu septuagésimo aniversário*. São Paulo: Quartier Latin, 2011. p. 843.

⁴⁴⁴ *Idem, ibidem*. p. 844.

excepcionalidade da situação de "guerra". As mortes no varejo, dos bandidos-peões do tráfico, podem ser apreciadas da mesma forma que a morte dos índios no velho filme de faroeste. Passa-se a aceitar a tortura como um meio necessário de dobrar o inimigo. A tortura passou também a ser aceitável no filme, diante da selvageria dos traficantes.

No entanto, essas enormidades não devem fazer com que se tenha o BOPE como “mocinho” e os traficantes como “bandidos”, a violência por parte do Estado desconfirma a autoridade da lei quando há inversão que torna o assassinato do inimigo emblemático, ferido e subjugado, algo admissível e desejável. E a figura do assassino se transforma na do herói vingador.

O reconhecimento da juridicidade da norma está em seu grau de institucionalização da relação entre emissor e receptor da mensagem, o fundamento do direito não está na violência, pois esta não é responsável por sua existência. Nesse sentido, mesmo na hipótese da sujeição por parte da vítima no caso de um roubo em que esta entrega o dinheiro ao assaltante por medo da violência, o fundamento da prescrição deste não será sua força, mas o grau de institucionalização da relação de sujeição que sua ordem manifesta. A diferença entre o assaltante e o Estado é que aquele tem o grau de institucionalização de sua prescrição inferior à norma que proíbe o roubo, ou seja, o consenso social desta é superior ao da ordem do assaltante⁴⁴⁵. Ora, no filme analisado o abuso por parte da autoridade confunde o bandoleiro com o rei, gerando crise de legitimidade.

Historicamente, a violência esteve presente em todas as sociedades humanas e à medida que a complexidade social aumenta, a violência tende a se sobrepor aos outros componentes do poder; quando isso ocorre, o único instrumento contra a violência se torna ela própria e, nesse caso, ela chega a se libertar do direito constituindo uma organização própria.

Desse modo, de acordo com esta percepção, apenas em um sistema social muitíssimo simples seria possível a concepção do direito como monopólio da força, já que em sistemas sociais complexos o monopólio é o da decisão sobre o emprego da coação, pois é necessária a formação de um código de poder, sendo que sem este a coação seria mera força. Quem coage alguém a fazer o que não quer não comunica poder, mas força. Na medida em que o poder se aproxima da coação ele perde a capacidade de reduzir a dupla contingência, pois quem coage

⁴⁴⁵ FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 108.

renuncia a possibilidade de regular a seletividade do outro, pois escolhe por este, eliminando a necessária liberdade de escolha⁴⁴⁶.

A questão é que o BOPE, ao invés de usar medidas desconfirmadoras da lei para confirmar, na condição de terceiro comunicador, as normas estatais, substitui a violência simbólica pela física, acabando por extinguir a relação de poder, pois esta sempre depende da existência de um espaço de desobediência por parte do sujeito e um espaço de ameaça para a autoridade, que deve poder não concretizá-la em termos reais.

O embate entre a ordem instituída e poderes informais não passa, na verdade, de um jogo de força, sendo que neste jogo, o sucesso da violência não está em dobrar o adversário, mas em lhe provocar a violência⁴⁴⁷. No entanto, a violência utilizada para combater a violência, a desconfirmação da desconfirmação por meio da violência, ou mesmo o abuso de poder não são capazes de justificá-la.

A injustiça na situação em que a resposta à desconfirmação a torna uma confirmação lícita e não uma rejeição ilícita, elimina o ônus da prova da comunicação e torna a injustiça patente, mostrando a própria aniquilação do sujeito.

Tropa de Elite II começa no hospital onde o capitão visita o filho baleado pelo crime organizado, ponto de partida do longo *flashback*; pois ao desenrolar do filme o espectador descobrirá que esta bala estava dirigida a Freitas.

Vemos Nascimento na penitenciária e Freitas na sala de aula afirmando que cadeia não resolve o problema e que o número de presos apenas aumenta. Nascimento e Freitas são chamados na Penitenciária Bangu I, onde estavam presos os chefes do tráfico, em razão de guerra uma guerra interna sobre o comando do tráfico de drogas. Enquanto isso, o governador discute sobre a possibilidade de matar os chefes do tráfico, mas evitar que isso seja mal visto pela população.

Freitas entra na cela sem colete para iniciar uma negociação e garantir que os presos não sofrerão represálias pelo BOPE. Alguns reféns são liberados, mas Matias acaba atirando e “resolve o problema”.

⁴⁴⁶ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Estudos de Filosofia do Direito, reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 39 e 40.

⁴⁴⁷ *Idem, ibidem*. p. 264.

A violência simbólica legitima o poder na medida em que dispensa o esclarecimento das reais condições de sua instauração e perpetuação. No momento em que o Matias, policial do BOPE, decide matar o preso sem necessidade, mas apenas porque conseguiu tê-lo perfeitamente em sua mira, o exercício da violência simbólica falha e os endereçados sociais percebem uma arbitrariedade no discurso normativo.

Fraga sai da cadeia cheio de sangue na blusa em que constam os dizeres “direitos humanos” e questiona os atos violentos do BOPE, bem como o símbolo que tem a polícia, uma caveira, ou seja, a morte. Freitas reclama na imprensa da carnificina que ocorreu e que o BOPE entra para matar, como é feito nas comunidades. Questiona que não é possível que os representantes do Estado ajam com mais violência que os criminosos.

A violência física é uma alternativa a se evitar, pois não é poder, sendo este anulado pela coação. Além disso, quanto mais violência menos legitimidade e quanto mais legitimidade menos violência, nem mesmo como último recurso a violência pode ser entendida⁴⁴⁸.

No desenrolar do filme, Nascimento, a figura da violência como dever cumprido, e Freitas, a figura da negociação, de rivais se tornam parceiros de uma luta em que o novo inimigo da ordem são as milícias, que passam a controlar os morros. Ora, o inimigo era outro.

Na opinião de Ismael Xavier, *Tropa de Elite II* não deixa de ser um melodrama atual, pois o filme se resume em Wagner Moura fazendo o Capitão Nascimento, que já é um personagem que vem do *Tropa de Elite*, e ele cria uma relação, inicialmente tensa, que tende a se transformar em parceria, com o ativista de direitos humanos.

A maneira pela qual o ativista de direitos humanos se legitima, para que o policial dialogue com ele, é o fato de que ele arrisca a vida dele indo à prisão para tentar resolver o problema da rebelião que estava havendo ali, não por causa das ideias, porque no sistema de valores do policial o que vale é a coragem que ele teve de se assumir autenticamente no discurso dele no começo do filme.

De acordo com Ismael, o filme seria uma inverossimilhança, criando um modelo melodramático do *western* americano, que são dois personagens que fazem uma parceria, um

⁴⁴⁸ LUHMANN, Niklas. *Poder*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985. p. 50 - 52 e 56.

do lado da lei e o outro do lado das armas, acrescentado ao fato de que o ativista de direitos humanos está no momento casado com a ex-mulher do capitão.

Apesar de *Tropa de Elite II* também abranger uma história de família, tem-se uma estrutura em que toda a questão brasileira, complicadíssima, da violência, do tráfico, das milícias etc., que está lá, está pontuada dramaticamente por esse drama de família.

Não se quer dizer que *Tropa de Elite* seja um filme inocente, pois foi meticulosamente planejado para causar impacto e ser um produto de excelência em matéria de entretenimento massivo. Porém, apesar de existência de críticas aos filmes analisados, cumpre-nos aproveitar a pauta do filme para ampliar as discussões sobre temas como violência, poder paralelo e abuso de autoridade, o que é possível, mesmo ao se falar de cinema moderno.

Tropa de Elite II mostra explicitamente a influência da política nas decisões de segurança pública. Após o episódio na cadeia, Nascimento seria exonerado pelo governador, mas por apoio popular foi promovido à Secretaria de Segurança Pública, ao passo que Matias saiu do BOPE e foi para a PM.

Sérgio Buarque de Holanda definiu em termos antropológicos, o “homem cordial”, que possui sociabilidade aparente para obter vantagens pessoais e evitar cumprir a lei que o contrarie, é o famoso “jeitinho brasileiro”. O autor afirma que o indivíduo brasileiro teria desenvolvido uma histórica propensão à informalidade, em razão de as instituições brasileiras terem sido concebidas de forma coercitiva e unilateral, não havendo diálogo entre governantes e governados, mas apenas a imposição de uma lei e de uma ordem consideradas artificiais, quando não inconvenientes aos interesses das elites políticas e econômicas de então⁴⁴⁹.

Nascimento transforma o Bope em uma máquina de guerra, e quebra o tráfico de drogas, para que com isso a polícia corrupta acabasse. Para Nascimento, se o tráfico quebrasse os corruptos quebrariam também. Mas na prática isso não aconteceu, o que aconteceu foi que o ganho começou a ser direto pela polícia, sob o pretexto de defender a comunidade. O sistema que era para ter acabado, tomou conta da favela. O BOPE começou a ajudar o sistema, porque os traficantes não voltavam onde tinha o sistema.

⁴⁴⁹ BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976. p. 141-146.

As milícias tomaram conta e as testemunhas começaram a morrer. Para a eleição, o sistema estava ótimo, já que para a mídia era mostrado que os traficantes estavam sendo eliminados. A eleição era o objetivo final, quanto mais favela a milícia dominava mais votos se obtinha.

Policiais corruptos acabavam assaltando as próprias delegacias e usando sempre o BOPE como último recurso para o próprio bem. Milícias plantaram armas na favela e mandaram que BOPE invadisse para que a própria milícia tomasse a favela. Governador mandou invadir mesmo contra opinião da inteligência. Em resumo, as armas não eram as armas roubadas e o BOPE acabou com os traficantes, deixando assim o caminho aberto para a milícia.

O reconhecimento do caráter jurídico de uma norma como meio de comunicação depende do grau de institucionalização da relação entre emissor e receptor da mensagem normativa. Essa relação entre os comunicadores é complementar, pois baseada na diferença, já que há um controle do receptor pelo emissor, aquele é autoridade em relação a este, sendo a norma uma relação autoridade/sujeito. A confirmação de terceiros perante a norma significa que a autoridade está institucionalizada⁴⁵⁰.

Como a juridicidade da norma depende do grau de institucionalização da relação de autoridade manifesta em seu cometimento, conclui-se que o fundamento do direito não está na força. Embora o ato de coação (força) faça parte do direito, isso não significa que ele seja responsável pela sua existência, já que o grau de institucionalização da relação de autoridade é reconhecido pelo consenso geral presumido de terceiros que confere prevalência a certas normas.

No caso em tela, nem por parte do tráfico, nem por parte das milícias se pode falar em reconhecimento, não havendo, portanto, a relação de autoridade necessária para que eventuais normas emitidas sejam jurídicas. Por outro lado, é possível ver clara desconfirmação tanto por parte do tráfico quanto por parte das milícias em relação à autoridade estatal, restando ao BOPE a missão de transformar a desconfirmação em rejeição.

⁴⁵⁰ FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 106 -109.

A desconfirmação bem sucedida pode criar uma nova relação de poder, paralela a primeira, em que o sujeito se torna autoridade. Desse modo, essas reações desconfirmadoras devem ser neutralizadas e, para isso, a autoridade desconfirma a desconfirmação para transformá-la em rejeição, ou seja, em uma conduta ilícita, já que esta contribui para o fortalecimento da autoridade, na medida em que possibilita que esta se mostre como autoridade, pois o poder negado não deixa de ser poder⁴⁵¹.

Nesse ponto, no desenrolar do filme, Matias está prestes a descobrir onde estariam as armas e quem estaria envolvido no sistema. No entanto, antes de desvendar o mistério é morto com um tiro nas costas pela própria polícia que estava envolvida com as milícias. Nascimento questionou a morte em razão de ser um tiro nas costas, e a resposta que obteve é que a população apoiou a operação, ou seja, segurança pública era estratégia para votos, era o que a mídia dizia que interessava.

A mídia, como retratada em *Tropa II*, demonstra a manipulação combatida por Adorno, o cinema e a mídia em geral sendo o reflexo do desenrolar capitalista e tecnológico do século XX, uma arte burguesa do tipo de mercadoria abstrata que produz alienação, como fábrica de sonhos, reproduzindo ilusões como se fossem reais as situações de total irreabilidade social, econômica e política. No filme, isso é visível quando o apresentador do programa sensacionalista “Mira Geral” manipula a linguagem jornalística para mostrar um cenário irreal e a favor dos donos do poder.

Porém, esta mesma mídia manipuladora fez com que Nascimento fosse promovido, aplaudindo-se assassinatos praticados pelo BOPE, amplificando e exaltando suas ações e demonizando a figura dos peões do narcotráfico, mostrando-os como os grandes responsáveis pela violência urbana e dando a esses indivíduos uma dimensão mitológica. O que mostra a crise de legitimidade do Estado e a falta de segurança da validade e eficácia das leis.

Ao mesmo tempo, o filme mostra uma mídia honesta, representada pelos jornalistas que estavam investigando as milícias e viram os policiais com armas raspadas e com material de campanha, mas que foram mortos pelos corruptos.

⁴⁵¹ OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre o poder, obediência e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006. p. 105.

Nascimento é retrato de um policial exemplar, honesto, que quer endireitar a sociedade a qualquer custo, se opondo aos corruptos da polícia, bem como os “bandidos” do morro. Porém, no desenrolar do filme, Nascimento se mostra como uma vítima do sistema, um justiceiro que utiliza a violência e que impõe a lei do mais forte com o lema “quem fez o mal tem que pagar”.

A verdade é que o monopólio legítimo da força faz parte da estrutura de poder do Estado, e é utilizado para mantê-lo e desconfirmar a desconfirmação de grupos como o tráfico e as milícias, porém ao sacrificar os marginalizados de modo bárbaro, a relação abusiva do poder fragiliza a autoridade ao invés de reforçá-la, podendo ocorrer crise de legitimidade, e a relação de poder se transforma em violência. Neste caso, é a própria autoridade que contribui para a ruptura da relação com seu abuso o que levará fatalmente à desconfirmação generalizada da autoridade e o surgimento de poderes informais.

A relação abusiva do poder fragiliza a autoridade ao invés de reforçá-la, podendo ocorrer crise de legitimidade, e a relação de poder se transforma em violência. Neste caso, é a própria autoridade contribui para a ruptura da relação com seu abuso:

Ferraz Junior aponta um aspecto fundamental das normas que ao se analisar a sociedade marginalizada das favelas de que a validade é conceito relacional, e só pode ser identificada num contexto de normas denominado ordenamento. Desta forma, fica ainda mais clara a total desproporção da tentativa empreitada por parte das instituições de coação do Estado para inserir em determinadas sociedades por meio da violência as normas atreladas a valores que não lhes pertencem.

Por se tratarem de uma forma de comunicação que necessita pressupor uma autoridade, as normas admitem negação, mas não desconfirmação, assim como toda relação de autoridade. Portanto, em último caso, para que possam ser consideradas válidas as normas, é necessário que as relações de autoridade (entre quem emite as normas e quem as deve seguir) estejam “a priori” bem fundamentadas. Com isto, quer-se dizer que as relações devem ser bilaterais e pelo menos pressupostas, de forma que exista uma tendência natural ao cumprimento das normas, o que claramente não ocorre nas situações ilustradas pelos filmes propostos.

As cenas de violência do filme são denúncias dos abusos praticados, mas também certo gozo do espectador diante da dor, no entanto, esta ambiguidade se torna própria de um cinema que apresenta a violência como tema central. Ora, o filme é uma construção de uma realidade, e não um retrato social.

No decorrer do filme, Nascimento descobre com uma interceptação ilegal todo o esquema político que girava tudo, e descobre que estava cercado de inimigos, que os bandidos estavam na Secretaria de Segurança Pública, e o que valia era a eleição. O problema é que tem que eliminar as testemunhas para evitar furo no sistema, e o Fraga seria a próxima vítima, como quase foi.

O sistema acaba tocando na parte mais sensível, a família de Nascimento, o que fica claro com a cena inicial que será entendida no decorrer do filme. Nascimento sai do hospital e seu carro é baleado. Ao contrário do primeiro, que tem o nascimento do filho, em *Tropa de Elite II* o filho está prestes a morrer.

Mas o que aconteceria se o Bope trabalhasse contra os políticos corruptos? Fraga consegue CPI para investigar, pois os jornais questionavam a morte da jornalista, e esse para a população tem que ser explicado. As respostas do governo sobre as mortes são vagas e mentirosas.

O sistema não tem pessoas, é impessoal, e faz o que é melhor para o poder. Acabar com o ciclo não é fácil. E Nascimento virou a isca principal, pois a cena inicial do filme é a tentativa de eliminar uma testemunha principal, Nascimento.

A guerra tinha que ser contra o sistema, mas a luta teria que ser diferente, e o modo achado foi o depoimento na CPI. O problema é que a CPI atrapalha a campanha eleitoral de muitos e, por isso, a dificuldade. Em seu depoimento, Nascimento afirma: “A PM do RJ tem que acabar.” Disse que não saberia explicar porque seu trabalho é matar, mas que o policial não puxa o gatilho sozinho e metade dos parlamentares deveria estar na cadeia, pois chefiam toda organização criminosa que mantém o sistema.

Ora, capitão muda seu ponto de vista, aceita a presença do legislativo no jogo e faz sua denúncia numa comissão de inquérito, mas é Freitas, como homem da cultura, quem está em condições de pleitear um lugar no congresso nacional, ficando o capitão na retaguarda.

Conseguiu, com isso, colocar muitos políticos na cadeia, mas também muitos que sabiam algo morreram (queima de arquivo), mas o sistema continuava de pé, criando novas lideranças. “Enquanto as condições de existência do sistema existirem, ele continuará aí”. Inocentes morrem e o sistema continua em pé.

O Brasil é recordista de desigualdade, com baixo índice de qualidade de vida, bolsões de trabalho escravo e franca violência no campo e na cidade, só geradora de crises institucionais quando se dá à vista de todos nos centros urbanos. Esta crise do espaço urbano, em que se têm áreas fora do controle do Estado e o poder está nas mãos de grupos armados que se conectam ao comércio global de drogas, armas e, no limite, seres humanos, é foco desse cinema de grande sucesso voltado para o que se reconhece como questão nacional emblemática.

A impressão geral que se tem nesta sociedade, a julgar sobretudo pelo que afirma a grande imprensa, telejornais e rádio, é que o abjeto/homo sacer precisa ser ritualmente expelido para que se possa garantir a integridade da sociedade. O estado de exceção – que para Benjamin habita toda e qualquer estrutura de poder, como lemos em seu “Zur Kritik der Gewalt” ([1921] 1974) – manifesta-se na periferia de modo mais explícito. Este estado necessita de inimigos para justificar a exceção e se manter coeso. O inimigo interno (de modo geral, no terceiro mundo, os pobres e marginalizados, que são empurrados para os morros e favelas) é apresentado como o bode expiatório, matéria sacrificial, para o rito de catarse e manutenção do estado. O cinema entra nesta cena biopolítica com um papel a cumprir, quer isto esteja consciente ou não aos seus produtores⁴⁵².

Nas imagens finais sobrevoamos Brasília, e o sentimento é de impunidade, falta de esperança e injustiça, e a noção de que alguns estão “acima da lei” é sentida ao se visualizar o Congresso Nacional de cima, em absoluta desigualdade. *Tropa de Elite I e II* tratam o problema da guerra do tráfico, mostram tensões não resolvidas em pontos nevrálgicos em que a nação revela o seu colapso.

Não muito depois destes filmes, houve a ocupação dos territórios que estavam fora do controle, o que ainda continua, com larga cobertura televisiva em que se repetiram com ênfase os emblemas da presença do Estado nas favelas escolhidas como lugar das UPPs, com direito ao hastear das bandeiras estadual e nacional, deixando claro que realmente se luta por território.

⁴⁵² SELIGMANN-SILVA, Márcio. Violência e cinema: um olhar sobre o caso brasileiro hoje. In: *Comunicação & Cultura*, número 5, primavera-verão 2008. Centro de Estudos e da Comunicação e Cultura da Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, pp. 106-107, 2008.

Apesar de não se poder afirmar que se vive na exceção de Agambem, o fato é que existem espaços de vazios jurídicos. Assim, a exceção não pode ser definida nem como situação de direito, nem como situação de fato, mas uma paradoxal limiar indiferença entre as duas, podendo-se falar na sua semelhança com a desconfirmação da autoridade da lei.

O problema de falta de eficácia em normas singulares é nítido, uma vez que na favela existe, praticamente, um “governo paralelo”, o qual estabelece as regras da região. Entretanto, isso não significa que lá a Constituição não tem validade, apenas que algumas normas não são vivenciadas e, portanto, não são eficazes. Há uma espécie de ordenamento interno que se confunde com o ordenamento do mundo externo.

No caso de uma norma, por exemplo, a validade depende da relação entre autoridade - que garante que a norma seja cumprida e fiscaliza seu cumprimento - e demais indivíduos da sociedade na qual ela tem vigência. Por isso, uma norma só terá validade se a autoridade é imunizada. Essa imunidade é garantida, em nosso modelo social, por outra norma, ou seja, uma autoridade só tem seu poder graças a leis criadas pelos cidadãos governados por esta.

Considerando os filmes e as definições de Tércio Ferraz Jr., temos que, se apenas considerarmos o conceito de que a norma é válida se a autoridade garante que tal norma seja cumprida e que as pessoas que essa norma envolve a obedeçam, teríamos que os traficantes de drogas poderiam produzir normas válidas. No entanto, ao adicionar em sua explicação o conceito de imunidade, Ferraz Jr. exclui tal possibilidade.

Assim, mesmo que os traficantes de drogas possam “criar” novas normas, elas não serão válidas, uma vez que esses indivíduos não são imunizados por uma outra norma, ou seja, admitindo a validade de ordenamento brasileiro nas favelas o questionamento sobre a validade da ordem paralela apresenta nova negativa, já que a “ordem do crime” não está imunizada pelo ordenamento nacional contra possíveis desconfirmações. Para Tércio, não importa se a sociedade aceita ou não as normas. Sua validade decorre da imunização recebida por outra norma. Assim, todos aceitam as normas jurídicas porque estas são válidas, e não o contrário. Afinal, descumprindo-as, isso não poderá desconfirmar uma norma, estando esta devidamente imunizada.

O crime organizado busca disputar o poder de obediência na produção do direito com o Estado, na forma da expansão de redes normativas informais, disciplinadoras do mercado informal das drogas, e não uma ruptura no sistema jurídico-político como um todo⁴⁵³.

Nas palavras de Mara Regina de Oliveira:

Na medida em que as normas do tráfico conseguem se institucionalizar através das lideranças informais, a meta-complementaridade das normas estatais vai se enfraquecendo e comprometendo a constituição binária do código lícito/ilícito e o próprio controle da seletividade das ações por parte dos endereçados sociais. Em contrapartida, a contrarreação do Estado de tentar reafirmar a sua posição de supremacia, através do artifício da desconfirmação da desconfirmação, ou seja, da desconfirmação em rejeição criminosa, tem se mostrado infrutífera⁴⁵⁴.

O filme mostra a crise de legitimidade enfrentada pelas polícias no Rio de Janeiro e, em última instância, pelo Estado, pois seu poder de violência simbólica não mais influencia comportamentos em termos de liderança e reputação, ficando a autoridade contra fática isolada, não conseguindo dissimular as falhas na legitimação do poder e constituição da metacomplementaridade⁴⁵⁵.

Tropa de Elite, de forma implícita, e *Tropa de Elite II*, explicitamente, apontam as fraquezas institucionais de que padece a segurança pública do Rio de Janeiro e do Brasil de um modo geral, de um ponto de vista interno, ou seja, como um capitão do BOPE, e depois como subsecretário de segurança pública o que torna emocionante e impactante a descoberta da informalidade dentro do próprio estado e a decepção do personagem ao perceber que seu trabalho apenas fortificava o “sistema”.

O “sistema” nada mais é que a irracional institucionalização de uma realidade dejuridificante dentro do próprio espaço formal do Estado, uma cadeia normativa informal, que não deixa de ser mais aberrante e abusiva do que a realidade dejuridificante da favela. Essa cadeia normativa informal retrata uma situação comunicativa defeituosa e abusiva, pois elimina a complementariedade e a própria seletividade da ação dos sujeitos, pois estes são aniquilados em termos interativos, pois não conseguem confirmar as normas estatais. Cada

⁴⁵³ OLIVEIRA, Mara Regina de. Abuso de Poder e Violência Não Razoável: Análise do filme *Tropa de Elite*. In: *Filosofia e Teoria Geral do Direito: estudos em homenagem a Tercio Sampaio Ferraz Junior por seu septuagésimo aniversário*. São Paulo: Quartier Latin, 2011. p. 835.

⁴⁵⁴ *Idem, ibidem*. p. 835.

⁴⁵⁵ *Idem, ibidem*. p. 841.

vez que tencionam agir de forma lícita e confirmadora, confirmam as normas informais do sistema, desconfirmando a lei estatal⁴⁵⁶.

O fato de o Estado ser desacreditado pela população, pois a polícia seu braço armado está em constante conflito com os civis, a repressão tão citada fazem com que o emissor da norma perca sua autoridade através da desconfirmação, suas normas não parecem mais ter a validade que deveriam, o que compromete todo o ordenamento ao qual aqueles moradores deveriam obedecer.

Para Ismael Xavier: “O silêncio dos filmes a propósito dos agentes que estão no topo das organizações. sua obscuridade reiterada só faz supor seu enorme poder que se torna quase mítico, uma espécie de Mal fora do alcance da análise”⁴⁵⁷. *Tropa de elite II* explicitou quem é o verdadeiro inimigo, o que o *I* deixou implícito.

Os filmes evidenciam que a irracionalidade da violência que aniquila a autoridade legítima, ao invés de constituí-la em termos éticos e comunicativos, não compensa humanamente, pois revela o paradoxo de como a violência não razoável é injustificável porque leva à dissolução da relação de poder e a perda do sentido ético e humano. Ora, a violência pode até ter uma finalidade “boa”, mas o objetivo alcançado pela ela só a explica, sem justificá-la, pois a violência não vai além de uma explicação, até pode ser válida e eficaz, mas não afasta o inconformismo humano contra a perda do sentido das coisas, ou seja, não afasta a injustiça⁴⁵⁸.

⁴⁵⁶. OLIVEIRA, Mara Regina de. Abuso de Poder e Violência Não Razoável: Análise do filme Tropa de Elite. In: *Filosofia e Teoria Geral do Direito: estudos em homenagem a Tercio Sampaio Ferraz Junior por seu septuagésimo aniversário*. São Paulo: Quartier Latin, 2011. p. 840

⁴⁵⁷ XAVIER, Ismael. *Da Violência Justiceira à violência ressentida*. Disponível em: <www.periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/9777>. p. 63. Acesso em outubro de 2013.

⁴⁵⁸ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Estudos de Filosofia do Direito, reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 246.

CONCLUSÃO

Para o direito, o tema do poder leva à discussão sobre o problema da violência. Tradicionalmente, o direito é visto como meio de se domesticar o poder e legitimar a força. No entanto, a violência pode romper as relações de poder e colocar em crise a legitimidade construída pelo sistema jurídico. Não havendo direito sem poder, o tema da força, seus fundamentos e limites, bem como seu abuso, é essencial para se pensar o direito, culminando na discussão sobre a justiça.

A frase que serve de epígrafe⁴⁵⁹ a este trabalho representa bem a consequência do abuso por parte da autoridade, pois quando há desconfirmação das normas pela autoridade que deveria realizar a sua confirmação, há a substituição do controle da seletividade da ação pelo uso da coação, gerando a destruição da relação de autoridade/poder, substituída pela força física não razoável.

Sobre o assunto, Mara Regina de Oliveira ensina:

O poder do poderoso será tanto maior na medida em que ele puder escolher entre diferentes alternativas. Ele também é maior quando o poderoso pode efetivá-lo diante de um parceiro que possua alternativas mais numerosas e diversas. Na coação, quando se reduz as possibilidades de escolha do coagido, também se diminui o poder. O poder não surge da coação. Ao contrário, a utilização da coação pressupõe a existência do poder, que decidirá sobre o seu emprego⁴⁶⁰.

A consequência por parte da autoridade no abuso do poder que detém é a destruição do controle da seletividade, gerando a desconfirmação. Na definição de Shakespeare, desde a *Comédia dos Erros* até *A Tempestade*,

O bom governante é aquele que subordina seus interesses pessoais aos dos governados, aquele para quem o bem-estar da comunidade é a preocupação maior; o mau governante é, pura e simplesmente, aquele que deseja o poder para benefício próprio, para gozar de seus privilégios sem pensar em seus deveres⁴⁶¹.

⁴⁵⁹ “A autoridade não pode abusar da lei, sem esbofetear-se a si própria.” (Machado de Assis, Quincas Borba).

⁴⁶⁰ OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre o poder, obediência e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006. p.88.

⁴⁶¹ HELIODORA, Bárbara. *A expressão do homem dramático em Shakespeare*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p.55.

Nos filmes e documentários analisados, a questão das favelas, ou seja, das comunidades informais, retrata a omissão desconfirmadora e abusiva da autoridade estatal, além da falta da violência simbólica em termos de institucionalização de sua autoridade contrafática, impondo relações abusivas de poder que se confundem com violência.

Como se não bastasse a crise da autoridade estatal, a indiferença ética da sociedade desumaniza, aniquilando os sujeitos sociais. No entanto, ainda que a violência e o abuso do poder pareçam prevalecer, podemos, ainda, esperar a transformação do homem, em termos éticos, no seu sentido mais profundo.

Nas palavras de Tercio:

A violência não entra no direito pela porta da lei, nem pela instituição, nem dos valores. Ela pressupõe os três fatores numa só correlação. O ato legal que viola a instituição por medida violenta, ou o ato violento amparado nas instituições criminosas que desrespeitam valores socialmente aceitos são, todos eles, antijurídicos. Como são, também, os atos de força que se amparam em valores sem respaldo legal. Todos correm risco de entrar na escalada da violência, à medida que seja baixa a sua quota de legitimidade legal, institucional e valorativa⁴⁶².

A linguagem cinematográfica, por meio dos conceito-imagem, permite o desenvolvimento do pensamento crítico, a experiência e emoção, ultrapassando o raciocínio puramente lógico. Assim, problemas como poder, direito e violência podem ser compreendidos de modo mais profundo, pois o espectador sente e vive o abuso e estado de injustiça na leitura da imagem oportunizada pela chamada “impressão da realidade”.

Hugo Mauerhofer, ao analisar a “situação cinema”, afirma que a experiência de um filme nunca é igual para duas pessoas, pois é anônima e individual, tornando suportável a vida moderna, viabilizando o surgir das emoções, bem como a reflexão⁴⁶³.

Assim, a busca pela “compreensão plena” não será somente do próprio Direito, mas do indivíduo que o perscruta, ocorrendo um refinamento do espírito do conhecedor e do conhecimento produzido, ambos complementares e naturalmente indissociáveis se a vontade do jurista/pesquisador for, de fato, o conhecimento potencializado, verdadeiro e indubitavelmente rico.

⁴⁶² FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Estudos de Filosofia do Direito, reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 73.

⁴⁶³ MAUERHOFER, Hugo *apud* XAVIER, Ismail. *A experiência do Cinema*. Rio de Janeiro: Edições Gerais Graal, 1983. p. 378.

As películas analisadas são extremamente ricas, deixando muitas questões em aberto, assim como as questões filosóficas discutidas, de forma a instigar o pensamento crítico a ir além, mostrando que o cinema, nas palavras de Walter Salles, “pode ser um fantástico instrumento de compreensão do mundo e não de banalização”.

Sobre a importância da atitude filosófica, a professora Mara Regina de Oliveira afirma:

Marilena Chauí conceitua a atitude filosófica como a decisão de não aceitar como evidente as coisas, as ideias, os fatos, as situações, os valores de nossa sociedade, sem antes investigá-los e compreendê-los racionalmente. A Filosofia não teria uma utilidade prática imediata, por isso ela seria, de forma equivocada, muitas vezes, tida como desnecessária, ao contrário das ciências, que têm a sua utilidade exposta nos produtos da técnica, ou seja, como aplicação científica à realidade. O senso comum não consegue ver que as ciências, hoje, só estabelecem parâmetros de verdade e procedimentos corretos para desenvolver o raciocínio graças à base filosófica histórica que gerou as condições de verificação da verdade no pensamento rigoroso. Afinal, destaca a pensadora, as indagações filosóficas não representam a opinião subjetiva de cada um exposta no famoso ‘eu acho que’, próprio dos meios de comunicação de massa. Ela trabalha com enunciados rigorosos, buscando o seu encadeamento lógico e sua fundamentação racional na forma ‘eu penso que’. Citando as suas próprias palavras, o conhecimento filosófico é um trabalho intelectual e sistemático porque não se contenta em obter respostas para as questões colocadas, mas exige que as próprias questões sejam válidas, e, em segundo lugar, que as respostas sejam verdadeiras, e formem um conjunto coerente de ideias e significados, sejam provadas e demonstradas racionalmente⁴⁶⁴. (grifos do autor)

Diante disso, parece que bastam as palavras de Aristóteles: “Se se deve filosofar, deve-se filosofar e, se não se deve filosofar, deve-se filosofar; de todos os modos, portanto, se deve filosofar”⁴⁶⁵.

⁴⁶⁴ OLIVEIRA, Mara Regina de. Os enfoques teóricos zetético jurídico e dogmático jurídico em face da Filosofia do Direito. Um exemplo proposto no filme *A História de Qiu Ju*. 2007. Disponível em <<http://www.artepensamento.com.br/website/artigo.asp?cod=1286&idi=1&id=3352>>. Acesso em maio de 2011.

⁴⁶⁵ ARISTÓTELES. Protréptico, fragm. 2, *apud* PORCHAT, Oswaldo Pereira. O conflito das filosofias. In: FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. *A filosofia e a visão comum do mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

REFERÊNCIAS

A OCUPAÇÃO das Favelas do Alemão. 28/11/2010. Disponível em <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-contra-o-crime/noticia/2010/11/ocupacao-das-favelas-do-alemao.html>> Acesso em maio de 2012.

ADORNO, Sérgio; PINHEIRO, Paulo Sérgio; CARDIA, Nancy. *Chacinas: a violência epidêmica*. Entrevista. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz19069809.htm>>. Acesso em outubro de 2013.

ADORNO, Sérgio. *A violência consentida*. Disponível em <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/08/22/a-viol%C3%Aancia-consentida/>>. Acesso em outubro de 2013.

_____. O professor e sociólogo analisa a violência no Brasil. *Revista E*, nº 127, dezembro de 2007. Disponível em: <www.nevusp.org>. Acesso outubro de 2013.

_____. A violência brasileira: um retrato sem retoques. *Clio*, v. 14/15, p. 241-62, 2006.

_____. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. *Jornal de Psicologia-PSI*, p. 7-8, abr/jun, 2002.

_____. (org.). *Natureza, História e Cultura: repensando o social*. Porto Alegre: Editora da Universidade-UFRGS/SBS, 1993. p. 77-84 (Cadernos de Sociologia, Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS. Vol. 4. Número especial).

ADORNO, Theodor W. *Indústria Cultural e Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

_____. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

ARENDT, Hannah. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

_____. *A condição humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. *As origens do totalitarismo III. Totalitarismo, o paroxismo do poder*. Rio de Janeiro: Documentário, 1978.

ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Escala, 2008. (Col. Mestres Pensadores).

_____. Protréptico, fragm. 2, *apud* PORCHAT, Oswaldo Pereira. O conflito das filosofias. In: FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. *A filosofia e a visão comum do mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ARON, R. Macht, Power, Puissance: prosa democrática ou prosa demoníaca? In: ARON, R. *Estudos Políticos*. 2ª ed. Brasília: UNB.

AS FAVELAS no cinema. Site Reator.org, 2004. Disponível em <www.reator.org.br>. Setembro de 2013.

AVELLAR, José Carlos e outros. O documental como socorro nobre da ficção – entrevista com Walter Salles. In: Revista Cinemais, n.º 9. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura e Funarte, 1998.

BAUMAN, Zigmunt. *A sociedade individualizada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

_____. *Globalização, as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

_____. *Medo Líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

_____. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BENTES, Ivana. Debate: cinema documentário e educação. In: *Debate: Cinema, documentário e educação*. Ano XVIII, boletim 11, junho de 2008. Disponível em <<http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/164457Cinema.pdf>>. Setembro de 2013.

BERNARDET, Jean Claude. *O que é cinema?* 18ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2006. Coleção Primeiros Passos.

_____. *Brasil em tempo de cinema: ensaio sobre o cinema brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

BITTAR, Eduardo C. B. (Org.). *Filosofia e Teoria Geral do Direito: Homenagem a Tercio Sampaio Ferraz Jr.* São Paulo: Quartier Latin, 2011.

_____. Injustiça, revolta e reafirmação da moralidade jurídica: um diálogo interdisciplinar com o filme Uma Mulher Contra Hitler. In: POZZOLI, Lafayette; ALVIM, Márcia Cristina de Souza (Org.). *Ensaio Sobre Filosofia do Direito / Dignidade da Pessoa Humana / Democracia / Justiça*. São Paulo: Educ/Fapesp, 2011.

_____. Abuso de poder estatal, violência e esvaziamento dos Direitos Fundamentais no Brasil: um diálogo possível entre o cinema e as teorias críticas do direito. *Revista Mestrado em Direito (Online)*, v. 10, p. 161-191, 2010.

_____. *A Prisão de Guantánamo como uma prática desconfirmadora dos Direitos Fundamentais*. Revista Mestrado em Direito (UNIFIEO. Impresso), v. 9, p. 131-153, 2009.

_____. *O Mercador de Veneza e o Problema da Justiça*. Revista Brasileira de Filosofia, ano 58, v. 232, p. 293-317, 2009.

_____. *Cinema e Filosofia do Direito: Um estudo sobre a crise de legitimidade jurídica brasileira*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006.

_____. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre o poder, obediência e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006.

_____. *A Justiça como virtude no pensamento de Platão e Aristóteles*. Revista Brasileira de Filosofia, São Paulo, v. XLII, p. 310-326, 1995.

BETTON, Gérard. *Estética do Cinema*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

BLOOM, Harold. *Shakespeare, the invention of the human*. New York: Riverhead Books, 1999.

BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. *Teoria da norma jurídica*. Bauru, SP: Edipro, 2001.

_____. *Teoria do ordenamento jurídico*. 10ª ed. Brasília: Editora da UNB, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. *Sur la télévision*. Paris: Lliber, 1996.

_____. *O poder simbólico*. Fernando Tomaz (Trad). Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BOURDIER, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A reprodução*. Paris: Minuit, 1970.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976.

CABRERA, Julio. *O cinema pensa: uma introdução à Filosofia através dos filmes*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

CAMPILONGO, Celso. Aula do dia 23 de novembro de 2011. Matéria: Direito e desenvolvimento em sociedades complexas. Curso de pós-graduação em Direito da Universidade de São Paulo, 2011.

CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARCOVA, Carlos Maria. Derecho y Narración. In: TRINDADE, André Karam (org). *Direito & Literatura, ensaios críticos*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

CARDIA, Nancy. *Chacinas: a violência epidêmica*. Entrevista. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/fz19069809.htm>>. Acesso em outubro de 2013.

_____. Miedo y violencia en Sao Paulo. *Foreign Affairs en Español*. v. 5, n. 1, p. 121-39, 2005.

_____. *Direitos humanos: ausência de cidadania e exclusão moral*. Princípios de Justiça e Paz. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo/Comissão Justiça e Paz, 1994.

COSTA, Jurandir Freire. A ética democrática e seus inimigos: o lado provado da violência pública. In: _____. *Ética*. Rio de Janeiro: Garamond, 1997.

DE GIORGI, Raffaele. *O direito na sociedade do risco*. In: *Direito, Tempo e Memória*. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

DE SOTO, Hernando. *El misterio del fracasso legal. El El misterio del capital*. El Comercio: Lima, 2000.

DINIZ, Arthur José Almeida. *Novos paradigmas em direito internacional público*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1995.

DURANT, Will. *A História da Filosofia*. Luiz Carlos do Nascimento Silva (Trad). São Paulo: Nova Cultural, 2000.

ENTREVISTA com Ismael Xavier em agosto de 2009. Disponível em <http://www.sesctv.org.br/revista.cfm?materia_id=59>. Acesso em 10.09.2013.

FARIA, José Eduardo. *Direito e globalização econômica: implicações e perspectivas*. 1ª ed. 2ª tiragem, São Paulo: Malheiros, 1988.

_____. *Eficácia jurídica e violência simbólica: o direito como instrumento de transformação social*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

_____. *Direito e Legitimidade*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Direito constitucional, liberdade de fumar, privacidade, Estado, Direitos Humanos e outros temas*. Barueri, SP: Manole, 2007.

_____. *Teoria da norma jurídica: ensaio de pragmática da comunicação normativa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

_____. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. *Estudos de Filosofia do Direito, reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. *Direito, retórica e comunicação: subsídios para uma pragmática do discurso jurídico*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

_____. Notas sobre poder e comunicação. In *Revista Brasileira de Filosofia*. Vol. XXXIV São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1985.

FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de. *Narrativas migrantes: literatura, roteiro e cinema*. Rio de Janeiro: Editoras PUC-Rio/7 Letras, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 38ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. Deux essais sur le sujet et le pouvoir. In: DREYFUS, L. H. & RABINOW, P. Michel Foucault. Un parcours philosophique. Paris, Gallimard, 1984.

GAMBOGI, Luis Carlos Balbino. *Direito: Razão e Sensibilidade*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

GIUSEPPE, Duso. *La logica del potere, Storia concettuale come filosofia politica*. Roma/Bari: Laterza, 1999.

HÄBERLE, Peter. *Hermenêutica constitucional: a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição*. Porto Alegre: Sérgio A. Fabris Editor, 1998.

HABERMAS, Jurgen. *Teoria de la acción comunicativa I: Racionalidad de la acción y racionalización social*. Madrid: Taurus Ediciones, 1990.

HART, Herbert Lionel Adolphus. *O conceito de direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. *Teoria Pura do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HELIODORA, Bárbara. *Falando de Shakespeare*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. *A expressão do homem dramático em Shakespeare*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HESPANHA, Antônio Manuel. *Depois do Leviathan*. Almanack Braziliense, n. 5, p. 61, Artigo, maio de 2007.

_____. *As Vésperas do Leviathan*. Coimbra: Livraria Almeida, 1994.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

KATZ, Daniel; KAHN, Robert. Psicologia social das organizações. São Paulo: Atlas/MEC, s.d. p. 386. In: FARIA, José Eduardo. *Eficácia jurídica e violência simbólica: o direito como instrumento de transformação social*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

KELLEY, Donald R. Jurisconsultus Perfectus: The Lawyer as Renaissance Man. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, v. 51, 1988.

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Teoria Geral do Direito e do Estado*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. *The practice of conceptual history*. Stanford: Stanford Univ. Press, 2002.

_____. *Critique and crisis*. Cambridge (Ma): The MIT Press, 1988.

LAFER, Celso. *O sistema político brasileiro: estrutura e processo*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LEMOES, Cláudia Regina. Seis questões sobre o jornalismo: Uma leitura da imprensa brasileira nos anos 90 a partir de Ítalo Calvino. 2001. Tese (Doutorado em Estudos Literários), Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

LUHMANN, Niklas. *Poder*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

_____. *Sociologia do Direito I*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1983.

MACEDO Jr., Ronaldo Porto. Foucault: o poder e o direito. *Tempo Social*, Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 2(1), p. 151-176, 1990.

MARCEL, Gabriel. *Man against mass society*. Chicago: Henry Regnery, 1962.

MARCO ANTÔNIO MARTINS. Ocupação de favelas do Rio custará R\$ 360 milhões ao Exército. 2012. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1079802-ocupacao-de-favelas-do-rio-custara-r-360-milhoes-ao-exercito.shtml>>. Acesso em maio de 2012.

MARCURSE, Herbert. A noção de progresso à luz da psicanálise. In: *Cultura e psicanálise*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MARX, R. O. *18 Brumário*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTORO, André Franco. *Ética na Virada do Século*. In: MARCÍLIO, Maria Luiza; RAMOS, Ernesto Lopes (coord.). _____. São Paulo: Editora LTR, 1997.

MORAIS, Regis. *O que é violência urbana?* São Paulo: Brasiliense, 1981.

MORIN, Edgar. *O Método 5, a humanidade da humanidade*. Porto Alegre: Sulina, 2007.

_____. *A cabeça bem-feita, repensar a reforma, repensar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. *Ciência com Consciência*. Portugal: Europa-América, 1994.

MUNSTERBERG, Hugo. As emoções e Nós estamos no filme. In: XAVIER, Ismael (Org.). *A experiência do cinema: antologia*. Rio de Janeiro: Edições Gerais Graal/Embrafilmes, 1983.

_____. O cinema do diabo-excertos. In: XAVIER, Ismael (Org.). *A experiência do cinema: antologia*. Rio de Janeiro: Edições Gerais Graal/Embrafilmes, 1983.

NEVES, Marcelo. *A constitucionalização simbólica*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. *A genealogia da Moral*. Petrópolis: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, Mara Regina de. *Direito e Poder: ordem e subversão em Ricardo II*. Revista Brasileira de Filosofia, v. 236, p. 99-139, 2012.

_____. Abuso de Poder e Violência Não Razoável: Análise do filme Tropa de Elite. In: *Filosofia e Teoria Geral do Direito: estudos em homenagem a Tercio Sampaio Ferraz Junior por seu septuagésimo aniversário*. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

_____. *A dogmática jurídica como saber tecnológico e os atuais desafios impostos pela globalização da economia*. Análise dos filmes: As Invasões Bárbaras e O Jardineiro Fiel. Disponível em <www.artepensamento.com.br>. Acesso em outubro de 2011.

_____. *Os enfoques teóricos zetético jurídico e dogmático jurídico em face da Filosofia do Direito*. Um exemplo proposto no filme A História de Qiu Ju. 2007. Disponível em <<http://www.artepensamento.com.br/website/artigo.asp?cod=1286&idi=1&id=3352>>. Acesso em maio de 2011.

OLIVEIRA, Mara Regina de; PRADO, L. R. A.; BOITEUX, E. P. C. ; BITTAR, E. C. B. Abuso de poder e violência não razoável: análise do filme Tropa de Elite. In: ADEODATO, João Maurício;

OLIVEIRA, Ruy Barbosa de. *Requerimento de informações sobre o caso do Satélite*. Discurso no Senado (17/12/1914). Obras completas, Vol. 41. IN: MOURA, Roberto Murcia. *Sobre cultura e mídia*. Publicado por Irmãos Vitale, 2001. (ISBN 8574071552, 9788574071558). 204 páginas.

ÔNIBUS 174 relembra tragédia carioca. (2002). Disponível em <<http://cinema.terra.com.br/ficha-filme/0,,OI677-EI1176,00+Onibus+174.html>>. Acesso em outubro de 2013.

ÔNIBUS 174, dissertates against Brazilian destitution and the omission of the state. *Gazeta Mercantil*. Disponível em <Site Bus174, 06/12/20002. Disponível em www.bus174.com>.06/12/20002. Acesso em setembro de 2013.

PADILHA, José. *Cineclick* Disponível em <http://www.cineclick.com.br/falando-em-filmes/noticias/jose-padilha-exclusivo>>. Acesso em 25.05.2009

PENAFRIA, Manuela. Perspectivas de desenvolvimento para o documentarismo. *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, 1999, p. 01. Disponível em <www.bocc.ubi.pt>. Setembro de 2013.

_____. *O filme documentário. História, identidade, tecnologia*. Lisboa: Edições Cosmos, 1999.

PEREIRA, Oswaldo Porchat. O conflito das filosofias. In: *A Filosofia e a visão comum do mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PORCHAT, Oswaldo Pereira. O conflito das filosofias. In: FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. *A filosofia e a visão comum do mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.

PRADO, Lúcia Reis de Almeida. *O juiz e a emoção*. Campinas: Millennium, 2003.

PUCCI, Renato Luiz. *Cinema Brasileiro Pós-Moderno: O Neo-Realismo*. Porto Alegre: Sulina, 2008.

RAMOS, Guiomar. Documentário e ficção. In: *Debate: Cinema, documentário e educação*. Ano XVIII, boletim 11, junho de 2008. Disponível em <<http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/164457Cinema.pdf>>. Setembro de 2013.

REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga*. Henrique Cláudio de Lima Vaz e Marcelo Perine (Trad.). São Paulo: Edições Loyola, 1994.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

RICHTER, Melvin. *The history of political and social concepts*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1995.

ROSA, Ronel Alberti da. *O Desconforto na moral, Freud, Nietzsche e a transvaloração da consciência*. Publicação Eletrônica.

ROSS, Alf. *Sobre el derecho y la justicia*. Buenos Aires: EUDEBA, 1994.

ROUSSEAU, J. J. Discurso sobre as ciências e as artes. In: *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Maria Ermantina Galvão (Trad.). 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SEARLE, John R. *Mente, linguagem e sociedade. Filosofia no mundo real*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Violência e cinema: um olhar sobre o caso brasileiro hoje, in: *Comunicação & Cultura*, número 5, primavera-verão 2008, Centro de Estudos e da Comunicação e Cultura da Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, pp. 95-108, 2008.

SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. 6ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

SIMONETTI, Débora Ferreira. *Constitucionalização simbólica x constitucionalismo pós-moderno: O conflito entre compromissos dilatórios e a concretização de direitos*. Monografia, Especialização em Direito Público, UCDB, 2010.

SIQUEIRA, Holgnonsi Soares G. *A pós-modernidade: consequência da revolução gnóstica e igualitária*. Disponível em:

<<http://www.angelfire.com/id/Viotti/PosModern.html#Parte%20V%20-%20A%20P□s-modernidade>>. Acesso em 16 de julho de 2012.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. As conflitualidades como um problema sociológico contemporâneo. In: *Revista Sociologias* - Dossiê “Conflitualidades”. Porto Alegre, PPG-Sociologia do IFCH - UFRGS, Porto Alegre, ano 1, n. 1, janeiro-junho de 1999.

_____. The Worldization of Violence and Injustice. In: *Current Sociology*. London, ISA - International Sociological Association / SAGE, v. 50, n. 1, p. 123-134, January 2002.

TEIXEIRA, Alex Niche. *A Espetacularização do Crime Violento pela Televisão: o caso do Programa Linha Direta*. Porto Alegre. Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

TULLY, James. The pen is a mighty sword: Quentin Skinner’s analysis of politics. In: *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Princetont, NJ: Princeton Univ. Press, 1988.

VILLEY, Michel. Justicia como fin del derecho. Primeira Sección Parte I. In: *Filosofía del derecho*. Barcelona: Scire Universitária, 2003.

_____. *Filosofia do direito: definições e fins do direito*. Alcidema Franco Bueno Torres (Trad). São Paulo: Atlas, 1977.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos de uma sociologia compreensiva*. Brasília: UNB, 2004. Vol. 1/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. Vol. 1.

_____. *Economia e Sociedade: fundamentos de uma sociologia compreensiva* Brasília: UNB/ São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. Vol. II

WINCH, Peter. *Aidéia de uma ciência social e sua relação com a Filosofia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

XAVIER, Ismail. Do naturalismo ao realismo crítico. In: _____. *O discurso cinematográfico, a opacidade e a transparência*. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. *O discurso cinematográfico, a opacidade e a transparência*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. *Da Violência Justiceira à violência ressentida*. Disponível em: <www.periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/9777>. Acesso em fevereiro de 2002.

_____. *O cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. *A experiência do Cinema*. Rio de Janeiro: Edições Gerais Graal, 1983.

FILMES E DOCUMENTÁRIOS

Linha de passe. Walter Salles, Daniela Thomas. Brasil, 2008. DVD

Notícias de uma guerra particular. João Moreira Salles. Brasil, 1999. DVD.

Ônibus 174. José Padilha. Brasil, 2002. DVD.

Tropa de Elite. José Padilha. Brasil, 2007. DVD.

Tropa de Elite II. José Padilha. Brasil, 2010. DVD.

Santa Marta: duas semanas no morro, Eduardo Coutinho. Brasil, 1987.

Última parada 174. Bruno Barreto. Brasil, 2008. DVD.